

MARIA IZABEL NOLL

PARTIDOS E POLÍTICA NO RIO GRANDE DO SUL
(1928-1937)

BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS
SOCIAIS E HUMANIDADES

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciência Política ao Curso de Pós-Graduação em Antropologia, Política e Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

PORTO ALEGRE

1980

Acq. No: D005
Empenho: -
Valor: R\$ 2.000,00
Data: 21.09.84
Instituto/Curso: IFCH

EPL

38CSH
T
329.92164
N793P

1017

**PARTIDOS E POLÍTICA NO RIO GRANDE DO SUL
(1928-1937)**

BANCA EXAMINADORA:

**PROF. HÉLGIO TRINDADE (UFRGS) – ORIENTADOR
PROF. MARIA DO CARMO CAMPELLO DE SOUZA (USP)
PROF. EDUARDO DUTRA AYDOS (UFRGS)**

A presente dissertação, embora cumprindo o ritual acadêmico da produção intelectual individualizada, resulta igualmente de um processo de elaboração mais amplo que se inspirou, tanto em minha experiência discente e, mais tarde, docente, como nas discussões com os professores, pesquisadores e colegas com quem convivi nos últimos anos. Neste sentido seria praticamente impossível tentar reconstituir as diferentes contribuições intelectuais que tiveram importância decisiva em minha formação, graduada em História e pós-graduada em Ciência Política, porque, sobretudo, no campo das Ciências Sociais, as influências são sempre múltiplas e variadas. Reconheço, portanto, sem individualizações que, sobretudo, a partir da experiência pós-graduada, foi grande o processo de crescimento intelectual e, em consequência, devo agradecer, genericamente, a todos que de alguma forma colaboraram na elaboração deste trabalho. Devo reconhecer, porém, de forma explícita, que dificilmente esta dissertação chegaria a bom termo sem o apoio dos Convênios FINEP/UFRGS e UFRGS/Câmara dos Deputados que viabilizaram, nos últimos dois anos, meu contacto cotidiano com as fontes de história política regional, no processo de organização do Núcleo de Pesquisa e Documentação da Política Rio-Grandense, especialmente, através dos Arquivos Raul Pilla, Assis Brasil e Flores da Cunha. Tiveram, também, importância crucial no desenvolvimento do tema o acesso a alguns centros de documentação e bibliotecas que foram fundamentais para minha pesquisa. Refiro-me, de forma particular, ao CPDOC da Fundação Getúlio Vargas, às Bibliotecas Municipais de Pelotas e Rio Grande; à Biblioteca Municipal de Porto Alegre e à Biblioteca Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul. Finalmente, devo reconhecer o apoio e a orientação que recebi do Prof. Hêlgio Trindade durante todo o processo de elaboração do trabalho.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
PRIMEIRA PARTE - O CONTEXTO POLÍTICO-PARTIDÁRIO PÓS-30 NO RIO GRANDE DO SUL: DA CONSOLIDAÇÃO DO SISTEMA PARTIDÁRIO REGIONAL AO ROMPIMENTO DA FRENTE ÚNICA COM O GOVERNO PROVISÓRIO (1928-1932)	13
1 - Vargas na Presidência do Estado: a reconciliação política-partidária e o processo revolucionário de 30	23
2 - Vargas no Governo Provisório: as Legiões Revolucionárias e a atitude dos partidos regionais	44
3 - A Campanha pela reconstitucionalização: os Libertadores e a radicalização da F.U.G.	67
SEGUNDA PARTE - O FRACASSO DA REVOLUÇÃO CONSTITUCIONALISTA E OS DESAFIOS DA NOVA CONJUNTURA POLÍTICA: DA REDEFINIÇÃO DO SISTEMA PARTIDÁRIO REGIONAL À SUA CRISE (1932/1937)	105
1 - F.U.G. como oposição e o surgimento do P.R.L.	106
2 - Movimentação Social, Radicalização Política e os Partidos Tradicionais	143
3 - Da convergência Conservadora PRL-FUG à desarticula-	

ção do Sistema Partidário	185
TERCEIRA PARTE - O PARTIDO REPUBLICANO LIBERAL: UM NOVO MODELO REGIONAL DE ORGANIZAÇÃO PARTIDÁRIA ?	216
1 - Princípios programáticos e organização interna	220
2 - A hegemonia dos Republicanos Liberais	239
3 - O papel do PRL na nova conjuntura política	263
ANEXOS	278
BIBLIOGRAFIA	312

INTRODUÇÃO

O período compreendido entre a ascensão de Vargas à Presidência do Estado do Rio Grande do Sul e a queda de Flores da Cunha às vésperas do golpe do Estado Novo, oferece um amplo campo para a análise da transformação do sistema partidário rio-grandense, que se consolida num sistema bi-partidário, em decorrência da fusão das oposições em 1928. A riqueza da fase em questão pode ser constatada, se tomarmos como ponto de partida a superação da clivagem republicanos (PRR) versus libertadores (PL), através da Frente Única Gaúcha (FUG)⁽¹⁾ com vistas a eleição de Getúlio Vargas à Presidência da República. A campanha da Aliança Liberal abre, pela primeira vez no Rio Grande do Sul, a possibilidade de uma defesa conjunta de um projeto de reformas políticas, com a participação do grupo rio-grandense, de forma coesa, no cenário nacional.

Com a ascensão de Vargas ao poder, após o sucesso da Revolução de 30, as variações nas propostas de mudança e no encaminhamento das reformas políticas, abrirão uma nova cisão dentro do grupo revolucionário. As discordâncias dentro da FUG

⁽¹⁾ A Frente Única não implicou na extinção dos dois partidos, mas na composição de uma aliança onde ambos permaneceriam autônomos com seus programas.

vão se acentuar em função do problema básico da constitucionalização do país, levando a um fatal rompimento precipitado com a eclosão do Movimento Paulista de 32. O Interventor Flores da Cunha, preso a uma dupla lealdade (para com seu partido - o PRR - e para com Vargas que o levara ao poder) termina por apoiar o Governo Provisório definindo, praticamente, os rumos do levante paulista. A partir daí, divide-se o bloco político rio-grandense, não com um retorno ao "status quo ante", mas com amplas variações geradas, principalmente, pela conjuntura nacional.

Transformando-se a FUG num centro de oposição aos governos revolucionários (federal e regional), não resta à situação senão criar seu próprio canal de expressão - o que se dá com a fundação do Partido Republicano Liberal por Osvaldo Aranha e Flores da Cunha.

O Partido Republicano Liberal (PRL) é um partido criado para dar respaldo à ação governamental, tanto ao nível federal como estadual, congregando todos os elementos beneficiados com a Revolução de 1930, vinculados de uma forma ou de outra à Interventoria, ou os que apoiavam a política de Vargas no plano federal e de Flores no estadual.

A rearticulação do sistema partidário não se prende somente a estes fatos. O surgimento de novas tendências, tanto à direita como à esquerda, assim como novas clivagens dentro dos grandes grupos tradicionais, vão trazer nova conformação ao quadro partidário local.

Como setores novos, a Aliança Nacional Libertadora (ANL) e a Ação Integralista Brasileira (AIB) não alteram o quadro

existente de forma muito profunda, pois que, os elementos que a elas se agregam tenderão a ser oriundos das camadas médias ou proletariado, setores alijados do processo político pré-30 e que não haviam se vinculado às correntes políticas tradicionais.

Já um outro movimento, que se observa no interior dos partidos, tanto da FUG como do PRL, tenderá a abrir cisões mais profundas, quebrando a tradicional bi-polaridade do sistema partidário gaúcho. Estas modificações podem ser observadas a partir do momento em que as contradições do próprio sistema se tornam mais claras e que as reivindicações dos grupos sociais (principalmente através da ANL) adquirem caráter mais concreto.

O rompimento dentro do PRL se produzirá pelo setor anti-florista do partido, na fase de antagonismo crescente entre Getúlio Vargas e Flores da Cunha, se concretizando na Dissidência Liberal. Dentro da FUG as opções serão mais diversificadas.

Na medida em que era constituída por uma união artificial entre o Partido Libertador e Partido Republicano, a FUG manteve programas, candidatos e participação autônomos de cada partido. As divisões intra-partidárias se dão, no PL com a criação da União Democrática Nacional e da Ação Libertadora; e no PRR com o Partido Republicano Castilhistas.

Amplia-se, desta forma, o quadro partidário gaúcho. Tal situação, entretanto, terá duração efêmera, pois o golpe do Estado Novo e o decreto de extinção dos partidos põem fim à nova experiência de convivência de várias correntes políticas atuantes. Estas serão, significativamente modificadas com a reestruturação partidária no pós guerra.

O presente trabalho pretende retomar algumas questões relativas à política rio-grandense - no período de 1928 a 1937 - que parecem cruciais para a compreensão do processo histórico que conduz ao Estado Novo. Nesta perspectiva, são níveis fundamentais de análise: a definição da lógica do jogo político-partidário; a atuação específica de cada partido, em suas relações intra e extra-estaduais; o espaço estabelecido para a arena política e a pressão dos novos grupos pela participação ampliada.

A busca de entendimento do período 28/37, no Rio Grande do Sul reveste-se de particular importância e vincula-se à necessidade de trazer novos elementos à compreensão do processo revolucionário de 30, especialmente no que concerne às transformações do sistema partidário rio-grandense e às relações entre centro e periferia nas conjunturas de 30/32 e 34/37.

Sendo o marco revolucionário, considerado tradicionalmente o ponto de partida para a maior parte das análises sobre o Brasil moderno e a conjuntura que antecede ao Estado Novo, portadora das características que se formalizam na experiência autoritária de 37, torna-se necessário elucidar, não somente as questões da passagem do Estado Oligárquico para a formação de um Estado Nacional, mas também o processo que antecede o golpe. Este período não pode ser visto, simplesmente, como a ante-sala do autoritarismo estado-novista. Na realidade, ele constitui-se num período desencadeador de um processo de elaboração de novos modelos políticos alternativos.

A análise longitudinal do processo, tomando como foco central o sistema partidário, é estratégica, pois que inspirando-se no enfoque organizacional⁽²⁾, incorpora referências à estrutura estatal, aos grupos de interesse e aos partidos políticos, na medida em que estes são partes interdependentes do político, concebido aqui como um sistema relativamente autônomo.

Esta abordagem é também funcional para este estudo, na medida em que permite explicar questões relativas ao conteúdo ideológico dos partidos (nem sempre coerente e geralmente difuso) pela constatação de que o acesso diferencial aos recursos de poder molda e redefine muitos dos princípios partidários. Desta forma a inconsistência ideológica dos mesmos se explicaria mais por estes fatores do que pela alienação de suas bases sociais.

Por outro lado, o enfoque oferece indicações que permitem identificar as bases partidárias a partir da própria identificação das condições organizatórias do partido. Portanto, a base de sustentação de um partido, pode ser definida em função dos recursos organizacionais que a agremiação dispõe.

Na perspectiva das relações entre centro e periferia temos que considerar outro nível do processo histórico, onde os

(²) O enfoque organizacional foi desenvolvido, basicamente, por Maria do Carmo Campello de Souza (Estado e partidos políticos no Brasil), em sua análise inovadora sobre o sistema partidário pós-45. Recente tese de Regina Maria Pereira Sampaio (O Partido Social Progressista de São Paulo) utiliza este modelo para o estudo de um partido político.

conflitos estão ligados à luta pela manutenção da autonomia estadual (através da defesa de um federalismo exacerbado) em face ao expansionismo do aparato estatal do centro.

A análise do sistema partidário regional, enfocada através da abordagem organizacional, complementa-se ao incorporar o nível das relações centro-periferia. Partindo do pressuposto de que, geralmente, as reivindicações de autonomia regional tendem a ser cooptadas pelo poder central, é consistente a afirmação de Simon Schwartzmann de que "a política cartorial e clientelística deve ser vista, (...) como uma resposta de uma administração centralizada de base patrimonialista". Ao cooptar, prossegue o autor, "o centro se enfraquece, mas ao mesmo tempo tira a autonomia e independência dos cooptados, que de constituintes se transformam em clientes". A consequência, segundo Schwartzmann, "é a formação de um sistema político pesado, irracional em suas decisões e presa de uma teia cada vez maior e mais complexa de compromissos e acomodações, até o ponto de ruptura".⁽³⁾

Sendo questões básicas para a compreensão do período, a análise do conflito entre autonomia estadual e a ação dos mecanismos de centralização acionadas pelo Estado, assim como da tentativa de institucionalização do sistema partidário regional, o presente trabalho procurará vincular, basicamente, esses dois níveis.

⁽³⁾ SCHWARTZMANN, Simon. "As eleições e o problema institucional: Estado e Sociedade no Brasil". In: Revista Dados, n. 14, Rio de Janeiro, IUPE-RJ, 1977. p. 177.

Acreditamos, pois, que a estratégia indicada por Schwartzmann, combinada com o enfoque desenvolvido por Campello de Souza, oferece uma forma de abordagem do sistema partidário que sintetiza, claramente, o que pretendemos. Esta estratégia "é essencialmente histórica. Ela trata de ver como as ideologias, as polarizações políticas, os sistemas eleitorais, as percepções e avaliações dos fenômenos políticos pelos diversos grupos da população, que existem hoje, são resultados de experiências e buscas de solução para problemas e conflitos de ontem, que caracterizam o contexto no qual são tratadas estas questões em função dos objetivos políticos desejados para amanhã". (4)

Apoiando, pois, nossa análise da política dos partidos rio-grandenses, de 1928 a 1937, nesses dois marcos teóricos, o presente trabalho será estruturado em três partes. Na primeira, analisaremos os efeitos, sobre a política regional, da ascensão de Vargas à Presidência do Estado, e, após a vitória da Revolução de 30, as relações entre as oligarquias gaúchas e o Governo Provisório. Na segunda, abordaremos, dentro de um quadro alterado pelo fracasso da Revolução de 32, as rearticulações e inovações sofridas pelo sistema partidário regional, com a pressão de camadas sociais emergentes, para a ampliação da arena política; e o aguçamento do conflito centro/periferia gerado pela vocação autonomista de Flores da Cunha. Finalmente, na terceira parte, através do estudo específico do Partido Republicano Liberal, tentaremos colocar algumas questões sobre suas características organizatórias e o seu papel dentro do sistema partidário regional.

(4) Ibidem.

PRIMEIRA PARTE

O CONTEXTO POLÍTICO-PARTIDÁRIO PÓS-30
NO RIO GRANDE DO SUL:
DA CONSOLIDAÇÃO DO SISTEMA PARTIDÁRIO REGIONAL
AO ROMPIMENTO DA FRENTE ÚNICA COM O GOVERNO PROVISÓRIO
(1928/1932)

A Revolução de 1930 no Rio Grande do Sul não estabeleceu uma ruptura no interior da oligarquia detentora do poder. Diferencialmente dos demais estados (inclusive daqueles que apoiaram a Aliança Liberal - como Minas e Paraíba mas que sofreram cisões internas), o Rio Grande do Sul havia se mantido coeso em torno da candidatura de Vargas e realizara, com ampla margem, a votação prometida durante a disputa eleitoral. A situação política regional, que se traduzia na polarização entre os "conservadores-autoritários" castilhistas e os "conservadores-liberais" federalistas (e mais tarde libertadores), tinha suas origens na implantação da República no Rio Grande do Sul. (1)

O Estado castilhista, estruturado de forma autoritária pela Carta de 14 de julho de 1891, apoiando-se sobre a eficiente máquina política, montada por Júlio de Castilhos e consolidada por Borges de Medeiros - e que tinha como instrumento principal de denominação política o disciplinado Partido

(1) A denominação "conservadores-autoritários" e "conservadores-liberais" é utilizada por Hêlgio Trindade no ensaio "Aspectos Políticos do Sistema Partidário Republicano Rio-Grandense". In: "RS: Economia e Política". Porto Alegre, Ed. Mercado Aberto, 1979, pp. 119-191.

Republicano Rio-Grandense - estabelecia uma arena política em muitos níveis diversa dos demais estados da Federação. A defesa, pelos rio-grandenses, de um federalismo radical ao nível das relações com o poder central e, ao mesmo tempo, a defesa de um poder centralizador nas relações de política interna, originou um quadro de constante confrontação política. Este conflito, que permeou, durante toda a República Velha, a sociedade sul-rio-grandense, baseava-se, não só, numa visão diferenciada da construção das instituições políticas básicas, mas também do papel que estas estruturas de poder deveriam desempenhar bem como sua forma de relacionamento com a sociedade civil. Esta divisão no interior da oligarquia regional, provocadora de duas guerras civis (1893 e 1923) e de enfrentamentos armados, frequentes ao nível do mandonismo local (principalmente nos períodos de eleição), gera, também, uma tradição de debate parlamentar que se fortalece a partir da segunda década do século, com o crescimento do papel político da Assembléia dos Representantes, concebida originalmente, na Constituição castilhistas de 14 de julho, como mera câmara orçamentária.

Extremamente fiéis aos pressupostos ideológicos de suas agremiações partidárias, as duas correntes antagônicas dentro da política gaúcha (Republicanos e Federalistas), traziam ao debate, por um lado, o dogmatismo positivista de Julio de Castilhos e o autoritarismo pragmático de Borges de Medeiros e, por outro, a retórica liberal parlamentarista de Gaspar Silveira Martins e o republicanismo liberal presidencia-

lista de Assis Brasil.⁽²⁾

Embora não seja nosso objetivo definir as determinantes fundamentais do sistema partidário gaúcho, parece indispensável, para a compreensão da dinâmica político-partidária dos anos 30, referir, em traços gerais, que as condições em que se verificou a implantação da República no Rio Grande do Sul foram importantíssimas para a formação, delineamento e evolução dos grupos políticos que se mantêm radicalmente polarizados até a ascensão de Vargas ao poder, em 1928.

O Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) sendo minoritário, por ocasião do advento do sistema republicano regional - enfrentando o desafio de uma poderosa organização partidária liderada por Gaspar Silveira Martins (Partido Liberal), de reconhecida hegemonia política apoiada pelo setor latifundiário da fronteira - teve que articular-se de forma coesa, com uma rígida hierarquia interna e com uma proposta político-ideológica para conquistar sua legitimidade política. Para tanto, inspirando-se inicialmente no republicanismo do Ma-

(2) Resultado de um rompimento ao nível das classes dominantes, cujas raízes políticas encontram-se no Império mas que recrudeceu com o advento da República, os dois grupos tendem a apresentar um corpo de projetos conservadores divergindo apenas na forma da organização do sistema político. Os republicanos adotam uma visão mais autoritária da organização política, ao passo que a oposição (englobando federalistas e republicanos dissidentes) tende a uma concepção mais liberal do sistema político, seja sob a forma parlamentarista ou presidencialista.

nifesto de Itu, aposta mais tarde, sob a liderança de Castilhos⁽³⁾ numa concepção político-ideológica positivista que oferecia um instrumento político mais eficaz para impor sua dominação. Após a instabilidade política dos primeiros anos da República, os castilhistas se impuseram não apenas pela persuasão de seu programa partidário, mas sobretudo através do controle do aparato estatal e partidário⁽⁴⁾. O Estado Castilhista, superada a grave crise da Revolução de 93, se institucionaliza, a partir de 1896, moldando, as linhas de atuação do partido, e definindo, claramente, os limites da

(3) Referindo-se a Julio de Castilhos, Love afirma que: "ao adquirir o poder, transformou-se em dēspota e alienou-se de muitos de seus companheiros, propagandistas republicanos. Por volta de 1892, sua autoridade política era completa: a máquina castilhista controlava o Executivo, o Legislativo, os governos municipais e a organização policial do Estado. Os gasparistas, entretanto, tinham sido apenas desalojados, não destruídos, e nenhum dos lados duvidava de que uma luta sangrenta estava prestes a sobrevir." LOVE, Joseph. O Regionalismo Gaúcho. São Paulo, Ed. Perspectiva, 1975. p. 60.

(4) Do período histórico iniciado em novembro de 89 ao fim do governo Castilhos em janeiro de 98, como observa Trindade, transcorrerá quase uma década de grande agitação política, marcada por governos revolucionários (1899-1891) e Constitucionais instáveis (1891-1893). Mais adiante analisando a estratégia dos republicanos o autor dirá: "A preocupação principal do partido republicano era, neste momento, estabelecer sua base política de baixo para cima através do controle do poder político local. Tornara-se indispensável para fortalecer-se enquanto partido, bem como para iniciar o processo de conquista do aparelho de Estado, que os líderes da propaganda, articulados com os clubes republicanos, acoplassem o domínio partidário com a dominação política local". TRINDADE, Hégio. Op. cit. p. 126 e 129.

atuação da oposição - bastante restritos até o Pacto de Pedras Altas em 1923.⁽⁵⁾ A conquista paulatina de espaços para o debate político, especialmente na Assembléia dos Representantes a partir dos anos 20 e, a candidatura Assis Brasil à sucessão de Borges de Medeiros em 1922, reabrem o conflito. A Revolução de 23, o Pacto de Pedras Altas e a criação da Aliança Libertadora em 1924 dão nova viabilidade à oposição e são sintomáticos de que o modelo borgista de dominação está se esgotando.

Nesse contexto político um dos fatores aglutinadores da oposição - além da crescente incompatibilidade de alguns setores republicanos com a política borgista - foi a crise econômica de 1921. "Nesta, como ressalta Antonacci, criou-se uma situação de problema social, desencadeando um questionamento à forma de dominação do PRR. Grupos da classe dominante, não atendidos pelo governo de Borges em suas solicitações de amparo à produção, foram levados a procurar outras alterna

(5) A oposição apresentará candidato em apenas dois momentos da República Velha: nas eleições de 1907, com Fernando Abbott (dissidente republicano) enfrentando Carlos Barbosa Gonçalves (candidato de Borges de Medeiros) e, em 1922, quando Assis Brasil enfrenta o próprio Borges de Medeiros. Estes dois momentos são enfatizados por João Neves da Fontoura: "Quando se articula a sucessão de 1907 como a de 1922, não é difícil concluir que ambos constituíram forças inicialmente propulsoras de um movimento que acabaria por transformar-se na Revolução de 30". FONTOURA, João Neves da. Memórias. Porto Alegre, Ed. Globo, 1958. Vol. 1. p. 81.

tivas para si e para o RS"⁽⁶⁾.

Segundo a autora - "enquanto a expansão do capitalismo internacional e as forças do mercado nacional possibilitaram uma situação de prosperidade econômica para o RS, o "positivismo" castilhistas/borgista atendeu as necessidades da classe dominante gaúcha e da área rio-grandense. Até o início da década de 1920, a situação do mercado mundial e a correlação de forças ao nível nacional e regional (o PRR era sustentado por alianças com o governo federal) manteve e garantiu a hegemonia dos republicanos"⁽⁷⁾.

(6) ANTONACCI, Maria Antonieta Martines. A Luta Oligárquica no Rio Grande do Sul na República Velha. São Paulo, Dissertação de Mestrado em História, USP, 1978, p. 122, 123. Conquanto se tratasse de setores da classe dominante local, as propostas ao nível econômico, não se opunham radicalmente e os antagonismos básicos situavam-se no campo da atuação governamental frente às questões econômicas. "Neste sentido, em termos da articulação do desenvolvimento do RS ao mercado nacional, as formas de dominação em disputa (formas lideradas por Borges e Assis) não tiveram projetos substancialmente opostos. As diferenciações se localizaram no modo de entender os obstáculos para a expansão contínua da área e de formular as práticas governamentais para fazerem frente a tais entraves.

Enquanto o projeto do PRR procurou o desenvolvimento de todos os setores da produção Rio-grandense a partir de uma ação estatal que "(...) pode tomar a forma de superação dos obstáculos à produção e à circulação, a forma de incentivos à diversificação dos modos de transformar a matéria-prima e tipificar as relações sociais de produção"; o projeto assistista propôs o desenvolvimento rio-grandense a partir da assistência e cooperação estatal à produção agro-pecuária, através de mecanismos institucionais - como o crédito rural hipotecário - que possibilitassem proteção aos empreendimentos necessitados." Id. Ibid. p. 99.

(7) Id., Ibidem, p. 21.

Apesar da força desencadeadora da crise econômica, na sucessão de Borges, não se pode esquecer, como observa Trindade, que duas variáveis políticas - a "persistência da clivagem entre duas fórmulas político-ideológicas" e o "crescimento da fraude e violência políticas" - associam-se à "insatisfação dos criadores, mas, sobretudo, das camadas urbanas, provocando sua reunificação como decorrência muito mais de um esgotamento do sistema político autoritário do que da incapacidade do modelo de desenvolvimento republicano enfrenta novos desafios da crise econômica do pós-guerra".⁽⁸⁾

Entretanto, a revitalização político-partidária ocorrida a partir da campanha de 22, e que se estende com a participação de grupos da oposição nos movimentos tenentistas de 24 e na Coluna Prestes,⁽⁹⁾ culminando em 1928 com a fundação

(8) TRINDADE, Op. cit. p. 154 e 158.

(9) Boris Fausto ao analisar o tenentismo aborda as vinculações havidas entre este setor militar e os grupos revolucionários paulistas e gaúchos de 1924 e 26. Referindo-se ao caso do Rio Grande do Sul, entretanto, ressalta como a participação civil (no movimento de Prestes ou mesmo na Coluna) girou em torno de alguns caudilhos como Honório Lemes não havendo laços organizatórios mais sólidos entre os rebeldes e os quadros representativos das dissidências oligárquicas. "O que afastava os Assis Brasil, os Francisco Morato, de uma aliança organizatória com os 'tenentes' não era o objetivo estratégico destes, mas a tática posta em prática. Por outras palavras, a utilização de um instrumento radical - a violência - embora para fins limitados, rompia o jogo normal do sistema (candidaturas, protestos, reabsorção) e estabelecia distâncias que só foram superadas nas condições específicas de 1929/1930". FAUSTO, Boris. A Revolução de 1930. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1972. p. 61.

do Partido Libertador, significa, do lado das oposições, um período de busca de articulação entre as duas tendências geralmente conflitantes: gasparistas e assisistas: e para os republicanos marca o início do aprendizado nascido da convivência com uma oposição fortalecida e legitimada pelo acordo de Pedras Altas. Esta geração de republicanos que participará intensamente desta conjuntura de transição crítica é a chamada Segunda Geração de Republicanos, ou "geração de 1907"⁽¹⁰⁾, as sim denominada por Joseph Love⁽¹¹⁾.

Impedido pelo Pacto de Pedras Altas e pela emenda à Constituição Federal de se candidatar à reeleição, Borges indica para seus substitutos dois políticos da nova geração: Getúlio Vargas e João Neves da Fontoura. Encerrava-se, desta forma, o período de autoritarismo borgista, versão recrudes-

(10) Os componentes mais destacados deste grupo eram: Getúlio Vargas, José Antonio Flores da Cunha, Osvaldo Aranha, Lindolfo Collor, João Neves da Fontoura, Maurício Cardoso e Paim Filho.

(11) "Seis integrantes da Geração de 1907 eram filhos ou parentes próximos de coronéis e cinco provinham de famílias de estancieiros. Todos os sete podiam afirmar, em fins dos anos 20, que possuíam uma experiência política intensa e variada. Cinco haviam sido intendentess de seus próprios municípios e todos haviam integrado a Assembléia Estadual. Quatro fizeram nome nos campos de batalha durante a revolta dos libertadores de 1923 e os outros três defendendo o governo Borges na convenção especial do PRR. Em 1928, seis deles foram deputados federais e nesse mesmo ano quatro ocuparam cargos no Executivo Estadual. Como suas carreiras demonstram claramente, esses homens constituíam membros bem sucedidos do partido dominante, tendo adquirido promoção rápida e regular em postos de responsabilidade cada vez maior." LOVE, Joseph, op. cit. p. 234.

cente da ortodoxia positivista do castilhismo, que dominara mais de três décadas da política rio-grandense.

1 - VARGAS NA PRESIDÊNCIA DO ESTADO: A RECONCILIAÇÃO
POLÍTICO-PARTIDÁRIA E O PROCESSO REVOLUCIONÁRIO DE 30

Vargas assume o poder executivo regional em janeiro de 1928, dando início a um governo cujo estilo será marcado pela conciliação política interna e realizações no plano econômico⁽¹²⁾. Esta nova estratégia da elite republicana emergem

(12) Vargas conseguiu do governo federal algumas concessões e conômicas que lhe permitiram fazer frente a problemas gerados pela expansão da economia gaúcha. Um dos setores mais reivindicativos era o rizicultor. Esta cultura, desenvolvida em larga escala após a 1ª. Guerra Mundial, levará seus produtores a se organizarem em um sindicato em 1926 com o objetivo de manter os preços num nível alto e constante. O sucesso da organização dos plantadores de arroz levou os produtores de charque a também criarem seu sindicato, em 1928. Para este setor, Vargas obteve uma legislação federal que praticamente eliminou o problema do contrabando platino (antiquíssimo concorrente no setor) - O Congresso aprovou um projeto que proibia o transporte de charque brasileiro por postos estrangeiros. O movimento "associativo" dentro de setores da economia continuou ainda no período - os viticultores e os fabricantes de banha também criaram seu sindicato, assim como organizou-se a Federação das Associações Comerciais do Estado.

Outra medida de alta significação e de caráter dinâmico para a vida econômica do Estado, foi a fundação do Banco do Rio Grande do Sul, com o objetivo de conceder crédito a baixo preço aos criadores e agricultores. Ao que consta, no primeiro ano, mais da metade dos empréstimos concedidos pelo Banco, foram dados a produtores de charque (APUD - Love, p. 240). Vargas fez concessões aos produtores de arroz e charque, subsidiando estes produtos no comércio de exportação através da diminuição das taxas ferroviárias nas remessas para o estrangeiro.

te, consubstanciada num modelo político mais dinâmico e flexível, reconhece o espaço conquistado pela oposição e amplia sua legitimidade renunciando à dominação excludente baseada na coerção. Vargas abre um campo maior à participação ao grupo oponente na arena política, reconhecendo candidatos eleitos em vários municípios e acenando com a possibilidade de vantagens econômicas - empréstimos ou auxílios que o governo propiciará através do Banco do Estado do Rio Grande do Sul.

Este período marca, não apenas uma nova estratégia por parte dos republicanos, com uma política mais envolvente, mas ocorre numa conjuntura em que as oposições atingem a um novo estágio ao fundirem seus princípios num programa partidário.⁽¹³⁾ Em março de 1928 reúne-se em Bagé, sob a presidência de Assis Brasil, os líderes da Aliança Libertadora, extinguindo o velho Partido Federalista, de tradição gasparista, fundado em 1892 e criando o Partido Libertador com uma estrutura política mais ampla e competitiva. A discussão do programa-nô górdio da viabilidade do novo partido - é longa e finalmente

(13) "Assis Brasil tratara, em 1922/23, de forjar para as oposições uma dinâmica interna própria. Por isso mesmo, seu objetivo imediato não foi a posse do poder, mas o início de uma luta em comum, onde fossem surgindo laços novos, que sedimentassem a aliança das oposições na prática. Sabia que uma vitória, naquele momento, significaria a dispersão do movimento e a impossibilidade de consolidar a coligação num partido de oposição. Exatamente nisto consistiu toda a habilidade política de Assis Brasil: - conduzir a coalisão heterogênea e transitória das oposições rio-grandenses a uma dinâmica interna própria, que possibilitasse aos vários grupos da oposição a identificação e a fusão num partido novo - o Partido Libertador, em 1928." ANTONACCI, Maria Antonieta. Op. cit. p. 93.

produz a compatibilização dos princípios e dos interesses dos setores da oposição. (14)

O programa adotado pelo congresso do Partido Libertador é idêntico ao do Partido Democrático Nacional, no Rio de Janeiro, em cujo ideário, de inspiração liberal, Assis Brasil delineou seu programa político: "I - Defender os princípios democráticos e liberais consagrados na Constituição da República, para que se torne uma realidade o governo do povo e para o povo, promovendo a regeneração dos costumes políticos e opondo-se a qualquer reforma constitucional que implique restrição à liberdade e garantias de direitos; II - Pugnar pela revisão constitucional, não só para que se restaurem as disposições democráticas e garantias cercadas pela reforma de 1926, senão também para que se adotem outras reclamadas pela vida contemporânea e generalizadas nas aspirações da Nação; III - Impor pelo voto secreto o sigilo absoluto do sufrágio

(14) As dificuldades dos federalistas e assisistas chegarem a um consenso foram grandes. O setor federalista, de tradição parlamentar, apresentava profundas resistências em aceitar um programa que defendia a posição presidencialista de Assis Brasil. Por outro lado, Assis não concordava, absolutamente, com a postura maragata defensora intransigente do parlamentarismo. A solução encontrada foi que "o Programa inscreveria, logo, os dois princípios aceitos por Assis: - eleições indiretas e governo coletivo. Quanto aos demais, seriam silenciados, mas expressa e peremptória seria a ressalva de que os antigos federalistas, parlamentaristas, teriam como questões abertas, no programa, as normas cardiais de seu ideário político e, ainda mais, teriam o direito de continuar propugnando por ele, mesmo dentro do Partido, para o fim de, nalgum dia futuro, obterem, pela maioria, a reforma do Programa. SÃ, Mem de. A Politização do Rio Grande. Porto Alegre, Ed. Tabajara, 1973. p. 68-69.

eleitoral, como condição impreterível da sua moralidade, assegurando-o com a independência do funcionalismo público e do eleitorado em geral, com o castigo dos fraudadores e com medidas acauteladoras do alistamento, do escrutínio, da representação proporcional, da apuração e do reconhecimento". (15)

A importância política da consolidação das oposições pode ser percebida pelo destaque que a imprensa dá ao conclave político de Bagé. Analisando as conseqüências práticas do encontro, o Diário de Notícias ressaltando a prova da "elevada cultura política" do Rio Grande, apresenta como fatos relevantes: "Do ponto de vista partidário, (...) a adesão dos srs. Wenceslau Escobar e Estácio Azambuja, bastião da última resistência ao pensamento de unificação geral. Do ponto de vista político superior, o Rio Grande do Sul lucrou um novo grau de aspirações, mas capaz, segundo as lições do sr. Assis Brasil, de cooperar com o governo no ponto onde coincidem os interesses maiores da Pátria. O próprio governo do Estado com a nova mentalidade que lhe está imprimindo o Sr. Vargas não recusaria aceitar a colaboração no plano patriótico. Não houve dogmatismo doutrinário. Os federalistas transigiram. Transigiram os aliancistas. Não cederam a conveniências pessoais. Nenhum homem, mais amigo da verdade que Platão, deixará de reconhecer que se pode abrir a era nova a política no Rio Gran-

(15) OSÓRIO, Joaquim Luís. Partidos Políticos no Rio Grande do Sul (Período Republicano). Pelotas, Liv. do Globo, 1930. p. 283.

de". (16)

Desta forma, o esvaziamento do modelo de dominação borgista e a nova estratégia republicana não eram fenômenos isolados na política rio-grandense. A conjuntura apresentava-se propícia tanto para os republicanos no poder quanto para os libertadores na oposição. Os primeiros, com o novo estilo adotado por Vargas, em contraposição ao autoritarismo borgista, assumiam uma imagem de governo progressista e mais aberto ao debate político. Os libertadores, em função da convergência das oposições, venciam a difícil tarefa de articular-se internamente e, ao mesmo tempo, adquiriam uma dimensão extra-estadual vinculando-se ao Partido Democrático de São Paulo na expectativa de um novo arranjo político.

Nesta conjuntura específica, começam a ocorrer, ao nível federal, as primeiras articulações em torno da sucessão de Washington Luís na Presidência da República, que será crucial para a mudança nas relações no interior da classe política rio-grandense. As primeiras indicações sobre o processo sucessório entre os republicanos, aparecem em novembro de 1928, na correspondência entre Getúlio Vargas e Flores da Cunha. Este relata conversa mantida com Ataliba Leonel, político paulista, onde este lhe informa que, fracassada a candidatura Júlio Prestes, Washington Luís patrocinará o nome de Vargas. Em sua carta, Flores comenta com certa desconfiança a informação

(16) Diário de Notícias. 18 mar. 1929. p. 9.

recebida do prócer paulista: "A situação, para mim, está clara: o Dr. Washington Luís, vetada por Minas a candidatura do Júlio Prestes, adotará e lançará a tua. O João Neves acredita ou está mesmo certo de que Minas vetará ou já vetou o nome do Júlio Prestes. Quanto a mim, devo lamentavelmente declarar, só me convencerei disso diante de documento insofismável ou da realidade palpável! Conheço assaz o Antonio Carlos para só acreditar na sua atitude, depois de vê-la bem definida e divulgada de modo irretratável. Não me surpreenderia se, da noite para o dia, surgisse a candidatura do Júlio Prestes sugerida e apresentada pelo próprio Antonio Carlos!!!"⁽¹⁷⁾

Este era apenas o primeiro passo de uma articulação com marchas e contra-marchas que invadiria todo o ano de 1929.

O cotejo da correspondência entre os principais líderes, no período sucessório, pode conduzir à visão de que a solução revolucionária parecia mais uma saída imposta pela absoluta ausência de tato político do Governo Federal do que um imperativo às oligarquias dissidentes. Paulo Sérgio Pinheiro refere-se a este problema quando analisa a questão das cisões entre as forças políticas dominantes, em 1929: "Examinando-se os acontecimentos ligados às conversações em torno da candidatura presidencial se poderia apenas, constatar que a posição das forças políticas do Estado de Minas Gerais está ligada ao rompimento das regras que presidiam ao que restava da prática

(17) Carta de Flores da Cunha a Getúlio Vargas. 29 de nov. 1928. Arquivo Flores da Cunha. UFRGS.

da "política dos governadores". A imposição de um nome paulista pelo Presidente da República poderia, assim, indicar sua falta de sensibilidade para as contradições que haviam sido desencadeadas, uma incapacidade para fazer uma análise mais lúcida da conjuntura da época."⁽¹⁸⁾

Obviamente, esta interpretação a que alguma documentação, analisada isoladamente, pode remeter, tem que ser enquadrada de forma a expressar, também, as motivações dos grupos sociais que fundamentam esta opção política. A candidatura de Júlio Prestes "não corresponde inteiramente aos interesses dos grandes proprietários de terra e de outros grupos ligados à produção cafeeira"⁽¹⁹⁾, assim como não representa, também, os interesses da classe dominante rio-grandense. Apesar da cisão mineiro-gaúcha ser, frequentemente, interpretada como o somatório das críticas destes grupos dominantes à política econômico-financeira do governo, os argumentos de caráter político (abuso de poder, rompimento de acordo, atentado à soberania nacional) são predominantes.

Tomando, inicialmente, as características de mais uma contestação ao candidato oficial (como já havia ocorrido anteriormente no Rio Grande do Sul) o conflito apresentaria como originalidade o fato de provocar "*o rompimento do acordo*

(18) PINHEIRO, Paulo Sérgio. Política e Trabalho no Brasil. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977. p. 39.

(19) Id., Ibid. p. 40.

entre as duas forças hegemônicas no interior da Federação". "A primeira fase do conflito (imposição da candidatura oficial, desacordo entre forças hegemônicas) mantém a forma e o conteúdo tradicionais mas, na segunda fase, percebe-se inovações (as possibilidades do conflito transbordam o quadro institucional, isto é, a plataforma da Aliança Liberal)." (20)

Ainda que nosso objetivo não seja o de analisar o processo revolucionário de 30 no Rio Grande do Sul, seria interessante tentar compreender os mecanismos internos da unificação das oligarquias gaúchas para melhor captar a dinâmica de suas próprias contradições ao longo do período estudado. (21)

Constata-se que, do lado republicano, coexistem duas facções que se mantêm ao longo de todo o processo sucessório até a eclosão da revolução. Obviamente, não só a tradição po-

(20) Id., Ibid. p. 41 e 42.

(21) As narrativas e análises sobre o processo revolucionário de 30 abordam, direta ou indiretamente, as articulações internas entre os partidos gaúchos. Ver, entre outros: LOVE, Joseph - "O Regionalismo Gaúcho"; FONTOURA, João Neves da - "Memórias" e "A Jornada Liberal"; FAUSTO, Boris - "A Revolução de 1930" e "Pequenos Ensaios de História da República"; LIMA SOBRINHO, Barbosa - "A Verdade Sobre a Revolução de Outubro - 1930"; PINHEIRO, Paulo Sérgio - "Política e Trabalho no Brasil"; ASSIS BRASIL, Joaquim Francisco de - "Atitude do Partido Democrático Nacional na crise da renovação presidencial para 1930-1934"; BORGES, Vavy Pacheco - "Getúlio Vargas e a Oligarquia Paulista"; MELLO FRANCO, Virgílio de - "Outubro, 1930"; NOGUEIRA FILHO, Paulo - "Ideais e lutas de um burguês progressista: O Partido Democrático e a revolução de 1930"; PAIM FILHO, Firmino - "Ao Rio Grande do Sul e à Nação"; ALIANÇA LIBERAL - Documentos da Campanha Presidencial; COUTINHO, Lourival - "O General Gões depõe..." (Vide referências completas na bibliografia).

lítica autoritária do PRR, como defensor da ordem, o condicionava à aceitação pacífica dos resultados eleitorais, mas o conservadorismo de suas lideranças mais antigas era contrário a qualquer mudança mais profunda nas regras do jogo político. A ótica dos republicanos tradicionais,⁽²²⁾ havia se constituído como uma "nova reação republicana" com o fim de eleger um candidato à Presidência da República. Como este tinha sido derrotado, não cabia à oposição senão acatar estoicamente esta consequência como a tradição republicana borgista sempre exigira de seus adversários, independentemente do reconhecimento da prática de fraudes eleitorais.

Excetuando o grupo mais combativo, ao qual pertenciam Osvaldo Aranha, Baptista Lusardo e João Neves da Fontoura, com estreitas ligações com o grupo mineiro e com os tenentes, a tendência dos integrantes gaúchos da Aliança Liberal seria de manter, frente ao governo de Julio Prestes, uma ati-

(22) O comportamento reticente de Vargas, em muitos momentos da Aliança Liberal explicam-se pela situação conflitante em que se encontrava entre duas tendências dentro de seu próprio partido. As atitudes conservadoras e conciliatórias, entretanto, parecem ter sido em maior número. Por exemplo: a escolha de Belo Horizonte para a Convenção da Aliança (momento em que seria lançada a candidatura de oposição) e a manutenção de entendimentos com Washington Luís, através de Firmino Paim. "O caminho escolhido por Vargas, para resolver o dilema foi encorajar tanto os militantes da Aliança Liberal quanto aqueles que procuravam conciliar-se com a administração federal, o momento em que ele tivesse de escolher entre os dois grupos. Deixou que Neves, Collor, Aranha e os mineiros perseguissem um caminho belicoso. Ao mesmo tempo, concordava confidencialmente com Paim que o conflito podia ainda ser resolvido amigavelmente e concitava-o a manter os laços vitais com o Rio de Janeiro". LOVE, Joseph. Op. cit. p.248.

tude "ordeira". Isto pode-se depreender das mensagens trocadas entre Borges de Medeiros e Getúlio Vargas. Em fins de 30, Borges, como chefe do Partido Republicano, recomenda a Vargas: "guardar, em face dos poderes públicos e no desempenho do mandato legislativo, para uma *atitude moderada e equidistante do incondicionalismo governamental como do opocisionismo sistemático*, que consideramos sempre incompatíveis com o presidencialismo e com as imposições do sã patriotismo". Finalmente, Borges sugere, também, que os republicanos consultem "previamente o Presidente do Estado e o chefe do partido sobre casos ocorrentes que, pela sua importância e repercussão na vida do País e do Estado, possam trazer complicações e perturbações sérias."⁽²³⁾ Um argumento muito utilizado, então - e o foi pelo próprio Borges - era de que a margem de votos muito ampla que Júlio Prestes tivera à frente de Getúlio Vargas era uma garantia de que, mesmo descontadas as fraudes, de ambas as partes, o candidato oficial ainda assim seria vitorioso. A contestação da fraude eleitoral perdia, desta forma, o seu caráter determinante.

Neste sentido causa profundo impacto na ala revolucionária a publicação em "A Noite" da entrevista concedida por Borges de Medeiros, em março de 30, onde declara que a Aliança Liberal encerra-se juntamente com a contagem de votos para

(23) Carta de Borges de Medeiros a Getúlio Vargas. 23 mar. 1930. ap: SILVA, Hêlio. 1930: A Revolução Traída. Rio de Janeiro, Ed. Civ. Brasileira, 1966. p. 79-80.

o Congresso⁽²⁴⁾. Sugere, inclusive, que ela seja transformada em plataforma partidária (nacional se possível) passando, portanto, para outro nível de atuação.⁽²⁵⁾

A outra ala do grupo republicano, com experiência de uma política mais flexível e ligada à atuação na esfera federal - principalmente na Câmara dos Deputados e no Senado - vai manter uma postura substancialmente diversa dos líderes tradicionais do partido. Osvaldo Aranha, no nível local, João Neves e Lindolfo Collor, no plano federal, vão ser os elementos mais ativos na articulação do movimento. Este grupo possuía articulações com os tenentes (João Alberto, Miguel Costa, Juarez Távora) e com o grupo mineiro liderado por Virgílio de Mello Franco. A existência deste setor politicamente mais radical, combinada com os primeiros efeitos da crise de 29 no Rio Grande do Sul⁽²⁶⁾, delineiam, um quadro onde os elementos

(24) Entrevista de Borges de Medeiros para o jornal "A Noite". 19 mar. 1930. ap: SILVA, Hélio. Op. cit. p. 74-75.

(25) É compreensível a atitude reservada e submissa de Borges se levarmos em conta a tradição da prática política do PRR - organização partidária subordinada a um Estado autoritário, com hábitos antigos de abusos de poder, não só pela fraude eleitoral, mas também pelo uso da coerção física, apelando frequentemente para a Brigada Militar. Não causa admiração, portanto, que republicanos como Borges de Medeiros, Paim Filho, João Simplício, aceitassem a "legalidade" da política da Primeira República.

(26) "Os bancos do Rio Grande do Sul começavam a fechar suas portas, como estavam procedendo os bancos de todo o país e as atividades agrícolas e pastoris começaram a sentir o arrocho da liquidação progressiva das hipotecas". LOVE, Joseph. Op. cit. p. 253.

defensores da via revolucionária passam a ser dominantes. "A depressão estava fadada a fortalecer, no Rio Grande, a posição daqueles que advogavam a revolta. Embora Vargas continuasse a contemporizar, com o concurso de Borges, os militantes da paz e da guerra estavam indiscutivelmente gerando tensões na unidade do partido gaúcho. Neves queria conservar a oposição viva no Congresso; Aranha favorecia totalmente a revolta e Flores logo aderiu a ele. O Senador eleito Paim e alguns dos congressistas mais velhos queriam a reconciliação. O lema castilista - "nem apoio incondicional nem oposição sistemática" - era citado por Borges e Vargas como princípio diretriz. Mas em face de um caso específico, Vargas permitia que Paim e Neves interpretassem a frase à sua maneira"⁽²⁷⁾.

Um aspecto importante a ser salientado, no posicionamento das diversas facções do grupo aliancista é a ênfase que tanto os republicanos como os libertadores davam ao papel dos respectivos partidos durante o processo revolucionário. A fora o aspecto aglutinador que a campanha presidencial representara para as forças políticas gaúchas, a radicalização de uma ala republicana, assim como a presença de libertadores no movimento, parece ter preocupado as lideranças tradicionais. Borges e Vargas são acusados de estarem traindo os libertadores e a ala esquerda revolucionária - "o que preocupa Borges é o formidável avanço do partido libertador e a cisão do seu

(27) Id., Ibid., p. 253.

partido..."⁽²⁸⁾. Há referências de que Borges demonstrava muita preocupação partidária recomendando enfaticamente que "as forças dos republicanos deveriam ser organizadas pelos seus próprios chefes partidários, como no passado, deixando que os libertadores se ocupassem da organização de seus próprios seguidores"⁽²⁹⁾. Ainda que partidário de uma solução conciliatória, Borges preocupava-se em assegurar a preponderância do partido republicano na direção do movimento revolucionário.

Os libertadores, tradicionalmente aliados do poder regional, haviam aceito participar da Aliança basicamente por dois fatores ideológicos, além das razões mencionadas anteriormente - a garantia da reforma eleitoral e representação minoritária dadas por Vargas. "A representação dos libertadores no Congresso tinha sido cortada de sete para três cadeiras em 1927 e Vargas agora prometia à oposição mais duas, sem concorrentes, dando aos libertadores um total de cinco dos dezesesseis lugares".⁽³⁰⁾

A insistência de Vargas na adesão completa da oposição à sua candidatura prendia-se a medidas preventivas que visavam a evitar situações como a de 1924 quando Bernardes puni

(28) Carta de Rubens Maciel. 16 set. 1930. Citada em FLYNN, Peter. A Legião Revolucionária e a Revolução de 30. ap: FIGUEIREDO, Eurico de Lima. (org.). Os Militares e a Revolução de 30. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979. p. 87.

(29) FLYNN, Peter. Op. cit. p. 88.

(30) LOVE, Joseph. Op. cit. p. 246.

ra os republicanos usando a oposição.⁽³¹⁾

O clima de insegurança frente à articulação do movimento existente em alguns setores aliancistas, se estende também ao Partido Libertador. Na medida em que as decisões cruciais são tomadas, regionalmente, pelas lideranças republicanas e que membros mais atuantes da oposição - como Batista Lusardo - encontram-se em Campanha extra-estadual, alguns libertadores passam a se sentir excluídos do movimento. Tal atitude é sensível em carta de Raul Pilla sobre o rumo das articulações revolucionárias: "Não posso ver em tudo isso senão o desígnio de arredar o Partido Libertador de qualquer influência, transformá-lo num simples caudatário da revolução e quiçá levá-lo à ruína pela absorção de seus elementos mais nativos..."⁽³²⁾

Os partidos rio-grandenses debatiam-se, portanto, às portas da revolução, com problemas internos gerados pelos posicionamentos díspares frente à articulação do movimento e pe

(31) Vargas articula, também outros compromissos apelando a Paim negociar um pacto com Washington Luís: "Getúlio consentia em não deixar o Estado durante a Campanha e, se vencido, aceitar a vitória de Prestes como legítima. De sua parte, Washington Luís e Prestes concordavam em garantir a posse de todos os deputados gaúchos eleitos em março, em não auxiliar os libertadores contra os republicanos e em restabelecer relações normais entre o governo do Rio Grande e o governo federal, passadas as eleições". LOVE, J. Op. cit. p. 249.

(32) Carta de Raul Pilla a Osvaldo Aranha. 28 ago 1928. Citada em FLYNN, Peter. Op. cit. p. 87.

lo envolvimento em níveis diversos nos planos revolucionários. (33)

Obviamente, tanto Osvaldo Aranha, como Getúlio Vargas, eram focos definidos da ação aliancista. O primeiro, tomando medidas no sentido de concretizar o levante armado; o segundo, mantendo o contato entre os setores radicais e tradicionais do movimento, sem, no entanto, definir-se abertamente por nenhum. Entretanto, há um terceiro nível da articulação e que não se prende às lideranças civis, mas diz respeito, diretamente, à ação da corporação militar. Já nos referimos anteriormente, e a literatura especializada no período enfatiza devidamente, o papel desempenhado pelos tenentes na Aliança Liberal e principalmente na preparação da Revolução. (34) As medidas básicas, de caráter estratégico-militar, porém, serão tomadas por Góes Monteiro, encarregado de sondar o "espírito da tropa", de definir os oficiais legalistas e de disseminar

(33) A cisão interna nos partidos políticos (mais sensível no PRR) não é uma originalidade rio-grandense. O grupo mineiro, vinculado à Aliança Liberal apresenta as mesmas características do gaúcho, com uma facção radical liderada por Virgílio de Mello Franco e outra, moderada, sob o comando de Antonio Carlos. No que concerne aos revolucionários, tanto Virgílio de Mello Franco quanto Osvaldo Aranha apresentam comportamentos similares em relação às possibilidades concretas do movimento. Em junho de 30 Aranha se demite da Secretaria de Justiça (RS) dizendo de sistir de tudo. No mesmo período, Virgílio, pela falta de apoio dos mineiros, também resolve "abandonar a comédia". Ambos pareciam testar as bases do movimento e, por outro lado, ficarem mais livres na medida em que os conservadores se despreocupavam de controlar suas ações.

(34) Relato detalhado dos contatos dos Revolucionários com os tenentes é feito em SILVA, Hélio. Op. cit. p.121-130.

na própria corporação, a idéia favorável ao movimento⁽³⁵⁾. A escolha de Gões Monteiro como organizador militar do movimento não afastou o setor tenentista que permaneceu articulado ao grupo aliancista e teve papel determinante nos primeiros a nos pós-revolucionários.⁽³⁶⁾

A atitude conciliatória das lideranças tradicionais leva os radicais a adiarem inúmeras vezes a eclosão do movimento. Uma definição mais nítida se dá apenas com a atitude do governo federal em relação ao caso de Princesa e a ameaça de intervenção na Paraíba. A partir daí, com a utilização, in

(35) Para dirigir as operações propriamente militares os gaúchos preferiram um oficial de comando aos tenentes de influência incerta no exército regular. O Tenente-Coronel Pedro Gões Monteiro, que comandava uma unidade de infantaria no Distrito das Missões, assumiu o encargo. Nascido no Nordeste, Gões, no entanto, considerava-se gaúcho, tendo passado grande parte de sua vida no Rio Grande do Sul. Quando esteve na Escola Militar de Porto Alegre, integrou o Bloco Acadêmico Castilhistas e conheceu Vargas e Neves. Era, porém, mais próximo de Aranha..." LOVE, Joseph. Op. cit. p. 255.

(36) Cabe lembrar que o nome de Luís Carlos Prestes foi cogitado para chefe militar da revolução. Prestes chegou a manter entendimentos com Vargas no Palácio Piratini em Porto Alegre recebendo dinheiro para compra de armamentos. A tentativa de aproximação com Prestes prossegue a até os acontecimentos de maio de 1930 quando Siqueira Campos morre em consequência de um desastre aéreo quando retornava de Buenos Aires onde ele, João Alberto e Miguel Costa haviam ido se encontrar com o antigo líder num último ensaio de aproximação. Nesta ocasião João Alberto confessa que a argumentação de Prestes não estava destituída de razão - aquela não era a revolução pretendida pelos "tenentes". "Como se aliar aos grandes inimigos de ontem?" A ruptura definitiva leva Prestes a lançar seu manifesto declarando seus novos princípios e apontando as limitações do programa da Aliança Liberal como proposta de reforma da atual situação brasileira.

clusivo, do fator emocional propiciado pelo assassinato de João Pessoa, será difícil ao setor moderado evitar o caminho da revolução.

É elucidativa, neste sentido, a correspondência de Borges de Medeiros e de Antonio Carlos analisando a conjuntura - a situação dos aliancistas frente aos problemas de Princesa. A argumentação utilizada pelos dois líderes é semelhante e mantém-se dentro dos padrões da lógica oligárquica: "Creio que o dever supremo é tudo envidar para evitar-se a calamidade de uma explosão revolucionária" diz Borges, mas caso isto não seja possível, "o Rio Grande oficial terá diante da Revolução uma atitude passiva mas simpática, não a combatendo de nenhum modo, e não a tolhendo na sua liberdade de ação" (37). Antonio Carlos desenvolve o mesmo raciocínio: "Não repetirei a exposição dos graves e patrióticos motivos que nos devem impelir no sentido de atalhar a explosão revolucionária", dando, ao Presidente da República, condições de repensar suas atitudes em relação ao caso de Princesa. Mas, caso não seja possível, deve-se deixar clara "a impossibilidade de se conter o movimento revolucionário, verificada aquela intervenção, e o nosso propósito de nela participar por força dos imperativos que decorrem da solidariedade política e da dignidade humana". (38)

(37) Carta de Borges de Medeiros a Getúlio Vargas. 19 jan.1930. Arquivo Flores da Cunha. UFRGS.

(38) Carta de Antonio Carlos para Flores da Cunha. 3 jun.1930. Arquivo Flores da Cunha. UFRGS.

É no sentido de contornar essas atitudes conciliatórias do grupo aliancista conservador que a ação da ala radical será determinante. Menos viciado na máquina oligárquica, o grupo de Aranha e Virgílio, apesar de estar vinculado por laços de classe aos políticos tradicionais, apresenta recursos maiores de atuação partidária e maior flexibilidade na articulação com novos grupos - como os tenentes. Este setor da Aliança mediatizará o entendimento entre antigos oligarcas e tenentes.

A Aliança Liberal, originária da dissidência gerada num contexto de sucessão presidencial, assumiu, ao longo do ano de 30, dimensões mais profundas e abrangentes do que inicialmente se propunha.

Freqüentemente apontada como uma mera repetição dos programas oposicionistas da Primeira República - teses vagas, imprecisas, conciliatórias - como aponta Barbosa Lima Sobrinho em sua análise do movimento de 30⁽³⁹⁾, a plataforma da Aliança apresenta, na realidade, pontos originais: "... pensamos que entre os temas habituais dos programas da oposição, podem ser encontradas na plataforma da Aliança Liberal algumas inovações, apesar desses princípios serem marcados pela ambivalência, característica da ação da Aliança Liberal e de seus membros. Em relação ao *establishment* político, a anistia,

(39) LIMA SOBRINHO, Barbosa. A Verdade Sobre a Revolução de Outubro - 1930. São Paulo, Alfa-Omega, 1975.

as leis repressivas, o voto secreto eram temas novos; em relação às classes dominadas ou "não-reconhecidas" pelo reacionarismo fundamental que permeia a estrutura política da primeira república, deve-se ressaltar a tomada de consciência feita por essa plataforma a respeito da "questão social".⁽⁴⁰⁾

O conjunto de idéias que dera o ponto de partida, não só à articulação dos grupos políticos rio-grandenses, mas à formação do movimento nacional⁽⁴¹⁾ seria ampliado por ocasião da tomada do poder pelo grupo revolucionário. Vargas ao assumir o Governo Provisório apresentava uma gama de propostas reformistas: garantia do voto secreto, remodelação das Forças Armadas, criação do Ministério do Trabalho, reformulação do Ministério da Agricultura, extinção progressiva do latifúndio, desenvolvimento da pequena propriedade e muitos outros

(40) PINHEIRO, Paulo Sérgio. Op. cit. p. 173-174.

(41) A plataforma da Aliança havia sido ampla - o suficiente para abarcar todos os setores nela contidos. Defendia a anistia ("plena, geral e absoluta"); a revogação das leis compressoras da liberdade de pensamento; legislação eleitoral; reorganização da Justiça Federal; reforma do ensino no secundário e superior; constituição de um Código do Trabalho; aumento de vencimentos e garantia de estabilidade aos funcionários públicos; organizar a produção e os serviços de transporte para reduzir o custo de vida; produzir muito e barato para desenvolver a economia e abastecer os mercados internos; expandir o comércio exportador; auxiliar o nordeste e colonizar a Amazônia; organizar um plano de viação geral para o país; remodelar o Banco do Brasil (criar carteiras especiais); redefinir a política do café.

temas⁽⁴²⁾. Iniciava-se, então, a ação concreta dos revolucionários extrapolando em muito as perspectivas reformistas do

-
- (42) O conjunto de medidas para a reconstrução nacional somavam dezessete itens abrangendo os mais variados setores: 1) concessão de anistia; 2) saneamento moral e físico, extirpando ou inutilizando os agentes de corrupção, por todos os meios adequados a uma campanha sistemática de defesa social e educação sanitária; 3) difusão intensiva do ensino público, principalmente técnico-profissional, estabelecendo, para isso, um sistema de estímulo e colaboração direta com os Estados. Para ambas finalidades, justificar-se-ia a criação de um Ministério de Instrução e Saúde Pública, sem aumento de despesas; 4) instituição de um Conselho Consultivo, composto de individualidades eminentes e sinceramente integradas na corrente das idéias novas; 5) nomeações de comissões de sindicância para apurarem a responsabilidade dos governos depostos e de seus agentes, relativamente ao emprego dos dinheiros públicos; 6) remodelação do Exército e da Armada, de acordo com as necessidades da defesa nacional; 7) reforma do sistema eleitoral, tendo em vista, precipuamente, a garantia do voto; 8) reorganização do aparelho judiciário no sentido de tornar uma realidade a independência moral e material da magistratura, que terá competência para conhecer do processo eleitoral em todas as suas fases; 9) feita a reforma eleitoral, consultar a Nação sobre a escolha de seus representantes com poderes amplos de constituintes, a fim de procederem à revisão do Estatuto Federal, melhor amparando as liberdades públicas e individuais e garantindo a autonomia dos Estados contra as violações do governo central; 10) consolidação das normas administrativas com o intuito de simplificar a confusa e complicada legislação vigorante, bem como de refundir os quadros do funcionalismo, que deverá ser reduzido ao indispensável, suprimindo-se os adidos excedentes; 11) manter uma administração de rigorosa economia, cortando todas as despesas improdutivas e suntuárias - único meio eficiente de restaurar as nossas finanças e conseguir saldos orçamentários reais; 12) reorganização do Ministério da Agricultura, aparelho atualmente rígido e inoperante, para adaptá-lo às necessidades do problema agrícola brasileiro; 13) intensificar a produção pela policultura e adotar uma política internacional de aproximação econômica, facilitando o escoamento das nossas sobras exportáveis; 14) rever o sistema tributário, de modo a amparar a produção nacional, abandonando o protecionismo, dispensando as indústrias artificiais, que não utilizam a matéria prima do País e mais contribuem para encarecer a vida e fomentar

movimento.

o contrabando; 15) instituir o Ministério do Trabalho, destinado a superintender a questão social, o amparo e defesa do operariado urbano e rural; 16) promover, sem violência, a extinção da propriedade, mediante a transferência direta de lotes de terra de cultura ao trabalhador agrícola, preferentemente, estimulando-o a construir com as próprias mãos, em terra própria, o edifício de sua propriedade; 17) organizar um plano geral, ferroviário e rodoviário, para todo o País, a fim de ser executado gradualmente, segundo as necessidades públicas e não ao sabor de interesses de ocasião." SILVA, HÉLIO. Op. cit. p. 415-416.

2 - VARGAS NO GOVERNO PROVISÓRIO: AS LEGIÕES REVOLUCIONÁRIAS E A ATITUDE DOS PARTIDOS REGIONAIS

A ascensão de Vargas à chefia do Governo Provisório, superada a fase de unidade revolucionária na busca do poder político, viabilizará a eclosão de tendências no interior das lideranças revolucionárias. Apesar das correntes políticas locais manterem-se dentro de seus princípios partidários, era natural que algumas facções, iniciando um processo de articulação, formassem alianças internas visando à constituição de movimentos que tinham ligações explícitas com os grupos mais radicais como os tenentes.

Uma das primeiras correntes a se manifestar foi a chamada ala "esquerda" da revolução lançando as bases das Legiões Revolucionárias com o apoio direto do Ministro da Justiça, Osvando Aranha. (43)

(43) "A idéia dessa legião surgira, segundo entrevista do Dr. Raul Bittancourt, ao "Diário da Manhã", do Recife, ainda durante a fase de execução militar do movimento Revolucionário, no Sul. Aceita ali e no Centro, com entusiasmo, pela ala política moça da revolução, teria de defrontar-se, entretanto, de um lado, com os receios e restrições dos velhos chefes partidários tradicionalistas, (...) e de outro lado, com a desconfiança de alguns elementos militares...". TÁVORA, Juarez. Uma Vida e muitas lutas. Vol. 29. Rio de Janeiro, José Olympio, 1974. p. 16.

Nosso objetivo é analisar o surgimento das Legiões, com sua proposta ideológica e estrutura organizativa, para melhor compreender a atitude dos partidos rio-grandenses, reagindo diante da sua tentativa frustrada de implantação no Rio Grande do Sul. Tal fato está a indicar que a questão merece ser melhor elucidada, tendo em vista que é justamente Osvaldo Aranha, republicano gaúcho, o maior interessado em difundir as Legiões. E não se pode explicar a rejeição das mesmas, no Rio Grande do Sul, fora da sua relação com o sistema partidário regional.

A questão que parece relevante, em nossa ótica de análise, é o fato de que, embora as Legiões tenham fracassado como organização política capaz de se impor na condução da política revolucionária (por razões que analisaremos a seguir), a idéia chegou a vingar, temporariamente, em alguns estados, especialmente São Paulo e Minas. Se em São Paulo a Legião foi um instrumento político utilizado para estabelecer a hegemonia do Governo Provisório sobre os partidos tradicionais, numa área em que a Revolução tinha problemas sérios de legitimidade, e no caso de Minas (aliada preferencial do Rio Grande do Sul na luta pela ascensão de Vargas à chefia do Governo), a adesão à idéia da Legião tivesse um caráter tático na preservação da autonomia regional, o Rio Grande representou uma exceção à regra na medida em que foi infenso a qualquer iniciativa nesse sentido. A Legião foi até mesmo hostilizada pelas lideranças regionais dos republicanos e libertadores. Nossa hipótese é que esta resistência reside no caráter excludente do sistema bipartidário regional - fundido na Frente Única - em

decorrência da ausência de espaço político para uma organização de amplitude nacional que ameaçasse o monopólio político dos partidos regionais.

Dentro desta perspectiva, a correspondência de Osvaldo Aranha com Borges é elucidativa no que se refere à preocupação em dar novos rumos à política nacional através da criação de Legiões Revolucionárias. Já em março de 1931 Aranha escreve ao chefe dos republicanos rio-grandenses: "para mim, ou organizamos o poder civil ou cairemos dentro em breve no regime militar ou sua desagregação... (...) Imaginei, para evitar esses males, a organização de um instrumento capaz de agir no sentido civil. Dei-lhe o nome de Legião". Aranha justifica sua criação com o argumento de que "o Exército ameaça constituir perigo, não à ordem atual mas às próprias instituições."⁽⁴⁴⁾

Esta preocupação do Ministro da Justiça é confirmada por Juarez Távora, um dos líderes mais importantes dos tenentes, que em suas memórias afirma: "Parecia-me necessário e urgente definir rumos certos para a ação da ditadura. Aranha e João Alberto concordavam comigo. E houve troca de idéias, nesse sentido, entre civis e militares, no centro e no sul (...) Foi, provavelmente em consequência dessas dificuldades que se pensou na organização imediata de um instrumento de a-

(44) Carta de Osvaldo Aranha a Borges de Medeiros. Mar. 1931. in: SILVA, Hélio. 1931 - Os Tenentes no Poder. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1972. p. 17.

glutinação revolucionária - a Legião de Outubro..."⁽⁴⁵⁾

Da mesma forma, o Interventor de São Paulo (João Alberto) informava à imprensa paulista que "a organização da Legião Revolucionária é a fórmula mais indicada para a urgente consolidação de nossa obra revolucionária. Essa Legião é o resultado de uma combinação que mantenho com Juarez Távora, Osvaldo Aranha e o representante de Minas, tudo na mais perfeita harmonia com Sr. Getúlio Vargas..."⁽⁴⁶⁾

Aranha caracteriza a Legião como um movimento renovador das instituições brasileiras, despido dos vícios das práticas oligárquicas e incumbido de nacionalizar as estruturas políticas.

O primeiro manifesto das Legiões (Legião de Outubro) assinado por Osvaldo Aranha e Góes Monteiro, tendo como epígrafe uma citação de Alberto Torres⁽⁴⁷⁾ é um documento onde seus idealizadores pretendem deixar claro sua importância estratégica na conjuntura pós-revolucionária, sua finalidade e formas de ação prática; bem como sua estrutura e organização interna. O objetivo básico do movimento é a reconstrução da República e a preservação do ideal revolucionário. A Legião

(45) TÁVORA, Juarez. Op. cit. p. 16.

(46) Entrevista de João Alberto. 13 nov. 1930. in: FLYNN, Peter. Op. cit. p. 82.

(47) "Os brasileiros provaram já que sabem ser soldados da República; precisam agora provar que sabem ser também cidadãos."

pretende ser um exército civil para a defesa das conquistas revolucionárias e para a execução das propostas da Aliança Liberal. Nesta medida a Legião pretende ir além da própria Aliança na construção de um projeto político.

A associação entre a idéia da tomada do poder e a organização das Legiões é tão enfatizada que o manifesto se refere à necessidade da obra de reconstrução "porque não temos diante de nós, apenas, um novo governo, senão a ineludível responsabilidade do futuro integral da Nação"⁽⁴⁸⁾. A Legião também se auto-caracteriza como reformadora, anti-personalista e apartidária. Seu caráter reformador vem do fato de não prender-se a nenhum programa rígido pré-estabelecido, mas de moldar-se às necessidades conjunturais. Seu objetivo máximo neste sentido é "realizar no Brasil e brasileiroamente, a refundição que se opera no mundo."⁽⁴⁹⁾

A afirmação de que o movimento é anti-personalista visa a diferenciá-lo dos tradicionais agrupamentos políticos, assim como o seu distanciamento das preocupações eleitorais e da busca do poder termina por caracterizá-lo como uma organização acima dos partidos. A questão da diferença entre a Legião e os partidos, é vinculado o problema do regionalismo. Este, originário do federalismo extremado e considerado, pelo movimento, como traço básico da cultura política brasileira,

(48) Manifesto da Legião de Outubro. Arquivo Flores da Cunha. UFRGS.

(49) Ibidem.

torna-se um entrave crucial a ser superado. A Legião apresenta-se como elemento capaz de se sobrepor às especificidades regionais - o que os partidos não são capazes de fazer pelas suas características intrínsecas - realizando o unitarismo necessário para a implantação de reformas pelo novo regime.

A organização formal do movimento prevê a criação de um órgão central que fará as vinculações estaduais.

A Legião se propõe como organizadora política nacional da revolução "realizadora do liberalismo que a gerou, ser va espiritual do povo e conselheira espontânea do poder público, escola de disciplina cívica, oficina de trabalho, de patriotismo e de elevação moral." (50)

A primeira parte do manifesto coloca as idéias básicas do movimento e seus princípios de ordem político-ideológica. Imediatamente passa a se referir às questões práticas de organização e atuação do movimento. Como consta entre os objetivos da Legião a defesa da Revolução, a primeira indicação que há neste sentido refere-se aos inimigos a serem combatidos que são classificados em três tipos: os ligados ao antigo regime (os reacionários, os adesistas e carreiristas); os ligados à revolução mas desvirtuados (os sem espírito revolucionário, os radicais à direita e à esquerda); os de origem externa (concepções políticas alienígenas). O segundo objetivo mais definido do programa refere-se à realização do ideal re-

(50) Ibidem.

volucionário que deverá ser atingido através da ação política e do proselitismo. A chamada ação política prevê a concretização do programa da Aliança Liberal implementado de forma a corresponder às "modernas correntes da política mundial"; a mobilização e organização da opinião pública visando ao conhecimento das necessidades e ideais do "povo"; e a atuação da Legião como elo natural entre o governo e o povo, estabelecendo um "equilíbrio organizado" objetivando a criação de governos representativos. É interessante observar como a Legião se propõe a realizar o papel tradicionalmente conferido aos partidos políticos, de articular sociedade civil e Estado, apesar de afirmar, de início, que é uma instituição que não pretende entrar em competição com os partidos políticos pré-existentes, não buscando votos nem a conquista do poder. Como não há nenhum partido que incorpore "in totum" os desígnios revolucionários (não se cogitando na feição regional do sistema partidário), cabe a ela - partido acima dos partidos - realizar a obra, ou pelo menos colocar concretamente, num programa, os objetivos básicos do movimento.

Porém, ao nível das proposições, o manifesto não se fixa, apenas, no campo da ideologia; a "praxis" dos legionários é enfatizada e se dará tanto por meios civis como militares. Os primeiros, referem-se à educação doutrinária, à vinculação com todos os grupos sociais, ao estudo dos problemas nacionais, à efetivação do programa revolucionário, ao funcionamento de um serviço de informação e controle.

O setor de educação doutrinária trazia as sugestões

mais inovadoras do programa no sentido da utilização da propaganda e difusão de idéias através dos meios de comunicação, antecipando o que se tornará usual com o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) no Estado Novo, que aparece de forma embrionária no programa da Legião. (51)

Por sua vez, a ação da Legião em termos militares se dará com a organização de milícias que muito a aproximam de um modelo fascista. Estas milícias, segundo o manifesto, tem a função explícita de auxiliar as Forças Armadas na luta pelos ideais revolucionários.

No que diz respeito à estrutura organizacional, a Legião possui uma divisão interna definida entre órgãos deliberativos, executivos e opinativos com atribuições específicas. (52)

(51) Há propostas de criação de um jornal, de larga divulgação (inclusive no estrangeiro); publicação de livros, estudos, tratados sociológicos sobre a problemática brasileira e as soluções apresentadas pela legião. Divulgação dos ideais do movimento através de livros escolares (moldando as futuras gerações); do rádio, do telégrafo. Concomitantemente a isto, a realização de comícios, caravanas, conferências, cursos, panfletos e cartazes com uma linguagem de alcance popular, completará a obra de difusão do ideal legionário. Não é esquecida a importância das paradas militares e cerimônias afins, com hinos e discursos cívicos.

(52) Apesar da tentativa de distinguir as legiões do fascismo europeu, ao nível da estrutura da organização existem muitas semelhanças com a organização integralista. Maiores detalhes ver: TRINDADE, Hêlgio. Integralismo, o fascismo brasileiro na década de 30. São Paulo, Difel, 1979. p. 171-188 e Quadro 1 e 2 em Anexo.

A estrutura proposta é altamente centralizada, cabendo ao Conselho Supremo, ao Chefe Civil e ao Secretário Geral o maior número de atribuições e conseqüentemente maior poder nas decisões.⁽⁵³⁾ A organização tem um funcionamento extremamente burocratizado, tanto no processo de recrutamento quanto na sua dinâmica interna de tomada de decisões.

O fenômeno legionário, para ser melhor avaliado, tem que ser inserido num quadro onde a ausência de estruturas políticas organizadas em nível nacional (principalmente no que se refere a agremiações partidárias) e a crescente participação das Forças Armadas nas decisões políticas levam a um novo equilíbrio de poder.

A constituição das Legiões consiste numa deliberada tentativa de quebrar as estruturas do sistema coronelista. A criação de um partido nacional, desvinculado das lealdades estaduais (e locais), permitiria um esfacelamento mais rápido das estruturas oligárquicas e conseqüente implantação de um centralismo reformador das diretrizes políticas adotadas até

(53) O órgão máximo do movimento é o Conselho Supremo (os grandes chefes da Revolução), com mandatos de duração indeterminada e que indicam o chefe civil da Legião. O Chefe civil e o Conselho indicam o chefe militar. Ao chefe civil cabe, também, a nomeação do Secretário Geral e Delegados Estaduais (órgãos executivos) sendo que todos os postos são de confiança. As deliberações do Conselho Supremo passavam pelo crivo dos Conselhos Estaduais e do Congresso Pan-Legionário (órgãos opinativos). O primeiro tinha a presença obrigatória do delegado estadual, do governador do Estado e de representantes classistas. O Congresso era composto pelo Conselho Supremo, Secretariado Geral e Conselhos Estaduais.

então. Dentro dos enunciados da Legião encontra-se uma certa mistura híbrida do ideário tenentista, onde confluem reivindicações liberais-democráticas (inscritas, também, na plataforma da Aliança Liberal), com traços do autoritarismo político dominante no período.⁽⁵⁴⁾

Fruto de correntes pouco definidas, a Legião acabou por sucumbir nos meandros da política regionalista, nos estados em que conseguiu alguma penetração. O caso de Minas é exemplificativo desta situação. Liderada por Francisco Campos, Capanema e Amaro Lanari, a Legião mineira adquiriu feições tipicamente de milícia fascista, realizando, inclusive, paradas militares com uniforme cáqui.

O Manifesto da Legião Mineira inspirado diretamente no primeiro manifesto da Legião de Outubro, proclama em seu final que "não será uma liga de carbonários, nem uma casta de agitadores" e "se propõe uma dupla finalidade: defender a vitória da revolução brasileira e realizar seus ideais."⁽⁵⁵⁾

(54) Nesta conjuntura parece oportuna a referência de Hêlgio Trindade ao enfatizar a ascensão das idéias autoritárias nos anos 30, apoiando-se na observação de Barbosa Lima Sobrinho: "A influência da expansão das idéias fascistas européias faz da década de 30 no Brasil um período de ascensão de idéias radicais de direita". (...) "Pouco tempo depois da vitória da Revolução de 30, o clima geral é de agitação ideológica e as tendências políticas se polarizam. Como observa Barbosa Lima: "É a hora das tendências fascistas". TRINDADE, Hêlgio. O Integralismo. Op. cit. p. 97-8.

(55) Correio da Manhã. 27 fev. 1931. in: SILVA, Hêlio. Os Tenentes no Poder. Op. cit. p. 156.

Interpretada, pelos líderes do PRM como uma arma de Vargas e Aranha para desarticular a estrutura partidária tradicional, a Legião foi incorporada por uma ala do republicanismo mineiro e atrelada às querelas da política local. Perdida em seus objetivos fundamentais não lhe restou outra saída senão sua própria extinção.⁽⁵⁶⁾

O caráter conservador da Legião Mineira acabou por metabolizá-la às facções internas do Partido Republicano Mineiro, impedindo que o conteúdo "revolucionário" de sua mensagem ideológica tivesse algum efeito transformador no interior da oligarquia mineira que aderira à Revolução de 30. Na realidade, como comenta Peter FLYNN "a Legião Mineira nunca se propôs a atrair o povo, e sim se impor a ele...", em consequência, sem nada renovar, prossegue o autor "ocupava-se principalmente com as disputas locais da República Velha".⁽⁵⁷⁾

Problema semelhante, embora por razões diversas, ocorre em São Paulo onde a Legião Revolucionária teve de enfrentar um contexto mais hostil em concorrência com os parti-

(56) Segundo depoimento de Guilhermino César, a adoção da Legião, pelos setores tradicionais do PRM só pode ser compreendida como estratégia para evitar uma confrontação direta com o setor tenentista e com os republicanos mineiros no poder, procurando assim resguardar a autonomia política de Minas contra qualquer intervenção política no centro. Inclusive, muitos legionários mineiros pertenciam simultaneamente ao movimento da Montanha, de Amaro Lanari, cujos objetivos autonomistas eram conhecidos.

(57) FLYNN, Peter. Op. cit. p. 111.

dos tradicionais, especialmente com relação ao Partido Democrático. Ao contrário de Minas onde as lutas irromperam no interior do Partido Republicano e sobretudo contra sua ala tradicional, no caso paulista o conflito se localizará nas relações entre a Legião e o partido que apoiou a Revolução de 30 (que representava de fato uma cisão interna da oligarquia regional) e cujas contradições se confundiam com os problemas gerados pela Interventoria João Alberto.

A Legião Revolucionária de São Paulo procurou abrir um novo espaço político lançando seu apelo "principalmente aos trabalhadores urbanos de um meio industrial em crescimento" e "daí se explica sua preocupação maior com questões econômicas e sociais"⁽⁵⁸⁾ do que a Legião Mineira.

Segundo o autor, existe uma interessante comparação entre as duas legiões (a mineira e a paulista) num relatório enviado a Osvaldo Aranha em 6 de março de 31 por Salles Filho. A opinião do autor do relatório "é que elas são inconciliáveis, porque a Legião mineira é essencialmente conservadora e incapaz de ser transformada num partido nacional da revolução".⁽⁵⁹⁾

O manifesto da Legião paulista tinha maiores pretensões programáticas do que os dois manifestos anteriormente re

(58) Idem, *ibidem*. p. 111.

(59) Idem, *ibidem*. p. 128.

feridos. Redigido por Plínio Salgado, futuro chefe da Ação Integralista Brasileira - apresentado a Osvaldo Aranha como "o doutrinário da Revolução"⁽⁶⁰⁾ - o manifesto publicado a 4 de março de 31 tem uma temática bastante abrangente que "vai desde caracterizações relativas à estrutura mundial da época, até a alusões a medidas de pequeno porte referentes a problemas nacionais."⁽⁶¹⁾ Chasin, na tentativa de sintetizá-lo afirma que podemos classificar seus enunciados em "descritivos" e "programáticos", sendo que os "primeiros afirmam o caráter brasileiro da sociedade, do homem e da moral nacionais, que constitui a base sob a qual os enunciados programáticos fixam como objetivos - a unidade política, o Estado forte, a defesa do indivíduo, da família e da 'classe organizada'; a formulação de um direito público, de uma política e de um governo tipicamente brasileiros, bem como a 'guerra ao latifúndio particular' aos *trusts* e monopólios, a absorção dos patrimônios nacionais pelos sindicatos estrangeiros."⁽⁶²⁾

Apesar das ambições do programa dos legionários paulistas e da grande movimentação inicial havida em torno da no

(60) "Plínio Salgado foi apresentado por Alfredo Egídio: este é que é o homem que pode ser o doutrinário da Revolução". SILVA, Hélio. Os Tenentes no Poder. Op. cit. p.76.

(61) CHASIN, José. O Integralismo de Plínio Salgado, São Paulo, Ed. C. Humanas, 1978. p. 106.

(62) Idem, *ibidem*.

va organização, envolvendo três prestigiados líderes revolucionários (Miguel Costa, João Alberto e Isidoro Lopes), a Legião Revolucionária de São Paulo não foi além de um projeto político promissor: "Ao invés, como comenta Flynn, de criar um novo partido revolucionário capaz de transcender os interesses e rivalidades estreitas de cada Estado, a Legião tinha na verdade se enredado de modo irremediável nas questiúnculas políticas do Estado. Ela estava antagonizada de modo irreversível com todos os grupos políticos mais poderosos, com o Partido Democrático, com o Republicano, com o General Isidoro e muitos integrantes da guarnição federal, com os industriais e banqueiros e com os interesses cafeeiros mais importantes".⁽⁶³⁾

No contexto deste estudo, porém, interessa analisar sobretudo as relações da Legião, com sua estrutura e concepção doutrinária anteriormente referida (e adotada em circunstâncias diferentes em São Paulo e Minas) com os partidos políticos regionais do Rio Grande do Sul que, unidos em Frente-Única, apoiavam irrestritamente o processo revolucionário. Cabe observar, inicialmente, que lançada no Rio Grande, a Legião é recebida com restrições pelos membros da F.U.G. e, inclusive, pelo Interventor.

A reação dos partidos regionais foi imediata ao surgimento da idéia da Legião, especialmente, através da manifes

(63) FLYNN, Peter. Op. cit. p. 105. Mais tarde, Miguel Costa tentou, sem sucesso, transformar a Legião num partido político: o Partido Popular de São Paulo.

tação dos libertadores em o "Estado do Rio Grande". Em editorial, o órgão libertador protesta contra a entrevista do Ministro Osvaldo Aranha que teria afirmado que "só os partidos fracos, que não têm confiança em si mesmos podem temer a influência da organização que se pretende criar para defender a obra revolucionária". Os libertadores consideram, desde dezembro de 1931, que a Legião "dados os seus indisfarçáveis caracteres de milícia fascista", não tem "sequer, o mérito da originalidade. Hoje a milícia fascista declara guerra aos partidos, por incapazes de realizar os ideais da revolução; amanhã suprimirá a imprensa".⁽⁶⁴⁾

Dirigindo-se à imprensa⁽⁶⁵⁾, Flores da Cunha observa que apoiará a Legião se ela for "uma milícia cívica, destinada a defender, fiscalizar e executar os princípios da Revolução. Se, porém, a Legião fundar-se para pulverizar, extinguir ou absorver os partidos, está contra ela." Esta atitude provoca reações, por parte dos defensores do movimento, com a utilização do argumento de que se defender os princípios revolucionários, a Legião jamais será nociva aos interesses rio-

(64) O Estado do Rio Grande. 8 dez. 1930.

(65) Diário de Notícias. 19 fev. 1931.

grandenses. (66)

Mais signitativo, porém, é o fato de que a idéia da Legião recebe restrições, também, do lado libertador. Noticiadas as adesões de Antonio Carlos, Osvaldo Aranha, e mesmo o parecer de Vargas sobre a organização ("que tem por finalidade orientar a opinião do povo, educando-o dentro do princípio liberal, conduzindo-o à disciplina moral de maneira a constituir-se a garantia desse mesmo princípio") (67), não levam

(66) Em resposta às declarações contrárias à Legião, Sylvio Rabello publica um artigo expondo a importância do movimento e questionando o posicionamento do Interventor: "Não atinamos com os verdadeiros motivos dessas apreciações acerca de uma agremiação que se nos afigura de tão benéficos resultados. (...) É de surpreender-se que pessoas cultas, ocupando cargos de responsabilidade venham indagar para que serve a legião e pretendem convencer que a mesma seja nociva aos interesses rio-grandenses". Se o argumento utilizado pelos críticos da Legião é que a revolução não precisa ser defendida pois não tem mais inimigos, o autor procura provar a falácia de tal argumento ao afirmar: "... cada vez mais se avoluma a onda de descontentes de toda sorte, dos insatisfeitos que não se aquinhoaram no novo regime. (...) Acresceram-se ainda os numerosos desempregados pela Revolução, os atingidos pela atual crise econômica, que em última análise, culpam sempre o governo pelo seu infortúnio; os remanescentes do reacionarismo que os há ainda por toda parte (...) e, finalmente, o maior perigo - o bolchevismo - que por um fenômeno psicológico pouco conhecido, nesta fase da propaganda e martírio lógico subverte os espíritos, arrastando-os irresistivelmente para a prática de doutrinas sociológicas de Moscou". E retomando a questão gaúcha, embora admitindo que "existem dois partidos organizados, ambos revolucionários, que apóiam o governo federal" acrescenta que também é "incontestável que paire sobre esse mesmo governo uma verdadeira espada de Damocles, pela contínua ameaça de rompimento da Frente Única..." Diário de Notícias. 7 fev. 1931.

(67) Diário de Notícias, 7 fev. 1931.

Raul Pilla e esboçar uma opinião mais positiva. Para ele, no Rio Grande do Sul não há ambiente para a criação da Legião, já que existem dois partidos tradicionais, com programas definidos. Pilla manifesta-se contra qualquer organização política militarizada declarando: "se essas legiões fossem simplesmente organizações cívicas não vejo que tenham grande utilidade, nem também inconvenientes para que subsistam à margem dos partidos. Inadmissíveis seriam corporações que pretendessem exercer tutela sobre o governo à revelia da opinião pública. De qualquer modo, o PL não manifesta nenhuma tendência por essa criação". (68)

Se a tradição liberal de Pilla explica sua ojeriza à implantação da Legião no Rio Grande do Sul, parece mais paradoxal a posição do velho líder, Borges de Medeiros, que, apesar de sua formação republicana autoritária, tem opinião se melhante. Referindo-se aos partidos políticos coligados na F.U.G., escreve a Aranha sobre o assunto: "... Nenhum destes quer morrer, nem repudiar as suas tradições, as suas idéias programáticas, a sua livre organização. Invencível é a repugnância de cada um a hipotese da própria metamorphose em legião..." (69) Sua fórmula não é a da existência paralela da Legião, com efeitos obviamente negativos sobre os partidos tradicionais, mas de uma federação de organizações políticas re-

(68) Diário de Notícias. 5 mar. 1931.

(69) Carta de Borges de Medeiros a Osvaldo Aranha. in: FLYNN, Peter. Op. cit. p. 107.

volucionárias tentando relativizar o impacto da Legião. "... No pé em que se acham as coisas, não encontro outro meio de chegar-se a um acordo qual que não seja o da fundação de uma liga ou federação dos partidos e legiões, com uma direção centralizada, um programa comum e um regime uniforme. Essa liga ou federação poderá denominar-se "União Nacional", ou adotar outra qualquer denominação que melhor a caracterize. Convém, todavia, ficar bem entendido que os membros componentes dessa fundação continuarão a reger-se livremente por seus estatutos locais, nas matérias pertinentes a sua economia interna e às negociações da exclusiva competência estadual. Assim restará salvaguardado, na sua integridade, o princípio federativo, que nenhum de nós pretende sacrificar." (70)

Na realidade, a tradição do sistema bi-partidário gaúcho possuía estabilidade suficiente para ver na criação das legiões um elemento desagregador para o sistema. O apoio à revolução estava consubstanciado na Frente Única que aglutinara as duas correntes antagônicas tradicionais. A Legião trazia, também, um certo apelo popular que não se coadunava com as tradições partidárias locais. Aliás, este ponto de vista é reconhecido por Luís Aranha que, em carta enviada ao Ministro da Justiça, comenta: "Não te devo negar que a opinião pública do Rio Grande é, na sua maioria, infensa à Legião. Tu, melhor do que ninguém, sabes que, em virtude das lutas que sempre agita

(70) Idem, *ibidem*. p. 107.

ram os partidos gaúchos, o extremismo partidário, aqui, assumiu proporções excepcionais. Daí, naturalmente, não ser recebida com simpatia a Legião... Para os gaúchos a morte desses partidos é a morte do Rio Grande mesmo... Por ti, em tempos idos, podes julgar o que vai por aqui..."⁽⁷¹⁾

A Legião, ao que parece, aspirava ser a primeira tentativa de criar uma grande organização de massa visando a incorporar, com lideranças mais jovens, os novos grupos chamados à participação política pelo movimento revolucionário de 30, ainda sob o influxo de ideologias difusas e sem propostas definidas. As camadas médias urbanas, os setores populares (operariado e trabalhadores urbanos em geral) não encontravam lugar no sistema partidário tradicional. Por outro lado, a tentativa legionária não se apresenta como um reforçamento das estruturas partidárias, mas como uma nova proposta, acima dos partidos, mas ao mesmo tempo competindo com eles - atrelada aos ideais revolucionários, o que quer dizer, vinculada ao Estado nascido com a revolução - enquanto que o sistema partidário tradicional era tributário do funcionamento institucional da República Velha. Neste sentido, a Legião pretendia ocupar um novo espaço político com um papel específico neste quadro. A Legião poderia, inclusive, se auto-determinar "apartidária" pois que não havia ainda um papel institucional definido para os partidos tradicionais neste espaço de Governo

(71) Carta de Luis Aranha a Osvaldo Aranha. in: FLYNN, Peter. Op. cit. p. 106.

Provisório, especialmente porque a via legislativa carecia de atividade.

Entretanto, talvez o fator determinante para o fracasso da Legião foi a manutenção, ainda nestes primeiros anos, de um regionalismo arraigado, onde o sistema partidário, especialmente o gaúcho, preservava toda sua vitalidade. As estruturas coronelistas ainda estavam enrijecidas o suficiente para deitar por terra esta primeira tentativa de nacionalização da política".(72)

A manutenção das estruturas tradicionais traz problemas, no caso do Rio Grande do Sul, onde o PL, participante ativo da F.U.G. espera receber alguma parcela de poder. Como não há nenhuma recomposição no preenchimento dos cargos, sobretudo no nível municipal, o partido acredita-se aliado de decisões a que se sente com direito de co-participar. Pilla, neste sentido, indica, em correspondência com Vargas, qual seria a estratégia politicamente a ser seguida pelo PRR: "Creio

(72) No espaço aberto pelo fracasso das Legiões deverá surgir, após a derrota da Revolução Constitucionalista de 32, a Ação Integralista Brasileira como partido de massa, com organização nacional, buscando ocupar o mesmo espaço político não alcançado pelos partidos tradicionais. Da mesma forma a Aliança Nacional Libertadora disputará as camadas médias e populares. Como observa Trindade: "Neste contexto, as classes médias tendem a se engajar nos movimentos de direita ou de esquerda que parecem representar instrumentos políticos válidos e independentes do sistema estabelecido: a fração que era sensível à ameaça comunista, à reação fascista, aos sistemas nacionalistas, opta pelo integralismo; a outra, atraída pelo socialismo e pela luta antifascista, incorpora-se à Aliança Nacional Libertadora (A.N.L.). TRINDADE, Hêlgio. O Integralismo. Op. cit. p. 140.

perceber qual seja o principal motivo determinante dessa paradoxal orientação conservadora: o instinto da conservação partidária, exacerbado naturalmente, depois de perdida a esperança de que pudesse operar-se uma fusão entre as duas organizações políticas. Mas, se assim é, esta-se incidindo num erro, que eu denuncio lealmente. A força do Partido Republicano estará na transformação dos seus processos, para os por de acordo com as mutações já operadas no campo da doutrina. A perda de algumas posições que isso lhe pudesse acarretar, seria so-
bejamente compensada pela força moral que então adquiriria. O inverso dar-se-á com o Partido Libertador. Quanto mais fielmente o governo do Estado realizar o programa da Revolução, menores raízes terá o PL na opinião pública".⁽⁷³⁾

Da mesma forma, João Neves da Fontoura prevê, em carta a Borges de Medeiros, que este tipo de política levará tanto o PL quanto o Partido Democrático ao rompimento com o Governo Provisório. O fechamento da possibilidade de participação política a esses grupos, principalmente no nível estadual é o início de um antagonismo irreconciliável. De posse das máquinas estaduais, via interventorias, o governo federal não cogita, de um lado, em reconstitucionalizar o país marcando data para eleições; de outro, em abrir canais de participação às oposições tradicionais.

(73) Carta de Raul Pilla a Getúlio Vargas. 2 jan. 1931. Arquivo Getúlio Vargas. CPDOC/FGU. Documento nº 31.01.02/1.

Enquanto a oligarquia rio-grandense tenta uma articulação maior e passa a pressionar o Governo Provisório no sentido de cumprir o programa da Aliança Liberal, os elementos mais diretamente ligados ao poder central visam a uma organização interna num sentido oposto. O Pacto de Poços de Caldas é demonstrativo desta tendência⁽⁷⁴⁾. Este documento político elaborado por militares e civis, objetiva dar respaldo suficiente ao governo central para que, se mantendo no poder possa realizar as reformas necessárias. Tais reformas, segundo os signatários do pacto, estão acima de interesses particulares, classes ou partidos, visam a um saneamento geral e ao desenvolvimento de uma nova mentalidade. "As medidas acima preconizadas só podem ser cabal e prontamente executadas sob a vigência do regime extra constitucional que libertou os agentes executivos dos entraves, preconceitos e precedentes legais e

(74) Como observa Juarez Távora em suas memórias "... a ação revolucionária continuava a processar-se sem rumos certos. Sentia-me profundamente desalentado" (...) "Manifestei a esse propósito, meu desapontamento a Osvaldo Aranha e a Gões Monteiro - líderes revolucionários com os quais trocava idéias frequentemente. Sugeriram um exame mais sério do assunto, fora do Rio (...) Aranha, Gões e eu transferimo-nos, então, para Poços de Caldas, na fronteira de Minas com São Paulo, onde deviam vir encontrar-nos João Alberto e alguns próceres mineiros entre os quais figurava - se não me trai a memória - o Dr. Djalma Pinheiro Chagas - buscando uma definição de rumos para a ação renovadora do governo revolucionário." TÁVORA, Juarez. Op. cit. p. 17-18.

dos óbices judiciários normais."⁽⁷⁵⁾ A ditadura deverá ser mantida enquanto necessária e para isto não há limite de tempo. Outro fator que ressalta no pacto é a autonomia que o setor militar vai adquirindo com a criação de delegados militares revolucionários que definem as opções das Forças Armadas.

Voltando, porém, ao contexto regional onde se reproduz a clivagem mais ampla observada no plano nacional, o fracasso da implantação das Legiões no Rio Grande do Sul aponta no sentido de um enrijecimento do sistema partidário regional para absorver novas correntes políticas e na impossibilidade deste sistema assumir dimensões mais amplas atuando nacionalmente. Mesmo possuindo uma tradição política diversificada (liberais e autoritários) os republicanos gaúchos em termos partidários não se identificam com o autoritarismo anti-regionalista das Legiões na medida em que queriam preservar a autonomia dos partidos rio-grandenses.

(75) Diário de Notícias. 13 fev. 1931.

3 - A CAMPANHA PELA RECONSTITUCIONALIZAÇÃO: OS LIBERTADORES E A RADICALIZAÇÃO DA F.U.G.

Encerrado o ciclo de euforia pós-revolucionária que congregava os líderes civis e militares de diferentes orientações políticas, começam a surgir as primeiras contradições internas. O corte principal no campo dos revolucionários, se de um lado traduzia-se em termos ideológicos (autoritários versus liberais) de outro referia-se às relações entre as lideranças regionais e o governo central (política regional versus política nacional). Nesta conjuntura, como observa Trindade, " a situação começa a se tornar ambígua pela ausência de uma definição ideológica por parte do Governo Provisório. Tal situação, prossegue o autor, provoca um vazio político, conduzindo os grupos políticos e ideológicos a se organizarem a fim de influenciar o novo governo." (76) A fase, pois, que se inicia nos primeiros meses de 1931 e termina com a Revolução Paulista de julho de 32, será marcada por uma contradição fundamental na qual os níveis ideológicos e regionais se superpõem:

(76) TRINDADE, Hêlgio. O Integralismo. Op. cit. p. 77-78.

de um lado, os defensores da manutenção da "ditadura" do Governo Provisório e de outro, os propugnadores de um retorno ao regime constitucional.

Esta clivagem, cujo paroxismo ocorrerá com a rebelião paulista, não poderia deixar de afetar a política rio-grandense, como veremos a seguir.

Neste processo, dois acontecimentos marcaram, num primeiro momento, a trajetória dos liberais gaúchos na sua tentativa de maior articulação como grupo de pressão frente ao poder central no início da luta pela reconstitucionalização. O primeiro é conhecido como Conferência de Pelotas, reunindo Assis Brasil, Flores da Cunha e Raul Pilla em abril de 1931; (77) o segundo, é o Congresso do Partido Libertador, realizado, também, em Pelotas no mesmo mês.

A reunião dos líderes libertadores com o Interventor visava, principalmente, a ensejar a discussão de questões de política interna, embora tenha contado com a presença de um representante do Partido Democrático de São Paulo (PD), portador do manifesto de rompimento dos democráticos com o Interventor João Alberto. Tendo como preocupação central articular os interesses dos republicanos (então representados por Flores da Cunha) e libertadores (unidos pela Frente Única) com relação às reivindicações a serem feitas junto ao governo revo-

(77) Flores já mantivera, com os líderes libertadores, um encontro em dezembro de 1930.

lucionário, o encontro já define alguns posicionamentos que tenderão a se radicalizar até a eclosão do movimento de 32. É sintomática, já neste momento, a atitude conciliatória mantida por Flores da Cunha e Assis Brasil, aceitando reformas a longo prazo, dadas as suas ligações mais diretas com o Governo Provisório. Este posicionamento, entretanto, não se coaduna com o de Raul Pilla, mais crítico e reivindicativo, não só quanto à execução programática da Aliança Liberal como no que se refere à prática política interna executada pelo Interventor.

Em suas declarações à imprensa a respeito do encontro, Assis Brasil e Flores da Cunha enfatizam a coesão e solidez da Frente Única implantada de maneira definitiva na vida política rio-grandense. Raul Pilla, entretanto levanta questões mais diretas, relacionadas com a importância da futura Constituinte e concernentes à criação de um sistema partidário nacional, de caráter liberal e democrático como forma, inclusive, de se opor às Legiões Revolucionárias. O líder libertador insiste, também, na necessidade do Governo Provisório concretizar os planos de reforma eleitoral (meta prioritária na plataforma do PL) assim como controlar a atuação político-administrativa dos Interventores, principalmente os de tendência radical (originários do tenentismo) vistos como solapadores da vocação democrática da revolução. No plano da política regional, a ênfase continuava sendo dada à necessidade de se proceder a uma profunda reforma política estabelecendo maior controle sobre algumas máquinas municipais, de tradição republicana, assim como garantir o efetivo funcionamento da jus-

tiça. (78)

A análise das relações entre os libertadores e republicanos, na conjuntura, mostra que a dificuldade de entendimento entre eles se manifestava, também, quando se tratava de estabelecer um programa comum para a futura Constituinte.

A necessidade de definir uma plataforma mínima era crucial, pelo menos para a defesa de duas questões básicas propostas pela F.U.G.: o voto secreto e a representação proporcional, buscando firmar bases ideológicas comuns. Nestas ocasiões, é que se constatava que a Frente Única abrigava ideais dificilmente conciliáveis.

Se, por um lado, as duas agremiações partidárias se afastavam, no campo das ideologias, por outro se aproximavam no que tange à postura de seus chefes na interpretação do momento político. Borges de Medeiros, embora liberado do exercício de funções governamentais e isolado no interior do município de Cachoeira, continuava sendo a meca dos republicanos. Mesmo Vargas e Aranha, distanciados e inseridos numa conjuntura completamente diversa, recorrem, frequentemente, aos conselhos do velho líder. E Borges, consultado para todas as de-

(78) Apesar de formar com a PRR uma Frente Única, o PL permanecia alijado, como organização partidária, da tomada de decisões políticas e carente de recursos de poder que deveriam legitimar a sua passagem de partido de oposição para partido da revolução. E muitos municípios em que os libertadores tinham maioria, seus candidatos ainda não haviam sido empossados.

cisões, permanece refletindo a visão tradicional de seu partido e preso aos axiomas básicos do republicanismo castilhesa.⁽⁷⁹⁾ Neste particular, ele não diferia da postura ideológica oficial dos libertadores, na medida em que este posicionamento de defesa dos princípios constitucionalistas liberais corresponde à atitude de Pilla desde os primeiros momentos da revolução.⁽⁸⁰⁾ Elevado à presidência do partido com o afastamento de Assis Brasil para o Ministério da Agricultura e posteriormente para a embaixada brasileira na Argentina, Pilla fortalece sua liderança no Congresso do Partido Libertador realizado no mês de abril de 1931.

O congresso, reunindo representantes de 60 municí-

(79) Na realidade, Borges defende mais diretamente a execução de medidas concretas que efetivem das promessas amplas da Aliança Liberal como verdade eleitoral, justiça eleitoral e nova Constituinte.

(80) Em sua estada no Rio de Janeiro, nos primeiros meses de 31, Pilla declarou à imprensa que muitos correligionários estavam decepcionados com as medidas tomadas pelo Governo Provisório. A Revolução ainda não havia apresentado seus frutos para os Libertadores. Pilla, acentuando a fragilidade da Frente Única, afirmava: "O Partido Libertador teve o propósito, com esta aliança com seus adversários da véspera, em elevar-se à altura dos grandes destinos da pátria, concentrando uma campanha para moralização política de administração do país" (...) "O Rio Grande do Sul assumiu compromisso de honra com a nação que vale mais que qualquer interesse partidário ou regional e qualquer mal sofrido nas facções políticas riograndenses nada vale diante do mal imenso que sofreria o Brasil, com a quebra dos elos que os vincularam, para uma transcendente missão histórica. O governo provisório só poderá levar avante sua obra com o Rio Grande unido, e se tal união cessasse, e ele faltasse a seu compromisso, incorreria no repúdio do Brasil inteiro." Diário de Notícias. 26 fev. 1931.

rio-grandenses e com a participação de delegados do Partido Democrático, foi presidido por Baptista Lusardo. No discurso de abertura, Pilla faz uma retrospectiva da atuação do partido desde os primórdios da Aliança Liberal até a pregação direta da Revolução. "Até agora, afirma o líder libertador, não parece que tenhamos desconhecido a magnitude de nosso papel. Pudemos sempre, nesta longa e dura campanha, vencer as nossas mais justificadas resistências e sacrificar os nossos mais legítimos interesses, quando estava em causa a questão maior que era a redução da nacionalidade. A frente única, tão justamente exaltada, foi para nós um sacrifício perene, renúncia continuada. Selamos, porém, um compromisso de honra para com o país e haveremos de cumpri-lo." A seguir, Pilla adverte seus correligionários "enganam-se, todavia, os que imaginam esteja finda a nossa missão. Fez-se a revolução, mas iniciada, apenas vai a obra revolucionária. E, mais do que isso, ela como que hesita muitas vezes e arrisca transviar-se. A nós, que nada queremos da revolução senão a liberdade e a justiça, porque são as únicas coisas que os verdadeiros revolucionários têm o direito e o dever de exigir para si mesmos, compete-nos assisti-la. Não poderemos abandoná-la sem motivos gravíssimos e irremovíveis, sob pena de incorrer em crime de alta traição." Pilla fixa, então, as bases do posicionamento dos libertadores face à Revolução de 30. "Mas apoiar lealmente a Revolução não é condescender com seus erros, senão, pelo contrário, apontá-los, não é ficar com os homens que a fizeram, senão com os princípios que a inspiraram. Esta tem sido até hoje a orien

tação do Partido Libertador e certamente será a que este Congresso vai traçar no exercício de sua soberania."(81)

Defendendo os ideais de reformas políticas e de constitucionalização imediata do país, o PL aproxima-se da plataforma proposta pelo Partido Democrático Paulista, limitado pela ação do interventor João Alberto. O controle tenentista da política paulista choca o liberalismo libertador, da mesma forma que tolhe o acesso dos democráticos ao poder estadual. Por esta razão, o Congresso Libertador sensível à situação dos democráticos, análoga à sua, vota uma moção de solidariedade ao manifesto do Partido Democrático rompendo com a administração João Alberto. (82)

O Congresso, entretanto, ainda se solidariza com o Governo Provisório acentuando que urge realizar o programa da revolução. Para concretizar tal objetivo, os Libertadores haviam definido num "decálogo" as condições fundamentais para o partido permanecer apoiando o governo central. No que se refere à política geral propunha-se: 1) retorno do país ao regime constitucional e promulgação da reforma eleitoral; 2) solução justa para o caso de São Paulo; 3) combate à ação comunista;

(81) Estas não eram exigências novas do partido do Governo de Vargas. Refletiam, apenas, o nível das preocupações regionais com o centralismo das decisões, a intervenção externa nos sistemas partidários tradicionais, como o paulista e o crescente poder dos representantes diretos do Governo Provisório - os Interventores.

(82) Diário de Notícias. 16 abr. 1931.

4) tomada de decisões importantes em reunião coletiva de ministros; 5) colocação dos governos estaduais sob o controle direto do Governo Provisório. No nível da política regional o PL requeria como condição essencial a garantia dos direitos dos cidadãos propondo: (1) substituição dos prefeitos incapazes administrativamente, sem espírito revolucionário e sem apoio da maioria; 2) reforma da polícia e a substituição dos funcionários ineptos; 3) reparação das injustiças praticadas nas últimas eleições municipais, principalmente nos casos que envolvem libertadores; 4) depuração da magistratura; 5) recomendação ao Interventor que antes de qualquer nomeação ouça os libertadores sobre uma possível incompatibilidade⁽⁸³⁾. Ficavam, desta forma, definidas as condições para a manutenção da Frente Única, assim como do apoio do PL ao Governo Provisório.

Se os problemas pós-revolucionários manifestam-se, no nível político, em torno da campanha pela constitucionalização como forma de pressão sobre o Governo Provisório, desenvolvida no Rio Grande, ativamente, pelos libertadores, no setor econômico vinculam-se diretamente à falência do modelo agro-exportador com base na grande produção cafeeira.

Flores da Cunha assume a Interventoria, encontrando uma situação econômica crítica, consequência direta da crise de 29 e da depressão internacional, e com grandes dificulda-

(83) Diário de Notícias, 17 abr. 1931.

des financeiras em função dos gastos ligados à mobilização revolucionária. A queda dos preços dos produtos agrícolas (principalmente o do mate), a limitação da importação de trigo e mais ainda, a falência do Banco Popular e do Banco Pelotense levam o Rio Grande do Sul a exigir soluções rápidas do Governo Provisório. (84)

Esta situação é patente na correspondência de Antunes Maciel (Secretário da Fazenda do RS) com Vargas, onde descreve as dificuldades financeiras do Estado. Este quadro não era desconhecido do ex-Presidente do Rio Grande do Sul pois que o ano de 30 já delinear a o espectro da crise que se avizinhava. A análise de Maciel é convincente: "A situação do Tesouro é apremiante, sobretudo, pelas condições míseras do Banco Pe-

(84) Os três primeiros meses de 31 são críticos para a economia gaúcha. Uma análise das manchetes dos jornais do período permite vislumbrar o grau assumido pela crise. "Tendo o Banco Pelotense requerido sua liquidação o governo do Estado (...) procura acautelar os interesses dos seus credores, responsabilizando-se pelos depósitos..." (5 jan. 1931); "Como medida preliminar, será limitada a importação do trigo estrangeiro" (7 jan. 1931); "a Cia. Swift com frigorífico no porto de Rio Grande e charqueadas em Rosário abriu a safra com preços muito baixos" (7 jan. 1931); "o problema do mate: convite do governo argentino ao RS para conjuntamente estudarem uma forma de defesa aos preços do produto" (12 jan. 1931); "falência do Banco Popular do Rio Grande do Sul" (10 fev. 1931); "acham-se desempregadas 17.761 pessoas no RS" (11 fev. 1931); "Banco Pelotense em liquidação - convocação de credores" (6 mar. 1931); "O Sindicato arroseiro e a crise na indústria do produto que defende" (7 mar. 1931); "a depressão cambial - a responsabilidade do governo Washington Luís" (25 mar. 1931). Manchetes de "A Federação". jan-mar de 1931.

lotense. Este é o pivô sobre o qual giram todas as nossas dificuldades. Não só nos arranca o parco auxílio que o Banco do Brasil vai deferindo ao Estado - só para ele Pelotense, até a gora - quando tão precioso seria ao Tesouro, como imobiliza para mais de 90 mil contos, só nas caixas de Província e do Comércio, receosos das conseqüências do fracasso do colega! (.. ..) Já não tenho como tapear a maré de cobradores do comércio local e do interior, que diariamente visita esta casa, em busca de créditos velhos. Ascende a cerca de cinco mil contos a nossa dívida flutuante e não damos uma só ordem de pagamento! O saldo, no Tesouro e exatorias, dá apenas para o funcionalismo. A própria Brigada está em atraso. O resgate de bônus, já decretado, precisa ser efetivado. Os falsos bônus já estão aparecendo, além constrangimento que a todos nos faz essa emissão irregular, quando estamos tratando de conseguir dinheiro, no estrangeiro. Flores tem procurado, reservadamente, empréstimos, em Buenos Aires (no Estado com as companhias Swift e Armour). Até agora, nada há resolvido. Tenho poucas esperanças de sucesso..."(85)

A velha tradição republicana de equilíbrio orçamentário como diretriz básica para o setor econômico-financeiro se manifesta no conselho do patriarca: "Dr. Borges de Medei-

(85) Carta de Antunes Maciel Jr. a Getúlio Vargas. s/d. ap. SILVA, Hélio. 1931 - Os Tenentes no poder. Op. cit. p. 110-111.

ros opina por um empréstimo, tão avultado quanto o permitissem as circunstâncias de momento, para nos liberarmos deste a cervo de vencimentos sucessivos e de contas esparsas"⁽⁸⁶⁾ As vantagens econômicas de um federalismo exercido por mais de três décadas que permitia a realização de empréstimos externos diretamente com os financiadores ainda estavam presentes⁽⁸⁷⁾. A importância da manutenção de credibilidade no estrangeiro também é trazida por Maciel como argumento para o auxílio solicitado ao Governo Federal: "Apelo, ainda uma vez, para o caro presidente e amigo, no sentido de nos mandar algum auxílio, ao nosso Tesouro, exausto e acoimado de mau pagador. O que for, servirá." (...) "Não o deixem incidir em mora

(86) Ibidem. p. 111

(87) Esta referência a empréstimo de Capital americano remete a uma questão levantada por Luis C. Prestes, em seu manifesto de 1930, onde acusa a Aliança Liberal de possuir vinculações com o imperialismo americano. Esta é a opinião, também, do PCB, segundo o qual a Aliança "aplicava, sistematicamente, até o presente, o programa do imperialismo ianque. Agora, após ter concordado em formar um bloco com os conservadores, ela deve desempenhar o papel de "partido revolucinoário" (...) preparando, no interesse do imperialismo americano, um golpe de Estado cujo objetivo é destruir a influência do imperialismo inglês e abafar a revolução operária e agrária em desenvolvimento". La correspondence Internationale, 1930, nº 55, p. 636. ap. CARONE, Edgard. A Segunda República (1930-1937). São Paulo, DIFEL, 1974. p. 329.

A ligação do grupo gaúcho com o capital americano remontaria à fase de instalação dos grandes frigoríficos (Swift - em Rio Grande; Armour - Livramento; Wilson-Livramento), durante a 1ª República.

para com o credor estrangeiro, o seu crédito decaído, como es
tá sucedendo em face do credor nacional."⁽⁸⁸⁾

O último apelo do Secretário da Fazenda refere-se à política financeira do governo. Abordando a situação do Banco Pelotense, Maciel compara com a do Banco do Brasil apenas com a diferença de que este pode recorrer à emissão. "Emitam desde já, antes que o Pelotense naufrague, ocasionando quatrocentas falências, neste e em outros Estados e desmantelando a economia rio-grandense. Emitir, só depois desses desastres, é que seria imperdoável."

Envolvidos com a crise econômico-financeira se agrava, os grupos políticos regionais tenderão, pressionados pelas circunstâncias a fazer rapidamente opções definitivas.

A questão maior entretanto, que permeia toda esta fase, dada a saliência do nível político na conjuntura, permanece sendo a da constitucionalização, reivindicação catalizadora de todos os descontentamentos, críticas e contradições, que se evidenciam nas hostes revolucionárias regionais embora sem a crucialidade com que se manifesta em São Paulo. Esta temática, amplamente abordada pelos líderes frentistas durante todo o ano de 31 é sintetizada por Raul Pilla: "a constitucionalização, afirma o líder libertador um ano antes da Revolução Pau

(88) Ibid. p. 111.

lista, é hoje um remédio de urgência, por ser o único capaz de deter a fermentação que se nota em certos meios."⁽⁸⁹⁾ Não há nenhuma referência explícita aos grupos que articulam manobras golpistas, uma vez que a questão é posta abstratamente, ou insinuada de forma vaga como ligada a setores depositos pelo movimento de outubro para enfrentar este desafio. Pilla sugere quatro itens que seriam determinantes para o Governo Provisório iniciar um processo de legitimação constitucional: promulgar a lei eleitoral; nomear comissão para redigir um anteprojeto de constituição; iniciar alistamento eleitoral intensivamente e estabelecer a data para eleições. O chefe libertador define, também, alguns pontos que seriam de interesse comum aos partidos políticos gaúchos como a questão do comparecimento e responsabilidade dos ministros de inspiração parlamentarista procurando manter-se, ainda, dentro dos parâmetros das propostas aliancistas, ponto de convergência dos dois grupos regionais.

As mesmas proposições aparecem na correspondência de Borges de Medeiros e Baptista Lusardo, expressando as preocupações básicas da classe política rio-grandense. Lusardo, enfatizando a crucialidade de uma constituinte esclarece que esta deve ser articulada pelas correntes políticas estaduais e, no caso do Rio Grande, "deve ser confiada aos dois chefes dos

(89) Carta de Raul Pilla a Osvaldo Aranha. 17 jul. 1931. Arquivo Getúlio Vargas. CPDOC/FGU. Documento nº 31.07.17.

partidos (...) sob a fiança da frente única".⁽⁹⁰⁾ O que sobressai na análise desta documentação é a preocupação da elite regional em definir contornos nítidos à ação dos grupos envolvidos no processo revolucionário que, neste momento, já sentem fugir ao seu controle. O apego aos princípios da Aliança Liberal é uma forma de estabelecer limites e direção definidas às atitudes do Governo Provisório. "O programa do atual governo, afirma Lusardo, embora surgido de uma revolução como já acentuou o sr. Assis Brasil, tem de ser francamente conservador."⁽⁹¹⁾ Se, em relação a questões doutrinárias republicanas e libertadores tinham divergências, no campo do conservadorismo sócio-econômico, a solidariedade das lideranças da Frente Única era um fato inquestionável.

Entretanto, talvez o documento mais detalhado sobre a questão seja o enviado por Flores da Cunha a Vargas, resultado da conferência entre Borges e Pilla em Cachoeira e que consta de oito itens que merecerão de Vargas longa análise. Inicialmente os chefes da F.U.G. renovam a solidariedade ao Governo Provisório, apontando as questões pendentes e que poderão transformar-se em fontes geradoras de problemas.

A primeira proposição, já por demais abordada é a reivindicação da Constituinte, tendo como ponto de partida a

(90) Sugestões de Baptista Lusardo. 24 ago. 1931. Arquivo Getúlio Vargas. CPDOC/FGU. Documento nº 31.08.24.1.

(91) Ibid.

legislação eleitoral e o alistamento imediato. Isto propiciará a formação de correntes de opinião favoráveis à medida que for permitindo uma ampla discussão das reformas necessárias. Conjuntamente a estas medidas, deverá o Governo Provisório estudar as dificuldades financeiras dos estados, sempre obedecendo aos princípios de um "sistema federativo nacionalizado", a fim de minorar os efeitos da crise econômica. Outra questão levantada pelos líderes é referente à ascendência das Forças Armadas "na pessoa de alguns elementos (...) quer na administração dos Estados, principalmente do norte, quer na política dominante na União:"⁽⁹²⁾, assim como a necessidade de um interventor civil para São Paulo. A política desenvolvida pelo Governo Provisório na medida em que é associada à presença dos rio-grandenses no poder, pode gerar uma campanha de isolacionismo e hostilidade contra o Rio Grande do Sul. João Neves já escrevera a Borges sobre o risco deste anti-gauchismo que estava se tornando sensível, principalmente em São Paulo. "O pior de tudo é que o ódio ao Rio Grande está tomando, em São Paulo, as proporções de um culto cívico"⁽⁹³⁾.

Vargas respondendo aos quesitos dos líderes partidários, concorda, em princípio, com a necessidade da Constituinte, mas apontando para os riscos de um retorno das oligarquias

(92) Carta de Flores da Cunha a Getúlio Vargas. 15 nov. 1931. Arquivo Getúlio Vargas. CPDOC/FGU. Doc. nº 31.11.15

(93) Carta de João Neves a Borges de Medeiros. s/d. ap. 93. SILVA, Hélio. 1930: A Revolução Tardia. Op. cit.

derrotadas ao poder pela via eleitoral. Segundo o chefe do Governo Provisório, é necessário desmontar a velha máquina repu**bl**icana, para depois abrir o sistema à participação política. Vargas observa, inclusive, para demonstrar como a constitu**ci**onalização em si não é necessariamente a solução, que a maior parte dos problemas com os quais o país se defronta surgiram durante a vigência de um regime constitucional, sem que no entanto ele seja culpado dos males gerados em seu seio. "Sem dúvida, a imoralidade administrativa, o esbanjamento dos dinheiros públicos, a anemia financeira, a desordem econômica - tudo isso se gerou e desenvolveu na vigência do regime constitu**ci**onal. Daí, não se deve concluir, porém, que o regime consti**tu**cional seja a causa desses males, como igualmente, não é a terapêutica milagrosa aplicável à sua cura."⁽⁹⁴⁾ O aspecto mais incisivo do documento de Vargas é relativo à crítica da F.U.G. às forças armadas: "... não se justifica esta preven**ç**ão com os militares, em um Estado, como o Rio Grande do Sul, que sempre os teve em grande simpatia. Com efeito, o Rio Gran**de** tem defendido o direito dos militares aspirarem funções civis, sufragando o nome do Marechal Hermes à Presidência da Re**pu**blica. Mais tarde, suportou a intervenção dos militares no pleito de 1924, solicitando que as mesas eleitorais fossem fis**ca**lizadas por oficiais do Exército. Tudo isso, ocorreu em ple**no** regime constitucional. Não me parece lógico querer, agora,

(94) Carta de Getúlio Vargas a Flores da Cunha. 24. nov. 1931. Arquivo Getúlio Vargas. CPDOC/FGU.

o Rio Grande, num regime ditatorial, impedir que o Chefe do Governo nomeie militares para Interventores em outros Estados, que nada reclamaram e se mostram satisfeitos com a sua atuação."⁽⁹⁵⁾ Em outras palavras, Vargas procura demonstrar aos rio-grandenses que suas reivindicações devem circunscrever-se à esfera regional deixando as diretrizes nacionais a cargo do Governo Provisório senão porque nem todos os estados concordam com os pontos de vista da F.U.G.

Vargas, procurando reduzir as pressões dos líderes gaúchos, que vinculam-se, em grande parte, às mudanças exigidas na Interventoria paulista, nomeia Maurício Cardoso (político republicano) para o Ministério da Justiça. Os efeitos desta medida logo se fazem sentir. Em dezembro de 31 Pilla declara: "... o que existe é uma crise de confiança... (...) Mas a confiança, uma vez abalada, não se restabelece com boas palavras. Requer fatos." E prossegue o líder liberal: "Um destes fatos capazes de restaurar a confiança foi a nomeação do Maurício". Não obstante, insiste ainda em outras reivindicações: "promulguem sem tardança a lei eleitoral, comecem o alistamento, nomeiem a comissão para redigir o ante-projeto da constituição, abandonem definitivamente a infeliz idéia de prolongar a ditadura, e o Rio Grande estará de novo integralmente

(95) Ibid.

com vocês." (96)

Enquanto no nível regional mantinha-se o intenso diálogo em torno das medidas políticas a serem adotadas pelo Governo Provisório no cumprimento do programa aliancista, no contexto mais amplo os primeiros dias de 1932 marcam o rompimento do Partido Democrático Paulista com o governo central. O PD aproxima-se do inimigo da véspera, Partido Republicano Paulista (PRP), formando a Frente Única Paulista, numa estratégia de reconciliação das oligarquias regionais paulistas no enfrentamento com o governo Provisório. Vargas, pressentindo o aguçamento da crise nomeia Pedro de Toledo para a Interventoria e assina, em fevereiro, a lei eleitoral.

O ambiente de expectativa dos líderes da F.U.G., com relação às novas medidas atendendo às reivindicações propostas ao Governo Provisório, além da nomeação de Maurício Cardoso (que embora do PRR tinha, por seu equilíbrio político, boas relações com os libertadores), será rompido dois meses depois por ocasião do episódio do empastelamento do Diário Carioca em fins de fevereiro de 1932. O fato, pelas circunstâncias em que ocorreu, envolvendo militares ligados ao Ministério da Guerra contra um jornal que criticava a atuação tenentista e defendia a constitucionalização, foi uma demonstração de força da ala autoritária, infensa à convocação da Constituinte.

(96)

Carta de Raul Pilla a Osvaldo Aranha. 25 dez. 1931. Arquivo Osvaldo Aranha. CPDOC/FGV. Doc. nº 31.12.25/3.

O atentado ao Diário Carioca será o fato desencadeador da crise, provocando as demissões de políticos gaúchos vinculados a altos postos no Governo Provisório: Lindolfo Collor, Ministro do Trabalho; Baptista Lusardo, Chefe de Polícia; Maurício Cardoso, Ministro da Justiça; João Neves da Fontoura, Consultor do Banco do Brasil; acompanhados por Sérgio de Oliveira, Ariosto Pinto, Fernando Antunes e Anibal de Barros Cassal.

Frustradas as tentativas de entendimento com Vargas, os demissionários retornam ao Estado iniciando, então, através da Frente Única um processo de discussão de acordos com o Governo Provisório que se estenderá até às vésperas da Revolução Paulista. A primeira das inúmeras reuniões que a F.G.U. realizará conta com a presença, além dos demissionários, de Raul Pilla, Borges de Medeiros e Assis Brasil⁽⁹⁷⁾, este retornando da Argentina com o objetivo explícito de conciliar os

(97) Assis Brasil afastara-se, interinamente, do Ministério da Agricultura e estava findando sua missão diplomática na Argentina quando recebeu, em 4 de março o apelo de Vargas. Este, relatando a atitude do grupo gaúcho em face ao atentado, solicita: "Espero ilustre amigo com seu alto critério e ponderação e a lealdade com que sempre agiu para comigo bem examinará este assunto antes qualquer decisão. Lei eleitoral publicada, caso São Paulo resolvido, não deverá ser um mero incidente policial motivo de hostilidades entre Rio Grande e o Governo Federal. Interpondo indiscutível prestígio sua autoridade poderá evitar agitações estêreis perturbadoras interesse geral País que precisa ordem e tranqüilidade." Telegrama de Getúlio Vargas para Assis Brasil, 4 mar. 1932. ap. SILVA, Hélio. 1931 - Os Tenentes no Poder. Op. cit. p. 287.

rio-grandenses com o Governo Provisório.

Enviando a Vargas, em primeira mão, as condições exigidas pela F.U.G. para um acordo, Assis tece longos comentários sobre a política regional, referindo-se inicialmente à "Solidéz do bloco rio-grandense" face à situação presente. Coloca, como necessidade básica para um entendimento entre os gaúchos e o poder central a execução imediata do programa da Aliança Liberal. O erro cometido por alguns elementos ligados à cúpula governamental (e apontado por ele em muitos momentos) foi a "pretensão de fazer um novo programa da Revolução dentro da Revolução."⁽⁹⁸⁾ Assis faz referência, também, a um dos argumentos utilizados por Vargas (em carta a Borges) de que a convocação de eleições poderia trazer de volta antigas oligarquias, retrucando: "Nunca houve tanta segurança das urnas homologarem a Revolução como no dia seguinte ao do seu triunfo". (...) "Alguns homens do passado podem voltar; mas as instituições mortas nunca poderão ressuscitar".⁽⁹⁹⁾

Na segunda parte de sua carta, Assis passa a transmitir, em caráter reservado, os itens propostos para o acordo: apuração das responsabilidades do atentado ao "Diário Carioca", sob a presidência de um membro do Supremo Tribunal, mesmo que os envolvidos sejam militares; restauração imediata

(98) Carta de Assis Brasil para Getúlio Vargas. 15 mar. 1932. Arquivo Osvaldo Aranha. CPDOC/FGU. Doc. nº 32.03.15/2.

(99) Ibid.

da secção 2a. do Título 4º da Constituição de 1891; decretação de lei que garanta liberdade de imprensa,mas proíba o anonimato nas publicações; nomeação imediata de uma comissão para elaborar um projeto de constituição que será colocado à apreciação pública e enviado à Constituinte; providências administrativas para o efetivo início do alistamento eleitoral; aceitação pelo Governo Provisório da responsabilidade pelas dívidas dos Estados considerados insolváveis na fase pré-constitucional, providenciando sua restauração financeira; discriminação das rendas entre União, Estados e Municípios segundo projeto de técnicos do Governo Provisório. Ao finalizar, o líder libertador enfatiza, muito lealmente a Vargas, sua subordinação às diretrizes que forem tomadas pelo seu partido, apesar de considerar-se, também, um membro ativo do governo.

A vinda de Assis Brasil para o encontro com os políticos da F.U.G. marca a sua reaproximação com Borges⁽¹⁰⁰⁾. Sua posição, entretanto, em relação ao Governo Provisório, é mais conciliatória do que a do líder republicano. Este esforço conciliador pode ser observado, também, em Flores da Cunha. Em função de sua posição de Interventor e membro do PRR, Flores dividia-se entre uma dupla lealdade: de um lado devida ao che

(100) "A Federação" de 14.03.32 publica em primeira página a notícia do encontro de Borges e Assis. Na ocasião Assis teria dito ao líder republicano: "Deixemos de lado os 40 anos em que vivemos afastados e voltemos à nossa intimidade da propaganda republicana - chame-me Assis."



fe do Governo Provisório e de outro ao chefe do partido. Nos momentos em que os antagonismos se acirravam, cabia a ele manter uma posição equidistante de intermediário entre os dois pólos para garantir sua base de sustentação política interna e evitar o erro de João Alberto com relação aos partidos regionais.

Após as deliberações que originam o heptálogo, anteriormente referido, Flores prossegue, no Rio de Janeiro, as negociações. De lá, volta como representante do governo federal junto aos chefes da Frente Única e expositor dos pontos de vista e das alterações propostas por Vargas. Este parece ser o momento em que Flores da Cunha define sua lealdade principal ao chefe do Governo Provisório.

Da reunião, com o Interventor, em que comparecem Borges de Medeiros, Assis Brasil, Raul Pilla, Ptolomeu de Assis Brasil, Maurício Cardoso, Lindolfo Collor, Baptista Lusardo, João Neves da Fontoura, Sinval Saldanha, Urbano Garcia e João Carlos Machado, é tirada uma nota onde os partidos ratificam as decisões tomadas anteriormente pois que elas representam o mínimo "reclamado pela consciência cívica do povo deste Estado"⁽¹⁰¹⁾. Acreditam que a data das eleições seria uma definição fundamental, uma vez que não basta apenas a determinação do alistamento sem definir quando se darão as eleições. Como

(101) Carta de Flores da Cunha a Getúlio Vargas. 28 mar. 1932. Arquivo Osvaldo Aranha. CPDOC/FGU. Doc. nº 32.03.28/1.

o Governo central alega que não pode assumir compromisso que não sabe se poderá cumprir, o Rio Grande se reserva o direito de lutar por suas idéias e apoiar o governo quando elas coincidirem. "Assim precisamente demarcadas as linhas da ação futura entre o Rio Grande e o Governo Provisório, confiam ainda os partidos riograndenses em que o chefe da ditadura, coordenando a orientação de todos os verdadeiros responsáveis pela jornada de 3 de outubro, consiga estabelecer uma fórmula que, sem colidir substantivamente com os pontos de vista já acima ressaltados, assegure ao País a efetividade da obra revolucionária"⁽¹⁰²⁾. O documento faz referência, ainda, à interventoria de Flores para a qual hipotecam sua solidariedade ambos partidos, acentuando que seria um erro qualquer mudança neste setor.⁽¹⁰³⁾

A partir deste momento, a F.U.G. amplia seus contatos e tenta articular com Minas e São Paulo uma campanha pela redemocratização baseada em dois pontos centrais: a organização de um "partido constitucionalista nacional" e a formação de um ministério de conciliação.⁽¹⁰⁴⁾ Os resultados da pressão conjugada exercida por estes grupos sobre o Governo Provisório vai se fazer sentir em maio de 1932: Getúlio baixa decre-

(102) Carta de Flores da Cunha a Getúlio Vargas. 22 mar. 1932. Arquivo Osvaldo Aranha. CPDOC/FGU. Doc. nº 32.03.28/1.

(103) Flores colocara como condição de permanência no cargo o entendimento entre a F.U.G. e o Governo Provisório.

(104) O representante da U.F.G. para estas duas missões é João Neves.

to⁽¹⁰⁵⁾ marcando prazo para as eleições e criando uma comissão para elaborar o ante-projeto da Constituição.

Se por um lado, Flores da Cunha permanece atuando como mediador e a liderança de Borges (na linha de uma hierarquia partidária) ainda pesa nas decisões, por outro, Vargas e os elementos mais ligados ao Governo Provisório passam a desenvolver uma política mais independente dos interesses regionais. O agravamento da crise paulista, porém, leva Flores a alertar Vargas que os "libertadores darão mão forte à frente única paulista para qualquer atitude. Quanto ao partido republicano se compromete apenas a exercer uma ação política solidária. Nestes termos, julgo de bom aviso encaminhar solução a aprazimento frente única paulista, evitando, dessa forma, eclosão de movimento armado."⁽¹⁰⁶⁾

Entretanto, solucionada em parte a situação paulista, Flores novamente transmite a opinião das lideranças gaúchas ("Drs. Borges de Medeiros e Raul Pilla acabam autorizar-me a hipotecar a V. Exa. o seu inteiro apoio, a fim de que, nele amparado, possa V. Exa. melhor resistir à onda de amargura em que se tenta mergulhar o país".)⁽¹⁰⁷⁾. Vargas responde,

(105) Decreto nº 21.402 marca para 3 de maio de 1933 a data das eleições.

(106) Telegrama de Flores da Cunha a Getúlio Vargas. 14 mai. 1932. ap. O General Flores da Cunha e a Revolução Paulista. Porto Alegre, Oficinas Gráficas da "A Federação, 1933. p. 47.

(107) Telegrama de Flores da Cunha a Getúlio Vargas. 27 mai. 1932. ap. O General Flores da Cunha e a Revolução Paulista. Op. cit. p. 48.

não com a tradicional atitude conciliatória, mas de forma a deixar claro que as diretrizes tomadas para a política nacional não dependem mais das pressões regionais, outrossim enfatiza que a sua atitude como chefe do governo não se prende mais às tradicionais lealdades partidárias⁽¹⁰⁸⁾.

Parece ser este o momento em que o Chefe do Governo Provisório manifesta a maioria do poder central com relação aos interesses regionais e ao seu partido. Politicamente esta fase é da maior importância, na medida em que a associação estabelecida por Vargas define a hegemonia do Estado Nacional sobre o tradicional jogo de pressões regionais, fazendo emergir as contradições geradas pela maior institucionalização dos partidos regionais (disfuncional ao poder central) e ao mesmo tempo, exprime o deslocamento do núcleo do poder político em direção ao centro e em detrimento das periferias regionais. Nesta perspectiva, a estratégia getuliana é clara: opta pela cooptação do Interventor, que na realidade dispõe de um fator determinante - o aparato militar (Brigada Militar e Corpos Provisórios) e congrega o apoio da Frente Única Gaúcha, desligando-se de qualquer lealdade partidária⁽¹⁰⁹⁾. O que se

(108) "Cumpe-nos informar-vos não sofrer Chefe do Governo nenhuma pressão capaz de tolher sua liberdade de agir, no caso referido." Telegrama de Getúlio Vargas a Flores da Cunha. 28 mai. 1932. ap. O General Flores da Cunha e a Revolução Paulista. Op. cit. p. 48.

(109) Em fins de junho, em telegrama a Flores, Vargas observa: "Não me posso sujeitar às imposições do Diretório Libertador, aceitas pelo Dr. Borges. Estou disposto a constitucionalizar o país e dar-lhe rumos seguros, Preciso, para meu governo pessoal, saber se, assim agindo, posso ter a certeza de que assegurará a paz no Rio Grande." Telegrama de Getúlio Vargas a Flores da Cunha. O General Flores da Cunha e a Revolução Paulista. Op. cit. p. 49.

torna claro, neste momento, é a intenção de Vargas em obter de Flores da Cunha uma atitude definida. Já que não é possível compactuar com as decisões partidárias, é necessário que o Governo Provisório encontre um outro elemento de legitimação do poder central no Estado. A aquiescência de Flores à estratégia de Vargas determina seu posicionamento quando da eclosão do movimento de São Paulo, em julho de 32⁽¹¹⁰⁾.

Dentro dos planos de rearticulação com o Governo Provisório a indicação de Flores da Cunha abre novamente o debate da F.U.G. Entre os vários nomes cotados para Interventor rio-grandense surge o de Maurício Cardoso. Interpelado por Vargas, Cardoso apresenta uma resposta onde pode-se detectar um dos elementos fundamentais para a compreensão da atitude de alguns setores da classe política gaúcha. As condições estabelecidas pelo ex-ministro para a aceitação do cargo supunham o apoio da F.U.G., a concordância de Flores da Cunha e, o que é mais significativo, a constitucionalização progressiva do Rio Grande do Sul através da restauração dos Conselhos Municipais e Assembléias, com o retorno da Constituição de 14 de julho.

(110) Nesta difícil conjuntura, Neves passa a articular com as Frentes Únicas e Minas e São Paulo o chamado ministério de conciliação, com vistas à formação de um Governo de concentração nacional. O Ministério teria, em princípio a seguinte composição: JUSTIÇA: Flores da Cunha; FAZENDA: Osvaldo Aranha; MARINHA: Protógenes Guimarães; VIAÇÃO: José Américo; GUERRA: Tasso Fragoso; TRABALHO: um membro da Frente Única Paulista; EXTERIOR E EDUCAÇÃO: um mineiro; CHEFE DE POLÍCIA: Vicente Piragibe.

Retornando à nossa análise anterior, diríamos que a diferença básica, quanto à ótica em que é visto o problema, refere-se à questão centro-periferia. "Dizer que a constitucionalização, defende Maurício Cardoso, não pode vir da periferia para o centro é prender-se à rigidez dos quadros clássicos. É erro partir da união, que é a abstração, quando os Estados é que são a realidade concreta."⁽¹¹⁾ Para Vargas trata-se, apenas, de garantir a "ordem" dentro do estado (no estilo mantido por Flores), pois que as diretrizes governamentais têm uma autonomia própria e o nível das decisões já não é mais o regional. Esta perspectiva foge à visão política de Maurício Cardoso e mesmo dos líderes partidários como Borges de Medeiros e Raul Pilla. As questões regionais somente terão relevância, futuramente, quando se vincularem aos interesses nacionais. Esta idéia de Estado Nacional que começa a se tornar concreta e que adquirirá contornos mais nítidos até o advento do Estado Novo, surge neste primeiro momento através da perspectiva dupla de um mesmo objeto - a ótica nacional e a ótica regional. De outro lado, a idéia do Rio Grande do Sul como uma unidade autônoma dentro da federação também parece estar presente, neste contexto, na reivindicação de constitucionalizar primeiro o Rio Grande. Esta visão regionalista do problema dificulta a participação dos gaúchos através de cargos no Governo

(11) Carta de Maurício Cardoso a Getúlio Vargas. Jun. 1932. ap. SILVA, Hélio. 1932 - A Guerra Paulista. Rio de Janeiro, Civ. Brasileira, 1967. p. 58.

Provisório e provoca o distanciamento, mesmo no que se refere à política regional, da Frente Única com Vargas. (112)

Duas medidas subseqüentes no processo demonstram a falência da tentativa de aproximação das oligarquias regionais com o Governo Provisório. João Neves comunica a Vargas que, dadas as circunstâncias presentes - fracasso na tentati-

(112) Frente à nova situação, o PL articula condições que são ratificadas por Borges de Medeiros estabelecendo que: a F.U.G. tem o dever de preservar a autonomia do estado (já que defendem este princípio no caso paulista) e que os partidos políticos tendo decidido entrar em composição com o Governo Provisório não acham legítimo que este aja internamente, à revelia dos primeiros. A partir destas duas premissas decidem: que o nome do interventor mereça irrestrita confiança da F.U.G. e que tenha sido apresentado ao Chefe do Governo Provisório pelas lideranças da mesma; que o novo Interventor organize seu governo de pleno acordo com os partidos e as pastas (Secretarias) sejam atribuídas em igualdade; que o novo comandante da Região seja escolhido pelo Chefe do Governo Provisório a partir de uma lista de cinco nomes apresentada pelo interventor.

Isto no que tange à questão da Interventoria do RGS. Para as questões nacionais é proposto o seguinte: pelo prazo máximo de 10 dias o PL autoriza a João Neves negociar a remodelação do Governo Provisório. Para tal apresenta como bases mínimas: o provimento das pastas vagas de acordo com as Frentes Únicas; a substituição dos atuais ministros da Guerra e do Trabalho; a orientação dos negócios políticos pelo Ministério da Justiça.

Desta forma, os grupos políticos locais procuram restabelecer os laços de controle sobre o poder central. Enquanto não há garantia da via Constitucional, a posse do Ministério da Justiça (com as decisões políticas) e o aval da F.U.G. para os demais cargos, é uma forma de pressão adequada.

va de escolha do Ministro da Guerra⁽¹¹³⁾ e na formação de um ministério de conciliação - "os partidos sul-riograndenses dão por findas as negociações entabuladas no intuito de se constituir um governo de concentração nacional"⁽¹¹⁴⁾

A criação do impasse dá a consciência, tanto para os membros do Governo Provisório quanto para as lideranças políticas regionais, que trata-se de um momento chave para a definição do processo e dos rumos da revolução.

Aranha mantém com Flores elucidativa correspondência, neste sentido, nos primeiros dias de julho. Narra ele seu encontro com João Neves e Morato com vistas, ainda, a um entendimento com as Frentes Únicas, inclusive a mineira. Levando em conta, porém, a seriedade do momento histórico faz a seguinte observação: "Estamos, meu caro Flores, na hora da virada. Esta vem se processando com êxito e segurança, a despeito dos ventos contrários. Estamos ante uma realidade que não pode ser confundida". Abre, em seguida, de forma hábil mas com características de um recuo tático, a possibilidade de participação das frentes-únicas. "A vantagem, diz ele, seria con-

(113) Nas discussões em torno de um nome para o Ministério da Guerra surge o, do General Espírito Santo Cardoso. Este, acolhido sem reservas pelo Governo Provisório, recebe restrições da F.U.G. que acredita possuir ele vinculações com o grupo do General Leite Castro e indiretamente com os tenentes.

(114) Carta de Osvaldo Aranha a Flores da Cunha. 29. jan. 1932. Arquivo Osvaldo Aranha. CPDOC/FGU. Doc. nº 32.01.29/1.

quistar o poder para os homens das Frentes Únicas. Não há necessidade de lutas. Os homens que poderiam ocupar não precisam forçar portas. Elas estão abertas pela própria Ditadura, não é necessário abri-las pela Revolução."⁽¹¹⁵⁾ Entretanto, a contradição das afirmações transparece logo em seguida quando afirma: "As Frentes Únicas podem e devem viver à margem do Governo, sem perturbar a ação governamental, nem esta a das Frentes Únicas. Basta que não se hostilizem nem se ameacem."⁽¹¹⁶⁾ Aranha refere-se, ainda, ao personalismo e ao regionalismo que rege a política dos que não querem ver as reais necessidades do país - os grupos locais. Enfatiza, mais uma vez, que poderão firmar um pacto, com Flores na Justiça (deixando Francisco Flores ou Maurício Cardoso na Interventoria) e ele - Aranha - em qualquer posto.⁽¹¹⁷⁾

Neste momento de indefinição de atitudes do grupo civil, onde as tentativas de renegociação política não adquirem contornos muito nítidos, eclode no seio da corporação mi-

(115) Carta de Osvaldo Aranha a Flores da Cunha. 4 jul. 1932. Arquivo Osvaldo Aranha. CPDOC/FGU. Doc. nº 32.07.04/2.

(116) Ibid.

(117) A possibilidade de Flores ir para a Justiça é vista com simpatia por Pilla, Collor e Lusardo (reconsiderando decisão anterior) o que levará o Interventor a desconfiar: "... quer dizer que me querem pelas costas! Será para manobrar à vontade?" Carta de Flores da Cunha a Osvaldo Aranha. 5 jul. 1932. Arquivo Flores da Cunha. UFRGS.

litar a crise gerada pelo manifesto de Bertoldo Klinger. (118) Este documento, escrito numa linguagem direta e crítica reflete o descontentamento de setores do Exército com a nomeação, para Ministro da Guerra, do Gal. Espírito Santo Cardoso. Os motivos apontados para o descontentamento vão desde a incapacidade física do ministro (119), até um desconhecimento das reais necessidades do exército (120). Klinger considera acintosa a intervenção civil no setor militar e a quebra da hierarquia dentro da instituição - "o governo não tem um general para minis

(118) O ofício de Klinger, tornado público em 6 de julho, reflete a opinião das oposições que viam no Gal. Espírito Santo a permanência da influência tenentista dentro do Ministério da Guerra.

(119) O Exército desejaria saber se o seu ministro resistiria a uma inspeção de saúde, dado o alquebramento total que os anos produzem, que, é de supor, já há 9 anos passados, o levou a passar espontaneamente para a reserva. E somente "mens sana". Manifesto de Bertholdo Klinger. s/d. ap. O General Flores da Cunha ao Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1932. p. 32.

(120) "V.Exa. está há longos annos afastado do serviço activo como já lembrei, e nelle não attingiu ao generalato nem fez curso de Estado-Maior, de modo que jamais teve a responsabilidade e necessidade de cogitações de character de conjuncto sobre problemas do Exército, mormente em seu entrelaçamento com os demais problemas nacionaes. Assim a sua nomeação nada mais é que a reedição, há treze annos passados, daquella celebre invenção do ministro civil nas pastas militares, coisa para a qual até hoje o Exército não tem a sua organização adaptada." Ibid. p. 34.

tro da Guerra"⁽¹²¹⁾.

Estava criado o clima pré-revolucionário que deflagrará a Revolução Constitucionalista de 9 de julho.

Segundo Boris Fausto o "movimento pró-autonomia ganhou tal ímpeto em São Paulo que, quando Vargas se dispôs a fazer alguns compromissos, os ocupantes da locomotiva paulista não quiseram ou não puderam detê-la."⁽¹²²⁾ O Interventor civil e paulista, o Código Eleitoral, o estabelecimento da data para as eleições de maio de 1933, foram interpretadas como recursos estratégicos de Vargas para se perpetuar no poder. Fausto atenta para outra evidência: o conflito entre governo central e estados era radical no caso paulista "Apesar dos inúmeros atritos com Vargas, Minas e o Rio Grande do Sul tinham boas razões para uma adaptação e por isso mesmo, afora algumas adesões, São Paulo ficou sozinho na luta."⁽¹²³⁾

(121) "O governo não tem um general para ministro da Guerra, governo que, entretanto, discricionariamente, eliminou do serviço um ról de generaes e fez uma porção de generaes novos.

Nem dentre os que escaparam a grossa faxina, nem dentre os fabricados pela revolução, um não se salva para dizer no Exército, a instituição mais combatida pela revolução dominante, a palavra da revolução nacional." Ibid. p. 35.

(122) FAUSTO, Boris. Pequenos ensaios da História da República: (1889-1945). São Paulo, CEBRAP, 1972, p. 60.

(123) Id. Ibid. p. 60.

As velhas ligações, entretanto, entre o Partido Libertador e o Partido Democrático, assim como a simpatia de Borges de Medeiros, João Neves da Fontoura e outros líderes republicanos pela causa paulista, levavam a crer que a F.U.G. (e, vinculado a ela, o Interventor) apoiaria incondicionalmente, o movimento. A partir da eclosão do levante Flores da Cunha passa a sofrer as pressões tanto da Frente Única quanto do Governo Provisório. Posteriormente ele alegará que desconhecia as articulações do grupo gaúcho com a Frente Única Paulista, tendo hipotecado sua solidariedade sob condições especiais. (124) O que ocorre na prática é que ao ser comunicado do levante Flores coloca seu cargo à disposição de Vargas. Seu pedido de demissão não é aceito e ele se define pela "manutenção da ordem" e apoio ao Governo Provisório. Porém, antes que as relações entre Governo Provisório e Interventoria Rio-Grandense tomem um caráter de apoio definitivo e irrestrito, a chamada ao cumprimento do dever partidário é feita por Borges de Medeiros. Para o líder republicano existem compromissos de honra com São Paulo, portanto "... não é lícito hesitar. Se a paciência fatigada e irritada dos brasileiros alçar-se, em protesto armado, para reivindicar as liberdades confiscadas, tenho fé não hesitareis em assumir a única atitude compatível

(124) Flores teria dito que aceitava participar do movimento caso estivesse fora da Interventoria, quando da sua deflagração. Os depoimentos de Neves, Lusardo, Pilla e Glicério Alves indicam um comprometimento maior, com a compra, inclusive, de armamento e formação de corpos provisórios com a finalidade de combater o Governo Federal.

com o vosso passado, vossa glória." Borges conclui lançando um apelo: "Ficai com o Rio Grande e sede o seu galhardo condutor na nova cruzada redentora."⁽¹²⁵⁾

Face a esta intimação a estratégia do Interventor gaúcho consiste em depor seu cargo nas mãos do chefe do governo. A resposta de Vargas faz menção, inicialmente, à expectativa de uma "atitude digna e corajosa" de seu representante regional. Num segundo momento passando a um apelo mais direto acrescenta: "Tenho sua palavra que manterá ordem. Não posso aceitar renúncia. Ninguém melhor que meu caro amigo será fiador honra Rio Grande, momento vítima traição pretendem nos apunhalar pelas costas, num movimento nitidamente reacionário. Não me entregarei."⁽¹²⁶⁾ A convocação de Vargas Flores da Cunha responde de forma dramática: "Manterei a ordem ou morrerei."⁽¹²⁷⁾ Assumindo este compromisso o Interventor torna pública a sua opção pela defesa do Governo Provisório. Em manifesto de 11 de julho são apresentadas as justificativas pelo posicionamento oficial do governo rio-grandense apoiando Vargas. "Colhido de surpresa, apesar da minha lealdade para com

(125) Telegrama de Borges de Medeiros a Flores da Cunha. 9 jul. 1932. ap. O General Flores da Cunha e a Revolução Paulista. Op. cit. p. 42.

(126) Telegrama de Getúlio Vargas a Flores da Cunha. 10 jul. 1932. Ibid. p. 54.

(127) Telegrama de Flores da Cunha a Getúlio Vargas. 10 jul. 1932. ap. O General Flores da Cunha e a Revolução Paulista. Op. cit. p. 54.

todos as correntes de opinião do país, pelo movimento sedicioso que estalou em São Paulo, cumpre-me declarar ao Rio Grande e à Nação que me conservarei fiel aos deveres de delegado do Governo Provisório." (128)

A definição das lideranças partidárias da F.U.G. (Borges de Medeiros e Raul Pilla) pelo apoio incondicional à revolta paulista, seguidos de políticos como João Neves da Fontoura e Baptista Lusardo; e a permanência de Flores da Cunha (juntamente com alguns republicanos e libertadores como Antunes Maciel, Simões Lopes Fº, Antonio Carlos Machado) ao lado do governo, cinde o quadro político rio-grandense de forma irreversível.

A F.U.G. tentará, em vão, trazer o Interventor à causa, optando, finalmente, pela reprodução do modelo paulista em nível local. Borges de Medeiros, Baptista Lusardo e Raul Pilla articulam o levante no Rio Grande do Sul enquanto João Neves da Fontoura, numa opção individual segue para a frente de luta em São Paulo (129).

(128) A Federação. 11 jul. 1932.

(129) "Paulistas! Aqui estou. (...) Ao cabo de tenazes esforços, dispendidos por amigos dedicados, consegui chegar ontem aqui para alistar-me ao vosso lado na pugna sagrada pela boa causa - a da democracia brasileira..." FONTOURA, João Neves da. Por São Paulo e pelo Brasil. São Paulo, s/ed., 1933. p. 15. Segundo Trindade, Neves tentará "Saldar, com as armas da retórica inflamada, a dívida moral do Rio Grande para com São Paulo". TRINDADE, Hêlgio. João Neves da Fontoura: O Tribuno Parlamentar Gaúcho dos anos 30". in Perfis Parlamentares - João Neves da Fontoura. Brasília, Câmara dos Deputados, 1978. p. 45.

As articulações da F.U.G. não encontram respaldo nas bases partidárias, não só pela definição do Interventor, mas também porque vários líderes, como Assis Brasil, passam, imediatamente, a pugnar pela pacificação. As dificuldades encontradas, pelos revolucionários gaúchos, de coordenarem forças e munições são retratadas por Flores da Cunha: "Acabo de saber da situação em que se encontram, à frente de um reduzido grupo, de menos de trinta homens, ao que me informam, de Santa Maria, incapaz de responder com vantagem à pressão das numerosas tropas fiéis ao Governo...."(130)

A estratégia frentista de pequenos levantes armados para deslocar as forças da Brigada Militar do "front" paulista redundou em fracasso. Borges de Medeiros é derrotado no combate de Cerro Alegre, em 20 de setembro. Preso, é transferido diretamente para o Rio de Janeiro e posteriormente exilado em Recife. Raul Pilla, Baptista Lusardo e Lindolfo Collor vão para o Uruguai encerrando a participação da oposição gaúcha no

(130) Carta de Flores da Cunha a Sinval Saldanha e Francisco Flores da Cunha. 26 ago. 1932. ap. O General Flores da Cunha e a Revolução Paulista. Op. cit. p. 55. Nesta carta Flores solicita que Saldanha, Francisco Flores tentem demover Borges de Medeiros de seus objetivos bélicos.

movimento de 1932.⁽¹³¹⁾ Criava-se uma nova situação interna com a transmutação da F.U.G., definitivamente, em força opositora.

Se, para os paulistas "o fim da revolução é trágico, com fugas e prisões", com a tentativa de culpar a Força Pública pelo fracasso, tentando "esconder os verdadeiros erros da oligarquia, que provoca carnificina e morte (...) devido a sua intenção de permanecer no poder"⁽¹³²⁾, para o Rio Grande do Sul o novo período que se abre marca uma profunda redefinição das forças políticas e suas lealdades para com o Interventor e o Governo Provisório.

Encerrava-se assim a conjuntura política que se inicia com a tomada do poder de Vargas, com o apoio integral da Frente-Única Gaúcha, e que, após longo processo de tensões en

(131) A ação dos Revolucionários no Rio Grande do Sul prendeu-se somente ao interior. O grupo de Marcial Terra andou pelos municípios de Santo Ângelo, Santiago e São Luís, estacionando em São Francisco de Assis. Pilla foi a Melo para comprar material bélico e não pode retornar. Lusardo e Borges concentraram suas ações entre Caçapava e Lavras, ao passo que Toríbio Gomes preferiu juntar suas forças às de Marcial Terra. Outro revolucionário que desempenhou funções importantes na articulação com São Paulo foi Fernando Caldas, libertador ligado ao "Correio do Povo" e ao "Estado do Rio Grande". Mais tarde, o governo tomou conhecimento da existência de um comitê opositorista em Porto Alegre, do qual participavam Otelo Rosa, Jaime Pereira, Sinval Saldanha, Firmino Torelly e Amaro da Silveira, entre outros.

(132) CARONE, Edgard. Oligarquias e Classes Sociais na Segunda República. (1930-1937). São Paulo, Difel, 1974. p. 315.

tre o poder central e as lideranças regionais, terá como epílogo o exílio das lideranças mais expressivas dos partidos rio grandenses e a passagem da própria F.U.G. da posição situacionista para opositora sistemática dos governos Vargas e Flores da Cunha.

SEGUNDA PARTE

O FRACASSO DA REVOLUÇÃO CONSTITUCIONALISTA
E OS DESAFIOS DA NOVA CONJUNTURA POLÍTICA:
DA REDEFINIÇÃO DO SISTEMA PARTIDÁRIO
REGIONAL À SUA CRISE (1932/1937)

1 - A F.U.G. COMO OPOSIÇÃO E O SURGIMENTO
DO P.R.L.

A experiência paulista marca o ponto extremo do antagonismo entre Vargas e algumas forças regionais. A partir deste momento "a tendência à harmonização entre o governo federal e as oligarquias regionais ganhou força (...) favorecida por uma disposição mútua ao entendimento. As oligarquias viam nas eleições à Assembléia Constituinte uma possibilidade de maior participação no poder, através do Congresso, e Vargas inclinava-se ao compromisso, sem abdicar uma posição dominante."⁽¹⁾

A solução de compromisso adotada pelo Governo Provisório vincula-se, de um lado à necessidade de conciliar com os tenentes e com as oligarquias, mesmo o tenentismo sendo, já um movimento em processo de desagregação. Boris Fausto atenta para o fato de que o governo apesar de harmonizar-se com os dois

(1) FAUSTO, Boris. Pequenos ensaios de História da República. Op. cit. p. 61.

setores conflitantes (fato notório desde a articulação da Aliança Liberal) passa a se apoiar, realmente, na cúpula das Forças Armadas. Neste sentido, Vargas assistirá às demarches das oligarquias com vistas à participação na Constituinte Federal e posteriormente nas Estaduais, mantendo uma política firmemente dirigida no sentido de uma centralização de poder crescente, da nacionalização das estruturas políticas e da cooptação das lideranças regionais.

O exílio dos líderes da Frente Única no Rio Grande do Sul cria um vazio de poder. O corte observado no sistema partidário não diz respeito somente a uma ruptura entre os dois partidos - entre situação e oposição - mas a uma redefinição que atinge as duas agremiações de forma ampla. A Frente Única passa a ser não apenas a união do Partido Republicano Riograndense com o Partido Libertador, mas um grupo que se caracteriza por ser de oposição, anti-getulista, anti-florista.

Se a cisão abarca mais violentamente os quadros do PRR, na medida em que o rompimento Borges versus Flores /Aranha/Vargas é um marco na falência da política oligárquica de interesses estaduais, não deixa de ser importante, também, para o Partido Libertador onde o duplo posicionamento das lideranças provoca, também, cisões internas. Enquanto Raul Pilla toma atitudes radicais juntamente com Borges de Medeiros, João Neves e Lindolfo Collor, Assis Brasil manifesta-se pela pacificação nos seguintes termos: "Nada tenho a declarar, quanto aos presentes acontecimentos, além do que já notifiquei inequivocamente, durante os pródomos e o desdobramento da Revoluu

ção Liberal, - ao público, aos mais influentes elementos da atividade cívica e, especialmente, ao Chefe do Governo Provisório, verbalmente e por escrito.

O fato culminante do dia é a guerra civil. Sempre fui avesso a ela. Se em alguma tomei parte, foi para atenuar os seus efeitos, abreviar-lhe o fim, conseguir a paz e a conciliação. Confio em que a história me fará justiça, a esse como a muitos outros respeitos. Como tais antecedentes e bem ponderando as possibilidades da minha aptidão, os meus deveres de lealdade para com os homens e princípios em pugna, estou conscientemente persuadido de que só poderei utilizar a minha pequena influência no sentido da pacificação, para a qual vejo uma avenida aberta nas magnânimes declarações do Chefe do Governo Provisório."(2)

Outros membros do PL também manifestam sua adesão ao Governo Provisório.(3) Simões Lopes Filho, em carta pública a Vargas, manifesta seu descontentamento com os rumos políticos de seu partido. As declarações de Francisco Antunes Maciel Jr., também neste sentido, já haviam provocado seu desligamento do PL antes, ainda, da eclosão do movimento paulista.

(2) Carta de J.F. de Assis Brasil. 12 ago. 1932. Arquivo Raul Pilla. UFRGS.

(3) As declarações de Assis Brasil não refletem uma adesão clara ao governo federal. Ele mantém-se vinculado à Frente Única, discordando dela neste particular, e atuando, portanto, acima das vinculações partidárias.

Quebradas as antigas lealdades e desfeitos os laços partidários tradicionais, encontra-se o Rio Grande diante de uma situação inédita: as duas correntes políticas existentes até então acham-se alijadas do poder. Não há mais identificação entre o comportamento do Interventor e as diretrizes de atuação de seu partido. A alternativa que se coloca ao governo do Estado, no momento, diante do vazio político criado, é buscar um novo grupo de apoio que se congregue em torno do poder (e das idéias pelas quais este propugna), um grupo que lhe dê o suporte político necessário.

Este grupo, em princípio, já existia e podia ser localizado em todos os níveis que possuíam alguma articulação com a Interventoria. Em consequência, a idéia da criação de um partido político que ofereça respaldo, internamente, não apenas à administração Flores da Cunha, mas também às ações do Governo Provisório (a ser testado nas eleições de maio de 1933) é acolhida, favoravelmente, tanto pelos grupos regionais quanto pelos diretamente vinculados ao governo central. As relações Rio Grande - chefe do Governo Provisório haviam se harmonizado com o desencadeamento da questão paulista. Criara-se, inclusive, um consenso quanto à permanência de Flores na Interventoria devido ao fato do ambiente estar, ainda, muito conflituado com os revolucionários exilados próximos à fronteira. Uma prova do bom andamento das relações de Vargas com o Rio Grande do Sul é que o Ministério da Justiça continuaria a

ser ocupado por políticos rio-grandenses. (4)

A necessidade de rearticular as forças políticas do Rio Grande, sob uma liderança "segura", é recomendada a Flores por Osvaldo Aranha. Em carta profundamente abrangente e elucidativa da ótica que o governo central possui das questões conjunturais, Aranha analisa desde as origens da sedição paulista até as necessidades reais da sociedade brasileira e as diretrizes que para tal o governo deve estabelecer. Suas observações sobre o movimento de 9 de julho são extremamente objetivas: "O movimento paulista, feito após a satisfação plena de todas as suas reivindicações, só se pode explicar pela necessidade de retorno ao passado, à velha exclusivista predominância da Paulicéia, caracterizada pela hegemonia do seu materialismo político e pela escravidão do resto do país." Em seguida comenta: "A revolução paulista foi tipicamente uma revolução do alto, feita pelos erros das valorizações do café, das indústrias alfandegárias, das fortunas fáceis, criando uma mentalidade de grandezas, de ganâncias, de exaltações, de incontinências e de hegemonias incompatível com a nova política do País de economia e de igualdade dos Estados". (5) Procu

(4) A indicação é feita por Flores e recai em Francisco Antunes Maciel Jr., ex-secretário da Fazenda e oriundo do Partido Libertador.

(5) Carta de Osvaldo Aranha a Flores da Cunha: 29 out. 1932. ap. SILVA, HÉlio. 1933 - A crise do Tenentismo. São Paulo, Civilização Brasileira, 1968. p. 43-52.

ra acentuar, desta forma, a disposição do Governo Provisório de efetivar uma política econômica menos centrada nos interesses dos cafeicultores. (6) Aranha aponta como fundamental, para a institucionalização da revolução de 30, o efeito da derrota paulista. "Caiu, com o movimento paulista, o último reduto do passado, desse tempo em que o País, sob a bandeira de uma falsa república, padecia, em proveito de um, da escravidão de todos os demais Estados. A Paulicéia, meu caro, era a nossa Bastilha." (7)

Após estas colocações, Aranha aborda diretamente qual o papel que o Rio Grande deverá desempenhar no processo de "reconstrução da nação". "O Rio Grande é hoje o centro político do País. Para ele deslocou-se de São Paulo por muitas causas, entre as quais sobressai a tua ação decisiva e preponderante." (8) É clara, nesta observação, a intenção de Aranha

(6) Apesar desta ênfase, é consensual o reconhecimento de que a política de Vargas beneficiou, desde 30, o setor cafeeiro." ... o Governo Federal foi levado a uma crescente centralização da política cafeeira". (...) "Ao mesmo tempo em que assumia a direção dos negócios do café, o governo federal tratou de desafogar um setor que (...) era profundamente atingido pela depressão. A política do café pós-1930 se desenvolveu dentro de linhas financeiras ortodoxas". FAUSTO, Boris. Pequenos Ensaio da História da República. Op. cit. p. 61. O autor relembra, ainda como a política de Vargas manteve-se semelhante à de Washington Luís, não emitindo e adotando a destruição física de estoques (desde julho de 1931), como meio de se manter os preços.

(7) Carta de Osvaldo Aranha a Flores da Cunha. 29 out. 1932. Ibidem.

(8) Ibidem.

em manter Flores próximo ao governo federal. O centro político não se deslocara para o Rio Grande do Sul, mas o Rio Grande do Sul era um elemento chave para o governo federal levar avante sua política centralizadora, da qual Aranha era defensor. E, insistindo no papel do Rio Grande como foco articulador da nova situação Aranha faz referência à sedição rio-grandense remetendo Flores ao exemplo de Castilhos, como inspiração na busca de respostas para o impasse político interno. "Temos uma crise igual na nossa história política: a do Castilhos. Não é um exemplo e um programa: é mesmo um espelho. Nesse episódio devemos ir procurar diretrizes." (...) "Fizeste falhar um golpe similar e de maiores proporções, quer locais, quer gerais. Não cedeste à anarquia, nem perdeste o poder, como perdeu Castilhos. Não precisamos retomá-lo, como o fez o grande patriarca. Precisamos, apenas, mantê-lo e consolidá-lo. Precisamos organizá-lo. Essa é a grande obra e maior tarefa". (9)

A partir destas constatações, a sugestão dada a Flores da Cunha é a de organizar as forças leais, dispersas no estado, através de um partido que agregue, pelo posicionamento comum, os setores vinculados à Interventoria.

O chamamento destas forças e sua ordenação partidária não é tarefa imediata. Faz-se necessário, ainda, esperar

(9) Ibidem.

uma definição mais clara das correntes políticas que atuarão na Constituinte Federal. Isto não exime o Interventor de um trabalho inicial de arregimentação através, principalmente, da propaganda. "Prepararás, assim, as populações para atender, na hora oportuna, à tua palavra política e segui-la sem hesitações."(10)

A criação do novo partido é funcional ao momento já que ele preencherá, segundo Aranha, um vazio existente na estreita gama de opções que o sistema partidário regional oferece. "O Partido Republicano é conservador demais para a época atual de transformações radicais e o Libertador revolucionário sistemático, para poderem conjugar-se numa ação comum e acharem uma fórmula de união real."(11)

O apoio a uma corrente política que poderia, inclusive, assumir proporções nacionais, é estratégico na nova política do Governo Provisório de reaproximação das oligarquias regionais. A proximidade das eleições para Constituinte requer um controle mais direto dos mecanismos que serão utilizados pelas elites locais na escolha de seus representantes. Este problema se postava ao Governo Provisório desde o momento da decretação da data para as eleições, em 1933. "Ansiosos pela solidificação de suas respectivas máquinas, as primeiras inter-

(10) Ibidem.

(11) Ibidem.

ventorias dos principais estados mostram-se favoráveis à imediata reconstitucionalização do país. É sobretudo o que se observa em São Paulo (...), em Minas (...), e no Rio Grande do Sul. Daí a tentativa de aliança, na revolução de 1932, destes três estados. Lançada a pregação pela nova Constituinte (...) os porta-vozes da centralização contra-atacam imediatamente com uma série de medidas, entre elas a substituição da maioria dos interventores em exercício por elementos diretamente ligados ao governo central."⁽¹²⁾

O longo discurso de Aranha visava a dar os marcos de atuação ao Interventor gaúcho com vistas ao próximo enfrentamento que o Governo Provisório teria - pelas urnas - com a oposição. Desta forma ele estabelece o arcabouço da organização que tomará forma concreta com a criação do Partido Republicano Liberal, em 1932.

Mas, se por um lado o grupo ligado ao Governo Provisório se articulava frente à possibilidade do teste das eleições para a Constituinte Federal, por outro os exilados não haviam perdido completamente a esperança de obter ainda algum êxito, em sua ação, mesmo que tardia. Os exilados de diferentes origens distribuíam-se de forma variada: Pilla, Lindolfo Collor, Baptista Lusardo e outros rio-grandenses, dada a proximidade da fronteira, internaram-se em território uruguaio

(12) SOUZA, Maria do Carmo Campello de. Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930-1964). São Paulo, Alfa-Omega, 1976. p. 93.

e argentino e mantiveram contato constante com os partidários locais. Já a grande maioria dos paulistas seguiu deportada para Portugal.

No interior do grupo revolucionário, já neste primeiro momento, opera-se uma cisão: de um lado há os que pretendem levar em frente a luta iniciada em 9 de julho e que só terminaria com a queda da ditadura; e de outro os que dão o processo por encerrado e aguardam a possibilidade de volta num prazo não muito longo. A tendência observada no grupo mais radical é de concentrar-se na região do Prata, onde têm início as articulações mais concretas. Este setor estabelece um prazo, ainda que provisório, para a eclosão de novo movimento (maio de 33) e iniciam contatos visando principalmente a obtenção de recursos para a compra de material bélico.⁽¹³⁾

O principal impasse que o movimento rebelde vai sofrer é a querela entre o Coronel Euclides Figueiredo e o Coronel Brasília Taborda em função da liderança militar do levante. Constata-se que a falta de coordenação das ações (a lide-

(13) A troca de correspondência entre as lideranças é intensa (não só Europa - Prata, mas também Porto Alegre - Prata). Como a Interventoria dispõe de amplo controle policial, a grande parte das articulações dos exilados são do conhecimento de Flores da Cunha e o Governo Provisório. Uma estratégia utilizada pela oposição é o texto cifrado ou a troca dos nomes dos líderes por nomes femininos. A referência clara, entretanto, a alguns fatos e personagens, permite a identificação inequívoca dos mesmos. Ver correspondência dos exilados, de novembro de 1932 a março de 1934. Arquivo Raul Pilla. UFRGS.

rança civil fica com Raul Pilla e João Neves), a distância dos paulistas na Europa e a falta de recursos tende a esvaziar o movimento já em fins de 1932. Apenas Pilla permanece insistindo na conexão dos grupos, na definição de diretrizes e na manutenção da data (maio) para o golpe. ⁽¹⁴⁾

A conspiração malogrará tendo como um dos motivos a impossibilidade de acordo quanto à liderança militar: a disputa Figueiredo versus Taborda parecia prender-se a velhas questões entre perrepistas e democráticos. ⁽¹⁵⁾ A desorganização do Comitê Revolucionário de Buenos Aires, juntamente com a carência de recursos financeiros é apontada por Pilla como elementos desestimuladores à expansão do movimento revolucionário. "Havia aqui quatro membros civis (...): Djalma Pinheiro

(14) Pilla em carta que envia ao General Isidoro Lopes solicita seu empenho na articulação das forças paulistas. Esclarece que fará o mesmo pedido a Pedro Toledo e Artur Bernardes e acrescenta: "encaro com certo pessimismo a ação revolucionária e isso não tanto porque lhe seja desfavorável o ambiente nacional, como principalmente pelas paixões e rivalidades que trabalham os elementos revolucionários". Carta de Raul Pilla a Isidoro Lopes. 4 abr. 1933. Arquivo Raul Pilla. UFRGS.

(15) O Coronel B. Taborda se incompatibiliza, também, com Raul Pilla ao tomar conhecimento de críticas pelo líder libertador à sua pessoa. Raul Pilla tecera comentários a respeito da "questão militar" do movimento em carta a Paulo de Moraes Barros, acentuando o papel desagregador de B. Taborda. Apreendida pela censura postal a correspondência foi publicada pela imprensa abrindo ao público os problemas internos do grupo exilado. Ver: Carta de Brazílio Taborda a Raul Pilla. 23 mar. 1933. Arquivo Raul Pilla. UFRGS.

Chagas por Minas Gerais, Marcos Mélega por São Paulo, e João Neves e eu (Pilla) pelo Rio Grande . Com a chegada do coronel Euclides Figueiredo alcançariam eles a cinco, se o mandato deste último não tivesse sido formalmente contestado."⁽¹⁶⁾ Entretanto, com a retirada de Pinheiro Chagas, retornando ao Brasil e o representante paulista não sendo referendado pelo Partido Democrático, a direção civil reduziu-se a Pilla e Neves. Por outro lado, a desarticulação do movimento repercutiu diretamente na obtenção de recursos dada a aparente inviabilidade do levante. Nesta conjuntura, o grupo mais coeso ainda era o rio-grandense, apesar do vazio criado com o distanciamento do chefe do PRR, exilado em Recife, e com dificuldade de manter comunicação com suas bases. Enquanto as oposições, exiladas ou não permanecem numa constante atividade com vistas à deposição da ditadura de Vargas, o Interventor Rio-grandense, põe em prática os conselhos recebidos de Aranha e realiza com a presença deste, em 15 de novembro de 1932, a sessão solene de criação do Partido Republicano Liberal.

Flores da Cunha criava, desta forma, o canal de onde tiraria sua principal fonte de sustentação. Utilizando ao máximo a ausência dos líderes oposicionistas, a acefalia dos partidos tradicionais e catalizando os frutos da situação favorável em que se encontrava frente ao Governo Provisório, ad

(16) Carta de Raul Pilla. jan. 1933. Arquivo Raul Pilla. UFRGS.

quiria ele, internamente, uma posição mais sólida. (17)

O crescimento do poder de Flores da Cunha, visto, ainda, como fonte respaldadora do Governo Provisório, tenderia a se tornar, mais tarde, causa de conflitos. A institucionalização desta força, através da criação de um partido, e o aumento dos efetivos da Brigada Militar e dos Corpos Provisórios eram a formalização de uma política autonomista, que não tinha mais lugar nos projetos do grupo revolucionário no poder. A preocupação de Góes Monteiro com as forças militares regionais como cerceadoras de uma idéia de exército nacional centralizado pode ser acrescentada a esta conjuntura. (18)

Se a articulação política do Interventor foi coroada de êxito, visando às eleições de 3 de maio de 1933, atra-

(17) Isto pode ser observado se tomarmos em conta a participação maciça dos representantes dos municípios e funcionalismo estadual na fundação do partido do governo. Este fortalecimento no nível local leva Flores da Cunha a tentar expandir seu raio de ação interferindo na política de outros estados. Isto fica bem presente quando ele passa a pressionar Vargas no caso da mudança de Interventor em Santa Catarina. A perspectiva da não indicação de Aristiliano Ramos leva Flores a voltar do Rio de Janeiro abruptamente, um gesto ostensivo de desagrado. A nomeação é feita mas fica, para Vargas, como exemplo negativo de interferência nas decisões centrais.

(18) "Para o Exército, é uma questão de vida ou de morte o seu fortalecimento, sem o que ele nunca poderá cumprir a sua missão..." MONTEIRO, Gal. Góes. A Revolução de 30 e a finalidade política do Exército. Rio de Janeiro, Aderesen Ed., s/d. p. 160.

vés de um sistema de propaganda eficiente ⁽¹⁹⁾ e um esquema de alistamento em massa (principalmente na zona colonial), ser viu também para demonstrar, pelo menos, dois fatos à oposição: que as eleições se realizariam, apesar das expectativas em contrário, e que o F.U.G. teria que recuperar o campo perdido com a derrota pelas armas e pelo relativo abandono da massa partidária durante todo o período de conspiração no Prata.

A recomposição das forças oposicionistas tem início já próximo à data das eleições, (16 de abril), quando instala-se, em Rivera (Uruguai), o Congresso do Partido Libertador. O objetivo do encontro é traçar as diretrizes do partido para as eleições da Constituinte. Face à nova conjuntura política existem questões cruciais a serem resolvidas: a manutenção da Frente Única Gaúcha, a forma de participação das duas agremiações no pleito, a escolha dos candidatos e a elaboração de um corpo de idéias que os representantes defenderão na Assembléia.

As primeiras deliberações do Congresso visam a definir as comissões para o estudo das questões básicas a serem discutidas. Estas dizem respeito à organização de uma chapa única, mantendo unidos PL e PRR; o posicionamento do partido

(19) O PRL contava, para a propaganda eleitoral e a campanha de alistamento com dois jornais que funcionavam como órgão oficial do partido: A Federação, em Porto Alegre e o Diário Liberal em Pelotas.

frente às pressões da Liga Eleitoral Católica e a elaboração de um programa de ação da bancada na Constituinte.

A primeira decisão estabelecida pelo grupo é no sentido de conduzir o eleitorado libertador ao comparecimento às urnas em 3 de maio; em segundo lugar, a comissão defende a participação conjunta, com o PRR⁽²⁰⁾ já que a lei eleitoral estabelecendo o sistema de dois turnos e o quociente eleitoral, dificulta a separação interna dos candidatos.⁽²¹⁾ Amplamente debatidas, também, são as medidas vinculadas às questões econômicas como as de caráter fiscal que o partido deverá propor: extinção do imposto de exportação, extinção do imposto sobre transmissão de propriedade, prioridade à União para a utilização do imposto sobre a renda e proibição da cumulatividade tributária. Estas medidas correspondiam, claramente, aos interesses dos grupos latifundiários vinculados à pecuária (ao comércio de couros ou charque) originários da zona da campanha, em grande parte, e de tradição libertadora (federalista). Uma observação feita, nas discussões internas do partido, no refe-

(20) O representante do PRR no Congresso é Camillo Martins Costa, apresentado como "portador do pensamento" de Borges de Medeiros.

(21) A chapa única é formada por dezesseis nomes indicados pelos diretórios dos partidos sendo oito de cada grupo: O quociente eleitoral será dado pelo total de votos à F.U.G. Logicamente, por este critério, a hierarquia interna dos eleitos não corresponderá a um equilíbrio de representação para os dois partidos. Entretanto, a participação integrada do eleitorado da F.U.G. é uma forma tática para competir com a máquina florista.

rente à redução de impostos, permite sentir a relevância do assunto e a intenção subjacente à proposta. O argumento consiste em que, de um lado, a diminuição do número de taxas será altamente benéfica para o produtor envolto nas dificuldades da crise econômico-financeira que o Estado atravessa; de outro, a medida não será prejudicial ao orçamento em geral, se o Interventor realizar uma equivalente redução no orçamento militar. Esta questão (do constante aumento dos Batalhões Provisórios, Batalhões Rodoviários, etc.) - que antagonizava o exército e, principalmente, Góes Monteiro com Flores da Cunha - é abordada no conclave quando é discutida a participação dos militares na vida política.

Trazido à discussão o tema do envolvimento dos militares nas questões políticas, o partido delibera que se baterá pelo "alheamento integral do Exército da atividade política" para que esta "não penetre nos quartéis".⁽²²⁾ A orientação partidária, considerando, que o objetivo do Exército é "defender a integridade do país e assegurar o império da Constituição, julga que (...) "A intromissão dos militares da ativa nas competições partidárias..." constitui "mal fundamental de qualquer democracia e especialmente da brasileira."⁽²³⁾

Outro ponto importante de definição partidária e que

(22) Correio do Povo, 19 abr. 1933.

(23) Ibidem.

retrata os conflitos da conjuntura analisada é a questão religiosa.⁽²⁴⁾ Respondendo às interpelações da Liga Eleitoral Católica (L.E.C.), o Partido Libertador mantém sua tradição de plena liberdade de consciência não defendendo nenhuma doutrina religiosa e optando pela manutenção do Estado laico. Este posicionamento lhe custará o apoio da L.E.C. e da população católica tradicionalmente identificada com o ideário libertador.

As decisões finais do encontro definem a chapa libertadora e a plataforma dos candidatos.⁽²⁵⁾ Esta, ligada diretamente a questões conjunturais discutidas no encontro man-

(24) Após a Revolução de 30 há uma reação católica, gestada, claramente, durante a década de 20. Segundo Carone os católicos "retornam violentamente à arena política: a Liga Eleitoral Católica (1933), o Centro Dom Vital e outras organizações vão liderar e controlar as atividades de grupos políticos, numa ostensiva atitude de pressão sobre todas as formas liberais e esquerdizantes." CARONE, Edgard. A Segunda República. Op. cit. p. 197. Sobre o Centro Dom Vital diz Vianna: "Matriz de articulação da sociedade civil católica, o Centro Dom Vital definirá entre 1932 e 1934 a suma de sua concepção. Alceu (Amoroso Lima), além de ser seu dirigente, será figura proeminente da Ação Católica, tendo presidido a Liga Eleitoral Católica (LEC), em 1933, que discutiu a plataforma e apresentou candidatos para a Constituinte de 1934." VIANNA, Luiz Werneck. Liberalismo e Sindicato no Brasil. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976. p. 167.

(25) Os nomes indicados, inicialmente, pelos delegados municipais são os de: Joaquim Francisco de Assis Brasil, Bruno Mendonça Lima, Edgar Schneider, Oscar Fontoura, Alberto Pasqualini, Minuano de Moura, Camillo Teixeira Mercio e João Gonçalves Vianna.

têm-se dentro das determinações e dos princípios programáticos do partido. Os libertadores se baterão pela: defesa do voto secreto; alistamento automático aos 21 anos de idade; voto feminino; manutenção dos juizes e tribunais eleitorais com garantias de independência para tratarem privativamente das questões eleitorais; proibição dos militares não reformados de votar; caso a constituição não consagrar o princípio da dissolução das Câmaras, os mandatos das assembleias federais, estaduais ou municipais terão a mesma duração e suas eleições se realizarão no mesmo dia; instituição do referendun e do plebiscito para manifestação direta do povo em assuntos fundamentais; interdição da reeleição para a Presidência da República e Governo do Estado; supressão do Senado; criação de um Conselho de Estado; representação proporcional à população dos estados; possibilidade de cassação de mandatos; funcionamento de uma Comissão Permanente nos interregnos legislativos; voto secreto e proporcional para eleição das mesas e comissões das câmaras; incorporação do ministério público do judiciário; constitucionalização dos Estados com base nas leis da União; interdição aos Estados de contraírem empréstimos externos sem licença do Congresso; decretação de intervenção federal nos Estados apenas pelo Legislativo; no caso de insolvência do Estado haverá intervenção; manutenção da autonomia municipal assim como do Distrito Federal; habeas-corpus; ausência de distinção entre nacionais e estrangeiros domiciliados, salvo no caso dos direitos políticos; indemissibilidade e vitaliciedade para os funcionários públicos; a decretação do estado de sítio não poderá ser preventiva nem realizada pelo poder exe-

cutivo; manutenção dos direitos individuais durante o estado de sítio; liberdade de opção na questão do divórcio; difusão do ensino primário pelo Estado e município auxiliados pela União.

Estas eram as teses fundamentais a serem defendidas pelos libertadores na Constituinte. O Congresso restabelece, em parte, a coesão interna do partido e sua organização, abaladas pelo exílio de vários de seus membros. Por outro lado, define de forma mais categórica a liderança do presidente do partido, Raul Pilla, na medida em que ocorre um afastamento paulatino de Assis Brasil, neste momento representante do governo brasileiro na Conferência Mundial de Economia. Tratava-se, na realidade, menos de um descomprometimento doutrinário, do que uma participação mais ativa na vida do partido. (26)

Definidas estas questões pelo lado dos libertadores,

(26) Assis Brasil mantém, desde o rompimento dos gaúchos com o Governo Provisório, em março de 32, uma atitude conciliatória e ao mesmo tempo desprovida de partidarismo: deixa seu posto no Ministério da Agricultura para ocupar o de Ministro Plenipotenciário em Buenos Aires, e posteriormente, após alguns contatos no Rio Grande do Sul a pedido de Vargas, assume o de representante do Brasil na Conferência Mundial de Economia. Com esta vinculação a Vargas, mantém-se acima das questões partidárias, tornando-se, em princípio, um defensor da constitucionalização, mas não apóia o levante de São Paulo em julho de 32. Esta postura, analisada no conjunto de sua trajetória política encontra precedente no seu rompimento com Júlio de Castilhos em 1891, e sua não vinculação direta a nenhum partido até a dissidência Fernando Abbott em 1908. No perfil da atuação de Assis Brasil percebe-se que sua atividade prende-se mais a um corpo de idéias do que a uma atividade partidária "stricto sensu".

restava ao Partido Republicano se organizar para garantir a participação da Frente Única nas eleições. Subordinados às de terminações de um chefe que se encontrava exilado, fora do pe rímetro das articulações da oposição, o PRR sofreu um atraso fatal na formação de seus contingentes para a luta eleitoral. As Comissões Executivas Municipais são consultadas apenas em fins de abril pelo chefe "pro-tempore" do partido - Maurício Cardoso. Segundo Cardoso "Não tendo regressado o dr. Sinval Saldanha, que fora consultar o chefe do partido sobre a chapa republicana e não podendo a solução do assunto ser protelada, peço a essa executiva a indicação urgente de oito nomes e um suplente, convindo que a escolha recaia sobre candidatos elegíveis. Convém que os nomes sejam apresentados na ordem da pre ferência, devendo a comissão central proclamar os candidatos que obtiverem maior número de indicações e na ordem em que fi gurem nas respectivas listas."⁽²⁷⁾ A partir desta circular o partido escolhe a sua chapa.⁽²⁸⁾ Concomitantemente a estas indicações o PRR lança um programa reformulado, onde não se afasta basicamente de seus princípios tradicionais, mas enfatiza alguns temas novos. A revisão programática objetiva a in serção do partido nas questões mais polêmicas do momento polí

(27) Correio do Povo. 23 abr. 1933.

(28) Da manifestação dos municípios resulta a seguinte chapa: Maurício Cardoso, Sérgio Ulrich de Oliveira, Ariosto Pin to, Nicolau Vergueiro, Joaquim Luís Osório, Adroaldo Mes quita da Costa, Osvaldo Vergara, Arnaldo Faria.

tico. O texto - justificativa que precede o novo programa enfatiza que este visa "a perfeita integração do Partido Republicano Rio-grandense na corrente ideológica que vem presidindo a organização das democracias modernas e que se caracteriza por uma concepção mais ampla do problema da igualdade, com especial atenção ao seu aspecto econômico."⁽²⁹⁾

Enquanto a Frente Única, com as definições do Partido Libertador e Republicano, tratava da sua reestruturação para as eleições, Flores da Cunha estabelece novos mecanismos de controle que assegurem a vitória do Partido Republicano Liberal. Não seria suficiente uma máquina eleitoral bem montada para garantir uma votação maciça. Em telegrama enviado neste mesmo período a Antunes Maciel (Ministro da Justiça), Flores declara "Logo conheça chapa republicana impugnarei nomes envolvidos na última sedição. Da chapa libertadora convém cassar direitos políticos de Alberto Pasqualini, não só porque esteve preso aí como também porque esteve agora conspirando a

(29) Correio do Povo, 25 abr. 1933. O programa refere-se, também, à questão do Estado leigo (ardorosamente defendido pelos princípios republicanos) mas fazendo a ressalva de que ele não é incompatível com as reivindicações religiosas. A questão do cooperativismo também é abordada com uma ênfase especial à sindicalização e à tendência associativa principalmente nas atividades econômicas. Politicamente a opção pelo regime presidencialista deve ponderar que mecanismos de controle devem ser criados a fim de evitar a hipertrofia do executivo. O PRR, assim como o PL, defende a extinção do Senado e o paulatino desaparecimento dos impostos de exportação.

qui e acha-se foragido." (30)

Mais adiante, em nova correspondência Flores soli cita a Antunes Maciel urgência no decreto suspendendo os di-
reitos políticos de vários candidatos. A medida não se faz de
morar. No dia em que se encerra o prazo para registro de can-
didatos, são cassados quatro membros da Frente Única: Ariosto
Pinto, Nicolau Vergueiro, Alberto Pasqualini e Arnaldo Faria.
Denunciado publicamente, o pedido de expresso de Flores da Cu-
nha causa surpresa, pois que o Interventor vinha desenvolvendo
um discurso ideológico onde a nota básica era a pacifica-
ção do estado a qual teria como peça chave a concessão da a-
nistia.

Além dos partidos tradicionais, interferem no pro-
cesso eleitoral rio-grandense duas novas organizações: a Li-
ga Eleitoral Católica e a Legião pró-Estado Leigo. Esta, com
sólidas raízes na zona colonial - principalmente de origem a-
lemã - propõe-se a travar uma luta "em prol da mais ampla li-
berdade de consciência" e confia em que o "povo gaúcho saiba
honrar as tradições do seu vero liberalismo, contrário às pre-
tensões do clero romano e a qualquer tentativa reacionária que
procure diminuir as amplas prerrogativas outorgadas aos brasi

(30) Telegrama de Flores da Cunha a Antunes Maciel. 20 abr.
1933. Arquivo Getúlio Vargas. CPDOC/FGU. Doc. nº 33.04.20.

leiros pelo artigo 72º da Constituição de 1891"⁽³¹⁾. Opositora viceral da Liga Eleitoral Católica, a Legião discute suas normas de ação para as eleições de maio no 3º Congresso Rio-Grandense Pró-Estado Leigo, realizado em Montenegro. O voto da Legião será dado para aqueles que combatem" as ambições clericalistas, "que lutam "para que os sacerdotes romanos não se assenforeiem das consciências brasileiras, fanalizando a juventude, oficializando a sua igreja, preponderando nos destinos da nacionalidade..."⁽³²⁾. O grupo possui chapa própria para as eleições, mas indica, também, candidatos de outros partidos que recebem sua aprovação.⁽³³⁾ A Legião Pró-Estado Leigo está intimamente relacionada com outro grupo, também atuante no momento, só que possuindo proposições radicalmente opostas - a Liga Eleitoral Católica.

A LEC possui vinculação direta com o Centro Dom Vital, criado em 1922, com a Ação Católica, dirigida por Alceu Amoroso Lima e visa a realizar "a incorporação da nova doutri

(31) Correio do Povo. 26 abr. 1933.

(32) Ibidem.

(33) Constam da chapa própria da LEL: Manoel Serafim Gomes de Freitas, Fernando de Souza do Ó, Eduardo Menna Barreto Jayme, Lucídio Ramos, Alcides Chagas de Carvalho, Agnelo Cavalcanti de Albuquerque, Angelo Plastina, Alm. Américo Silvado, Alm. Arthur Thompson, Athalício Pittan. Eram recomendados: Alberto Pasqualini, João Barros Casal, Euclides Minuano de Moura, Joaquim Luiz Osório, João Simplício Alves de Carvalho, João Gonçalves Vianna.

na social da Igreja, repensando-a em termos de adequá-la às condições brasileiras."⁽³⁴⁾ Segundo o autor, os católicos haviam abandonado a postura contemplativa tradicional assumindo "a viril e conquistadora atitude do cruzado, engajando-se na vida social e participando de todas as suas atividades."⁽³⁵⁾ O sentimento de isolacionismo experimentado durante o Estado dos republicanos históricos é abandonado e a Igreja retoma parte do campo perdido através de instituições da sociedade civil.

"A Liga Eleitoral Católica é um órgão lateral à Ação Católica Brasileira. Órgão da A.C., em sentido lato, sim, porque obedecendo aos princípios gerais que governam as atividades do laicato na obra de cristianização da sociedade, sob a orientação da Igreja Católica."⁽³⁶⁾ A Liga subordina-se ao "princípio da isenção partidária", ou seja, ela está fora e acima dos partidos políticos. A ação da Liga é "esclarecedora da consciência católica, em matéria eleitoral, atuando mais por exclusão e por repercussão, que por intervenção direta."⁽³⁷⁾ Já a temática que interessa à LEC é a vinculada à questão social não entrando nas discussões políticas e, em hipóte

(34) VIANNA, Luiz Werneck. Op. cit. p. 167.

(35) Ibidem.

(36) A Ordem. set. 1934. Nº 55. p. 160.

(37) Ibid. p. 161.

se alguma, ligando-se a um partido político.

A Liga Eleitoral Católica cinge-se, então, a referendar as indicações partidárias, participando de forma ativa, entretanto, no processo de alistamento eleitoral. A identificação da LEC no Rio Grande do Sul se dará com o Partido Republicano Liberal. Este defende explicitamente o ensino religioso facultativo nas escolas, a assistência religiosa às classes armadas e a indissolubilidade do vínculo matrimonial. Logo após a definição do programa do PRL o Interventor recebeu o apoio irrestrito da LEC.⁽³⁸⁾ Esta identidade mantém-se tendo a Liga realizado propaganda, prioritariamente, para os liberais mas incluindo alguns nomes republicanos que são tradicionalmente ligados à Igreja Católica, como é o caso de Adroaldo Mesquita da Costa. Nas semanas que antecedem a eleição a LEC da Diocese de Santa Maria faz publicar quase que diariamente uma chapa integrada por nomes dos dois partidos que ela apóia e que se constitui no voto ideal. "Tendo cada eleitor direito de votar em dezesseis nomes, para que se não percam os votos restantes, e com o fim de amparar melhor os candidatos de nossa preferência, aconselhamos aos eleitores da

(38) "Ao General Flores da Cunha. Exmo. Sr., a Liga Eleitoral Católica, entidade que visa a arregimentação dos católicos, para a consecução dos ideais que a Igreja Católica deseja ver triunfantes em nossa Lei Magna vem apresentar a V. Excia. os seus entusiásticos cumprimentos pela inclusão no programa do Partido Republicano Liberal daqueles postulados que vêm ao encontro dos anseios e aspirações da maioria da nação." A Federação, 22 nov. 1932.

Liga, sobretudo aos que não têm espírito partidário, a seguinte chapa mista".⁽³⁹⁾ Quanto aos libertadores, são móvel de uma cerrada campanha contrária devido ao fato "do Congresso de Rivera não ter aceitado as justas e libérrimas aspirações dos católicos e ter vedado que os candidatos assumam compromissos com a Liga."⁽⁴⁰⁾

Realizadas as eleições em 3 de maio de 1933, os resultados eleitorais serão extremamente favoráveis ao Partido Republicano Liberal. O total de votação no Estado traduz as seguintes cifras: 132.056 (77,92%) do PRL contra 34.430 (22,08%) da F.U.G. Esta vitória dos liberais conquistando mais de 3/4 dos votos é a prova mais cabal do efetivo funcionamento do esquema montado por Flores da Cunha compreendendo amplo alistamento, policiamento ostensivo, censura, controle da propaganda da oposição e cassação de direitos políticos.

A vitória alcançada por Flores da Cunha, enquanto chefe partidário, gera, de forma concreta, um acréscimo de poder pessoal e, na medida em que era, também, Interventor, os resultados reforçam a posição de seu governo como força esta-

(39) Adroaldo Mesquita da Costa, Frederico Dahne, Joaquim Maurício Cardoso, Heitor Annes Dias, Frederico Wolfenbuttel, João Simplicio Alves de Carvalho, Augusto Simões Lopes, Oswaldo Vergara, Renato Barbosa, João Ascanio Maira Tubino, Demétrio Mercio Xavier, Pedro Vergara, Victor Russo-mano, Sérgio Ulrich de Oliveira, Arnaldo Faria, Nicolau Araújo Vergueiro. Correio do Povo. 28 abr. 1933.

(40) Ibidem.

dual autônoma. O crescimento significativo das tentativas de influenciar as decisões do poder central são o reflexo desta situação. Os efeitos políticos da eleição, consolidando a força política de Flores que legitima eleitoralmente o seu desempenho, está na raiz do processo de contradição com o Governo Provisório que se desenvolverá mais tarde. Se os resultados eleitorais para a Constituinte, levando-se em conta o apoio que é dado por Vargas e Aranha à formação do PRL, são vistos como uma aferição do fortalecimento do Estado Nacional e, indiretamente, de reconhecimento do Governo Provisório como força legítima, na ótica de Flores da Cunha estes ganhos são computados à liderança regional e à sua capacidade de mediar centro e periferia. Em suma, o êxito é visto mais como um reforço à legitimidade do poder regional do que uma resposta positiva à atuação do poder central.

A trajetória florista - e com ele uma perspectiva regionalista da vida política - vai tender a seguir o caminho da autonomia de ação, buscando na ampliação de suas bases de sustentação a fórmula de sobrevivência ao certo: conjunto do governo central e do exército⁽⁴¹⁾. Desenrola-se, provavelmente

(41) Esta vocação autonomista não era um atributo apenas de Flores da Cunha, ele estava praticando a política característica dos republicanos rio-grandenses castilhistas que tinham o federalismo como princípio básico apesar de internamente desenvolverem um centralismo exacerbado. Flores faz uma pequena variação na sua nova proposta, como acentua Cortés. "In contrast Flores proposed a 'Federation Unity' formula, a variation of the historical republican motto, 'Centralization - Dismemberment; Decentralization - Unity'. Flores' formula meant resistance to such concepts as concentration of power in the national government, federalization of state militias, and tax redistribution to increase central government revenues at the expense of the states and countries." CORTÉS, Carlos E. Gaúcho Politics in Brazil. Albuquerque, University of New Mexico Press, 1974. p. 55.

te, neste nível, o conflito básico deste período que antecede o Estado Novo. O conflito gerado pelo deslocamento do "locus" básico tradicional da política - os Estados, em direção do novo centro político - o Estado Nacional (que deverá se formar e consolidar com a implantação do Estado Novo), e as formas de atuação das elites regionais pressionando no sentido da ampliação da arena política - via utilização do legislativo - para o debate, vai se constituir no processo mais sensível ao longo período.

O Legislativo já fora utilizado com êxito pela oligarquia dissidente nos momentos de articulação da Aliança Liberal. Disso estavam conscientes Vargas, Aranha e os membros da elite regional que agora ocupava o Governo. Para os experientes na dinâmica interna da política Rio-grandense, havia o conhecimento de uma situação de fato que era a do fortalecimento da oposição federalista e posteriormente libertadora através da utilização da Assembléia dos Representantes como arena para o debate político. Portanto, a atuação de Flores da Cunha no sentido de pressionar o governo federal a acatar suas indicações, assim como a utilização do Legislativo como local onde se desenrolam as articulações entre as oligarquias regionais ciosas da manutenção do seu patrimônio político, inscrevem-se como elementos coadjuvantes num processo mais amplo que é o de institucionalizar o Estado Nacional como coordenador e legitimador de toda a atividade política.

A participação de Flores na tentativa de solução da

"questão mineira"⁽⁴²⁾ é exemplificativa deste novo papel que ele busca desempenhar, revivendo o de Pinheiro Machado durante a República Velha, sem dividir os papéis políticos em regional e nacional como haviam feito Borges de Medeiros e o próprio Pinheiro Machado.⁽⁴³⁾

Apesar da experiência frustrada, o período da questão mineira correspondeu, paradoxalmente, à fase de maior influência de Flores da Cunha pois antecedeu a preparação dos trabalhos iniciais da Constituinte, em que Vargas necessitava da bancada gaúcha (PRL) para a defesa dos princípios constitucionais do governo. Esta era a contrapartida aos trabalhos de Vargas e Aranha ao PRL na sua fase de organização.

(42) A morte de Olegário Maciel dera margem ao surgimento de duas correntes visando a interventoria, apresentando como candidatos Virgílio de Mello Franco e Gustavo Capanema. A candidatura de Virgílio trazia o apoio de Aranha e se identificava com o grupo de orientação centralizadora. A indicação de Capanema era defendida por Flores e nela podia-se identificar as articulações com a velha oligarquia mineira. A vocação pinheiro-machadista de Flores se vê questionada, neste caso, com a indicação de Benedito Valadares para o cargo. Vargas define uma política independente com a indicação de um "tertius" levando Virgílio, Afrânio Mello Franco e Aranha a pedirem demissão de seus cargos.

(43) O estilo "Pinheiro Machado" é acentuado por Cortés: "Since the 1932 revolution, the Flores - Aranha rivalry for the number - two power slot behind Vargas had been growing. Aranha hungered to be Vargas' successor. In contrast although Flores would not have refused the presidency, he was more concerned with establishing himself as the new national political boss à la Pinheiro Machado. Flores did not insist on becoming president; he merely wanted to run the country". CORTÉS, Carlos. Op. cit. p. 54.

Este período, de ampliação das liberdades democráticas, que se instaura com os trabalhos da Constituinte, marca, ao nível das oligarquias, a formação de novas alianças, principalmente, com a solução conciliatória encontrada para São Paulo. Utilizando-se da bancada do PRL como pontã de lança para as suas proposições, o governo central obrigou o partido do governo Rio-Grandense a ter um "desenvolvimento menos "linear", dada a mutabilidade das correlações de força no interior da Assembléia, que se alteravam em função dos momentos políticos e das questões constitucionais em pauta."⁽⁴⁴⁾ A força crescente das bancadas paulista e mineira, assim como do grupo militar, consubstanciada nos princípios do Clube 3 de Outubro⁽⁴⁵⁾, condiciona o grupo situacionista gaúcho a uma atuação descendente à medida que avançam os trabalhos da Consti-

(44) CASTRO, Maria Helena de Magalhães. O Rio Grande do Sul na Constitucionalização: de protagonista a coadjuvante. Documento de Trabalho. Rio de Janeiro, CPDOC/FGU. p. 116.

(45) O clube 3 de Outubro, herdeiro da Legião de Outubro (que fracassou, segundo Gões Monteiro, "devido à resistência ativa da frente única rio-grandense, do Partido Democrático de São Paulo, do P.R.M., e de outras organizações que tomaram parte na Revolução."), prestou "serviços decisivos ao Governo Revolucionário enfrentando as organizações regionalistas". MONTEIRO, Gões. A Revolução de 30 e a finalidade política do exército. Op. cit. p. 198. Este grupo, diz Carone, "manifesta-se segundo as circunstâncias políticas, havendo mudanças contínuas de reivindicações; no entanto, o estado de fato, o centralismo político, a mudança do sistema eleitoral, a unificação da Justiça, a representação profissional, a nacionalização das águas e minas etc, são temas permanentes". CARONE, Edgard. Oligarquias e classes sociais na Segunda República. Op. cit. pp. 389-390. Para os vários programas do Clube 3 de Outubro ver CARONE, Edgard. A Segunda Repú-

tuinte e se torna cada vez mais difícil garantir a eleição de Vargas. A revitalização das oligarquias (mineiro-paulista), as sim como a coesão do grupo militar, leva Vargas a entrar num processo de cooptação dessas lideranças no sentido de, neutra lizando-as, concretizar seus objetivos. Numa nova alocação de recursos de poder, o chefe do Governo lança mão do patrimônio gaúcho. "Os líderes rio-grandenses desgastaram-se, enquanto grupo político, em sucessivos avanços e recuos de seus posicionamentos, para finalmente, terem que dividir suas posições no Poder Central com as facções ascendentes."⁽⁴⁶⁾ Nesta conjuntura, que apresenta problemática para sua Interventoria, Flores da Cunha tenta articular alternativas que permitam man ter seu poder político internamente e sua importância, bélico-defensiva, nacionalmente. Neste sentido, passa a enviar cons tantes relatórios de levantes militares e articulações de gol pe contra Vargas. No segundo semestre de 1933 são constantes os boatos de subversão da ordem, reproduzidos na correspondência entre Flores da Cunha e Antunes Maciel, entre Maciel e Var

blica. Op. cit. pp. 259-277. Para estabelecer marcos com parativos entre a atuação do Clube 3 de Outubro e os demais grupos da Constituinte, ver SOUZA, Maria do Carmo Campello de. Estado e Partidos políticos no Brasil. Op. cit. pp. 71-73.

(46) CASTRO, Maria Helena de M. Op. cit. p. 117.

gas, entre Flores da Cunha e o Gal. Pantaleão Pessoa.⁽⁴⁷⁾ Há denúncias de que estes movimentos, que se caracterizam pela presença de escalões mais baixos (da Brigada e o Exército) da hierarquia militar, estão vinculados aos exilados da Revolução de 32 que ainda se encontram no Prata.

A outra alternativa tentada pelo Interventor é retomar o terreno perdido na mediação entre as oligarquias regionais - no velho estilo pinheiro-machadista, só que agora se adaptando, realmente, ao papel pois que requer o posto de Ministro da Justiça, forçando a passagem de Antunes Maciel para o Supremo Tribunal Federal e deixando a Interventoria para seu irmão Francisco Flores da Cunha. Esta era uma forma de manter, ainda, o controle regional, mesmo sob condições, aparentemente, menos favoráveis.

Entretanto, neste reenquadramento das oligarquias, acrescido do novo pacto paulista através da indicação de Armando de Salles Oliveira e ratificado com a ida de Vicente Rao para o Ministério da Justiça, o papel reservado para o grupo gaúcho é substancialmente menor.

(47) Há extensa documentação nos arquivos de Raul Pilla e Antunes Maciel (Docs. 33.09.07, 33.09.02, 33.09.11, 33.04.24, 33.10.13 e outros). Na correspondência dos exilados não há apenas referência às ligações com grupos militares em geral, mas também, a indicação de Góes Monteiro para a Presidência da República e as articulações de Euclides Figueiredo com a oposição ao paulista face à Constituinte.

A estratégia paulista de reaproximação com Vargas⁽⁴⁸⁾ tornou-se clara a partir da indicação de Armando de Salles para a Interventoria. O Interventor "civil e paulista", que finalmente foi visto como uma vitória das reivindicações há tanto tempo lançadas, era, entretanto, um elemento de conciliação, indicado por Vargas e, portanto, de alguma forma a ele ligado. As medidas tomadas pelo Interventor vão obedecer a esta tendência. A criação do Partido Constitucionalista, em muitos pontos similar ao Partido Republicano Liberal de Flores da Cunha⁽⁴⁹⁾, e as indicações de Vicente Rao para o Ministr

(48) A oposição Rio-Grandense, exilada no Prata, falida nas suas tentativas de articular um golpe contra Vargas e ainda fora do jogo legal permitido pela "abertura" constitucional, passa a criticar o aliado da véspera repreendendo a posição dos constitucionalistas face ao Governo Central. Ver cartas de Fernando Caldas a Raul Pilla. 24 nov. 1933; e de Baptista Lusardo para Fernando Caldas. Arquivo Raul Pilla. UFRGS.

(49) Plínio Ramos explica a criação do Partido Constitucionalista como uma estratégia de Armando de Salles Oliveira para aproximar-se de Vargas e quiçá ter a sua pretensão a candidatura à presidência da República por ele avalizada. "Armando precisava fortalecer suas bases políticas no próprio Estado que governava, para dar ao país a impressão de um poderio eleitoral, incontestado". Não podendo contar com o PRP e tendo o PD desgastado pelas rixas internas, cria ele, através de sua máquina administrativa a nova força agregadora dos interesses políticos de São Paulo. Segundo o próprio Armando de Salles Oliveira "Longe de ser uma reação contra a de 30 - disse-a revolução de 32 repusera o país na corrente das aspirações populares que naquele ano o tinham arrastado à luta das armas. Como síntese das aspirações que as duas revoluções defenderam, formou-se o Partido Constitucionalista. Para ele entraram não só os homens que tinham ajudado a luta contra a prepotência da nossa antiga política; não só os homens mais novos, que eram voluntários das trincheiras, não só os homens que pertenceram ao velho Partido Repu-

tério da Justiça e Macedo Soares para a pasta do Exterior são indicadores suficientes para provar que as relações de Vargas com os paulistas haviam mudado.

A situação do Rio Grande do Sul, entretanto, era diversa. Fechando-se, ao contrário do que acontecia em São Paulo, a uma política mais intensa em nível federal, o Rio Grande perdia a perspectiva nacional da arena política que a ida de Vargas, Aranha e todo o ministério gaúcho haviam lhe dado. O conflito crescente entre a interventoria de Flores e o governo Vargas dava contornos novamente regionais para a luta política, análoga, na relação centro-periferia, à fase das relações da F.U.G. com o Governo Provisório. A oligarquia regional buscava fortalecer as raízes do enfrentamento no velho estilo republicano, vendo na participação através do legislativo a possibilidade de expressão dos seus interesses particulares. Tanto os membros do partido oficial (PRL) como a oposição, buscavam a realização de seus princípios internamente. A F.U.G. dividida ainda entre militantes e exilados perdia nas duas frentes seu potencial de força de oposição ao governo federal. Na articulação dos exilados a desvinculação com o gru-

blicano, que nele tinham tentado uma ação renovadora, e muitos dos quais também se filiavam à antiga liga dos patriotas paulistas; mas ainda homens que nunca tinham penetrado na política e que, aceitando a advertência dos acontecimentos de 32, passaram a colaborar nos negócios públicos". RAMOS, Plínio de Abreu. Op. cit. pp. 168-169.

Paulista reduzia mais a perspectiva de qualquer ação exitosa, através das armas, ou não. Ao nível dos militantes regionais, as dificuldades de entendimento para a campanha da Constituinte, e posteriormente, na participação nos debates da mesma, a presença quase que única e constante de críticas e ataques ao governo Flores da Cunha, sem entrar em matérias importantes da legislação em apreço, demonstram o despreparo do grupo para o enfrentamento das questões gerais de interesse nacional. Nos quadros da oposição, principalmente dentro do PRR, causam impacto as proposições doutrinárias de Borges de Medeiros para a Constituinte Federal. Isto, por outro lado, o aproximará mais das lideranças libertadoras já que reconhece a validade de governos de gabinete e fórmulas até então identificadas com a tradição parlamentarista, embora sem aceitar a submissão do gabinete ao legislativo através do voto de confiança. A contribuição de Borges de Medeiros ao ideário do Partido Republicano se faz através do livro "O Poder Moderador na República Presidencial". Borges esboça um ante-projeto de Constituição, e sua visão de organização do Estado com a proposição de um modelo com base em quatro poderes onde renasce o poder moderador, figura questionável da estrutura constitucional do Império. As inovações introduzidas por Borges referem-se, basicamente, a uma redefinição de papéis do Executivo e do Moderador. (50)

(50) Buscando em Benjamim Constant subsídios teóricos para ex

Vê-se, portanto, que a manutenção de uma ótica regionalista de arena política remete os partidos rio-grandenses à formulação de suas bases principais de atuação no terreno do enfrentamento oposições versus interventoria, mesmo o interventor, sendo, ainda, visto como o mandatário local de Vargas.

As contradições irão se aguçar, na medida em que a abertura, propiciada pela constitucionalização do país, inserir no conflito novos grupos que objetivam maior participação

plicar o quarto poder (acima dos demais) que deve ser neutro, mediador e moderado, Borges dota o Presidente da República (pois ele é que será a encarnação deste poder) de um poder extremo devendo "corrigir os desvios, moderar os excessos, e conter em suas respectivas órbitas aos outros poderes, sobre os quais velará incessantemente." (*) Para poder exercer tal força este representante será eleito diretamente, como "uma emanção autêntica da soberania nacional" (p. 77). Já o poder executivo, por se constituir na função de governo propriamente dita deve ser delegado a uma entidade coletiva que pode ser chamada de conselho de ministros ou apenas de ministério. Entretanto, para não cair no risco de gerar uma instabilidade política muito grande similar à que o parlamentarismo muitas vezes provoca, Borges propõe um ministério independente dos votos de confiança, indemissível pela Assembleia e pelo próprio presidente (salvo algumas exceções!). As crises entre executivo e legislativo quando não são solucionadas pelo moderador deverão ir a referendun popular (realizado nas capitais pois que o atraso do interior do país dificulta qualquer consulta política de caráter mais imediato). O ante-projeto realizado por Borges é amplo e apresenta reformulações no sentido de organização dos poderes mantendo-se dentro dos princípios republicanos tradicionais no restante dos temas. (*) MEDEIROS, A. A. Borges de. O Poder Moderador na República Presidencial. Ed. Diário de Pernambuco, 1933. p. 76.

ao nível político e que obrigarão os setores tradicionais a novamente redefinirem suas bases de atuação. Pressionando no sentido de uma arena política aberta, a oligarquia tradicional opositora favorecerá, indiretamente, novos grupos sociais com novas propostas de como pensar a realidade brasileira.

2 - MOVIMENTAÇÃO SOCIAL, RADICALIZAÇÃO POLÍTICA E OS PARTIDOS TRADICIONAIS

A reconstitucionalização do país abre uma nova perspectiva para a atuação política das oligarquias. Por outro lado redefine as regras do jogo, em termos legais, para o enfrentamento das tendências entre centralismo estatal e federalismo. Cria-se a possibilidade, com a formalização de uma arena teoricamente aberta a políticas mais amplas, inclusive com perspectivas ideológicas radicais, com relação à problemática política e à realidade social brasileira. Esta nova incorporação das várias fontes de manifestação política interna moldará um quadro em que o grau de previsibilidade do conflito terá um alcance cada vez menor. Talvez seja o formato desta situação que explique o aparecimento dos mecanismos preventivos para a manutenção da ordem interna culminando com a Lei de Segurança Nacional e posteriormente a decretação do estado de sítio e estado de guerra.

É sintomático, no caso do RS, o aparecimento, ainda em meados de 34, de movimentos como a Ação de Resistência Nacional (ARN). Trata-se de uma ala do Partido Republicano Libe

ral que tem como objetivo final a preservação e a manutenção da ordem. (51)

Os legionários ao entrarem para a milícia, pois a organização tem caráter para-militar, assumem o compromisso de lutar pela ordem e pelos princípios do PRL ("cada um de nós (...) fica a disposição, permanentemente, do comando em chefe, para os prêmios pacíficos das urnas ou para as justas no campo da honra, não poupando sacrifícios, mesmo de vida)".(52) ..

O manifesto adianta que a legião é civil-militar, portanto aberta a todos que dela quiserem fazer parte, mas mantendo como elo fundamental a disciplina interna, o elemento de coesão e agregação do movimento. Apesar de ser fiel ao PRL e Ação é um "corpo autônomo" possuindo um núcleo central sediado em Porto Alegre, núcleos municipais e núcleos distritais. O Núcleo Central é soberano e formado por um Comandante em Chefe, dois Chefes Civis e um Conselho composto por dez membros. Dele, também, fazem parte cinco comitês: de Instrução militar, com cinco membros; de Alistamento, com doze membros; de Propaganda na Tribuna e na Imprensa, com quinze membros; e de Contas, com cinco membros.

(51) A estruturação interna da organização lembra a das Legiões Revolucionárias ou poder-se-ia dizer que parece uma versão empobrecida, regional da Ação Integralista Brasileira. A divisa da organização é "Quem não é por nós é contra nós".

(52) Diário Liberal. 31 jul. 1934.

A figura central, na direção do movimento é o Comandante em Chefe, posto que existe também ao nível municipal. Dependendo das peculiaridades e necessidades da região os núcleos municipais poderão criar comitês que auxiliem no trabalho de recrutamento de novos membros, porém, o que o manifesto procura deixar inequivocamente claro é que "em hipótese alguma pode deixar de existir o Comitê de Instrução Militar. (53)

O PRL, embora oriundo das novas oligarquias no poder regional passa a ser um partido com um setor militarizado, onde se enfatiza que: "Sendo uma das finalidades principais da A.R.N. implantar o espírito de disciplina em todos os companheiros, para a mais perfeita coesão partidária e autoridade do PRL e da própria A.R.N., a hierarquia deve ter, em todos os núcleos a mais perfeita e rigorosa observância. (54)

Todos os elementos chave do manifesto remetem a valores próprios das organizações militares: ordem, hierarquia, disciplina. A ANR é mais um recurso de poder a ser utilizado pelo partido. Nesta perspectiva, a ação de Flores pode ser vista como geradora de defesa para lutar em duas frentes: arma o partido através de uma organização legal (ou melhor, legítima o já tradicional uso da força, pelos seus correligionários pa

(53) Ibidem.

(54) Ibidem.

ra o enfrentamento dos adversários internos (F.U.G.)⁽⁵⁵⁾; aumenta os recursos militares enquanto Interventor / Governador mantendo, ainda, para o Estado, o direito do uso da força e da coerção segundo a tradição federalista. Flores anexava à Brigada Militar e aos "provisórios" e batalhões rodoviários mais um setor recrutável a qualquer momento. Esta era a contrapartida estadual ao movimento, já perfeitamente delineado e em andamento, de formalização e um exército nacional (intimamente relacionado e condição direta para a criação de um Estado Nacional) que monopolizasse o uso da coerção. Faz-se necessário, entretanto, não esquecer que a criação destes mecanismos de defesa e a insistência na manutenção da ordem prendia-se, talvez, mais a curto prazo, ao controle do livre jogo das forças políticas que contava agora com a presença de camadas emergentes: setores médios urbanos, incipiente proletariado e grupos menos hierarquizados na corporação militar. As articulações de Flores da Cunha neste sentido, não escapam ao conhecimento da elite central, principalmente ao grupo ligado a Góes Monteiro, que vê, no contínuo crescimento armamentista do R. G. Sul uma ameaça às pretensões de nacionalização das forças estaduais. O risco, porém, de um relacionamento conflituoso com as forças armadas leva Flores a fazer, constantemente, declarações deste tipo: "O Exército Na

(55) É provável que buscasse, também, mais ao nível da competição, ganhar alguns adeptos da A.I.B., pela similaridade da estruturação interna do movimento e pelo aceno em pertencer a uma formação que já está no poder.

cional não tem melhor amigo do que eu. Estou aparelhado, é certo, para manter a ordem dentro do meu Estado e, mesmo, fora das suas fronteiras. Tenho a segura convicção de que outro não é o desejo do glorioso Exército Brasileiro, correspondendo assim às suas nobres tradições e ao seu alto e ardente espírito de civismo. (56)

Mas a movimentação no sentido de se criar salvaguardas para o governo em face à maior articulação dos grupos sociais, atinge um dos momentos de maior expressividade com a votação da Lei de Segurança Nacional. Cabe observar que as análises feitas na época, sobre a Lei, veiculadas pela imprensa, vêm seguidas do argumento da profunda "legalidade" da medida, já que não contraria o corpo da Constituição e, basicamente, tem seus princípios inseridos no Código Penal e na necessidade crescente do país de um governo forte, ou seja, de um executivo mais bem aparelhado.

Neste sentido transparece, nitidamente, nas páginas da imprensa partidária esta valorização do fortalecimento do poder: "Só um governo forte, armado à Floriano, poderá levar o Brasil à meta gloriosa do seu destino". (57) Noutro exemplar do Diário Liberal: "É necessário por em vigor, com a urgência possível, a Lei de Segurança Nacional. Mas é necessário apli-

(56) Diário Liberal. 30 abr. 1934.

(57) Ibidem. 12 jan. 1935.

cá-la, cumpra-la, executá-la em toda a linha, sem tibieza, in^oexoravelmente, para que o povo, o grande leão laborioso e ordeiro possa continuar, como sempre, na labuta fecunda que enobrece o país.⁽⁵⁸⁾ Este tipo de discurso, frequentemente referido em toda a imprensa da época, simboliza o estado de espírito das elites tradicionais, já inseguras nos primeiros meses de funcionamento do sistema "democrático".⁽⁵⁹⁾

A subjetividade da questão pode ser constatada pelo conteúdo dos textos que geralmente procuram "explicar" a Lei. "O projeto estabelece distinções entre a intenção e o ato, acentuando as condições características dos fatos preparatórios indispensáveis à execução ou que imediatamente a promove."⁽⁶⁰⁾

No que se refere às greves que são catalogadas em espécies (políticas ou não) ressalta-se que para as que tiveram "fins inequivocamente políticos, o projeto não distingue operários de patrões"⁽⁶¹⁾. Dilui-se a arma de classe da lei pa

(58) Ibidem. 29 jan. 1935.

(59) Há uma resistência muito sensível, nas declarações, nos "intuitos defensivos do projeto da Lei de Segurança Nacional", deixando antever portanto que ela se dirige a uma ameaça potencial e não leal. O conservadorismo da elite dirigente não permite distinguir, ou talvez seria dizer que ela não está interessada em distinguir, participação política ampla (assegurada pelo sufrágio universal) de subversão da ordem pública.

(60) Diário Liberal. 27 jan. 1935.

(61) Ibidem.

ra que se retenha seu conteúdo de segurança para o conjunto da sociedade, e não especificamente para uma parcela da mesma.

Carone considera que "o pretexto para a Lei de Segurança Nacional é a constante instabilidade da sociedade (...) o que existe, na verdade, é tentativa de camuflar uma reação, pois tenta-se enquadrar como 'insubordinação' toda luta contra as leis de arrocho do governo, que restringem as liberdades conquistadas em todos esses anos."⁽⁶²⁾ O texto da Lei é claro: a Revolução deu ao povo brasileiro tudo que ele desejava - Constituinte, voto secreto, legislação trabalhista - agora tornava-se necessário "combater aqueles que praticam a violência contra os 'anseios legítimos da Nação'"⁽⁶³⁾. Da mesma maneira como não se deixa claro em que constitui realmente "subversão da ordem", não fica definido o que são os "desejos reais da Nação", ou melhor, esses desejos parecem concretizar-se na manutenção do grupo no poder.

A questão que se coloca é a seguinte: esta preocupação da elite governamental com a elaboração de uma lei defensiva corresponderá realmente aos riscos reais que a articulação da classe operária representa? Ou, caso a resposta seja

(62) CARONE, Edgard. Oligarquia e Classes Sociais na Segunda República. (1930/1937). Op. cit. p. 331.

(63) Ibidem. p. 333 e seguintes (detalhes sobre a LSN).

negativa, a organização de uma esquerda revolucionária, ou mesmo de uma esquerda pacífica, poderia ser rotulada de "comunista"?

Marilena Chauí em seu ensaio "Apontamentos para uma crítica da AIB"⁽⁶⁴⁾ aponta para duas questões, neste sentido, que são importantes de reter: 1º) "A simples recordação desses tópicos (os da LSN) é suficiente para perceber que a classe operária não é um espantalho inventado pelo Estado a fim de justificar-se perante aos grupos que se lhe oponham. Se esta afirmação é óbvia, contudo, dela decorre uma outra que talvez não o seja: além de não estar passiva, a classe operária não está ausente nem mesmo da "grande política", pois se a realização de interesses de setores da classe dominante passa por certas alianças de classes e pela concessão de certos "benefícios" ao proletariado, por outro lado, essas atitudes exigem uma contraparte repressiva e, assim sendo, considerar uma Lei de Segurança Nacional como algo exterior ou marginal à "grande política" parece um tanto esdrúxulo."⁽⁶⁵⁾

(64) CHAUI, Marilena. Apontamentos para uma crítica da Ação Integralista Brasileira. in: Ideologia e Mobilização Popular. São Paulo, CEDEC/Paz e Terra, 1978.

(65) A autora entende que "é verdade que a classe operária está ausente quando pensamos a política de baixo para cima, mas lá está ela quando pensamos a política brasileira de cima para baixo, pois o simples fato de haver um "baixo" sobre o qual recai a Lei Monstro, indica, pelo menos, que este "baixo" faz parte integrante da "grande política", 2º) "... nunca é demais lembrar que o termo "Comunista", no Brasil, não tem um sentido preciso, mas possui um amplo espectro de significações, todas elas porém, convergindo para a imagem de subversão e destruição da ordem vigente por agitadores que usam as insatisfações dos pobres para levá-los à revolta." Ibid. pp. 94-95. A autora lembra como exemplo da

No caso do Rio Grande do Sul, a intensa luta intra-oligárquica ocupa quase todo o espaço da arena política. Os primeiros sintomas da articulação de novos grupos aparecem com a fundação tardia⁽⁶⁶⁾ da Ação Integralista Brasileira (AIB), em Porto Alegre, e com a articulação do movimento operário com vistas, também, às eleições de 1934, através, principalmente, da Liga Eleitoral Proletária (LEP).

Se as eleições de 1933 haviam se caracterizado pelo enfrentamento quase que exclusivo da F.U.G. e do PRL, as eleições de 1934 para deputação federal e estadual, são mais disputadas que as de 1933, apresentando, no RS, seis opções de voto: 1) Partido republicano Liberal, 2) Frente Única, 3) Integralismo, 4) Liga Eleitoral Proletária, 5) Trabalhador ocupa o teu posto, 6) Sem legenda (avulso).

A introdução de pelo menos três elementos novos na competição eleitoral demonstra alguma vitalidade na busca de canais próprios para as camadas médias e populares. Entretanto, os resultados tendem a demonstrar a pouca flexibilidade de um sistema ainda viciado pela competição intra-oligárquica já que a apuração final revela: das 32 cadeiras na Assembléia Estadual, 21 serão ocupadas pelo PRL (65,63%) e 11 pela Frente Única (34,37%).

amplidão que o termo possui o fato de que a Legião Revolucionária (de Miguel Costa) é, na época, considerada comunista e infiltrada por marxistas.

(66) O Integralismo, fundado em outubro de 1932, chega ao Rio Grande do Sul, de forma organizada, somente em 4 de janeiro de 1934.

Quanto à Câmara Federal a proporção é a seguinte: das 20 cadeiras pertencentes ao Rio Grande do Sul, 13 foram para o PRL (65,00%) e 7 para a Frente Única (35,00). Nenhum dos outros partidos competidores consegue eleger representantes, porém, os resultados eleitorais apresentam como mais votados, numa ordem decrescente: o Integralismo, a Liga Eleitoral Proletária, o Trabalhador ocupa teu posto e finalmente os candidatos avulsos.

A AIB obteve votação em 44 dos 83 municípios existentes e teve resultados considerados altamente favoráveis em Novo Hamburgo, Cachoeira, Erechim, Caxias e Montenegro.

Surgiam no cenário gaúcho novas formas de agregação para os grupos políticos apresentando alternativas variadas e trazendo no bojo de suas propostas a tentativa de solucionar os problemas nacionais. Cabe salientar que estas propostas se relacionavam muito diretamente à massa trabalhadora seja o proletariado urbano ou o pequeno proprietário e o camponês da zona rural.

O chamamento à classe operária já fora feito, desde 1933⁽⁶⁷⁾, pelo PRL com base nas vantagens que a classe trabalhadora recebera do Governo Provisório. Em contrapartida colocava-se a questão: poderia o operariado votar com a F.U.G.?

(67) "OPERÁRIOS" - "Lembraí-vos de que Getúlio Vargas vos deu todos os direitos". Diário Liberal. 3 abr. 1933.

Os anos de governo de Borges de Medeiros durante a República Velha nada haviam dado além de repressão ao movimento trabalhador e estudantil⁽⁶⁸⁾. Sob o título "OPERÁRIOS, ATENÇÃO!" a parece este lembrete: "O Governo Provisório, de que o Partido Republicano Liberal é sustentáculo, criou o Ministério do Trabalho, as comissões de conciliação e julgamento; decretou a Lei de Sindicalização e a Lei dos Dois Terços; assegurou a Lei das 8 horas para os operários e de 6 horas para os bancários; efetivou as Caixas de Aposentadorias e Pensões, reformou a lei de férias, fez nova lei de Acidentes no Trabalho e, a par de várias outras garantias aos vossos direitos, sempre sonegados, deu-vos participação direta nas assembléias constituintes e nos parlamentos nacionais!!"⁽⁶⁹⁾

Entretanto, a luta do governo no sentido de atrair a massa trabalhadora encontra entraves, ou melhor seria dizer, concorrentes. Dotados, pela nova Constituição, do direito de voto, os trabalhadores passam a se constituir parcelas significativas politicamente e passam, portanto, a sofrer pressões das diversas facções políticas.

Não é nossa intenção aqui entrar numa análise mais a curada das relações entre o Estado e a classe trabalhadora,

(68) Há que se ressaltar, destas acusações, a Greve de 17, analisada por BODEA, Miguel. A Greve de 1917 (As origens do Trabalhismo Gaúcho). Porto Alegre, Le PM ed, s/d., e referenciada por ANTONACCI, M. Antonieta. Op. cit.

(69) Diário Liberal. 10 out. 1934.

porém, seria interessante lembrar o conceito de cidadania regulada de Wanderley G. dos Santos como referência esclarecedora do papel deste segmento no sistema político instituído no pós-30. Sob a "proteção" de um Estado que se via obrigado a encetar mudanças em diversos setores, principalmente no econômico, ("o Estado deveria intervir na ordem da acumulação e reestruturá-la".⁽⁷⁰⁾) o trabalhador se via incorporado à categoria de cidadão sob condições específicas.

"Por cidadania regulada entendo o conceito de cidadania cujas raízes encontram-se, não em um código de valores políticos, mas em um sistema de estratificação ocupacional, e que, ademais, tal sistema de estratificação ocupacional é definido por norma legal. Em outras palavras, são cidadãos todos aqueles membros da comunidade que se encontram localizados em qualquer uma das ocupações reconhecidas e definidas em lei. A extensão da cidadania se faz, pois, via regulamentação de novas profissões e/ou ocupações, em primeiro lugar, e mediante ampliação do escopo dos direitos associados a estas profissões, antes que por expansão dos valores inerentes ao conceito de membro da comunidade. A cidadania está embutida na profissão e os direitos do cidadão restringem-se aos direitos do lugar que ocupa no processo produtivo, tal como reconheci-

(70) SANTOS, Wanderley Guilherme dos. Cidadania e Justiça. Rio de Janeiro, Editora Campus, 1979. p. 74.

do por lei: Tornam-se pré-cidadãos, assim, todos aqueles cuja ocupação a lei desconhece. A implicação imediata deste ponto é clara: Seriam pré-cidadãos todos os trabalhadores da área rural, que fazem parte ativa do processo produtivo e, não obstante, desempenham ocupações difusas, para efeito legal"⁽⁷¹⁾.

Incorporado, pois, à sociedade política através deste "achado de engenharia constitucional" o trabalhador brasileiro passa a ser requisitado pelos diversos grupos políticos em atividade.

Sua associação mais corrente é feita, provavelmente, no período, com a Aliança Nacional Libertadora (A.N.L.). Este movimento, entretanto, articula-se tardiamente no Rio Grande do Sul - sua duração legal é de apenas dois meses, - apesar, de contar, neste período, com um potencial de recrutamento muito alto.

Mas, antes de formalizar-se o ANL como movimento político, o operariado principalmente, foi objeto da atenção de muitos programas, além dos já citados "chamamentos" dos partidos do governo - tipo PRL. Já em meados de 1933, os jornais atentam para o problema com manchetes como "O proletariado e seus falsos defensores..." a propósito da presença nos programas partidários de origens mais variadas, de reivindicações

(71) Ibidem. p. 75.

tendentes a atrair o voto operário.⁽⁷²⁾ Note-se o que já foi referido na questão da cidadania regulada - o trabalhador rural é completamente ausente das propostas políticas, com exceção, talvez, do Integralismo. A esta situação refere-se, também, um Manifesto do Partido Socialista Proletário do Brasil, lançando seus candidatos à deputação federal sob a legenda: "Trabalhador Ocupa teu Posto". Interpretando a realidade brasileira a partir da Constatação de que a origem dos problemas está nas contradições inerentes às sociedades capitalistas e no regime de propriedade que aguça a luta de classes, o PSP do Brasil propõe: 1) Garantia e ampliação das liberdades democráticas; 2) Revisão de toda legislação social em vigor, tornando-a extensiva aos assalariados agrícolas; 3) Promulgação de novas leis que beneficiem as massas trabalhadoras em geral; 4) Defesa do princípio de autonomia orgânica e administrativa dos Sindicatos relativamente a partidos e governos; 5) Revisão imediata da Constituição Federal; 6) Ampliação do sistema representativo democrático, de modo a garantir a representação direta do proletariado em todos os níveis; 7) Sufrágio universal, direto e secreto aos maiores de 18 anos inclusive analfabetos; 8) Revogabilidade dos mandatos políticos;

(72) "Não há programas de partidos, chefiados por cavalheiros cujo passado puramente burguês e reacionário todo mundo conhece, que não enfeitem seus partidos, com declarações de direitos proletários, neles arrumados como mercadorias nas parteleiras das bodegas para chamar a atenção da freguesia". Correio do Povo. 22 mar. 1933.

9) Direito ao povo de iniciativa própria na apresentação de leis; 10) Adoção do regime plebiscitário para a solução de todos os problemas fundamentais do povo; 11) Separação absoluta entre Estado e Igreja; 12) Gratuidade e obrigatoriedade do ensino primário e proibição do ensino religioso em qualquer nível. (73)

Ao nível eleitoral, porém, a disputa travada em torno das eleições de outubro de 34 tem maior significação para os partidos tradicionais (PRL versus F.U.G.) já que a "representação" da classe trabalhadora se fará através do representante classista, sugestão vitoriosa do Clube 3 de Outubro na constituinte Federal.

A maior mobilização das camadas médias e populares começa a se fazer sentir mais concretamente no Rio Grande do Sul, de um lado, com a expansão do movimento integralista, principalmente em Porto Alegre e na zona colonial, de outro com a tentativa da Federação Operária de articular os trabalhadores e os Sindicatos em torno dela. (74) O surto de greves que

(73) Correio do Povo. Jul. 1934.

(74) "Pedimos sim, e pedimos muito, para a coletividade operária, pedimos a união dos trabalhadores em torno dos sindicatos e destes em torno da Federação. (...) A classe proletária uma vez integralmente arregimentada e unida no seio de suas organizações sindicais e estas filiadas à Federação, estarão isentas de mediadores improvisados entre o Capital e o trabalho, ou melhormente aproveitadores oportunistas, porque a entidade máxima dos trabalhadores rio-grandenses entender-se-á diretamente com as

eclode a partir do início de 35 está intimamente relacionado com o movimento de sindicalização que se observa a partir deste período. (75)

Se o surgimento de inúmeras greves em Porto Alegre, principalmente, no mês de janeiro de 35 (têxteis, metalúrgicos, transportes, para relacionar apenas os setores cruciais da vida econômica) parecem indicar maior articulação da classe operária, e neste sentido há uma alteração qualitativa e quantitativa em relação aos movimentos anteriores, de outra parte o poder político regional não parece estar capacitado a absorver este conflito. Questionado pela imprensa quanto às medidas a serem tomadas frente à greve dos metalúrgicos (em solidariedade aos têxteis), o inspetor regional do Ministério do Trabalho no RS responde já ter entrado em contato com o governo do estado para estabelecer um curso de ação. Segundo ele "o governo, ao que estou informado, agirá com rigor contra os elementos perturbadores, a fim de restabelecer o ritmo do trabalho e da produção, que não podem ficar à mercê dos agitado-

autoridades do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e estas com os legítimos representantes dos trabalhadores... - (Manifesto ao proletariado rio-grandense - Federação Operária). Correio do Povo. 19 ago. 1933.

(75) O Índice de Sindicalização, no setor industrial, reconhecido pelo Ministério do Trabalho até 34, como apresenta Werneck Vianna, é baixo, mesmo para um estado pouco industrializado como o RGS.

res e dos demagogos.⁽⁷⁶⁾

O surto grevista de janeiro de 35 é um marco importante na perspectiva deste trabalho - obviamente o é mais ainda na história do movimento operário no Rio Grande do Sul - pelo que representa de potencialidade de conflito, positivamente para os grupos de "esquerda" (início da ANL e setor regional do PCB), e negativamente para os grupos vinculados à política tradicional, seja os da vertente liberal quanto da autoritária.

Já adiantamos que o aparecimento da ANL no Rio Grande do Sul se fez tardiamente (junho de 35), em termos oficiais. Sua articulação, realizada por Agildo Barata, entretanto, é bem anterior. Em relação ao movimento aliancista, pode-se observar seu estreito relacionamento com o grupo regional do Partido Comunista Brasileiro.

Em relatório⁽⁷⁷⁾ enviado ao Comitê Central, em maio de 35, pelo Comitê Regional, que deixa perpassar no texto uma sensível desarticulação entre estes dois níveis, são apresentadas várias justificativas para a baixa produtividade do trabalho realizado no estado. Acentua-se, porém, que apesar da restrita penetração do partido, o abandono do campo será mais

(76) Correio do Povo. 16 jan. 1939.

(77) Documento datado de 21 mai. 1935. Sem assinatura. Arquivo Flores da Cunha. UFRGS.

desastroso dada a tendência que já há no Rio Grande do Sul de tornar-se o foco deflagrador da contra-revolução. Há referências, também, às greves de janeiro, onde houve participação do partido junto à presidência da FORGS (que terminou por ser fechada) que é acusada de reformismo por um dos membros do grupo, mas não pelo conjunto do comitê.

Há em Porto Alegre três células "que se reúnem para falar em comunismo, distribuir manifestos, fazer inscrições murais, colocar bandeiras, etc." Os três grupos vinculam-se, respectivamente, aos ferroviários, metalúrgicos e tecelões, com um total de onze elementos. O trabalho sindical é quase nulo, a não ser entre os metalúrgicos. Talvez o setor mais promissor seja o militar, onde existe grande número de interessados na organização. (78)

Quanto à ANL "recebemos uma carta dos camaradas (...) sobre suas finalidades. Foi então responsabilizado um camarada do regional, a fim de ligar-se com a pequena burguesia e tirar dela a direção regional. Esse companheiro conseguiu reunir um grupo, que não ficou organizado como diretório regional, pois os elementos desse grupo (um médico, três oficiais,

(78) Carone refere-se à política anti-militarista (antimil.) do partido como uma das estratégias fundamentais para a sua rearticulação: para ser efetivada esta política torna necessária a entrada nos quartéis, e isto aconteceu em larga escala, principalmente no Exército e nas milícias estaduais (Força Pública de São Paulo, Brigada Militar etc.). CARONE, Edgard. Oligarquias e Classes Sociais na Segunda República. Op. cit. p. 243.

um jornalista, um advogado, e um estudante) resolveram esperar diretivas do Rio e autorização para organizar a direção regional". (79)

O trabalho do Partido, no interior, também é fraco. Em São Leopoldo há grupos organizados no Sindicato do Couro, mas praticamente autônomos devido à impossibilidade de comunicação freqüente. Pelotas e Rio Grande, duas zonas industriais de suma importância regional também se encontram fora do alcance do grupo. O mesmo acontece com Santa Maria (maior centro ferroviário) onde há um potencial significativo e pouca organização. Já Passo Fundo, outro local promissor, apresenta um problema curioso conforme o comunicado. Nesta cidade há um "caudilho pequeno burguês" que não reconhece o comitê local como organismo do partido. (80)

(79) Documento citado. 21 mai. 1935.

(80) "No dia 1º de Maio, Rocha e seus elementos, se propunham a realizar uma passeata pelas ruas da cidade e ir à redação do jornal "O Nacional". Alegava ele que a ida a esse jornal era um pretexto para saírem à rua. Nossos camaradas protestavam, dizendo que o 1º de maio não era um dia de regozijo, mas um protesto contra as arbitrariedades cometidas contra os trabalhadores. Protestaram também contra os chopps e as entradas de cinema que companhias capitalistas iam distribuir aos operários nesse dia, com o apoio de Rocha. Essa divergência foi motivo de fortes discussões. Depois de muitos debates, ficou resolvido que, não aceitaríamos os chopps e as entradas, nem sairíamos à rua". Esta deliberação levou ao rompimento com Rocha e, na realidade o operariado de Passo Fundo está dividido em dois blocos": o de Junqueira Rocha (Sindicato beneficente) e o que acata as decisões do Comitê Local.

O episódio de Passo Fundo, a desarticulação reinante nas demais cidades, inclusive na capital, a ausência de um contato mais direto e constante como Comitê Central, são demonstrativos da fragilidade da atuação do PCB no RGS.⁽⁸¹⁾ Esta carência de capacidade organizativa abria um vazio onde as forças que politicamente se situariam mais à esquerda não encontravam canais de expressão. Dentro desta perspectiva entende-se o porquê do crescimento intenso da Aliança Nacional Libertadora, interpretada a nível nacional como um caso de "gigantismo", deitando raízes em dois meses, praticamente em quase todas as cidades mais importantes do interior (Pelotas, Rio Grande, Passo Fundo, Santa Maria, São Gabriel, Santana do Livramento, São Leopoldo, Uruguaiana, Bagé).

A Aliança caracteriza-se, desde o início, pelo fato de ser uma frente ampla que reúne membros do PC, tenentistas, socialistas, democratas, liberais (membros do partido Libertador), etc. Lançado o manifesto-programa em fevereiro de 35, a ANL gaúcha tem seu Diretório Estadual Provisório escolhido apenas em 8 de junho. Era ele constituído por Dyonélio Machado, presidente, (médico); Cap. Agildo Barata, vice-presidente (oficial do exército); Aparício Corá de Almei-

(81) A fraqueza do PCB não é uma característica local. Desde sua fundação, em 1922, o Partido lutava pela manutenção de seus aderentes e conquista de novos, nas raras fases em que gozava de legitimidade. Para maiores detalhes ver PINHEIRO, Paulo Sérgio. Op. cit. p. 107-139; PEREIRA, As trogildo. Formação do Partido Comunista Brasileiro. Rio, ed. Vitória, 1962; DIAS, Everardo. História das lutas sociais no Brasil. São Paulo, Alfa-Omega, 1977.

da, Secretário Geral (advogado); José Julio Parise Iglésias, 1º Secretário (acadêmico); Raul Francisco Riff; 2º Secretário (comerciário); Antonio Mesplé, delegado de publicidade, (advogado); Japy Salgado Freire, delegado de publicidade, (acadêmico); Severino Ronchi, delegado de propaganda, (acadêmico); Marciano Belchior Filho, delegado de propaganda (gráfico); Camilo C. Brandão, tesoureiro, (comerciário).

A atuação da Aliança em Porto Alegre que está associada à criação de núcleos que podem ser residenciais (por bairros); escolares (por faculdades) e profissionais (por fábricas, escritórios etc); tem seu momento alto nas comemorações do 5 de julho de 1935 (festejado nacionalmente) realizadas no Teatro São Pedro (com a presença do chefe de polícia e de ostensivo policiamento). Os temas abordados pelos aliancistas prendem-se basicamente às necessidades de libertar o país do jugo do capitalismo internacional.

"Contra o latifúndio!

Contra o imperialismo!

Contra o Integralismo!

Contra as leis opressoras das nossas liberdades!!!⁽⁸²⁾

O enfrentamento mais constante com a Ação Integralista Brasileira se dá ao nível da imprensa. Imputado de falsamente nacionalista, dadas as suas vinculações com o PCP, a

(82) Correio do Povo. 16 jun. 1935.

Aliança é acusada pelos Integralistas de seguir a estratégia utilizada pelo partido conforme determinação da IIIª. Internacional⁽⁸³⁾. Em resposta às promessas de pão, terra e liberdade, os integralistas estabelecem comparações com a situação do operariado na Rússia: "Na Rússia um operário precisa trabalhar 17 horas para obter o alimento que um operário, nos Estados Unidos, obtém em 4 horas. (...) Na Rússia, a terra é do camponês, mas a colheita pertence ao governo. (...) Na Rússia, acaba de ser declarada a pena de morte para crianças de 12 anos para cima".⁽⁸⁴⁾

Os aliancistas, por sua vez acusam os integralistas de "vendidos ao capitalismo internacional" e proclamam os seus pontos essenciais: 1) suspensão definitiva do pagamento da dívida externa; 2) nacionalização imediata de todas as empresas imperialistas; 3) proteção aos pequenos e médios proprietários e lavradores; 4) gozo das mais amplas liberdades populares pelo povo brasileiro; 5) constituição de um governo popular. Em suma, enfatiza o seu caráter de frente ampla que luta pela independência nacional, contra o fascismo, repudiando a associação que os adversários da Aliança procuram fazer com o governo soviético para evitar o crescimento do movimento.

(83) Sobre as vinculações com a III.^a Internacional e a estratégia ANL ver PINHEIRO, Paulo S., Op. cit., DIAS, Everardo. Op. cit.

(84) Correio do Povo, 23 jun. 1935.

A capacidade de recrutamento surpreendeu as lideranças, por um lado, mas por outro criou para a esquerda mais radical (principalmente as lideranças do PCB) uma falsa impressão de intensa politização e organização de massas.

O movimento intenso (formação de núcleos, comícios, manifestos, o carisma de Prestes junto aos setores populares) provocado pela Aliança serviu, também, para dar elementos à oligarquia tradicional, tanto aos grupos autoritários quanto aos relativamente liberais para a execução de medidas controladoras das atividades dos grupos populares.

A Aliança surgindo, pois, em plena vigência da Lei de Segurança Nacional, mas também numa conjuntura particular marcada pela constitucionalização dos estados⁽⁸⁵⁾, sofre, paulatinamente, primeiro a oposição dos grupos de direita (tipo AIB), para depois tornar-se problema para o governo.⁽⁸⁶⁾

A repressão desencadeada pelo governo nacional, porém, toma formas mais brandas quando é realizada por alguns setores da sociedade civil. Por exemplo, a forma de reação do

(85) Em 29 de junho de 1935 é promulgada a Constituição do Estado do R. G. do Sul.

(86) Neste momento Filinto Müller toma a iniciativa denunciando as articulações do movimento com o PCB a IIIa. Internacional, (política de mobilização através de frentes amplas). O Decreto (nº 229) proíbe o funcionamento da Aliança por 6 meses e vem acompanhado de medidas do Ministro da Guerra visando a apurar a participação de militares no movimento.

grupo intelectual, católico e politizado é a criação da Ação Social Brasileira, cujo objetivo é lutar contra os extremismos (entendidos aí os de direita e esquerda)⁽⁸⁷⁾. Apenas a luta contra a A.I.B. terá um desenrolar bem diverso. Outra forma de reação manifesta é a tentativa de articulação, primeiro dos dois partidos dentro da própria Frente Única (unificar para fortalecer) e, mais tarde, da Frente Única com o partido do governo. Seria interessante lembrar aqui, ainda, a referência que começa a ser freqüente da necessidade de partidos nacionais. Tornava-se claro, tanto para a elite governante, quanto para as oligarquias de oposição, que uma das fontes de dinamização e de aquisição de poder, de movimentos como a ANL e a AIB, advinha do fato de possuírem organização e propostas nacionais.

(87) "É do Rio Grande do Sul que parte a iniciativa de fazer do catolicismo um partido político. Até então, a Liga Eleitoral Católica, dirigida por Tristão de Ataíde e outros, pretende apoiar ou não candidatos, influir na opinião católica, mas não se organizar politicamente. Apesar da Ação Social Brasileira desaparecer logo, sua existência mostra que as condições para o fascismo ainda subsistem no Brasil, mesmo havendo uma Ação Integralista Brasileira." CARONE, Edgard. A Segunda República. Op. cit. p. 306. Dirigida por D. João Becker a ASC congrega elementos da vida política e intelectual no Rio Grande do Sul. Eram da: AÇÃO SOCIAL BRASILEIRA: Armando Câmara, José Luis Martins Costa, Roque Degrazia, Adroaldo Mesquita da Costa, Felix Contreiras Rodrigues, Amadeu de Oliveira Freitas, Décio Martins Costa, Augusto Meyer, Armenio Macarí Ribeiro, Carlos de Brito Velho, Francisco Machado Carrion, Adalberto Câmara, Álvaro Magalhães, Ruy Cirne Lima, Luiz da Cruz, Ernani Fiori, Ary de Abreu Lima, Victor de Brito Velho, Elias Cirne Lima, Ivo Corrêa Mayer, Raul Moreira, Valdemar Romero, Frederico Falk, Armando Dias Azere-do, Dâmaso Rocha, Coelho de Souza.

O fechamento da Aliança provoca pouca reação, se tomarmos em conta que ele se dá no momento em que o país procura restabelecer suas coordenadas constitucionais. Entre as raras vozes que se levantam contra a medida surge a proposta, da minoria parlamentar, de que o Ministro da Justiça expusesse, em sessão fechada, o conteúdo dos documentos referidos pelo chefe de polícia como prova das ligações da Aliança com o PC e os planos da IIIa. Internacional. Obviamente esta exposição de motivos nunca se efetivou o que, entretanto, não impediu o legislativo de continuar respaldando o executivo nas subsequentes medidas de força que tomou.

O fechamento da ANL, no Rio Grande do Sul, teve seu desmantelamento acrescido da prisão do seu presidente Dyone lio Machado e sua posterior condenação a 10 meses e 15 dias de detenção. Carone atenta para o fato de que "apesar de fechada, a ANL funciona na ilegalidade"⁽⁸⁸⁾, sendo dissolvida apenas em dezembro de 1935.

Retomando a questão da articulação do PC no Rio Grande do Sul, é interessante observar as informações de um relatório⁽⁸⁹⁾, enviado nas vésperas das eleições de 1935 ao C.C., e que permite avaliar o papel desempenhado pela ANL como elemento, dinamizador e agregador de novos adeptos. É radicalmente diversa a situação apresentada, se tomarmos como compara-

(88) CARONE, Edgard. Oligarquias e Classes Sociais. Op. cit. p. 261.

(89) Relatório s/data, assinado por Vellozo. Arquivo Flores da Cunha. UFRGS.

ção as informações do relatório anterior. Na região da capital há uma célula de metalúrgicos, uma de comerciários, uma de ferroviários, duas de rua (sendo que uma articulada com uma cervejaria e com o setor têxtil). Há também quatro células em Passo Fundo, além de duas no campo (articulando-se com a massa camponesa); quatro células em Santa Maria; quatro em Santana do Livramento (sendo que a do frigorífico faz a ligação com o campo). Células também em Pelotas e Rio Grande, sendo que na primeira o partido definiu, vitoriosamente, uma greve no "Moinho". A indústria vinícola também se encontra organizada, com células em Caxias, Bento Gonçalves e Farroupilha.

Além deste trabalho de organização especificamente partidária, há referência à intensa atividade nos sindicatos. Isto se deve, principalmente, à situação criada com o enfrentamento entre a Federação Operária Rio-Grandense e os ministerialistas, na luta pela defesa de um programa de reivindicações. Há indicações explícitas à vinculação com os sindicatos dos metalúrgicos, ferroviários (Sta. Maria), mineiro⁽⁹⁰⁾, frigoríficos, construção civil, barriqueiros, em várias cidades, principalmente Pelotas.

Pode-se observar, desta forma, que o movimento de esquerda adquiriu bases mais sólidas. O elo agregador das for

(90) No caso do Sindicato mineiro de Minas de Butiã, graças à ação de um membro do partido, pode-se impedir que os padres fundassem um sindicato à parte.

ças ainda permanece sendo a ANL pois nos últimos meses de 35, seguem funcionando quatro grupos em Porto Alegre, um grupo em São Leopoldo, três em Passo Fundo e vários em Pelotas, articulados aos camponeses. (91)

Entretanto, se haviam pré condições muito promissoras à criação de um movimento de massas no RS; com a simpatia de amplos setores da classe média e mesmo de alguns proprietários rurais desgostosos com a má situação econômica e dificuldade de crédito (92), isto em grande parte, se perdeu com o efeito negativo causado pelos levantes de novembro (em Natal e no Rio) e a ampla utilização feita pelo governo, do fato, além do impacto que a colocação da Aliança na ilegalidade já

(91) Cabe ressaltar que esta documentação enfatiza, por motivos óbvios, a participação do operariado nas atividades partidárias (via ANL ou não), podendo parecer que o movimento aliancista gaúcho fosse tipicamente proletário. Tal fato, entretanto, não é verdadeiro, mantendo, a ANL local, as mesmas características da similar nacional (pequena e média burguesia, proletariado, intelectuais e toda a massa "difusa" que costuma acompanhar a caracterização classista da Aliança).

(92) Carta de Dyonelio Machado (6-9-35) refere-se ao descontentamento de alguns membros da F.U.C. com a aproximação das lideranças com o governo Flores e as conseqüências disto para o ANL. "Já me vieram anunciar (é certo que antes do fechamento da A.N.L.) que vários elementos de destaque da Frente Única (entre eles Maurício Cardoso) e 60 por cento do eleitorado frente-unista se passaria para nós. A ilegalidade a que lançaram a Aliança há de ter necessariamente modificado um tanto essas disposições." (Arquivo Flores da Cunha). Obviamente há um otimismo excessivo nesta observação, principalmente se tomarmos em conta os vários movimentos, como a Ação Social Brasileira, surgiam com o objetivo de contestar os extremismos, mas enfaticamente os de esquerda.

causava.

"A revolta de 1935 leva parte dos grupos dirigentes ao pânico e a um conseqüente radicalismo de atitudes, marcado pelas suas posições acentuadamente direitistas. Uma minoria, no entanto, se revolta contra a parcialidade de repressão, exigindo maior respeito à lei e à democracia. A dualidade de posições contra tendências contraditórias, onde os primeiros canalizam o medo ao comunismo e, através de uma propaganda te naz e contínua - auxiliada pelo estado de sítio e a psicose anticomunista - exageram o perigo existente. A pressão governamental é incentivada pelos segmentos mais reacionários do Exército - até do tenentismo - e da burguesia, o que permite superar logo todas as barreiras oposicionistas".⁽⁹³⁾

Duas questões tem que ser ressaltadas em relação às medidas tomadas pelo governo no combate ao comunismo, termo pelo qual passou a ser tratado generalizadamente o problema: 1) a reação de Flores da Cunha afirmando que não necessita de apoio externo para o controle da situação estadual, pois ele mesmo garante a manutenção da ordem interna (e para tal apre-

(93) CARONE, Edgard. Oligarquias e classes sociais. Op. cit. p. 342.

enta 20.000 homens prontamente mobilizáveis)⁽⁹⁴⁾; 2) o surgimento de uma situação ambígua para a A.I.B., pois que mesmo atuando num contexto que justifica e aprova o seu anti-comunismo, se vê ameaçada de sofrer o mesmo golpe sofrido por sua rival ANL - ser lançada na ilegalidade acusada de extremista.⁽⁹⁵⁾

Em consequência deste quadro de radicalização das correntes políticas, tanto ao nível interno quanto ao nível das questões racionais, a oposição tradicional passará por uma profunda revisão de sua estratégia de ação frente ao governo Flores, tendendo, num movimento que pode ser observado ao longo de todo o ano de 1935, a uma aproximação crescente com o ex-Interventor e agora Governador do Rio Grande do Sul.

(94) Flores já havia demonstrado sua eficiência no tratamento da questão da ANL cuja repressão culminou com a prisão e condenação de Dyonelio Machado e do operário Bernardino Garcia, e mesmo contra a própria AIB em incidentes num comício na zona colonial alemã (S. Sebastião do Caí).

(95) Desde inícios de 1935 as relações do AIB com o Governo Flores não eram das melhores. O mês de fevereiro havia sido marcado por incidentes na zona colonial, mais predisposta à influência da propaganda integralista, levando o governador a afirmar que se a AIB estava provocando desordens, fazia-se necessário tomar providências para a defesa do poder Constituído (A Federação, 26 fev. 1935). A necessidade de combater a AIB aparece em vários editoriais da Federação, inclusive criticando, em 37, o governo federal (depois dos incidentes de Campos), que estimulava o movimento direitista. A aproximação que Flores terá com os integralistas, mantida de forma secreta será mais próxima do golpe do Estado Novo e numa fase de crise total com o Governo Federal.

Esta mudança de estratégia deve-se, em parte, ao surgimento de novos grupos, não só através da formação de outras correntes políticas, mas também pelo aparecimento de alas mais radicais dentro dos partidos Republicano e Libertador; mas é provocada, também, pela falência da estratégia golpista articulada durante todo o período de exílio pelas lideranças da F.U.G. Abandonados pelos antigos aliados paulistas (agora sob o comando de Armando de Salles Oliveira) e desiludidos com o grupo militar ao qual se uniriam contra a ditadura⁽⁹⁶⁾, a oposição gaúcha retorna ao estado para entrar nas regras legais do jogo.

Participando das eleições de 34, onde obtém uma votação mais significativa em relação à de 33, a F.U.G. enfrenta, também, a máquina florista em pleno funcionamento. As notícias de violências, prisões, coação, assassinatos são constantes neste período.⁽⁹⁷⁾

(96) Carta de Oscar Fontoura a Baptista Lusardo faz referência à expectativa da oposição num golpe de Góes Monteiro, que apoiariam para a presidência da república. Diz Fontoura: "O Gal. Isidoro afirmou-me que Góes só iria para qualquer ação se o narcotizassem acordando-o depois de ganha a partida" (...) "O Gal. não está disposto a 'obedecer ao imperativo da Nação para salvar a Pátria da ruína e da desagregação' porque lhe falta aquilo que não faltou a Floriano: coragem e decisão". Carta de Oscar Fontoura a Baptista Lusardo. 12 mai. 1934. Arquivo Raul Pilla. UFRGS.

(97) Um dos casos mais evidentes da violência política foi o assassinato de Waldemar Rippol. Membro do Partido Libertador, exilado em Rivera (fronteira com Livramento), este político era elo entre os exilados de Buenos Aires e os setores ativos da oposição em Porto Alegre. Assassinado barbaramente enquanto dormia, Rippol transformou-se imediatamente na prova da extensão da repressão de Flores

A denúncia do governo de Flores será feita, na Constituinte, por Minuano de Mouta (PL), contrabalançando a discreta atuação do representante do PRR - Maurício Cardoso. O líder libertador denuncia não só questões especificamente políticas, relativas ao pouco espaço para a atuação da oposição, com a montagem de uma máquina repressiva por parte do governo, mas questões de ordem econômica, como o problema do sindicato da banha e outras questões financeiras que o Estado enfrenta e que são associados à política econômica florista.

Apesar de tudo, Raul Pilla, em entrevista posterior às eleições de outubro, aponta várias vantagens conseguidas pela oposição nestas eleições, dadas as condições relativamente superiores às de 33, para que a F.U.G. fizesse, por exemplo, numa campanha ampla de alistamento. Isto em parte foi conseguido, pois, segundo ele, o acréscimo havido no eleitorado beneficiou claramente a F.U.G. Como exemplo disso Pilla cita os totais partidários conseguidos em 33 e 34 pelo governo e pela oposição que são os seguintes: 1933 - PRL: 127.000 votos; FUG: 36.000 votos; 1934 - PRL: 125.000 votos; FUG: 72.000 vo-

ã oposição. A situação tornou-se mais embaraçosa para o governo estadual quando a identificação do assassino foi feita e constatou-se ser ele empregado de Francisco Flores da Cunha (irmão do Interventor). O caso Rippol deu margem a outras mortes, de testemunhas, gerou profunda revolta na opinião pública e terminou por cair no esquecimento como mais um caso perdido pela justiça.

tos. (98)

A oposição gaúcha, neste período readquire maior mobilidade e passa a atuar de forma mais concreta, procurando atingir duas novas metas: 1) fundir realmente a FUG tornando-a realmente um partido único, (isto é condição necessária, em parte, para a formação de um grande partido nacional de oposição); 2) reaproximar-se de Vargas com o objetivo de na esfera federal encontrar eco às denúncias feitas contra os desmandos de Flores.

Quanto ao primeiro objetivo - há referência da discussão sobre a fusão dos partidos desde meados de 34. As dificuldades começam na transformação dos princípios republicanos e libertadores visando à elaboração de um programa mínimo conjunto para a Constituinte Estadual. Um dos pontos que provoca maior polêmica, é o referente à questão religiosa. Com pontos de vista firmados desde o Congresso de Rivera os libertadores não estão dispostos a retroceder a fim de adaptar-se às determinações republicanas. (99) Se ao nível estadual as dificuldades para unificar a oposição são grandes, em termos nacionais

(98) Os dados aproximam-se dos reais mas não são exatos.

(99) Ver carta de Bruno de Mendonça Lima a Raul Pilla apresentando uma série de sugestões para que haja uma coerência mínima entre os postulados libertadores do Congresso de Rivera e o programa mínimo conjunto. Carta de Bruno Lima para Raul Pilla. 22 set. 1934. Arquivo Raul Pilla. UFRGS.

a busca de elementos, agregatórios para os diversos grupos regionais também tenderá a se tornar um processo longo, pleno de marchas e contramarchas. Ainda em agosto de 34, Lusardo notifica Pilla das articulações que Borges vem realizando no Rio de Janeiro, com vistas à formação de um partido nacional. Para tal, o velho líder republicano procura entender-se com Bernardes, Mangabeira, Sampaio Correia e Lauro Sodré, entre outros.

Interpelado, logo após as eleições de 34, sobre a necessidade da coligação das oposições estaduais Pilla responde: "Dispensó-me de reincidir aqui na batida tecla da necessidade de partidos nacionais. É já um lugar comum. A política brasileira será sempre fragmentária e regionalista, enquanto tais partidos não se formarem e não prosperarem (...) A idéia de um grande partido nacional já está lançada. Estamos, por ora, no primeiro estágio: associação de partidos regionais. Era quanto se podia fazer no momento. A formação de um verdadeiro partido é coisa mais delicada e só depois de instalado o novo parlamento, é que se poderá tratar dela. A sua gestação terá de ser forçosamente intra-parlamentar.⁽¹⁰⁰⁾

O outro passo ensaiado pela oposição é a reaproximação com Vargas, ainda muito tímida e ensaiando explorar mais os conflitos entre Flores e o Presidente da República do que um entendimento em bases mais sólidas.

(100) Entrevista de Raul Pilla. Dezembro/1934. Arquivo Raul Pilla. UFRGS.

Depreende-se da leitura da imprensa da época que Vargas estaria empenhado em "preservar seu quadriênio constitucional de perturbações previsíveis a ser mantida nos termos atuais e compressão política do Rio Grande".⁽¹⁰¹⁾

Isto explica seu interesse pela "pacificação" do estado. Segundo a mesma notícia, Getúlio teria manifestado sua estranheza com métodos usados por Flores pois que ambos tinham a mesma formação dentro das fileiras do PRR.

Voltando às relações centro-periferia, Vargas recebe, dos líderes da F.U.G., um documento onde são relacionadas as violências ocorridas no Estado. Essas denúncias tomavam como ponto de partida, a data da promulgação da Constituinte Federal, ou seja, dentro do período em que se implantou uma ordem democrática e legal. Os fatos são relatados em dez itens: 1) Assassinatos em Palmeira (na tentativa de organizar um comitê para propaganda eleitoral, um membro da F.U.G. foi morto pelo sub-prefeito e dois dias depois eliminadas as duas únicas testemunhas); 2) Atentados à Caravana da F.U.G. (a) em um comício em Cruz Alta, Borges de Medeiros e Baptista Lusardo foram ameaçados de morte pelo ordenança do sub-prefeito; (b) em Lagoa Vermelha o prefeito, o juiz distrital e o promotor juntamente com seus capangas cercaram o comício da F.U.G., ostensivamente armados e apartearam violentamente os oradores);

(101) Correio do Povo. 8 nov. 1934.

3) Perseguições e prisões (em vários municípios os líderes da F.U.G. são objeto de prisão constante e controle por parte das autoridades, principalmente naqueles onde a perspectiva de vitória eleitoral dos frentistas é maior. Há o hábito, também, da agressão em via pública, por elementos que se apresentam como investigadores. Deles foram vítimas vários jornalistas e morto a bala um estudante; 4) Incêndio do "Libertador" (foco de constantes ameaças o jornal frentista de Pelotas foi vítima de atentado); 5) Caso de Dom Pedrito (município de maioria libertadora, antes do pleito foi morto a bala, pela polícia, um frentista); 6) Situação de Encruzilhada (violências praticadas pelo prefeito, pessoa de confiança de Flores); 7) Substituição de Prefeitos (nos municípios em que a F.U.G. venceu houve imediata substituição de prefeitos, sendo que os substitutos desenvolveram uma política radical para a reconquista do terreno perdido); 8) Transferências, demissões e aposentadorias (funcionalismo em geral e oficiais e membros do escalão hierárquico mais baixo da Brigada Militar foram aposentados, transferidos e despedidos por não terem trabalhado corretamente para o partido do governo); 9) Acontecimentos de Soledade (três assassinatos em dois dias seguidos, realizados por elementos identificados como a mando do prefeito municipal, levaram a F.U.G., neste município, a se abster nas eleições de outubro); 10) Boicote oficial ao Correio do Povo (o jornal devido à sua neutralidade - segundo o documento - passou a ser atacado pela "Federação", então Diário Oficial do Governo do Estado do RGS e teve a sua circulação proibida nos trens e es

tações da Viação Férrea).⁽¹⁰²⁾

Acenava, desta forma, a oposição, para Vargas abrindo um canal de comunicação que tenderia a se desenvolver - a crescente oposição a Flores. Este vínculo se manteria mesmo nos momentos de aproximação propiciados pelo "modus vivendi" e levaria alguns membros da F.U.G. a uma participação cada vez mais ativa junto ao governo federal na luta pela deposição de Flores e conseqüentemente (e aí reside um dos elementos contraditórios, aparentemente, do processo) pela implantação do Estado Novo.

Se a oposição procurou, de alguma forma, reaproximar-se do governo federal (e o fará concretamente mais tarde), Neste momento ela tentará estabelecer um diálogo, ainda com Flores, - devido a necessidades mais imediatas - neste contexto de atuação ampla dos diversos grupos políticos. O teor de uma carta enviada pela F.U.G. ao Interventor em abril de 35⁽¹⁰³⁾ expõe basicamente a necessidade de reformulação radical da organização policial. É enfatizado o fato de que a solução mais correta para o caso rio-grandense seria a indicação, para o governo do estado, de uma pessoa livre de vínculos partidários. Entretanto, como já se encontra assentada a candidatura de Flores para o cargo e o seu partido dispõe de maioria pa-

(102) Íntegra do Documento no Correio do Povo, 20 dez. 1934.

(103) Correio do Povo. 17 abr. 1935.

ra elegê-lo, só cabe à F.U.G. fazer algumas sugestões com vistas à manutenção das garantias mínimas de liberdade e direitos humanos (revisão nos quadros policiais, assegurar o livre exercício das atividades eleitorais, readmitir os despedidos e reformados por motivos políticos, adoção de concursos públicos, assegurar a liberdade de imprensa, de tribuna e de reunião).

A resposta do Governador aos líderes da F.U.G. é imediata: sob seu governo todas as providências serão tomadas no sentido de "pacificar o Rio Grande". Dois meses mais tarde toma a iniciativa para a aproximação, já como governador, convidando Pilla para a nova Secretaria que deverá ser criada: Secretaria de Educação e Saúde Pública. Acentua que o convite não é feito ao político, mas ao professor Pilla e que, portanto, não haverá no convite nenhuma intenção de obter o apoio da Frente Única para seu governo.

Pilla não aceitando a dissociação sugerida recusará a este primeiro convite, alegando que "dada a posição especial, em que me encontro, de presidente do Diretório Central do Partido Libertador, dificultoso, senão impossível, seria cindir o médico e professor do político militante."⁽¹⁰⁴⁾

No contexto da chamada "pacificação do Rio Grande", que envolve entendimentos da F.U.G. com o governo Flores, objetivando maiores garantias para a atuação da oposição e vin-

(104) Diário de Notícias. 14 jun. 1935.

culando-se, também, à necessidade de encontrar uma fórmula que permita maior entrosamento entre as elites tradicionais (no governo ou na oposição) para enfrentar a onda crescente de participação popular, surge a fórmula Santos-Pilla, proposta ao Governo Federal. Este sistema, posteriormente implantado no Rio Grande do Sul, prevê algo similar ao parlamentarismo para que haja uma divisão de responsabilidades no exercício do governo.

O projeto não é aceito, ao nível federal. A comissão encarregada por Getúlio para analisar a fórmula manifesta-se contrária a ela pois que a adoção do instituto da Presidência do Conselho de Ministros exigiria por si só uma revisão constitucional.⁽¹⁰⁵⁾ A fórmula, além do parecer da Comissão Federal, sofreu muitos ataques na Câmara Federal. Obviamente ela estava sendo proposta num momento em que todas as tendências políticas levavam para o lado oposto, ou seja, procuravam dar ao executivo maiores recursos de poder (vide a Lei de Segurança Nacional e as demais concessões de estado de sítio e estado de guerra).

Entretanto, ao nível estadual, dadas as circunstâncias que cercavam o governo Flores, em crescente incompatibilidade com o poder central, interessava manter alguma forma de articulação com a oposição. A "pacificação" do Rio Grande

(105) A comissão, designada em outubro de 1935, era constituída por Antonio Carlos, Pedro Aleixo, José Pereira Lira, Barbosa Lima Sobrinho, Godolfredo Vianna e outros.

passava a se constituir numa mediação à intervenção federal pois Flores, com um governo de coalizão, ganhava uma base de legitimidade mais sólida. Livre do conflito básico que o cargo de Interventor lhe cauxava exigindo lealdade ao poder central, Flores se abria às novas perspectivas políticas. Estava consciente de que para realmente ter algum peso como poder regional ele necessitava de uma base coesa (fosse para uma alternativa legal⁽¹⁰⁶⁾ ou golpista) e isto a pacificação em parte lhe garantia. Por outro lado, a unificação dos grupos políticos tradicionais se realiza num momento de alta mobilização sócio-política, através dos movimentos de esquerda e de direita, que vai culminar com a chamada "intentona" de novembro de 35.

Porém, antes do acordo com o governo Flores, a FUG ainda passou pela experiência eleitoral, novamente traumática, devido ao alto índice de violência verificado durante a campanha, do pleito de novembro.

As duas questões básicas, entretanto, permanecem sendo, ao nível interno, a possibilidade de entendimento de Flores com a oposição e, ao nível federal a tentativa do, agora, governador do RS de, intervindo na política dos outros estados, fazer crescer seu poder. Isto, conseqüentemente, é fonte de conflitos com Vargas.

(106) Para Flores não estava excluída a possibilidade de uma candidatura à Presidência da República no quadriênio 38-42. Antunes Maciel a isto se refere em carta a Flores. Para ele, três pessoas têm direito à sucessão de Vargas: Aranha, Flores e Antonio Carlos. Arquivo Antunes Maciel. CPDOC/FGU. Documento nº 06.10.29.

A tentativa de Flores no sentido de uma participação mais direta na política nacional prende-se, neste caso, à sucessão do governo estadual do Estado do Rio, quando apóia abertamente o candidato de oposição a Getúlio (Gal. Cristóvão Barcelos). O candidato apoiado pelo governo federal (Gal. Protógenes Guimarães), respaldado por Vicente Rao, vence as eleições (realizadas numa conjuntura conflituosa) levando Flores a denunciar a manobra do Ministro da Justiça e exigir a sua demissão. Seus protestos não encontram eco e servem apenas para desgastar mais sua imagem.

A outra questão - a da pacificação - adquire maior relevância no último mês de 35. Declarações de Baptista Luso, na Câmara Federal, anunciando o provável entendimento entre as forças políticas gaúchas levou imediatamente a cogitações como: a unificação da bancada gaúcha, trazendo as demais oposições não arrastará, também, alguns membros da maioria ? Se tal acontecer o governo federal encontrará dificuldades no seu relacionamento com o legislativo.

Entretanto, a unificação dos grupos políticos não é uma tarefa levada a cabo facilmente. Apesar dos pontos de vista em comum entre Raul Pilla e Flores da Cunha⁽¹⁰⁷⁾ quanto ao

(107) Ver entrevistas de ambos no CORREIO DO POVO. 11 dez. 1935. No que diz respeito aos riscos dos levantes comunistas no estado Flores responde: "A rapidez na organização de recursos militares é o atestado suficiente da decisão do meu Estado ante a ameaça comunista. O Rio Grande, como sabem, não oferece a menor possibilidade à expansão das doutrinas pregadas pelos agentes de Moscou, mercê da índole do povo, do teor da vida e das condições econômicas e sociais dominantes. Aqui não existe miséria como não existe a classe dos potentados. Reina por toda parte o verdadeiro regime da igualdade, sem ódios sociais nem lutas de classes."

combate aos extremismos e a necessidade de se unir as forças políticas numa frente verdadeiramente democrática, subsistem vários pontos de atrito que terão que ser analisados antes de um comprometimento final.

Os últimos dias de dezembro são marcados pela realização de reuniões dos três partidos envolvidos no acordo. Nota-se, neste momento, que as preocupações que envolvem os líderes das diversas agremiações têm origem variada. Enquanto o PRL, respaldando a decisão de Flores, abre mão do monopólio absoluto dos cargos de governo e enfatiza, por outro lado, que esta mudança não significa um golpe estratégico de oposição a Vargas⁽¹⁰⁸⁾, o PRR encontra entraves maiores por parte de seus adeptos devido ao conteúdo nitidamente parlamentarista da fórmula. Pilla comparece a uma das reuniões do PRR a fim de elucidar as dúvidas republicanas, e termina por declarar que basicamente o acordo é o que Borges de Medeiros propôs, como medida de salvação nacional, após os acontecimentos de 1932. Nesta reunião muitas vozes se manifestaram contrárias à fórmula, inclusive o PRR de Rio Pardo (contrário a qualquer entendimento ou acordo com os governos estadual ou federal) e Marcial

(108) Na reunião do partido fica estabelecido que será enviado um telegrama a Getúlio justificando a possibilidade de adoção da fórmula Pilla pelo governo gaúcho. "Em qualquer caso pode ilustre correligionário estar certo só aceitamos soluções políticas venham prestigiar Governo do Estado e União. Congraçamento forças políticas Rio Grande não poderá ser feito contra ninguém e sim para o bem geral." Correio do Povo. 24 dez. 1935.

Terra (líder republicano de Julio de Castilhos). A ausência de um consenso sobre a aceitação da fórmula leva a direção do partido (apesar do constante papel de conciliador desempenhado por Maurício Cardoso) a optar pela consulta às bases, ou seja, às direções locais. Entretanto, apesar destes desencontros iniciais, o PRR, como um todo, acabará por acatar as determinações das lideranças. O PL, como proponente do acordo, dispunha, neste sentido, de uma base mais coesa.

O que é importante ressaltar, neste processo, é que, apesar de se observar um movimento no sentido aglutinador do sistema partidário, aparecem como forças resultantes desta situação, componentes desagregadores dentro de cada partido, individualmente. Poder-se-á dizer que as concessões feitas, de ambas as partes, no sentido aproximativo, são fruto de uma conjuntura específica marcada pelo traço da radicalização política de alguns setores e possibilidade de um ascenso dos movimentos de massa (com base, principalmente, nas únicas formações de caráter nacional então existentes - a AIB e a ANL).

A solução buscada, tanto pela FUG como por Flores, tem sentido na medida em que a agregação das forças políticas significa, também, aumento de poder. Para a FUG apresentavam-se garantias mais concretas para o seu funcionamento e a possibilidade de alguma ingerência mais direta no aparelho de Estado com a posse de duas Secretarias. Para Flores, fortalecido militarmente a coesão política interna agregava mais elementos para a resistência ao avanço do poder central (e consequentemente com vistas à incorporação da Brigada Militar ao Exército).

3 - DA CONVERGÊNCIA CONSERVADORA PRL - FUG À DESARTICULAÇÃO DO SISTEMA PARTIDÁRIO

A problemática evidenciada no final da conjuntura (32/37), que precede à implantação do Estado Novo, reúne duas questões fundamentais para o entendimento do processo político rio-grandense. Ela refere-se, de um lado, à tentativa de re aproximação da Frente Única com o governo Flores da Cunha, através de um acordo denominado "modus vivendi", que visava à pacificação regional e ao fortalecimento político do Rio Grande do Sul face ao crescimento do poder central; de outro, após o rompimento do acordo (antes de completar um ano de vigência), se desencadeia um processo de desarticulação do sistema partidário rio-grandense atingido por cisões no seio dos três partidos regionais (PRL, PL e PRR). Esses dois fatos encadeados serão essenciais à análise da fase final da conjuntura 1932/37 e em torno deles desenrola-se um dos períodos mais cru ciais no relacionamento entre o poder central e o poder regional, abrindo espaço para a implantação, sem resistência, do Estado Novo.

A assinatura do "modus vivendi"⁽¹⁰⁹⁾, entre Flores e a F.U.G., ocorre numa conjuntura extremamente agitada da política brasileira. A revolta de 35 levará as elites do poder a um radicalismo defensivo, solicitando ao Congresso a permissão para declarar estado de sítio e encaminhando uma nova solicitação para prorrogá-lo por mais noventa dias, em março de 36.

O governador gaúcho, entretanto, continuava afirmando que as milícias estaduais eram capazes de suprimir eventuais levantes ou perturbações da ordem sendo desnecessária, desta forma, a dotação ao executivo de uma dose tão significativa de poder. Além do estado de sítio, o governo recebe maior reforço legal para a repressão que passa a desenvolver, com a incorporação de novos dispositivos à Lei de Segurança Nacional através da ampliação do conceito de crime contra a segurança interna.

Reagindo a este avanço centralista, a unificação da elite política gaúcha significava um marco de resistência na tentativa de reter para o estado a parcela de poder que até então lhe correspondera. Flores da Cunha se articula e aceita barganhar com a F.U.G. não somente porque presente alguma mo

(109) O "modus vivendi" foi assinado, em 17 de janeiro de 1936, estabelecendo as bases do acordo entre PRL e FGU para a "pacificação" do Rio Grande do Sul.

vimentação de base popular⁽¹¹⁰⁾, (que seu esquema policial - repressivo absorve completamente), mas porque identifica na política anti-extremista de Vargas, Vicente Rao, Filinto Müller, Góes Monteiro e outros, a origem e o fundamento de uma estratégia centralizante, autoritária e, conseqüentemente, anti-regionalista.

Esses elementos elucidam, pelo menos do ponto de vista do interesse político dos grupos, os objetivos de ajuda mútua entre o situacionismo e a oposição que estavam implícitos no "modus-vivendi". O seu rompimento significará, por outro lado, a definição da política a ser estabelecida, e mais, a definição dos "perdedores". O problema, visto sob uma ótica mais abrangente permite afirmar que Flores (obviamente tomado aqui como figura-síntese de todo o aparato político-administrativo, partidário, policial e oligárquico do poder político do Rio Grande do Sul) significava o obstáculo regional, por excelência, a ser vencido para a construção do Estado Nacional.

O "modus vivendi" dispunha, basicamente, sobre as responsabilidades que os secretários assumiam perante o governador e os partidos integrantes do acordo (PRL / FUG) e a possibilidade de ingerência do Legislativo nas decisões implementadas pelo executivo. Havia a ressalva básica de que cada par

(110) O início de 35 será marcado por uma série de incidentes entre o governo e a AIB, assim como a atuação da ANL não cessará de todo, principalmente dentro dos quartéis.

tido guardaria completa autonomia e liberdade de ação, salvo no estatuído pelo acordo,

O acordo pode ser dividido em duas partes: uma primeira que diz respeito às atribuições dos secretários de Estado, e outra cujo teor contém várias medidas e cláusulas que os partidos se comprometem a cumprir para que haja um real funcionamento do "parlamentarismo" adotada para o Rio Grande do Sul.

Os secretários continuam nomeados e demitidos pelo Governador, mantêm as mesmas atribuições que a Lei lhes confere mas, "para assegurar a uniformidade e a eficiência da atividade administrativa das secretarias e combinar medidas para a boa gestão dos negócios públicos, os secretários de Estado deverão reunir-se em Conselho, uma ou mais vezes por semana, lavrando-se uma ata das reuniões." Para a formação do secretariado, o governador escolherá antes o presidente do secretariado que o auxiliará na escolha dos outros membros. O presidente coordenará as atividades das demais secretarias, fiscalizando, também, a execução do orçamento. Além desta tutela, os secretários são responsáveis perante a Assembléia Legislativa podendo esta "convocar qualquer secretário de Estado, para prestar, perante ela, informações sobre questões prévias e expressamente determinadas". Constituído, o secretariado apresentará à Assembléia o programa de governo.

Entretanto, a esta "cooperação" de caráter administrativo juntam-se proposições específicas que os dois grupos

políticos se comprometem a cumprir: 1) congregar esforços para a estabilidade das instituições democráticas; 2) readmitir aos lugares que ocupavam ou indicar para outro equivalentes os funcionários públicos, civis e militares que foram reformados, demitidos, transferidos por motivos políticos; 3) nomear comissão de três juristas para elaborar um ante-projeto criando a política de carreira para ser apresentado à Assembléia, assegurando-se que este projeto vedará, por completo, todo critério político-partidário para o provimento dos cargos. Além disso, para a nomeação do chefe de polícia o governador deverá ouvir o secretariado. (111)

Espécificados todos os detalhes que envolviam o acordo, a F.U.G. fazia no final uma ressalva: "os secretários escolhidos de acordo com a Frente Única só se manterão nos cargos enquanto merecerem a confiança dos respectivos partidos". Assinado pelos três líderes, o "modus vivendi" teria uma tur-

(111) Enquanto estas medidas não entrarem em vigor providenciar-se-á para: a) que nos municípios administrados pela FUG as autoridades policiais sejam nomeadas ou propostas pelos prefeitos; b) que os elementos não idôneos sejam excluídos dos quadros policiais; c) que as comissões de inquérito (com membros da FUG e PRL) devam apurar as responsabilidades de funcionários que valem-se dos cargos para exercer pressão partidária; d) que sejam instaurados inquéritos para elucidar os crimes de natureza política ocorridos no último pleito municipal; e) que o provimento dos cargos se faça por concurso, e excluído o critério partidário na promoção; f) que o direito de imprensa, reunião, associação e propaganda seja garantido; g) que sejam suprimidos os entraves ao funcionamento da livre concorrência na vida econômica, salvo o que a legislação federal já tiver disposto sobre a organização cooperativa, e mantido o equilíbrio orçamentário.

bulenta e efêmera vida de nove meses, findando por conduzir à demissão os secretários frentistas - Lindolfo Collor (Fazenda) e Raul Pilla (Agricultura).⁽¹¹²⁾

O otimismo inicial que cerca a fórmula conduz à tentativa de aplicá-la em nível nacional. Ainda em abril Lindolfo Collor, Baptista Lusardo e Maurício Cardoso reúnem-se com Borges de Medeiros para definir as bases para a pacificação nacional. Preocupados com a defesa das instituições democráticas, acenam os oposicionistas com a possibilidade de colaboração com o executivo, via medidas legislativas com a criação de comissões técnicas e parlamentares que examinem os problemas de ordem econômico-financeiro-administrativas.⁽¹¹³⁾

O funcionamento efetivo do acordo no Rio Grande do Sul, entretanto, não chega a ser satisfatório sem que sirva como parâmetro para os demais estados, como pretende a proposta nacional.

A aproximação da F.U.G. com Vargas, que se torna mais

(112) Em decorrência do acordo Raul Pilla e Lindolfo Collor, representavam a F.U.G. no governo: o primeiro, o PL e o segundo o PRR.

(113) Enfatiza-se, da mesma forma, a impossibilidade de punição de funcionários por motivos políticos. Porém, o fundamental para a pacificação é o adiamento da "discussão do problema da sucessão presidencial para a época que bem consulte aos superiores interesses do país, processando-se em ambiente de maior calma". Diário Liberal. 24 abr. 1936.

visível com os contatos que Maurício Cardoso, Baptista Lusardo e João Neves mantêm com o presidente a partir de março de 36, conduz pela sua lógica; ao reconhecimento de que se trata de uma estratégia getulista onde entram as oposições num sentido amplo⁽¹¹⁴⁾ como elementos a serem cooptados e o próprio legislativo como fonte geradora de conflito.

Em meio a esta disposição crescente à coligações e projetos pacificadores dá-se, em maio de 36, a primeira crise do "modus vivendi" levando Pilla a se demitir da Secretaria da Agricultura. Os motivos, estão ligados à discussão, na Assembléia, do orçamento de um município, o prosseguimento da política de Flores de criar Batalhões Provisórios e, também, um discurso pronunciado pelo Governador considerado ofensivo a alguns princípios da Frente Única. Esta crise será solucionada através de entendimentos entre os secretários frentistas e Flores da Cunha, mas não deixará de ser interpretada como pro

(114) Neste sentido, a F.U.G. integrava-se num processo cooperativo ao passo que Flores exigiria medidas mais radicais. Provavelmente o preço a ser pago por Vargas pela cooptação de Flores da Cunha seria muito alto - sua indicação como candidato à Presidência da República. (Há referência explícita a este fato em carta de Vargas a Protásio Vargas em 29 abr. 1936. ap. SILVA, Hélio. 1937: Todos os Golpes se parecem. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1970. p. 232-233.)

va da capacidade disruptiva que o acordo possuía. (115)

O processo de ruptura do "modus vivendi" tem início quando Pilla e Collor se demitem das respectivas secretarias em função do voto de oposição de Flores dado pela bancada da F.U.G. na Assembléia Legislativa. A eleição para vice-presidente da Assembléia realizada em 15 de outubro, marca não apenas um momento inicial da pressão interna regional que Flores passará a sofrer, mas traça, também, a cisão dentro de seu próprio partido. Pilla e Collor mantendo-se correntes com a lógica do fato demitem-se abrindo a perspectiva para a indicação de novos membros da F.U.G. É da articulação da F.U.G. para a escolha dos substitutos dos secretários demissionários que surgirá o momento de crise do acordo. Questionada pelo PRL no sentido de comunicar suas deliberações internas, a FUG relembra os termos do "modus vivendi" de autonomia de ação dos par

(115) A crise terá efeitos desmobilizadores sobre o projeto, nacional levado a cabo por João Neves e Baptista Lusardo, que termina não tendo condições de ser implementado, devido, principalmente, às dissensões internas geradas pela campanha sucessória. Sobre as consequências de um rompimento no Rio Grande manifesta-se Lusardo: "a representação Federal, isto é, Neves, Cassal, Vergueiro e eu, achamos que o rompimento do 'modus vivendi' Rio-Grandense, neste momento, é o maior desastre que poderia sobrevir, não só para o Rio Grande como também para o Brasil (...). Pois, então, não é crítica a situação em que se encontra nesta hora o líder da Frente Única, negociador da pacificação geral do país? Não preciso empregar muitas palavras para convencer os nossos amigos daí que o nosso caro Neves está tanto e por demais "gauche". Carta de Baptista Lusardo a Raul Pilla. 14 mai. 1936. Arquivo Raul Pilla. UFRGS.

tidos. ⁽¹¹⁶⁾ Com as demissões de Pilla e Collor rompe-se o acordo. A fragilidade desta política cooptativa era patente e, como já foi lembrado, devia-se mais a atitudes táticas de ambos os lados (oposição e situação) numa conjuntura caracterizada por uma profunda indefinição do jogo político, do que uma real articulação dos partidos com a finalidade de executar mudanças políticas efetivas. A participação marginal da FGU (apesar das duas secretarias) e a manutenção da política tradicional de Flores demonstram o conteúdo puramente formal do acordo.

O fator crucial provocador da ameaça de instabilidade de política devia-se principalmente à política executada pelo governo Vargas: a repressão desencadeada a partir de 35; o desprezo pela lei constitucional com a delegação de poderes especiais ao executivo; o estímulo à ameaça do "perigo comunista", ou extremista, para os que se preocupavam, também, com o crescimento da AIB. Todos esses fatores levam a construção de um quadro caótico e esquisofrênico que, em determinado momento, descola da realidade configurando-se mais na imaginação das elites tradicionais do que na prática concreta dos di

(116) Em resposta a uma nota oficial do PRL onde se enfatiza que o partido, sabedor das reuniões promovidas pelo PRR e pelo PL, "aguarda que os referidos representantes transmitam ao Partido Republicano Liberal as resoluções que forem apresentadas". (Diário de Notícias. 30 out. 1936). a F.U.G. denuncia o "modus vivendi".

versos grupos sociais em conflito. (117)

Este processo é percebido com extrema argúcia por Osvaldo Aranha que escreve a Vargas expondo o problema: "... Minha impressão é muito má da ação do teu Ministro da Justiça. O movimento de novembro foi militar, uma vez que o elemento civil não participou praticamente da ação. O teu Ministro e a Polícia começaram a prender civis, professores, mulheres, enfim a dar líderes e proporções ao movimento, contrariando a finalidade mesma do governo no seu dever de resguardar o povo de inquietação, alarmes e sustos. A coisa tomou proporções tais que em dado momento, justamente porque respondi a uma carta de D. Iaíã, cheguei a temer que me apontassem entre os comunistas brasileiros! Cheguei a receber avisos amigos! Esta gente, não tendo mais que fazer, deleita-se lendo a minha cor

(117) Uma vista geral das manchetes dos jornais da época permite vislumbrar a importância da montagem de um quadro de ameaças e tramas que visam despertar na população um sentimento de instabilidade e perigo. Por exemplo, entre janeiro e novembro de 36 vê-se títulos como estes: "Serão cassados os diplomas dos deputados classistas com idéias comunistas"; "O Senado aprovou o ato do Governo Federal, prendendo os parlamentares envolvidos em atividades extremistas"; "foi aprovado o parecer para processar os parlamentares presos"; "Os agentes de Moscou"; "Tentativa de assalto ao quartel da Polícia Especial do Rio"; "Prisão de vários agentes extremistas"; "Prossegue o inquérito sobre a descoberta da célula comunista da Vila Militar"; "Trama comunista descoberta no Ceará"; "Defendendo o Brasil dos ataques do Comunismo"; "Descoberto o programa dos agitadores"; "Comunistas presos no Rio Grande do Sul".

respondência". (118)

Noutra carta, Aranha prossegue sua análise: "A minha impressão é de que promoveu-se a confusão e a balbúrdia, no único interesse da impunidade dos criminosos reais e, já hoje, após oito meses, não há quem possa separar autores, co-autores, cúmplices, favorecedores, simpáticos. Ora, Getúlio, isto ou é manobra comunista, ou expediente político, ou enfim, o que quiseres... A minha correspondência é toda censurada. Eu não tenho segredo. Mas, Getúlio, quanto à atmosfera, é de desconfiança profunda e geral e nem os mais altos agentes do governo inspiram confiança, a situação não pode ser julgada favorável". (119)

Em sua manifestação Aranha capta, perfeitamente, o sentido subjacente da estratégia em realização com as prisões em massa, censura, violação de correspondência, que tem por objetivo gerar um ambiente instável. Entretanto, ainda associa estas manobras à ação comunista quando ela faz parte da própria prática do governo.

Dentro deste quadro onde ressaltam elementos desagradadores das instituições políticas básicas, com uma ênfase

(118) Carta de Osvaldo Aranha a Getúlio Vargas. 27 jul. 1936. ap. SILVA, Hélio. 1937 - Todos os Golpes se parecem. Op. cit. p. 188.

(119) Carta de Osvaldo Aranha a Getúlio Vargas. 14 ago. 1936. Ibidem. p. 194.

especial no legislativo, inicia-se, no Rio Grande do Sul, um processo de rupturas em cadeia, no interior do sistema partidário e que tem como alavanca desencadeadora, provavelmente, a quebra do pacto do "modus vivendi".

O último ano de vida democrática, que precede o Estado Novo, marca a redefinição de toda a estrutura dos partidos. Se o germe da desagregação já existia no conagraçamento da situação e da oposição no acordo de janeiro, e levou à falência do mesmo, este fato teve outra consequência mais radical - a desarticulação interna das organizações partidárias. Os três partidos são palco de cisões profundas nesta mesma conjuntura: PRL, PL e PRR.

Se a votação da 2ª. vice-presidência da Assembléia foi o fato desencadeador das demissões e conseqüente rompimento do "modus-vivendi", o manifesto, lançado por Lindolfo Collor, fazendo profundas críticas à Direção Regional do PRR na ruptura do acordo, vai gerar um aguçamento da crise já esboçada no PL pelo apoio que vai receber de significativa ala desse partido.

Trazendo a público uma análise da gênese e da morte do pacto de janeiro, Lindolfo Collor aponta o que considera crucialmente negativo na tomada de posição da F.U.G.: "A orientação da Frente Única resume-se na sua maior aproximação do Governo Federal e no afastamento gradual do governo do Estado. E ao mesmo tempo que esta orientação prevalecia nas altas esferas da Frente Única, era ela a corrente diretora das Opo-

sições Coligadas contra o governo da República e mantinha com o governo do Estado um acordo administrativo, em tudo e por tudo favorável aos seus interesses partidários!"⁽¹²⁰⁾ Mantendo esta política, a F.U.G. a justificava pelo fato do acordo ter caráter, apenas, administrativo. Mas, segundo Collor, na medida em que assim agiam, transformavam a relação em uma relação política, de oposição. A proposta de pacificação nacional, que deu origem a um octólogo a ser discutido pelas oposições e Vargas, encabeçadas pela F.U.G. levou a concessões tão discutíveis que Collor teria assumido a posição de princípio de não aceitar soluções, tais como: adesão pura e simples, franca ou disfarçada à política do Catete; prolongamento, por via Constitucional ou não, do mandato do atual presidente; e afastamento da F.U.G. das oposições coligadas.

Contrariamente à opinião de líderes como Pilla, Collor acredita que o "modus vivendi" foi positivo na medida em que garantiu "um ambiente de tranquilidade e confiança", tendo resolvido várias questões políticas em municípios convulsionados e iniciado a discussão da readmissão dos funcionários afastados por questões políticas.

O questionamento básico é relativo à atitude do Diretório rompendo abruptamente o pacto, no momento em que entendimentos estavam sendo entabulados, e assumindo a respon

⁽¹²⁰⁾ Diário de Notícias. 15 nov. 1936.

bilidade do ato sem uma consulta prévia às suas bases. Segundo Collor, o acordo não cumpriu uma de suas finalidades - a de educar politicamente seus signatários.

Diante desta situação, Collor considera que se torna necessária a convocação de um Congresso do partido para que se analise as modificações requeridas pelo programa e para que novos nomes sejam indicados para a Comissão Executiva Central.

O manifesto de Collor tem profunda repercussão dentro do próprio PRR (deputados Aurélio Py e Adolfo Dupont) e, ao mesmo tempo, provoca um manifesto-resposta do Diretório (com o apoio de Borges de Medeiros); segundo, porque é apoiado por membros do Partido Libertador, que além da questão do rompimento ao "modus-vivendi", estão preocupados com o posicionamento político-ideológico do partido, na conjuntura presente, e possuem restrições à liderança de Raul Pilla nesta gremiação.

A resposta do Diretório do PRR a Collor aborda todos os itens por ele levantados, e utiliza a argumentação de um discurso pronunciado pelo próprio ex-ministro do Trabalho, referindo-se à disciplina partidária, poucos meses antes, com o seguinte teor: "Os dois termos dessa identidade - o chefe e a disciplina - são equipolentes na vida dos partidos. Sem chefe não há disciplina e sem disciplina não há chefe. Por disciplina partidária se entende o abandono dos pontos de vista pessoais em benefício de uma opinião coletiva, expressa pela chefia do partido. Fora dessa definição, não há e nunca pode-

ria haver disciplina política. Depois que o chefe do partido assenta uma orientação, ela deve ser seguida sem restrições pela massa partidária. Quando assim não acontece, o partido se desagrega em facções". (121)

A crise no Partido Libertador, porém, havia se manifestado, embrionariamente, antes do rompimento do "modus-vivendi" e do manifesto de Collor que alguns membros irão apoiar. Ainda em setembro a direção do partido em Pelotas renuncia coletivamente. Cabe lembrar que o diretório pelotense é constituído de personalidades políticas importantes (Bruno Mendonça Lima, José Pereira Lima, Anacleto Firpo, Alberto Amaro da Silveira, João Barros Cassal e outros). A análise da origem desta cisão revela que ela já encontra-se vinculada à existência de duas correntes dentro do partido; a corrente dominante, subordinada à direção de Pilla, de tendência conservadora-liberal e uma nova ala, considerada como a "esquerda" do partido, que irrompe sob a inspiração de alguns membros preocupados com o crescimento dos problemas sociais e com a incapacidade do programa do PL de apontar soluções.

A corrente esquerdista é encabeçada por Bruno Lima e pretende uma revisão do programa do PL no sentido de acompanhar o momento histórico que requer proposições mais amplas do que, apenas, "representação e justiça". O libertador pelotense tem seu nome cogitado para o cargo de Secretário da A-

(121) Diário de Notícias. 29 nov. 1936.

gricoltura, quando da renúncia de Pilla, não aceitando esta indicação, peremptoriamente, e, ato contínuo, apoiando as declarações de Collor sobre o momento político. A aproximação entre estes dois líderes é interpretada como entendimento inicial para a criação de um novo partido. Como o Sr. Borges de Medeiros, afirma o Diário Liberal, "prestigiou a ação do Diretório Central do seu partido, de que o Sr. Collor divergiu, ocorre que este, com o Sr. Bruno Lima, estariam sondando a possibilidade de criação de um partido trabalhista. O Sr. Collor é autor de várias leis sociais, quando Ministro do Trabalho Governo Provisório, e o Sr. Bruno Lima é autor de um programa partidário de caráter socialista avançado."⁽¹²²⁾

O programa a que a notícia se refere havia sido criado em função de disenções realizadas no Congresso do partido, em Pelotas, com vistas à reformulação dos estatutos básicos do PL, proposta já formalizada pelo próprio Bruno Lima. Defendendo o ponto de vista que os programas do PL e do PRR, estavam defasados, em relação ao momento histórico, Lima havia sugerido uma série de reformas e introdução de princípios vinculados a questões econômicas e sociais e não puramente políticos como o partido tradicionalmente se batia. Preso à corrente de tradição assisista (republicana-presidencialista), Lima propunha que o partido passasse a se bater pela "representação" da massa trabalhadora e pela "justiça" social. Suas as

(122) Diário Liberal. 19 nov. 1936.

serções feitas no Congresso do partido, foram ouvidas com restrições e sugeridas como base de estudo de inúmeras comissões e grupos que nunca chegaram a se concretizar. Tornava-se clara a limitação que as lideranças formais do partido imprimiam às reformas em foco.

Rompendo com o partido, na medida em que dele se desliga, e renunciando à Câmara Municipal, Bruno Lima recebe pesadas críticas de Pilla à sua atitude: "Há no seio do Partido Libertador uma corrente um tanto radical em matéria de reformas sociais, corrente que tem sido liderada pelo Dr. Bruno Lima. A questão foi apresentada, mas adiada no último Congresso do Partido, há meses realizado. Julgou-se necessário, antes, um estudo mais aprofundado, para o que se constituiu uma comissão, e um debate mais amplo, para bem elucidar a opinião partidária. Que fez agora o ilustre Secretário da Fazenda? Bem conhecendo as explicáveis impaciências do Dr. Bruno Lima na matéria, expõe a questão, fala na necessidade da reforma programática, e o Dr. Bruno Lima, com uma simplicidade verdadeiramente evangélica aprova o manifesto, volta atrás das suas deliberações⁽¹²³⁾, porque o manifesto habilidosamente acaricia as suas idéias socialistas mais ou menos avançadas. Pergunto eu: que nexos lógicos, que relação pode haver entre o socialis-

(123) Pilla afirma que Bruno Lima havia concordado com todos os passos que conduziram ao rompimento do "modus vivendi".

mo do Dr. Bruno Lima e a ruptura do "modus-vivendi"? (124)

Na carta enviada ao Diretório Central, se desligando do partido, entretanto, Bruno Lima refere-se de forma extremamente sutil à contradição do comportamento do PL dentro do quadro político. "Resta-me o consolo de que não abandono o Partido Libertador e a Frente Única na hora do perigo. Pelo contrário, desde 1932, nunca as condições dos partidos aliados foram tão promissoras. Na política estadual, a Frente Única foi encontrar elementos de colaboração e talvez de aliança dentro da própria bancada do Partido Liberal (125). Por outro lado, as relações entre o Governo Federal e o Estado sofreram modificações vantajosas para a Frente Única. E finalmente, são notórias as atitudes benevolentes do governo central em relação às oposições rio-grandenses. Eu abandono todas as vantagens que me pudessem advir de circunstâncias tão favoráveis, e vou arriscar-me, em pleno regime de falta de garantias decorrentes do estado de guerra, aos perigos de pugnar pelos verdadeiros interesses populares..." (126)

(124) Declarações de Raul Pilla. Dezembro de 1936. Arquivo Raul Pilla. UFRGS.

(125) Alusão a aliança com a Dissidência do PRL na eleição da Assembléia em outubro de 1936.

(126) Carta de Bruno Lima ao Diretório Central do PL. 12 dez. 1936. Correio do Povo. 13 dez. 1936. Posteriormente, Lima anunciará a criação de uma nova entidade, a União Democrática Nacional (UDN) que consubstanciará as idéias de reforma social que ele pretendia introduzir no programa do PL.

Por sua vez, recrutando elementos dentro do PRR, Collor dará origem a outra agremiação - o Partido Republicano Castilista (PRC) - retomando a ortodoxia do velho líder e aproximando-se politicamente do PRL. Criado no início de 1937, o PRC possuía já em abril dezoito diretórios municipais e contava com a possibilidade de um retorno ao poder com a perspectiva da volta de Collor à Secretaria da Fazenda.

Entretanto, a desarticulação partidária não aconteceu apenas dentro da Frente Única, a já referida questão da eleição do vice-presidente da Assembléia abriu uma cisão dentro do partido do governo, que tendeu a crescer na medida que havia uma estreita relação entre ele e Vargas. A Dissidência Liberal, constituída por Viriato Dutra, Loureiro da Silva, Moysés Vellinho, Coelho de Souza, Julio Diogo, Xavier da Rocha, Paulino Fontoura, Cylon Rosa, Benjamin Vargas criarão, até a renúncia de Flores, problemas de tal ordem que a Assembléia Legislativa tenderá a se transformar numa verdadeira praça de guerra por ocasião de cada discussão ou votação de questões importantes. O grupo dissidente do PRL acarretará, para Flores, a perda da maioria na Assembléia Legislativa, na medida em que estes se vinculam à F.U.G. numa frente anti-florista. A ligação do grupo dissidente com o governo central é claramente representada pela presença, no grupo, de Protásio e Benjamin Vargas, tendo esse, uma atuação mais radical e agressiva.

A Dissidência, entretanto, não se prende, somente, a uma política parlamentar de oposição sistemática a Flores

da Cunha. A intensa correspondência e palavras de ordem recebidas, pelo grupo, por parte do setor governamental, e a aproximação da F.U.G. com Vargas no plano federal levam o movimento a adquirir uma importância capital no processo de redução do poder político de Flores e, conseqüentemente, do controle da política regional. Os dissidentes não poupam críticas à postura autocrática de Flores da Cunha na direção do partido, às violências utilizadas no tratamento da oposição à política econômico-financeira⁽¹²⁷⁾ que se caracteriza por um protecionismo descarado aos grupos no poder, e pela consecução de medidas que visam à defesa e à segurança do governador antes que o desenvolvimento econômico do Estado. Para tal, apontam o problema da abertura de estradas que são realizadas, apenas, em lugares estratégicos para defesa (e não onde há produção para ser escoada) e que servem para encobrir o seu real propósito que é o de formar batalhões (denominados Batalhões Rodoviários

(127) Segundo um manifesto de 24/4/37, a "desordem financeira é de tal ordem que a dívida interna fundada, que em 1930 era de 5.683:000\$600, hoje vai além de 200:000:000 \$ 000. Os inativos que em 1930 absorveram apenas 2000 contos hoje exigem uma verba superior a 8.000 contos. Da renda dos impostos, 80% se dispense com pessoal."

Na questão das aposentadorias há uma referência ao caso do Gal. João Francisco Pereira de Souza, velho caudilho da fronteira, ex-inimigo da família Flores da Cunha, que o Governador readmitiu e automaticamente reformou na Brigada Militar.

rios treinados em guerrilha. (128)

O esquema defensivo de Flores da Cunha crescia na medida em que cresciam as ameaças de intervenção federal. Em fins de janeiro Gões Monteiro assumira o comando do 1º Grupo de Regiões; em dezembro, Dutra é nomeado Ministro da Guerra. Imediatamente se anuncia uma viagem de inspeção de Gões à região sul (129) e o governo solicita a prorrogação do estado de guerra.

A falência do acordo pretendido pela Frente Única, dentro das oposições coligadas (octólogo) e a renúncia de Lusardo à liderança das mesmas, aproximará cada vez mais o grupo oposicionista gaúcho de Vargas. A oposição rio-grandense passa a discutir, cada vez mais frequentemente, com o chefe do governo, sobretudo em torno de duas questões: a sucessão da Presidência da República e a substituição de Flores da Cunha no governo do Rio Grande do Sul.

Por outro lado, o governo gaúcho procurando respaldo ao nível nacional estabelece com São Paulo e com a Bahia um acordo que visa a defender a autonomia estadual, no encaminhamento da campanha para sucessão presidencial, e auxílio mútuo no caso de intervenção federal. Flores adota, deste modo,

(128) Obviamente para auxiliar o potencial de força de Flores da Cunha.

(129) Correio do Povo. 25 abr. 1937.

a candidatura Salles para a Presidência.

Planejada a longo período, a candidatura de Armando de Salles Oliveira é lançada com expectativa de ser ratificada por Vargas. Não conseguindo isto, começa a articular com outros estados uma base de apoio nacional⁽¹³⁰⁾. Fundada em 10 de junho de 1937, sob a presidência de Artur Bernartes, a União Democrática Brasileira (UDB) pretendia transformar-se num partido nacional com um candidato nacional.⁽¹³¹⁾

(130) Diante do impasse a que chegaram as forças produtivas em expansão, nada de estranhar que Flores da Cunha e Armando Salles se dêem as mãos, e partam para uma nova "Cruzada democrática" pelo Brasil. Assegurar a continuidade do desenvolvimento dos mercados internos e a produção agropecuária, intensiva é um objetivo suficientemente poderoso para justificar a união dos dois partidos situacionistas de São Paulo e Rio Grande do Sul, levando a reboque todos os demais grupos que pelo país giram no círculo dos mesmos interesses. "Partido Operário Leninista. A Situação Nacional. Junho 1937. Op. CARONE, Edgard. A Segunda República. Op. cit. p. 401.

(131) O objetivo era criar um partido de existência definitiva que fugisse à tradição da República Velha das agregações com vistas às eleições presidenciais, somente tendo como líderes no Congresso João Carlos Machado (RS) e Paulo de Moraes Barros (SP). A UDB foi formada inicialmente pela aliança entre o Partido Constitucionalista de SP, Partido Republicano Mineiro, Partido Republicano Liberal do RS, Frente-Única Paraense, Concentração Autonomista da Bahia e Partido Republicano da Bahia. Armando Salles concentrou sua campanha em Minas, Distrito Federal e RGS com um programa que enfatizava a manutenção da democracia e defesa dos direitos políticos dos cidadãos. Seis pontos centrais do programa da UDB eram os seguintes: 1) Democracia, com a manutenção do voto secreto, justiça eleitoral, pluralidade partidária e sistema de representação proporcional; 2) defesa das liberdades públicas; 3) preparação política do povo pela educação; 4) defesa do regime federativo; 5) preservação da Carta de 16 de julho; e 6) observância das regras do jogo democrático. Maiores detalhes sobre a UDB em RAMOS, Plínio de Abreu. Os Partidos Paulistas e o Estado Novo. Petrópolis, Vozes, 1980. pp. 194-198.

A questão da sucessão presidencial tornara-se assunto presente nas deliberações políticas no RS principalmente após o rompimento do "modus-vivendi", do afastamento da oposição gaúcha das oposições coligadas e conseqüentemente aproximação com Vargas. Na medida em que o presidente adiava a opção por algum candidato viável, a oposição gaúcha, também, se via cerceada em suas decisões, principalmente porque encontrava-se dependente do poder central para a solução do "caso Flores".

Esta circunstância específica explica o afastamento, aparentemente incompreensível, do PL, do candidato paulista⁽¹³²⁾. Tradicionalmente ligado à política paulista, desde as articulações do Partido Democrático Nacional, com Assis Brasil, o PL terminará por aderir ao candidato do Catete, gerando uma nova crise no seio do partido: diversas alas do interior, contrariando a indicação partidária, se definem pela candidatura Armando Salles⁽¹³³⁾. Em manifesto público, o Diretório Central é questionado em sua deliberação pelo candidato oficial, lembrando os signatários que: a) o partido é de oposição; b) sempre esteve mais identificado à política paulista; c) o fato de Flores da Cunha apoiar o candidato não é mo

(132) O comportamento do PL provavelmente explica-se menos por divergências programáticas do que pelos grupos políticos que apóiam, em nível nacional e regional, a candidatura Armando Salles e o projeto partidário implícito.

(133) A corrente que assume esta postura independente do partido toma o nome de AÇÃO LIBERTADORA.

tivo para o PL se afastar - a questão é nacional e não interna. Este questionamento, entretanto, não afastará a Direção Central da decisão tomada. Pilla deixa apenas uma questão em aberto - se surgir um terceiro candidato, que vá ao encontro dos princípios do partido, a decisão pode ser alterada.

A ofensiva desencadeada pela candidatura Salles levará Vargas a optar, sem maiores efusividades, pelo nome de José Américo de Almeida (cuja Campanha passa a ser articulada por Benedito Valadares) que recebe, prontamente, o apoio da F.U.G. e da Dissidência Liberal. A atenção da oposição gaúcha estava voltada para as duas questões que consideravam capitais: a campanha presidencial e a deposição de Flores.

A situação interna de Flores da Cunha, com a perda da maioria na Assembléia e o crescimento do controle do exército, estava se tornando cada dia mais frágil. Procurando restabelecer sua força através de um poderio militar sólido, ele terminava por oferecer ao exército razões para intervir mais diretamente na política do RS⁽¹³⁴⁾.

O cerco militar se torna mais concreto, inicialmente, com a vinda de Daltro Filho para o comando da região militar com sede em Curitiba, em julho, seguida de uma solicita-

(134) São inúmeros os documentos apresentados por Hélió Silva (1937) onde há denúncias de compra de armamento e mobilização de tropas no interior do RGS.

Ver também relatório de Dutra, apresentado em anexo.

ção de Dutra a Flores da Cunha da relação do material bélico que o RS deve devolver ao exército, e, finalmente, pela substituição (na IIIa. Região Militar) de Lucio Esteves por Daltro Filho.

Fechando-se o esquema militar, fundamental na questão política em jogo, abria-se a possibilidade do governo federal definir sua estratégia final para a intervenção.

Numa conjuntura nacional caracterizada pela mobilização política crescente em função da campanha presidencial, difusão da "ameaça comunista", pressão do executivo na manutenção do estado de guerra e fortalecimento do exército como agente regulador e definidor do conflito, a questão crucial para os políticos rio-grandenses é a queda de Flores. Entretanto, a própria oposição, maioria dentro da Assembléia Legislativa, parece desacreditar na sua potencialidade como poder constitucionalmente instituído, apelando para a solução exógena - a intervenção federal. A vida legislativa tornou-se difícil, segundo os frentistas e dissidentes, pela frequente ameaça que passaram a sofrer de policiais e elementos subversivos, interrompendo discursos e entrando armados no recinto da Assembléia, diretamente ligados ao grupo florista. O esvaziamento sofrido nas reuniões comprova, de um lado, provavelmente, o receio de alguns deputados de comparecerem às mesmas, mas por outro, revela, também, a falência da via legislativa como arena decisória alternativa. Tornou-se claro, para a oposição rio-grandense que havia uma solução realmente eficaz: a ação do executivo federal. E é neste campo que se concentram todas

as ações.

Cartas trocadas entre João Neves, Baptista Lusardo, Raul Pilla, Borges de Medeiros, Maurício Cardoso demonstram e exaustivamente este fato.⁽¹³⁵⁾ Os passos são elaborados cuidadosamente - a retaguarda dos governadores, o exército em geral. Unidos pela candidatura José Américo, Minas, Pernambuco, Bahia, PRP e FUG lutam, também, contra Flores, na medida em que é base de apoio a Armando Salles.⁽¹³⁶⁾

(135) Conferência telegráfica entre João Neves, Raul Pilla, e Baptista Luzardo. Julho/1937. Arquivo Raul Pilla. UFRGS. 2) Carta de Lote para Raul Pilla (4 ago. 1937) - Arquivo Raul Pilla. UFRGS. 3) Carta de Batista Lusardo para Raul Pilla (30 ago. 1937) - Arquivo Raul Pilla. UFRGS; 4) Carta de João Neves para Maurício Cardoso e Raul Pilla (agosto de 1937) - Arquivo Raul Pilla. UFRGS. 5) Carta de Raul para João Neves (26 set. 1937) Arquivo Raul Pilla. UFRGS. 6) Carta de Raul Pilla para João Neves (3 out.1937) Arquivo Raul Pilla. UFRGS. 7) Carta de Raul Pilla para Lusardo (17 out. 1937). Arquivo Raul Pilla. UFRGS.

(136) Em relação a Flores da Cunha e a candidatura Armando Salles, João Neves refere-se a uma questão quando não de todo esclarecida - as vinculações do Integralismo com a campanha do U.D.B. em geral e com Flores em particular. Diz ele: "Preciso dizer-lhes que a conspiração do Flores, Julinho, Figueiredo é incessante. Creio não estar fazendo revelações a vocês (...) Há até conferências Julinho, Colôr e Flores. Por aí se vê um chamado ao Figueiredo para ir tratar de assunto de sua alçada (...) A correspondência fala também na aliança já feita com o integralismo. Dei as cópias ao Getúlio!.." (carta de João Neves a Maurício Cardoso e Raul Pilla - ago./1937. Arquivo Raul Pilla. UFRGS. Esta mesma afirmação é feita por Ramos (os Partidos Políticos e o Estado Novo): "Antigos integralistas comentam hoje (...) que, se as eleições de 3 de janeiro fossem realizadas, Plínio Salgado desistiria de sua candidatura para fortalecer a votação de Armando.

Esta versão não é, de todo, inconcebível. Hoje não há mais dúvida de que, do levante de 11 de maio de 1938, participaram todos os principais próceres da União Democrática

Internamente, a oposição ainda sofre revezes, com a perda da maioria na Assembléia devido à renúncia de um deputado (A. Rosa). Isto fortalece a corrente que vê na intervenção a solução para o problema. Pilla se refere a esse fato em carta a João Neves e Baptista Lusardo: "Só admito uma solução para o Rio Grande: a solução legal. Dir-se-á, porém que esta nos fugiu com a maioria da Assembléia. Creio que ainda se poderia obtê-la, se a oposição tivesse firmeza e capacidade. É o que está faltando à Dissidência, que só crê e só espera na intervenção do Getúlio. A ela devemos a situação atual, porque, tendo abandonado a Assembléia, tendo chegado, por esse abandono, a obstruir os trabalhos parlamentares, criou o desânimo e facilitou a deserção. Seja como for, e ainda em minoria, poderíamos obrigar o Flores à retirada, se tivéssemos eficiência. Mas estamos hipnotizados pela intervenção..."⁽¹³⁷⁾ Pilla começa antever as conseqüências que o antecedente extra-legal gaúcho poderá significar como caminho para uma saída, também não legal, em nível federal. E o que se pode observar, neste sentido, é que há um consenso não só quanto à questão de Flores, mas também quanto à permanência de Vargas. "Dois dias após a

Brasileira. Nas reuniões conspirativas com o chefe integralista, eram notadas as presenças de Otávio Mangabeira e Euclides Figueiredo, de emissários do ex-governador Flores da Cunha e de porta-vozes autorizados de Vicente Rao e Valdemar Ferreira". RAMOS, Plínio de Abreu. Op. cit. p. 208.

(137) Carta de Raul Pilla a João Neves e Baptista Lusardo. 26 set. 1937. Arquivo Raul Pilla. UFRGS.

chegada do Loureiro da Silva", escreve Pilla, "eu, Maurício e Paim tivemos com ele uma conferência. Narrou-nos com evidente satisfação um episódio das comemorações do dia sete. O povo - diz ele - cercara o Getúlio, pedindo-lhe que ficasse. Paim sus tentou a tese que se lhe deveria permitir a reeleição. Maurício, que é o cidadão mais desconcertante que conheço, declarou que, a troco da saída do Flores, concordaria até com que Getúlio fosse imperador e o Beijo o seu sucessor. Dos quatro, o único que protestou contra a hipótese, fui eu". (138)

Estes detalhes são importantes para que se observe a forma como se encaminhou, não apenas a substituição de teor, mas as condições políticas que condicionaram o golpe do Estado Novo. Inclusive, a manutenção de Flores da Cunha até outubro de 37, teve como efeito interino provocar um violento desgaste no sistema partidário local e impedir a sua rearticulação imediata com vistas à substituição, no executivo, por um elemento da oposição frentista ou dissidente.

Entre a designação de Daltro Filho como executor do Estado de Guerra, à entrega da Brigada Militar ao Exército, por Flores, e, finalmente, sua renúncia ao cargo de governador, decorrem poucos dias. Saindo do Rio Grande, para o Uruguai (D. João Becker foi o mediador junto a Daltro Filho para que Flores renunciasse, sem resistir, obtendo garantias de uma retirada tranquila) Flores da Cunha afirma fazê-lo para que

(138) Ibidem.

o RS não seja envolvido numa guerra civil.

Ora, esta mesma argumentação vamos observar na justificativa de apoio à permanência de Vargas, por parte de Borges de Medeiros, João Neves, Baptista Lusardo, Maurício Cardoso: o país necessita de ordem. A campanha presidencial está completamente desacreditada, e só Vargas poderá dar continuidade segura à obra governamental. O RS se vê, então, plenamente identificado com os objetivos nacionais de Vargas.

No momento posterior à "deposição" de Flores da Cunha observa-se, ainda, uma tentativa de reestruturação das forças políticas, via PRL, que pretende permanecer à testa do executivo rio-grandense com a colocação de Antunes Maciel no cargo de governador. Deste mesmo objetivo, entretanto, partilhavam os Dissidentes e a Frente Única. A todos Getúlio desarma com a decretação da intervenção no estado e nomeação de Daltro Filho para o cargo de Interventor. As hostes partidárias terão que se dispor a ocupar cargos menores e depender da confiança do novo Interventor. Apenas dentro do PL observa-se uma reação mais radical, por parte de Pilla, abandonando a Presidência do Diretório e discordando, basicamente, do apoio dado à permanência de Vargas e da aceitação de Secretarias estaduais por membros de seu partido.

A saída de Flores do governo do RS é consensualmente aceita como a retirada de um dos grandes entraves, senão o maior, ao golpe do Estado Novo. A necessidade do afastamento (ou derrota política) de Flores se tornava clara na medida em que iam se tornando, também, claros, os mecanismos centraliza

dores do Estado. A sua política de jogar com as forças regionais, utilizar o legislativo como forma de pressionar e controlar o executivo federal, manter força militar própria e praticar uma política de autonomia estadual, entrava em choque direto com a nova política que vinha sendo posta em prática pela elite governante do centro, civil e militar. Disfuncional, portanto, ao nível federal, Flores da Cunha tornou-se in cômodo, internamente, quando perdeu o apoio tático da oposição e de parcela de seu partido (obviamente não se pode desconsiderar, aqui, o papel desempenhado por Vargas - através de Beijo - na desarticulação do PRL).

Neste episódio - Vargas versus Flores - manifesta-se, provavelmente, o caso mais típico de resistência da política regional frente aos mecanismos que visavam à criação de um Estado centralizado e nacional. Evidencia, também, a dimensão adquirida pelo exército em sua função de arbitragem na solução de conflitos⁽¹³⁹⁾. A aquisição deste papel era fundamental para o desencadeamento do golpe de 37 e muitos outros. Não havia mais a possibilidade de se desenvolver uma política no estilo pinheiro-machadista, que foi o pretendido por Flores,

(139) O termo refere-se ao papel que o exército desempenhará no sistema político brasileiro, até o golpe de 64, conforme análise de STEFAN, Alfred. Brasil los militares y la política. Buenos Aires, Amorrortu, 1974.

Quanto à missão política do exército são significativos os escritos de Góes Monteiro sobre o tema em A Revolução de 30 e a Finalidade Política do Exército. Op. cit.

de articular oligarquias. As lealdades, agora, deviam ser re-dimensionadas: não mais aos poderes regionais, mas sim a um poder central que as definia, aceitava, correspondia.

TERCEIRA PARTE

O PARTIDO REPUBLICANO LIBERAL:
UM NOVO MODELO REGIONAL DE
ORGANIZAÇÃO PARTIDÁRIA?

A partir do amplo contexto em que se desenvolve o processo político rio-grandense no período 1930/37, o objetivo desta última parte, é o de analisar, de forma mais detalhada, a estrutura, o programa, o desempenho eleitoral e o papel na conjuntura 32/37 do Partido Republicano Liberal, cujo surgimento e articulação com os partidos tradicionais será um dos fatores principais da crise do sistema partidário regional.

A criação do Partido Republicano Liberal só pode ser entendida se tivermos presente a conjuntura pós-revolução de 1932 e a necessidade de se ver posto de forma concreta, através de uma estrutura partidária, os princípios básicos do movimento de outubro de 30. Conjugavam-se, neste momento, duas imposições: rearticular as forças políticas internas que se haviam cindido com a adesão de republicanos e libertadores à causa paulista e formalizar, através de uma organização partidária, o apoio que o Rio Grande do Sul dava ao Governo Provisório.

A primeira fase do relacionamento de Vargas com o Rio Grande, que iniciara com uma presença maciça do grupo gaúcho no ministério e em postos-chaves do Governo Provisório e

que findara com o movimento paulista, teve seu ponto crítico mais agudo com os acontecimentos de março de 32 que ocasionaram a demissão em massa, dos representantes da F.U.G. no governo. Deste rompimento à adesão ao enfrentamento armado em julho de 32 e ao conseqüente exílio dos líderes frentistas do Rio Grande até as tentativas de acordo, feitas principalmente através do Interventor, não houve o efeito almejado.

A acefalia partidária rio grandense, principalmente por verificar-se num período de governo discricionário, não teria maior repercussão se não houvesse uma tradição interna sólida de arregimentação política em torno de partidos políticos e se não surgisse uma corrente política organizada como saída alternativa. As contradições aguçavam-se, por outro lado, pelo fato do Interventor rio-grandense, o Ministro da Fazenda, o Ministro da Justiça e o próprio Chefe do Governo Provisório pertencerem todos às agremiações em crise.

Aranha, que havia tentado, num primeiro momento, introduzir as Legiões Revolucionárias no Estado, vai sugerir mais tarde a Flores da Cunha a criação de um partido que respaldasse o governo federal dentro do Rio Grande. Criado, a partir do aparelho de Estado, com o objetivo de legitimar o poder àqueles que nele se encontravam - tanto ao nível federal, quanto ao nível estadual e municipal - dada a inevitabilidade das eleições para uma constituinte em 1933, o PRL assumirá características específicas ligadas a este fato.

Tendo assumido, desde os primeiros passos da revolução, a interventoria gaúcha, Flores da Cunha dispôs, durante

os quase dois anos que medeiam até a criação do partido, dos vastos recursos de poder que seu cargo lhe propiciava. Nomeando prefeitos, subprefeitos, funcionários, delegados de polícia, juizes distritais, fiscais, coletores, para citar alguns postos que dependiam de lealdade ao governo estadual, Flores detinha a possibilidade de arregimentar grandes contingentes, não por sua vinculação político-ideológica, mas por sua vinculação direta à máquina administrativa do Estado. O fundamental é que não se criava um partido que se organizava para conquistar o poder, mas sim um partido que viabilizasse, a partir do aparelho de Estado, a legitimação da elite regional e, indiretamente, a nacional. Como a forma prevista, de aquisição de legitimidade com a perspectiva de eleições para a Constituinte era a via eleitoral, cabia ao partido dar alguma coesão ao grupo a fim de que, através de uma comprovação pelas urnas, ficasse atestada a autenticidade representativa da classe governante. Portanto, com a criação do PRL, o Interventor preparava a integração de sua máquina administrativa às novas regras do jogo democrático.

1 - PRINCÍPIOS PROGRAMÁTICOS E ORGANIZAÇÃO INTERNA

Concebido como proposta política de uma oligarquia regional que pretende se impor nacionalmente, mas que depende do beneplácito do poder central ao qual dedica sua lealdade, o programa do Partido Republicano Liberal contém, já à primeira vista, ambivalência e contradições internas que são o reflexo do conflito básico vivido pela oligarquia: a defesa da autonomia estadual num momento de construção das estruturas nacionais em todos os níveis e a consciência de necessidades regionais específicas (principalmente no setor econômico) que levam a pressentir a viabilidade do Estado central como agência de solução dos conflitos.

Agregando-se aos elementos contraditórios do programa, existia, também, o fato do partido congregar, desde membros da oligarquia tradicional (agropecuária), passando pelos profissionais liberais até os comerciantes /industrialistas que podem ser rotulados, genericamente, como setores econômicos em ascensão (social, política e economicamente), que assumem posturas diversificadas, em função das contradições de seus interesses, na interpretação da realidade sócio-econômi-

ca afetada pelos efeitos da crise de 29 e depressão subsequente.

O programa do PRL, discutido e aprovado no Congresso de novembro de 1932, apresentava quatro divisões básicas: organização do sistema político, questões de economia e finanças, política social e política externa.

O PRL autodefine-se como um partido estadual com finalidades nacionais que defenderá a democracia, os direitos individuais, a autoridade e a justiça, visando a segurança econômica e a manutenção da ordem moral e social. O seu âmbito de atuação, portanto, não se prende às fronteiras regionais, mas declara-se possuidor de uma vocação nacional vinculando-se diretamente ao poder central.

Os postulados políticos, onde se destacam a defesa do republicanismo federativo e da autonomia estadual e municipal (desde que se mantenham dentro das normas da constituição Federal), são abrangentes, mas em muitos casos não definem qual será, concretamente, a linha adotada pelo partido. Desnecessário lembrar que, se a Frente Única enfrentava dificuldades de atuar em conjunto devido à irredutibilidade de seus programas em muitos níveis, o PRL também enfrentava este problema. Reunindo antigos militantes dos partidos tradicionais sob um mesmo programa, as questões geradores de conflitos tenderiam a ser as mesmas.

O partido propugnava, no plano político, pela federação, sistema representativo, divisão e interdependência dos

poderes, poder executivo representado pelo Presidente da República e ministros (os quais serão responsáveis perante o Congresso), sufrágio universal e secreto. Não há especificação se o voto é direto ou não, ou em que nível ele será direto. Outra questão que suscita profundas discussões no Congresso (principalmente por parte de alguns libertadores) é a referente ao sistema de governo: o programa mencionava, apenas, o termo "sistema representativo" sem especificar se se trata de um sistema parlamentar ou presidencial.

Ao longo das discussões, alguns oradores apresentam a solução intermediária: "É o meio termo que deve ser ouvido, é a média que convém às legítimas aspirações do povo brasileiro. A futura organização do Brasil deve se estabelecer de sorte a que não haja nem o excesso do parlamentarismo, nem o excesso do presidencialismo, conforme 40 anos de regime nos tem ensinado." (1) Esta alusão à fusão entre presidencialismo e parlamentarismo abriria a brecha, mais tarde, para que se aceitasse o "modus-vivendi" em 1936. A mesma questão, no que tange aos ministros, também será lembrada. Daí o programa estabelecer que deveria se criar uma lei fixando responsabilidades pessoais dos ministros e secretários de Estado.

Seguindo o programa, a Justiça eleitoral deveria garantir a representatividade de todos os grupos políticos e a

(1) Pronunciamento de Adolpho Peña. *O Partido Republicano Liberal e seu programa*. Porto Alegre, Globo, 1933. p. 51.

palavra chave era a verdade eleitoral. Os mandatos eletivos seriam temporários, não havendo especificação do período relativo a cada um, assim como a representação seria proporcional para cada estado da federação. Este tema levanta questões sobre a distorção que poderia haver se a representatividade estadual for definida pelo índice populacional de cada estado. O argumento (defendido por Victor Russomano) aponta como determinante a existência, em certas regiões (com alta incidência de imigração) de um grande número de analfabetos, que não serão incorporados à massa eleitoral, mas que pesarão no quociente indicado pela proporcionalidade populacional.

Outras questões, ainda no que se refere à política, relacionam-se à necessidade de uniformizar nacionalmente o arcabouço jurídico, definindo princípios básicos do direito processual⁽²⁾; à fixação de direitos, deveres, responsabilidades e representatividade dos funcionários públicos; ao plebiscito e referendun para as questões de importância transcendental em nível nacional (não há especificação do que será uma questão de importância transcendental); à regulamentação do exercício das profissões liberais⁽³⁾ e a medidas que assegu-

(2) Este item diz respeito à organização de justiça estadual com a substituição do Tribunal do Juri por Tribunais de Consciência.

(3) Este último ponto está vinculado ao tradicional postulado republicano-castilhista de defesa da liberdade profissional. Com o crescimento e ampliação do sistema educacional, principalmente o universitário, inicia-se uma série de problemas de competição entre diplomados e autodidatas. O programa do partido defendendo os interesses do setor de profissionais liberais lança a questão em termos de que a regulamentação das profissões deve obedecer um processo paulatino, mas irreversível.

rem a defesa nacional, com recrutamento organizado, marinha de guerra eficiente etc. e *alheamento das classes armadas da vida política em geral*. Esta ênfase final era o toque inconfundível da insegurança que os grupos políticos regionais em relação à crescente atuação do exército nas tomadas de decisão do poder central.

Finalmente, ainda dentro da perspectiva política, parece elucidativo incorporar a análise da opinião de Vargas sobre o programa, acentuando os itens que considera relevantes: "Cabe-lhe proclamar, como artigo de fé, o constante fortalecimento da unidade nacional e o predomínio de amplo sentimento de brasilidade. A par disso, é justo cogitar também da realização dos anhelos próprios e das aspirações locais que em nada afetam, ao contrário, tornam mais sólidos os laços de fraternidade, quando tem em vista, entre outros, maior aproximação dos centros consumidores nacionais, pelo desenvolvimento da cabotagem, barateamento dos fretes, desdobramento do regime portuário, distinção do sistema ferroviário e rodoviário, conjugados entre si e ultimamente ligados à navegação fluvial, pelo aproveitamento do nosso excepcional regime hidrográfico e estabelecimento de rumos fixos e certos ao progresso industrial, principalmente agrícola-pastoril.

Vargas adiante salienta: "Cumprir não esquecer, também, a sua situação de vizinhança com países de sólida cultura, que o estimulam a considerar problema capital o da instrução pública, pela intensificação do ensino primário e profissional e indispensável padronização dos prédios escolares, in

cutindo, por todas as formas, na mentalidade nova em preparo educativo, o amor ao Brasil e o orgulho pelo Rio Grande, como cooperador do progresso nacional, sem desejos de primaciados ou de situações predominantes, dentro da harmonia federativa da qual depende a grandeza da Pátria". O chefe do Governo Provisório apresenta, inclusive, sugestões concretas: "O meio de tornar pratica semelhante orientação seria fixar-se anualmente uma percentagem orçamentária de 20% sobre as rendas ordinárias, destinada exclusivamente ao custeio da instrução pública. Em matéria de organização política, faz-se mister não perder de vista que a tendência moderna de maior racionalização e flexibilidade do poder público não se coaduna com o rigorismo dos padrões clássicos". Recomenda, também, no que concerne ao funcionamento do sistema político que: Deve existir a mais completa e eficiente colaboração entre o executivo e o legislativo. A forma geralmente aceita pela experiência, nesse terreno, consiste em obrigar o comparecimento dos ministros ao congresso e estabelecer a possibilidade do executivo, em alguns casos, tomar a iniciativa de determinadas leis, submetendo-as ao referendun popular, segundo o processo mais conveniente às condições do país. Outra tendência, também, do moderno direito público, já recolhida nas Constituições mais recentes, outorga ao Congresso a escolha do chefe do executivo, princípio este que parece perfeitamente aplicável ao Brasil, uma vez que o legislativo, pela reforma eleitoral se transforme realmente em órgão da soberania popular. Ressalvada, assim, a pureza do regime representativo, evitar-se-ia, ainda, que o país fosse, periodicamente, abalado por agitação profun

da e perturbadora, ao termo de cada período presidencial. São estas as rápidas impressões sugeridas pelo esboço de organização do novo partido rio-grandense, que te transmito com o meu aplauso". (4)

As indicações de Vargas são demasiado claras para necessitarem de uma análise interpretativa. Cabe ressaltar, porém, que ele procura compatibilizar o programa do PRL com os interesses do Governo Provisório ao enfatizar a necessidade de uma união nacional submetendo os localismos desagregativos; aponta a eleição indireta como solução para a proposta de continuidade no governo; lembra a importância do ensino como afirmador da nacionalidade, e a questão econômica crucial na formulação das bases para uma economia nacional: a maior aproximação dos centros consumidores. Esta idéia de um mercado interno nacional é fundamental nas diretrizes econômico-financeiras que passaremos a comentar.

As proposições no campo econômico constituem-se em 14 itens, dos quais 4 ressaltam as medidas fundamentais para a retomada do desenvolvimento interno em novas bases: 1) ampla concessão de crédito, 2) participação do Estado na criação da infra-estrutura necessária à ampliação dos negócios e do mercado interno, 3) criação de conselhos técnicos como consultores e planejadores (objetivo de racionalização dos processos produtivos), 4) redução gradativa dos impostos e taxas incidentes sobre as atividades centrais da economia.

(4) Telegrama de Vargas a O. Aranha. *O Partido Republicano Liberal*. Op. cit. pp. 48-49.

A ampliação do crédito hipotecário, agrícola, pecuário, móvel, industrial, assim como a ênfase na necessidade de cooperação, também, com a pequena lavoura e a regulamentação do crédito particular, obviamente objetiva dinamizar, via mecanismos de financiamento, as atividades econômicas que sofrem e estão sofrendo (não apenas as que viviam da exportação) os reflexos da recessão econômica. A injeção de dinheiro nestes setores é condição fundamental para a articulação de um mercado dinâmico que, dadas as características da economia gaúcha, deverá ter seu centro no campo (na atividade agrícola e pecuária de qualquer dimensão).

Nessas condições, o Estado não desempenhará mais o papel formal do Estado liberal clássico (que nunca chegou a existir no RGS) mas de um Estado agenciador desta nova regulação da vida econômica, configurando as condições necessárias para que as forças produtivas adquiram capacidade reprodutiva. Dentro desta perspectiva o Estado responsabilizar-se-á pela expansão e reorganização do sistema de transportes internos, assim como das vias necessárias para o escoamento da produção. Deverá realizar uma estatização gradual dos serviços públicos e de interesse coletivo, assim como manter uma política de saneamento e urbanização que garantam condições de vida sadia nas cidades em crescimento.

Para melhor exercer esta sua função, o Estado contará com Conselhos Técnicos Consultivos que terão, primordialmente, cinco funções: estudar e sugerir sobre projetos oriundos das câmaras no sentido de racionalizar a produção; articular

lar planos que visem o bem-estar do corpo social; estabelecer condições fiscais para intercâmbio com outros estados e países estrangeiros; avaliar as correntes migratórias e o problema das populações flutuantes; propor meios para a racionalização e desdobramento do sistema de transporte, principalmente através do barateamento dos fretes. A importância dada à assessoria técnica, entendida aqui como a manifestação de opiniões e ponderações desvinculadas dos condicionamentos políticos, tem como argumento subjacente a idéia muito ao gosto dos tenentes de que a solução técnica apresenta um alto grau de eficiência, racionalidade e neutralidade que os organismos caracterizadamente políticos não possuem. (5)

O impulso que o Estado deveria propiciar ao setor econômico dominante, em termos de expansão do sistema creditício, de infra-estrutura de transportes e outros mecanismos, deveria ser acompanhado da abolição do imposto de exportação, redução gradual do de transmissão de propriedade inter-vivos, assim como a redução gradual dos impostos sobre a produção agrícola, pecuária, mineira, maquinofatureira, substituídos por impostos diretos (renda, heranças, terras não aproveitadas etc.). O programa sugere também que haja proteção às indústrias nacionais (que sejam viáveis), demonstrando um relativo protecionismo ao setor.

(5) O Código dos Interventores, de 28 de agosto de 1931, já havia introduzido a figura dos Conselhos Consultivos, órgão de assessoramento, origem, provavelmente, do DASP (Departamento Administrativo de Serviço Público). Maiores detalhes ver CARONE, Edgard. *A Segurança Republicana*. Op. cit. pp. 28-35.

A terceira divisão do programa, constituída pela política social liga-se diretamente às questões de regulamentação das relações entre trabalho e capital, previdência social e associação profissional. Talvez o elemento mais importante deste capítulo e que não constava do anteprojeto do programa, é a proposta de instituição de um salário mínimo feita por Alberto Bins. A questão da garantia de uma renda mínima para a classe trabalhadora seria uma forma de controlar os desequilíbrios e reduções violentas de demanda. Obviamente que a constituição de um mercado interno dinâmico e relativamente estável requer a criação de uma demanda ampliada. A incorporação da classe trabalhadora como um dos elementos do novo pacto social que vai se estabelecer, agenciado pelo Estado, requer não apenas o seu enquadramento, no sistema produtivo como mão de obra, mas também, no mercado de consumo enquanto aquisitor de mercadorias. Para tal, a renda mínima garante a manutenção de uma demanda efetiva que age como força reprodutiva no sistema de mercado⁽⁶⁾.

O partido propugnava, também, pela equiparação dos jornaleiros e operários do Estado aos funcionários de quadro; organização de lar gratuito para as classes menos favorecidas; família monogâmica, indissolúvel; concessão de pensões, aposentadorias, seguros, assistência à velhice etc.; reconhe-

(6) O debate em torno das reivindicações econômicas é analisado por MÜLLER, Geraldo. *Periferia e Dependência Nacional*. São Paulo, USP, 1972, mimeo, pp. 141-146.

cimento das associações profissionais; criação de tribunais para solucionar os conflitos entre patrões e empregados; oito horas de trabalho, restrição aos trabalhos noturnos, limitação de turnos. Incorporava-se, desta forma, as reivindicações básicas do trabalhismo, sendo que muitas delas já vinham dos pressupostos partidários do republicanismo castilhistas.

O item referente ao ensino, principalmente no que concerne ao ensino religioso, provoca grande celeuma dentro do congresso partidário onde se mesclavam as mais variadas tendências religiosas e de defesa de um estado laico⁽⁷⁾. O programa, acaba se definindo pelo ensino religioso facultativo nas escolas públicas e assistência religiosa, também facultativa, às forças armadas.

Finalmente, a parte final - política externa - fica reduzida a duas proposições: de um lado, a vocação pacifista e cooperativa do Brasil leva-o a optar pelas soluções de arbitragem, se necessário; de outro, a aproximação das nações sul americanas através de acordos econômicos, sociais ou culturais⁽⁸⁾.

(7) A discussão provoca maior polêmica devido ao fato de incluir, como questão religiosa, o problema do divórcio.

(8) Segundo Müller: "Os debates para a elaboração do programa do PRL indicam, em síntese, quatro aspectos importantes : a) predominam os interesses vinculados ao capital, mas que buscam estabelecer uma conexão dinâmica, em termos de mercado, com o trabalho; tais interesses concebem o Estado-Nação como limite jurídico-político de acumulação legítima e básica; b) ao âmbito estadual sulino, predominam os interesses vinculados ao capital alocado na agropecuária, indústrias de beneficiamento e outras, induzidas pela urbanização, ao comércio e conexos a serviços urbanos; vinculados a estes interesses acha-se o governo pela ex-

Nascido numa conjuntura preme de pressões contraditórias, e agregando elementos de origens políticas diversificadas, o programa do PRL bem refletia esta situação mesclando proposições tradicionais e típicas de uma oligarquia republicana pré-30 (veja-se a intransigência na defesa da autonomia estadual), com propostas modernizantes de intervenção estatal, regulamentação social e assessoria técnica, mais ao gosto de setores emergentes e identificados ideologicamente aos setores médios ou representativos de atividades mais urbanas de caráter industrial, comercial ou burocrático.

O PRL deixa, deliberadamente, amplas questões em aberto, o que lhe assegura maior margem de manobra (deve-se ter presente que o partido prepara-se, antes de mais nada, para os debates e proposições na Constituinte), tendo em vista que seus representantes serão os porta-vozes, em grande medida, do governo federal e que as diretrizes varguistas ainda não haviam sido estabelecidas definitivamente.

No Congresso de 34, ao fazer a avaliação das atividades do partido dentro da Constituinte, Augusto Simões Lopes observa, como prova do êxito obtido, que a Constituição Fede-

(Continuação)

expansão dos serviços públicos; c) procura-se incorporar dinamicamente o trabalho à expansão do mercado interno estadual e nacional, mediante a readequação da ideologia das alianças entre o capital e trabalho, agora, contando com o elemento 'nacionalismo'; d) predomina o otimismo em relação à dinamização da formação social bem como da área, dada a possibilidade de readequar o aparato estatal como motivador e mediador." MÜLLER, Geraldo. Op. cit., pp. 146-147.

ral continha 85% dos postulados do PRL⁽⁹⁾. A heterogeneidade dos princípios da lei magna de 34 é por demais conhecida para que necessite maior explicitação. É suficiente, também, se tomada como parâmetro, para permitir que se forme uma imagem da conjugação de elementos díspares que o PRL realizou.

Se os princípios programáticos do PRL continham contradições e ambivalências, sua estrutura organizativa era relativamente simples. Na capital havia uma comissão Diretora Central, com um presidente, e na sede de cada município uma Comissão Diretora Municipal também com um presidente local. A articulação entre a Comissão Central e a Municipal era feita através da figura do Secretário Geral e do segundo Secretário. Esta era a estrutura básica do partido e a nominata dos seus dirigentes regionais, entre 1932 e 1937, quase não variou.

1. PRESIDENTE DA COMISSÃO DIRETORA CENTRAL

Gal. José Antonio Flores da Cunha

2. COMISSÃO DIRETORA CENTRAL

Augusto Simões Lopes

Alberto Bins

(9)

"Promulgada a constituição de 16 de julho e confrontada a redação final da mesma com o programa do Partido Republicano Liberal, verificou-se a gloriosa verdade de que 85% dos postulados do nosso partido, cabíveis em texto constitucional, encontram-se consagrados na nova Carga Magna, o que demonstra o sentido renovador e brasileiro de nossa ideologia política e consolida no mundo da doutrina e da ordem jurídica a vitória da maioria riograndense, já insofismavelmente revelada nas urnas." Depoimento de Simões Lopes. *Partido Republicano Liberal*. 1º Congresso bi-enal. Porto Alegre, Oficinas Gráficas da Liv. Selbach, 1974, pp. 173-174.

José Antonio Netto
Victor Dumoncel
Protásio Vargas
Theobaldo Fleck
Francisco Flores da Cunha
Wazulmiro Dutra
Quim Cesar
Federico Dahne
Miguel Muratore
Antonio Soares de Barros

SUPLENTE DA COMISSÃO DIRETORA CENTRAL

Antenor Amorim
Guerra Blessmann
Mario Totta
Braulio Oliveira
Oscar Karnal
Olmiro Azevedo
Francisco Gonçalves Meirelles
Carlos Mangabeira
Antonio Carlos Pereira da Cunha
Armando Annes
Adel Bento Pereira
Antonio Freitas Valle

SECRETÁRIO GERAL

Pedro Vergara

SUBSTITUTO DO SECRETÁRIO

Dario Crespo

PRESIDENTE DE HONRA

Osvaldo Aranha

A sede local do partido no interior eram as Comissões Diretoras Municipais que encaminhavam as demandas à Comissão Central ou diretamente ao Presidente da Central de onde emanavam as decisões do partido. Entretanto, havia outra modalidade de organização do partido e que se combinava com atividades artísticas e recreativas que eram os Centros Republicanos Liberais (CRL). Nos distritos de Porto Alegre e em muitas cidades do interior foram criados centros (CRL) que funcionavam como um corpo auxiliar da Comissão. Por exemplo, o Centro era muito utilizado no trabalho de qualificação eleitoral que era levado a cabo pelo partido⁽¹⁰⁾. A função de alistamento, provavelmente, se constituía na grande atividade da Comissão Municipal, para as eleições propriamente ditas. Este trabalho de recrutamento político requeria conhecimento dos distritos do interior e só poderia ser realizado com o auxílio dos coronéis locais.

Para este recrutamento inicial, o governo não encontrou maiores obstáculos utilizando, como já vimos, basicamen-

(10) É comum nos jornais em 1933, a notícia de que o Centro realizará reunião "para serviço de qualificação e tiramento de fotografidas das pessoas qualificadas". Diário Liberal. 15 abr. 1933.

te a sua máquina administrativa articulada com o mandonismo local. Contava ele com a solidariedade dos que havia nomeado para prefeituras, sub-prefeituras, promotorias, coletorias etc., e caso não se encontrassem dentro destas categorias pasava-se à recomendação pessoal. Neste sentido, a atuação de Antunes Maciel (recrutando os setores libertadores), Osvaldo Aranha, Zeca Neto, Gaspar Saldanha para a organização do partido, foi de grande valia. A possibilidade de concessão de favores e ganhos políticos acabou definindo a posição de muitos líderes municipais. Há que se recordar que o recrutamento coronelístico inicial foi feito num período de desagregação partidária dos republicanos e libertadores, e não havia contradição maior em permanecer apoiando a Vargas que foi o fator aglutinador da Frente Única. Realizada a cooptação das lideranças, o monopólio quase exclusivo do uso da coerção e da violência encarregava-se de facilitar o enquadramento político da base.

Neste sentido, o serviço de alistamento era fundamental para o partido, pois lhe dava através de uma prévia aproximada, o potencial eleitoral do município. Logicamente o eleitor tinha que sofrer um rígido controle, em muitos casos. Em geral era tirado de casa, conduzido até a mesa e controlado na votação, recebendo a cédula pronta, já que cada um confeccionava a sua⁽¹⁰⁾.

Se haviam expedientes específicos para induzir o e-

(10) Ver regras eleitorais vigentes, em anexo.

leitor à votação, havia também, com muita frequência, expedientes para dissuadi-lo de votar, principalmente nos municípios onde a oposição ia se fortalecendo, isto sem fazer menção aos vários crimes de origem política que ocorreram em todo o período e que já foram mencionados noutra parte deste trabalho.

As denúncias de violência nos períodos eleitorais, principalmente contra a Frente Única ou mesmo os integralistas, aliancistas e dissidentes em geral (Partido Popular nas eleições de 35) são constantes⁽¹¹⁾.

Em todos a mesma queixa - a polícia é tida como mandante do atentado em combinação com as autoridades municipais: "... o sub-prefeito Júlio Massena e Cantídio Moraes, funcionário da prefeitura, organizaram forte grupo armado e lançam terror no distrito procedendo rigorosa apreensão de títulos." Em outra notícia sobre as eleições é relatado que: "Os capangas do ex-prefeito se acham em plena atividade, a serviço da

(11) Em S. Sebastião do Caí "forte compressão eleitoral, diversos espancamentos feitos por elementos civis armados", em Nova Petrópolis os fiscais com as urnas e alguns elementos dissidentes foram retirados do automóvel em que se encontravam e barbaramente espancados. Também em Nova Petrópolis "foram tirados de dentro de suas residências os candidatos a governadores, dissidentes Sr. Antonio Maria Fº e o gerente da Cooperativa Schwantes e espancados". Em Soledade "no 1º distrito, nas zonas de Santa Cruz e Mormaço, ainda na madrugada do dia 17 os capangas municipais percorreram diversas estradas dando fortes descargas de arma, a fim de amedrontar o eleitorado. Partindo do 11º distrito há numerosa capangada que desde o dia 14 infesta as zonas denominadas Mormaço, Pontão, Pratinha e Volta Alegre, invadindo casas comerciais e particulares, espancando pessoas e apreendendo os títulos eleitorais." Correio do Povo, 20 nov. 1935.

Prefeitura, fingindo-se conservadores de estradas e construtores de pontes inexistentes"⁽¹²⁾.

O uso da violência no período eleitoral (ou não) frequentemente utilizado durante a dominação republicana castilhistas no Rio Grande do Sul, se expandiu, no período de minoria liberal na Assembléia, para o controle da bancada dissidente e frente-unista desgastando mais ainda o modelo partidário florista.

A concessão de favores políticos, como a nomeação de funcionários, benefícios econômicos etc. era o recurso mais utilizado como elemento de atração de líderes e cabos eleitorais. Este mecanismo garantia a realimentação da máquina partidária. O ponto ótimo de funcionamento do sistema foi o período de interventoria, tendendo a decrescer na medida em que os controles constitucionais e formais do governo foram se concretizando.

O bom funcionamento do esquema municipal era a garantia do atendimento das demandas, de um lado; de outro, o crescimento da oposição, a derrota eleitoral significavam, invariavelmente, a demissão, a remoção, a transferência dos funcionários (prefeitos, chefe de política etc.) dos municípios.

O modelo cooptativo, em determinado momento, foi adotado por Flores da Cunha para atrair a oposição e uma política de distribuição de favores aos adversários foi tentada du-

(12) Notícias levantadas no Correio do Povo de 15.10.34 e 20.11.35.

rante o "modus vivendi". A dissidência acusou o governador de autoritariamente usar o partido beneficiando a Frente Única (Lindolfo Collor especificamente) não atendendo as reivindicações ínfimas dos liberais.

2 - A HEGEMONIA DOS REPUBLICANOS-LIBERAIS

Criado com a função de ser o canal político regional no apoio ao Governo Provisório, o PRL, buscando legitimar sua posição de poder, desempenhou com êxito o seu papel na campanha e eleição para a Constituinte Federal: das 16 cadeiras que cabiam ao Rio Grande, o partido consegue obter 13, sendo derrotado em apenas cinco municípios (Candelária, São Pedro, D. Pedrito, Caçapava e São Sepé) dos 82 municípios do estado.

O Partido elegeu:

Augusto Simões Lopes

Carlos Maximiliano Pereira dos Santos

Heitor Annes Dias

Frederico João Wolfenduttel

João Simplício Alves de Carvalho

Renato Barbosa

Demétrio Mercio Xavier

Victor Russomano

João Ascanio Moura Tubino

Pedro Vergara

Frederico Dahne

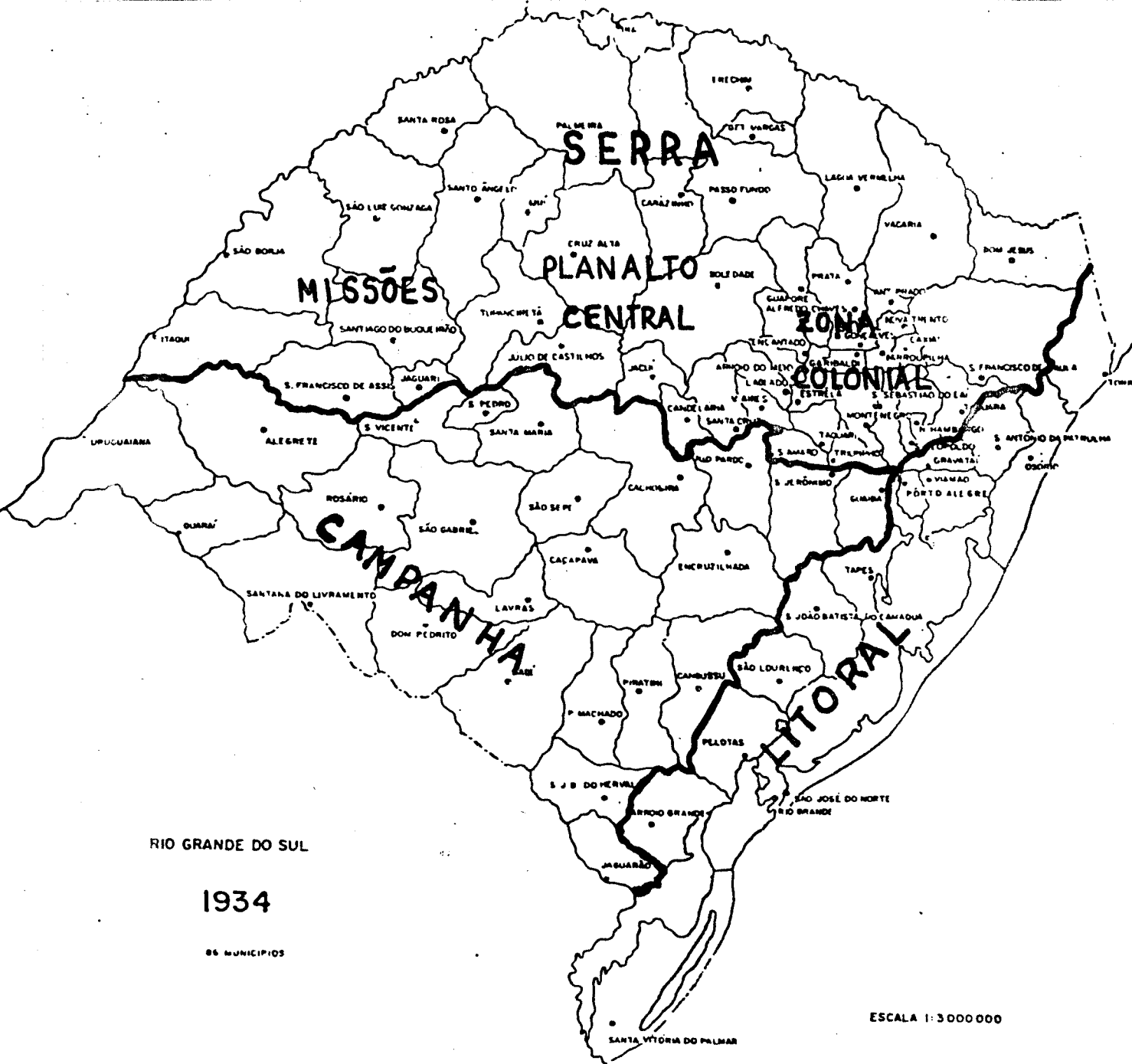
Argemiro Dornelles

Gaspar Saldanha

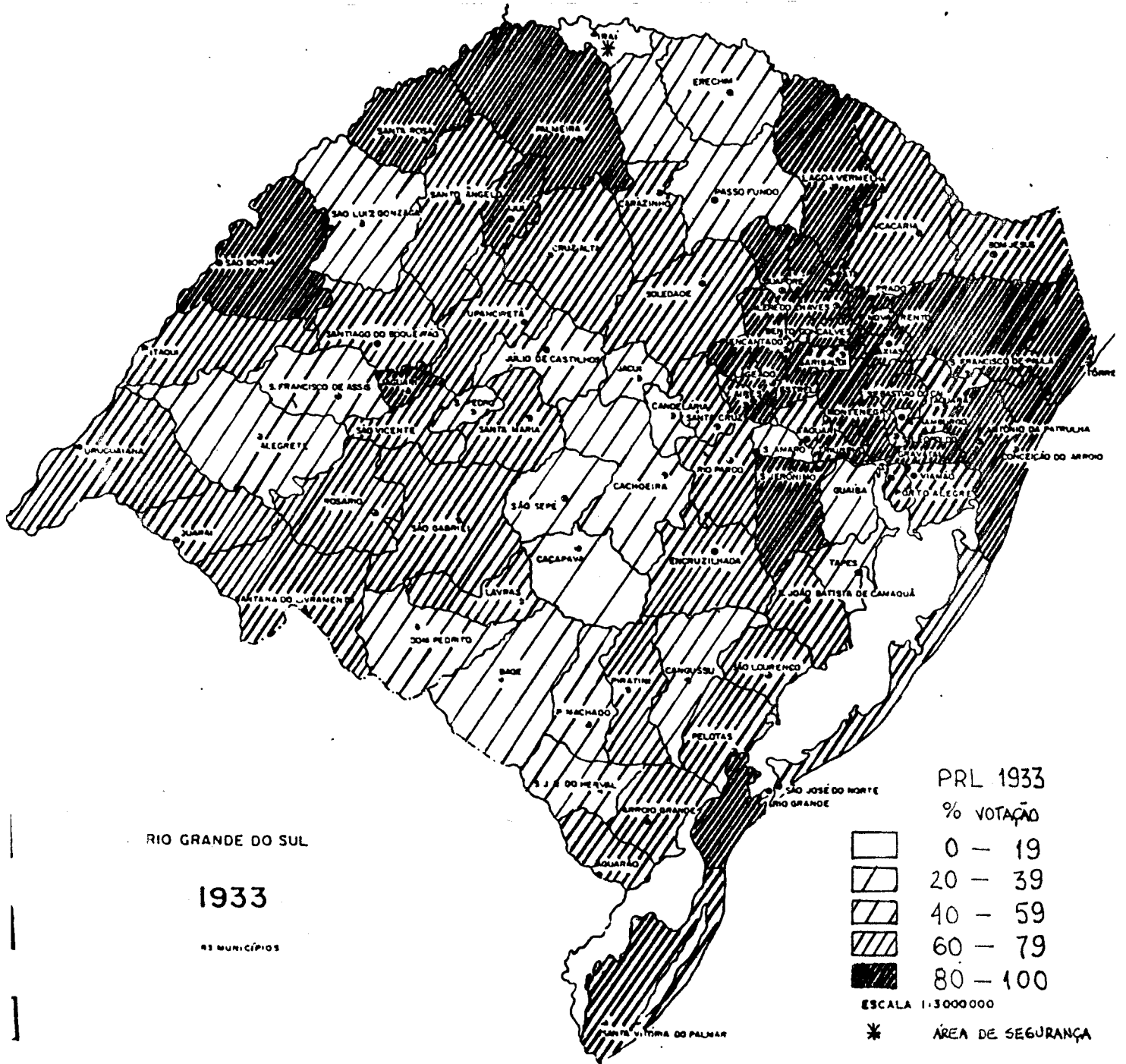
Raul Jobim Bittencourt.

Apesar de congregar, em sua chapa, antigos republicanos e libertadores, embora o número dos primeiros seja maior, o PRL, como os dados demonstram, consegue uma votação mais sólida na zona menos tradicional e de ocupação mais recente no Estado - a Serra⁽¹³⁾, como se pode observar pelo mapa abaixo.

(13) Utilizamos para a caracterização regional do Rio Grande do Sul a divisão estabelecida por Jean Roche ("As bases físicas da ocupação do solo no Rio Grande do Sul", em ROCHE e AZIZ NACIB AB'SABER. *Três estudos rio-grandenses*. Porto Alegre, UFRGS, 1966.), a partir das regiões naturais do estado. (Ver mapa abaixo). As áreas são: Litoral, Campanha e Serra. O Litoral, segundo J. Love (op. cit. p. 5-6) é "área de solo relativamente pobre" mas "historicamente, tem sido, não obstante, a mais densamente povoada das três, bem como o local das exportações, do comércio interestadual e da indústria." (...) "a principal atividade agrícola da região tem sido o cultivo do arroz..." Já a Campanha é a zona de criação de gado, "se bem que o solo possa servir à agricultura". Seus primeiros habitantes "formaram enormes propriedades pastoris - estâncias (ou fazendas) - que ainda predominam". A zona de Cima da Serra, a terceira região, "para fins históricos (...) pode ser dividida em três sub-regiões: Zona Colonial, o Planalto Central e o Distrito das Missões". A zona Colonial foi povoada por alemães e italianos, ligados à policultura. O Planalto Central foi ocupado, originalmente, por paulistas que se deslocaram para o sul. ("Sertanistas e fazendeiros"). As Missões, antigo local das reduções jesuíticas (guaranis) foi a última zona da serra a ser ocupada.

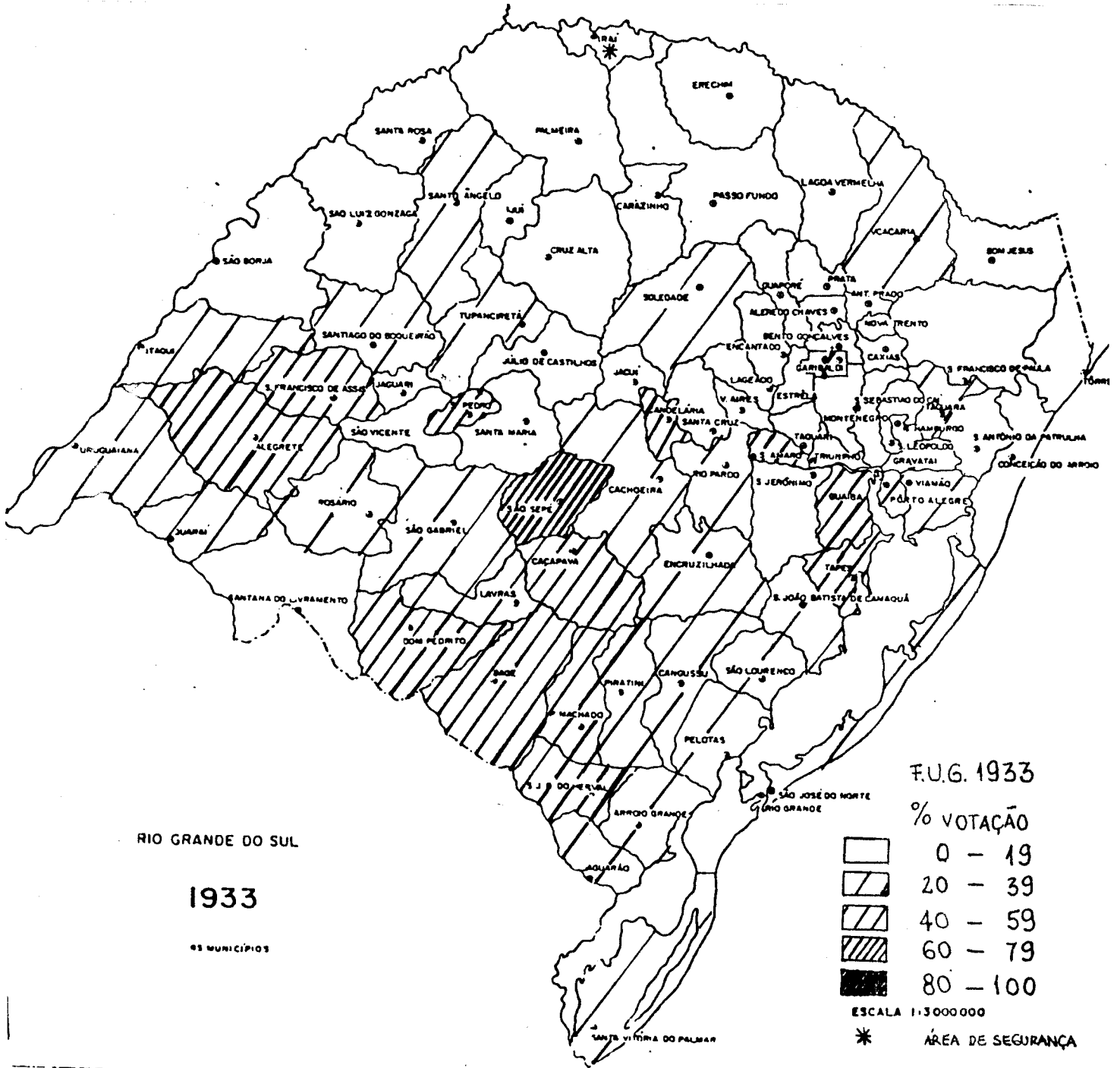


MAPA Nº 1



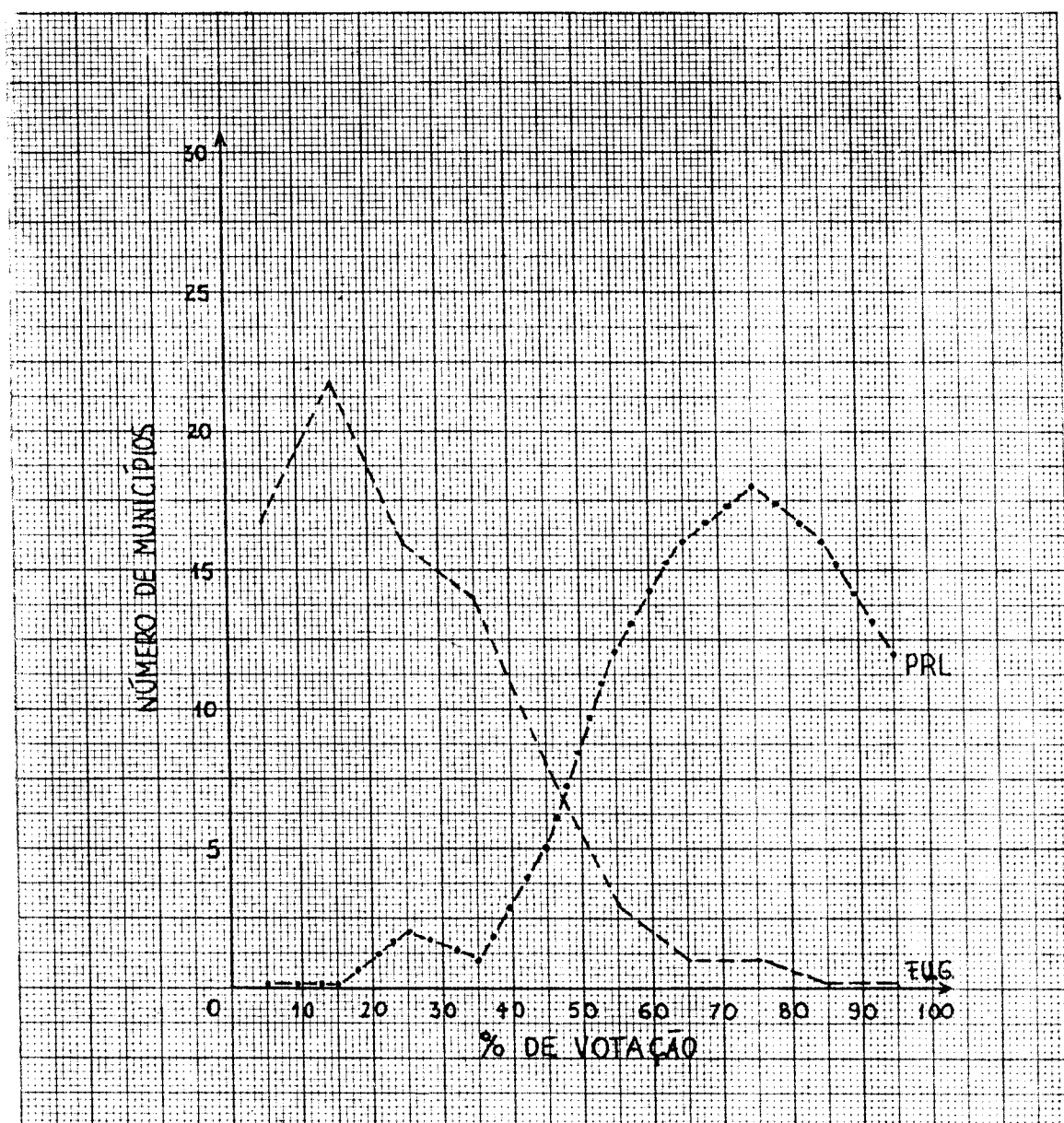
Um quadro, relativo às mesmas eleições, com a distribuição geográfica do voto na Frente Única (eleitoralmente mais dependente da força libertadora), mostra que a tendência dominante concentra-se nos municípios da Campanha (com algumas exceções, como o caso de Livramento, cidade natal do Interventor, na qual a influência política local da família Flores da Cunha pesava) onde o sistema coronelista ainda tinha uma influência dominante e localizavam-se as principais bases políticas do Partido Liberal, do Império, do Partido Federalista e mais tarde Libertador, na República. A força da Frente Única, também, expressava-se, embora em menor proporção do que na Campanha, na zona do Litoral, conforme pode-se constatar no mapa abaixo.

MAPA Nº 2



O êxito do PRL pode ser comprovado, também, se traçarmos um gráfico que demonstre, de um lado, a incidência (%) do voto no partido oficial no total dos municípios, e, de outro, a da Frente Única. Esta última possui, na maior parte dos municípios, um baixo percentual de votação com o PRL em situação diametralmente oposta.

GRÁFICO DA VOTAÇÃO DO PRL E FUG NAS ELEIÇÕES DE MAIO / 1933



(*) Total de Municípios: 83.

As eleições de outubro de 1934, para deputação federal e Constituinte estadual oferecem um quadro mais diversificado que o anterior. Verificada numa fase de garantias constitucionais formais, com novos grupos políticos disputando maior possibilidade de participação, a campanha eleitoral de 34 já apresentou novos componentes.

Para a Câmara Federal o PRL elege 13 deputados dos 20 que cabem ao Rio Grande do Sul, quase todos participantes da elaboração da Carta de 34.

João Carlos Machado

João Vespúcio de Abreu e Silva

Renato Barboza

Demétrio Mércio Xavier

Heitor Annes Dias

João Simplício Alves de Carvalho

Pedro Vergara

Victor Russomano

Frederico Wolffenbuettel

Raul Jobim de Bittencourt

João Fanfa Ribas

João Ascanio de Moura Tubino

Francisco Antunes Maciel

Para a Constituinte Estadual elege 21 representantes para as 32 cadeiras existentes:

Argemiro Dornelles

Antenor Amorim

Cylon Rosa
José Loureiro da Silva
José P. Coelho de Souza
Roque Degrazzia
Benjamin Dornelles Vargas
Hildebrando Wesphalen
Moyses Vellinho
Paulo Rache
Guerra Blessmann
Antonio Xavier da Rocha
Viriato Dutra
Favorino de Freitas Mercio
Alberto de Britto
Adolpho Peña
Paulino Fontoura
Julio Diogo
Oscar Karnal
Eurico Arthur Ferreira
Antonio Assumpção Junior

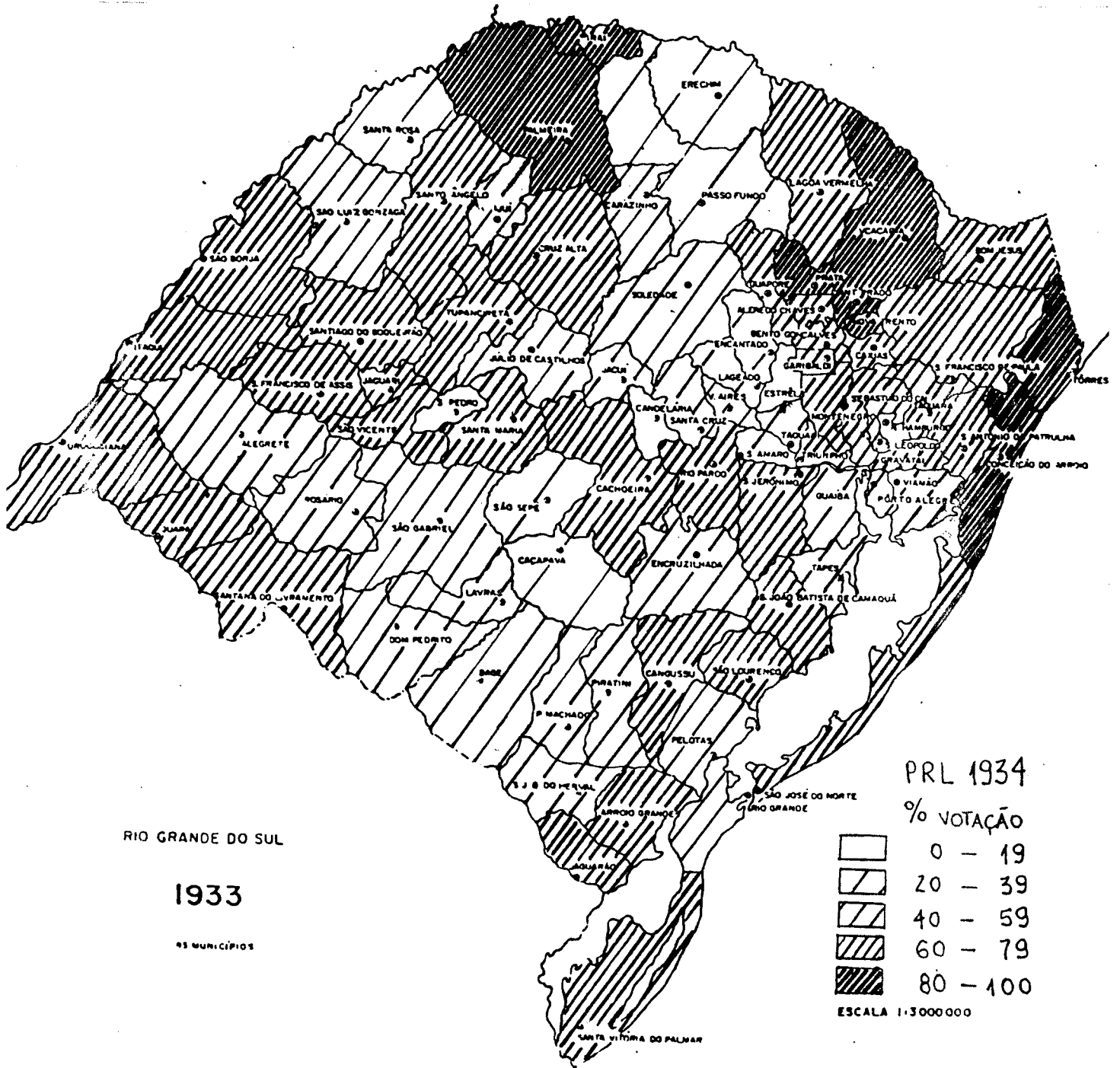
Em termos profissionais, o grupo apresentava a seguinte caracterização:

PROFISSÃO	CÂMARA FEDERAL	CONSTITUINTE ESTADUAL
Médico	5	8
Advogado	5	8
Engenheiro	2	-
Jornalista	1	-
Militar	-	1
Farmacêutico	-	1
Agricultor	-	1
Proprietário	-	1
Comerciante/ Industrialista	-	1

Constatava-se uma tendência crescente de envolvimento com a vida política dos profissionais liberais, na medida em que não rompiam (a exemplo de Aranha, Flores, Vargas, Neves) com os vínculos tradicionais da política local.

Em termos comparativos com a eleição anterior, o desempenho do PRL revela um recuo generalizado: ao invés de expandir e consolidar sua força eleitoral, recua relativamente, inclusive em sua base eleitoral mais importante. Embora apresentando, ainda, um peso significativo na zona serrana, não mantém, como demonstra o mapa abaixo, os mesmos níveis de votação no nordeste do estado, exceto em alguns casos (Antônio Prado, Prata, Nova Trento).

MAPA Nº 3



RIO GRANDE DO SUL

1933

93 MUNICÍPIOS

PRL 1934

% VOTAÇÃO

	0 - 19
	20 - 39
	40 - 59
	60 - 79
	80 - 100

ESCALA 1:3.000.000

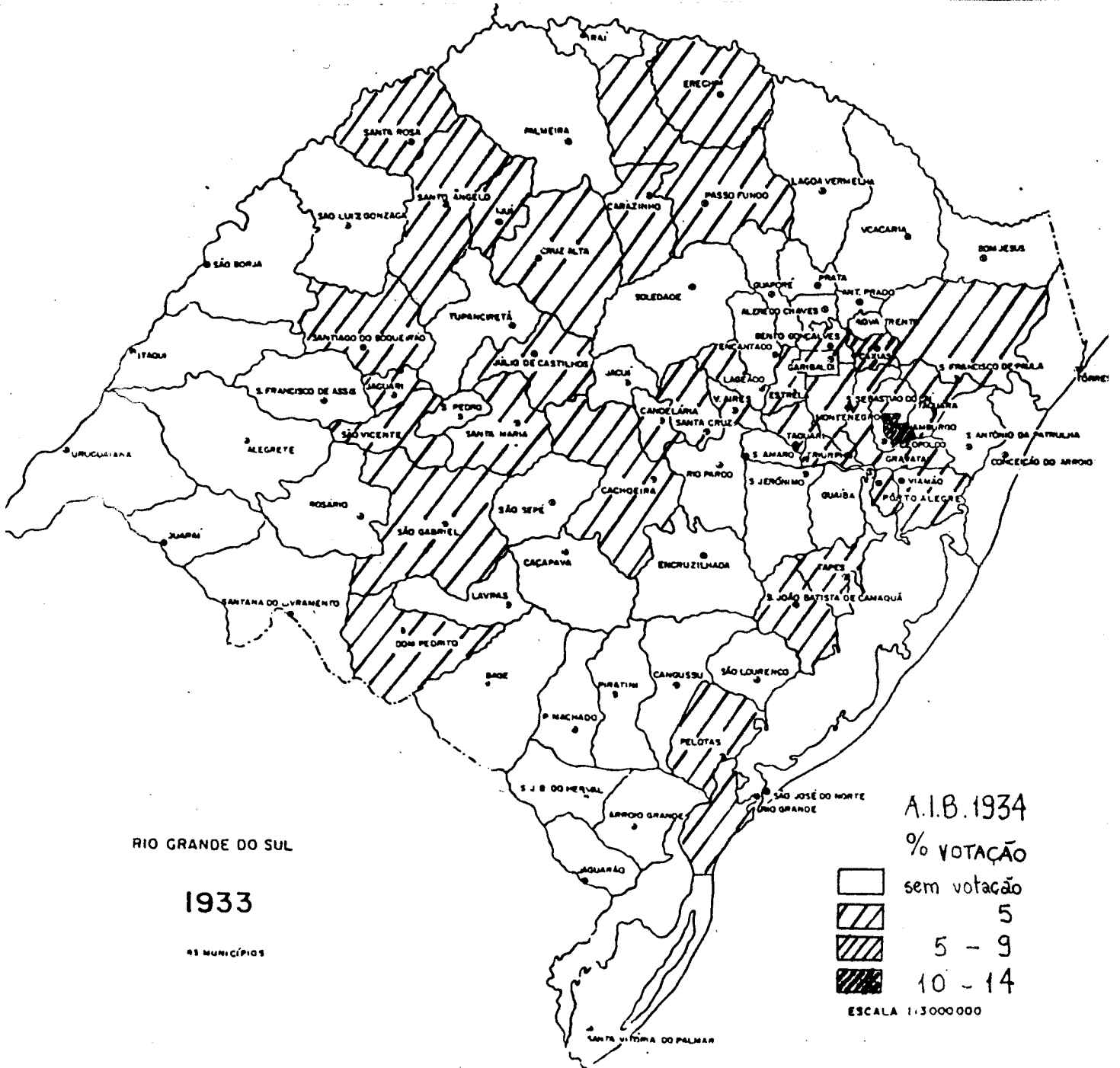
A divisão de votos com a Frente Única é um aspecto a ser considerado nos totais eleitorais de 34 do PRL, pois a existência de outras legendas, mesmo que sem se constituírem a ameaças à dominância do partido oficial, contribuem para diminuir o impacto de sua votação. Em 1933 a AIB, mesmo com votações incipientes, rouba parte do eleitorado da zona colonial, assim como a Liga Eleitoral Proletária e o Trabalhador Ocupa teu posto, em menor grau, tendem a obter votação mais expressiva nas cidades mais populosas, com presença de operariado, como Rio Grande, Santa Maria, Pelotas, Porto Alegre.

MAPA Nº 4

RIO GRANDE DO SUL

1933

93 MUNICÍPIOS



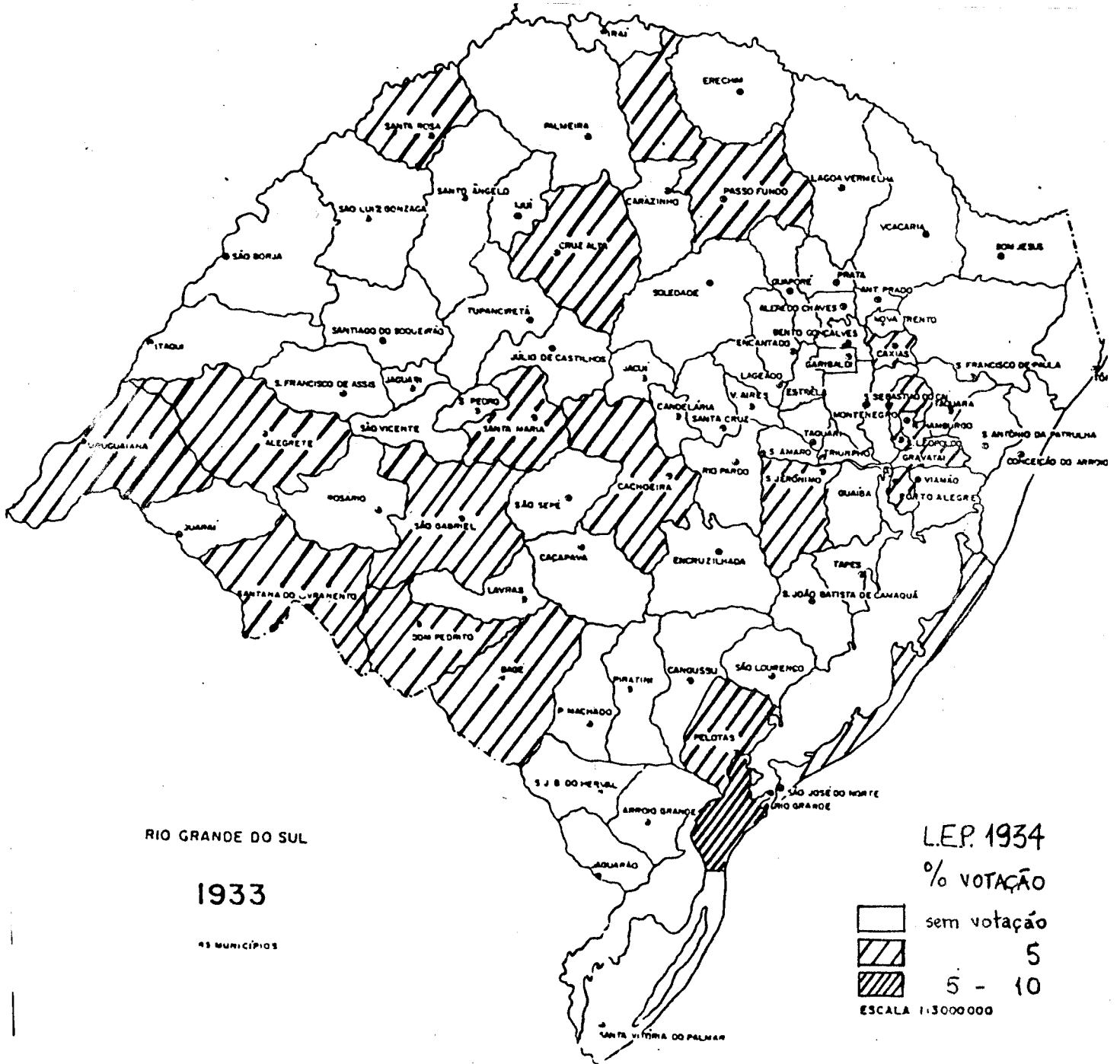
A.I.B. 1934

% VOTAÇÃO

□	sem votação
▨	5
▩	5 - 9
■	10 - 14

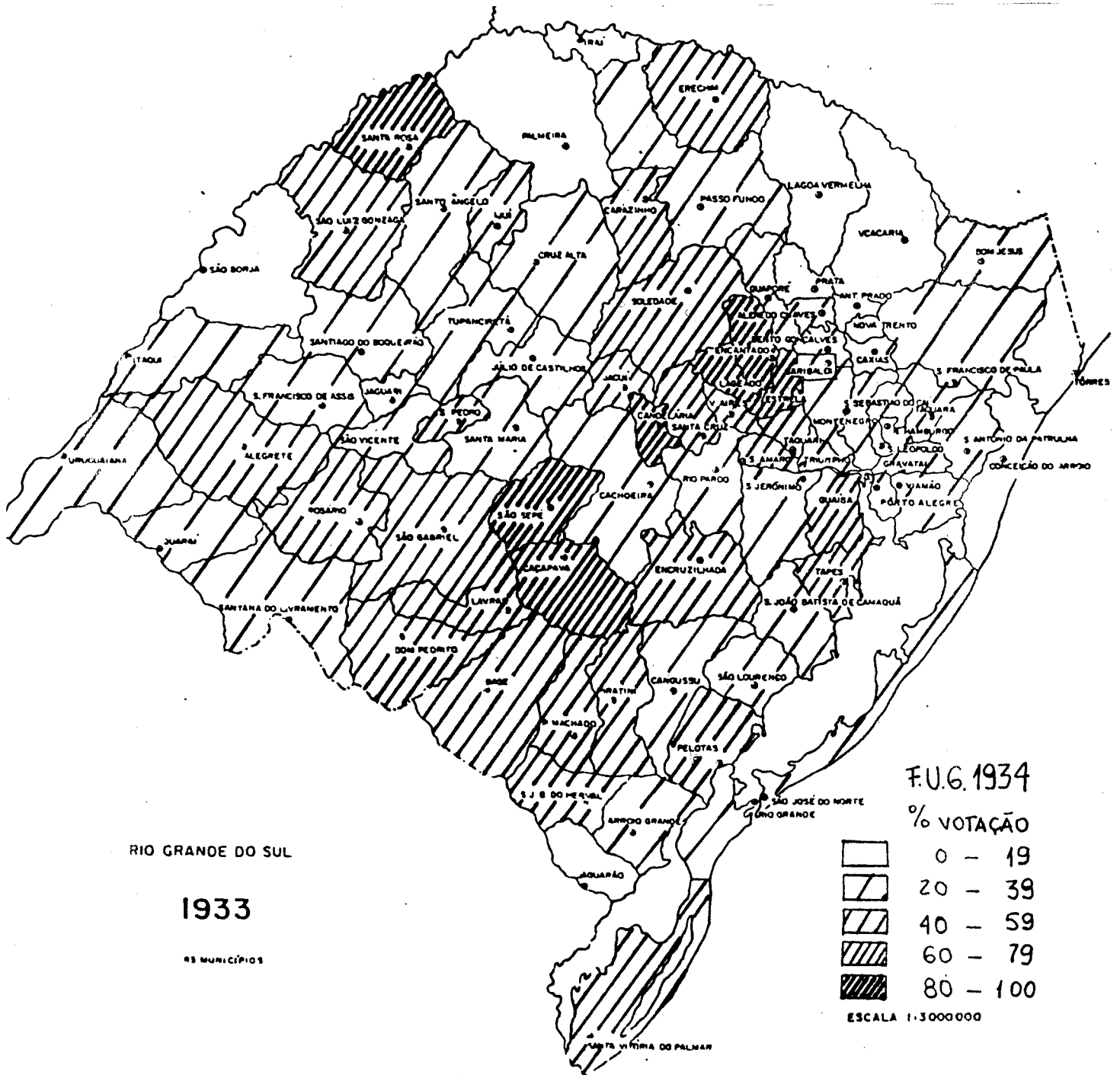
ESCALA 1:3000000

MAPA Nº 5



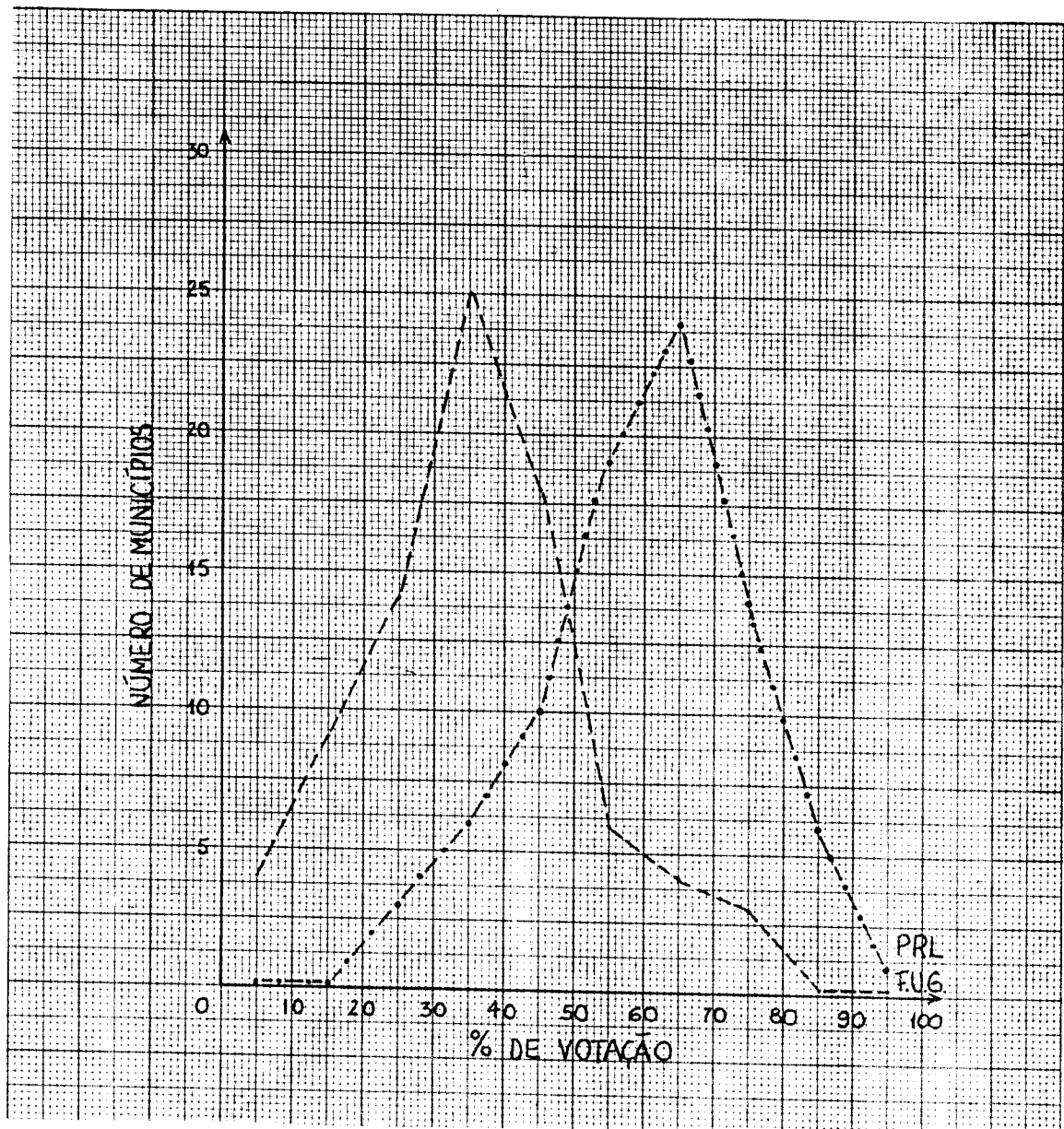
A Frente Única, entretanto, recupera sua força eleitoral, revelando nas eleições de 34 um crescimento centrado na sua zona de dominação tradicional - a Campanha.

MAPA Nº 6



Em termos gráficos, o desempenho da FUG, nesta eleição, tende a se aproximar do PRL, ainda que com a inserção, no gráfico, de um eixo imaginário no 50% dos votos, constate-se que a situação do PRL ainda é bastante mais sólida do que a da F.U.G.

GRÁFICO DA VOTAÇÃO DO PRL E DA FUG NAS ELEIÇÕES DE OUTUBRO/34



(*) Total de Municípios: 86.

As eleições municipais de 1935, apresentam características particulares, que devem ser apontadas principalmente se o objetivo é de captar a lógica de atuação e o desempenho do PRL.

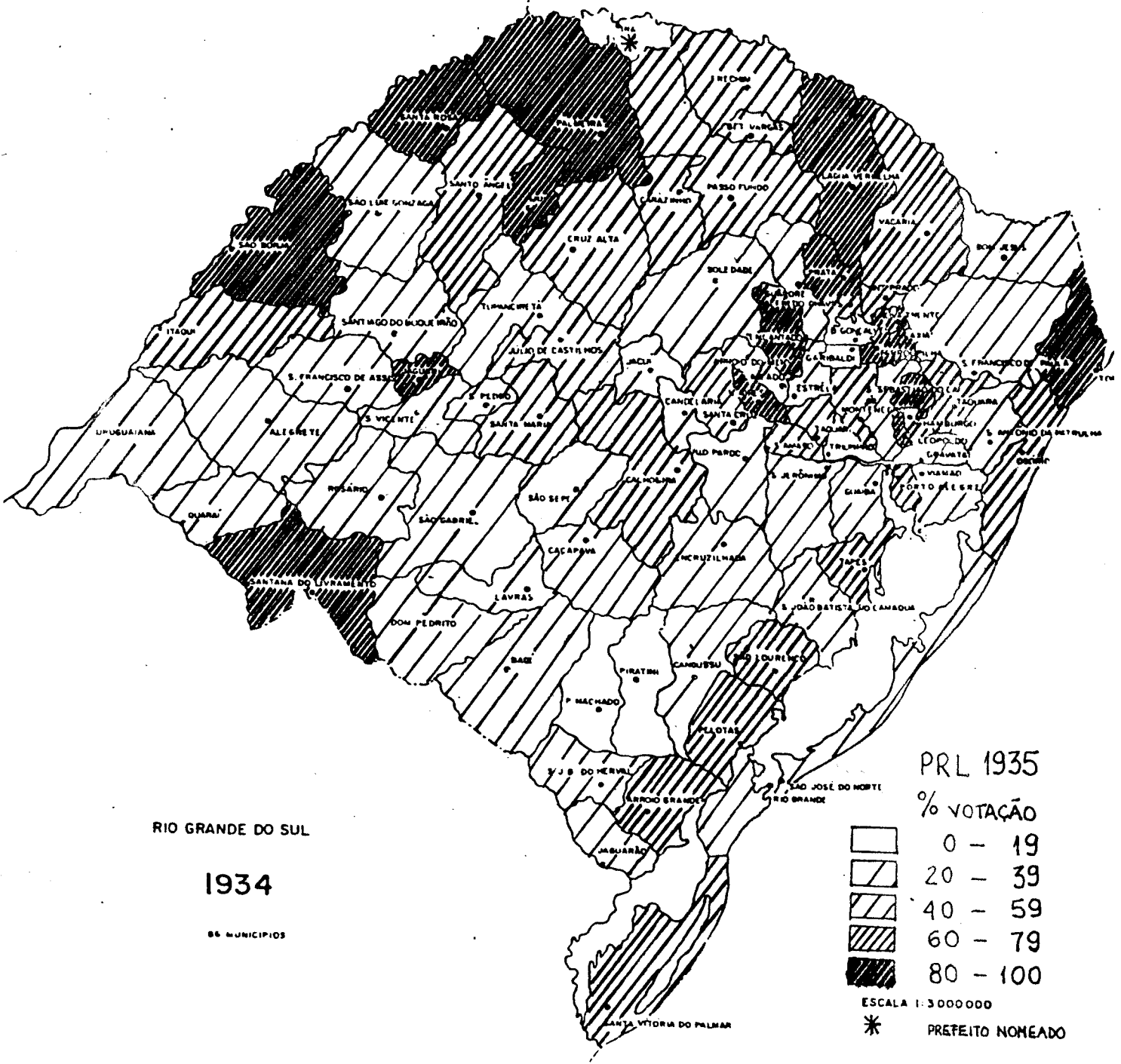
Realizadas em novembro de 1935, sob o signo, por um lado, de uma crescente mobilização social e conseqüente tentativa de controle por parte do executivo federal, e de outro, sob a ameaça iminente de um rompimento entre Flores e Vargas, as eleições significaram para o PRL algo de mais fundamental: um teste para o funcionamento de suas máquinas municipais (eleição de prefeitos e vereadores) e reconhecimento da política local levada a cabo desde sua fundação. O caráter de violência, que esta eleição, particularmente, vai adquirir deve-se, em grande parte, ao fato de inúmeros prefeitos (nomeados pelo interventor/governador) concorrerem ao cargo sem que dele se descompatibilizem, no prazo estabelecido pela lei. Como já foi observado anteriormente, a máquina administrativa municipal tinha um papel crucial na atividade político-eleitoral. A tendência ao uso da força e ao constrangimento pessoal foi constante em zonas onde a FUG tinha possibilidades de êxito, assim como nos municípios que criaram frentes próprias denominadas Partido Popular (várias dissidências locais) - (Ver mapa nº 8).

Deste modo, há que se considerar os casos extremos onde o PRL obteve o total da votação pois que não havia candidato de oposição, nem segurança para os eleitores das correntes contrárias. Este fato verificou-se ao menos em 12 municí-

prios, localizados, principalmente, na zona de dominação tradicional do partido e, no caso de Livramento, onde o candidato a prefeito era Antonio Flores da Cunha.

Apesar de manter a sua hegemonia eleitoral, como se pode observar no mapa dos resultados do PRL em 1935, a tendência do partido situacionista é a de recuperar a força de 1933: a votação do PRL, ainda que um pouco inferior à da primeira eleição, superou, ao nível municipal, o desempenho de 1934 reconstituindo, em grande parte, sua força inicial. O PRL venceu em 60 do total de 86 municípios.

MAPA Nº 7



RIO GRANDE DO SUL

1934

66 MUNICIPIOS

PRL 1935

% VOTAÇÃO

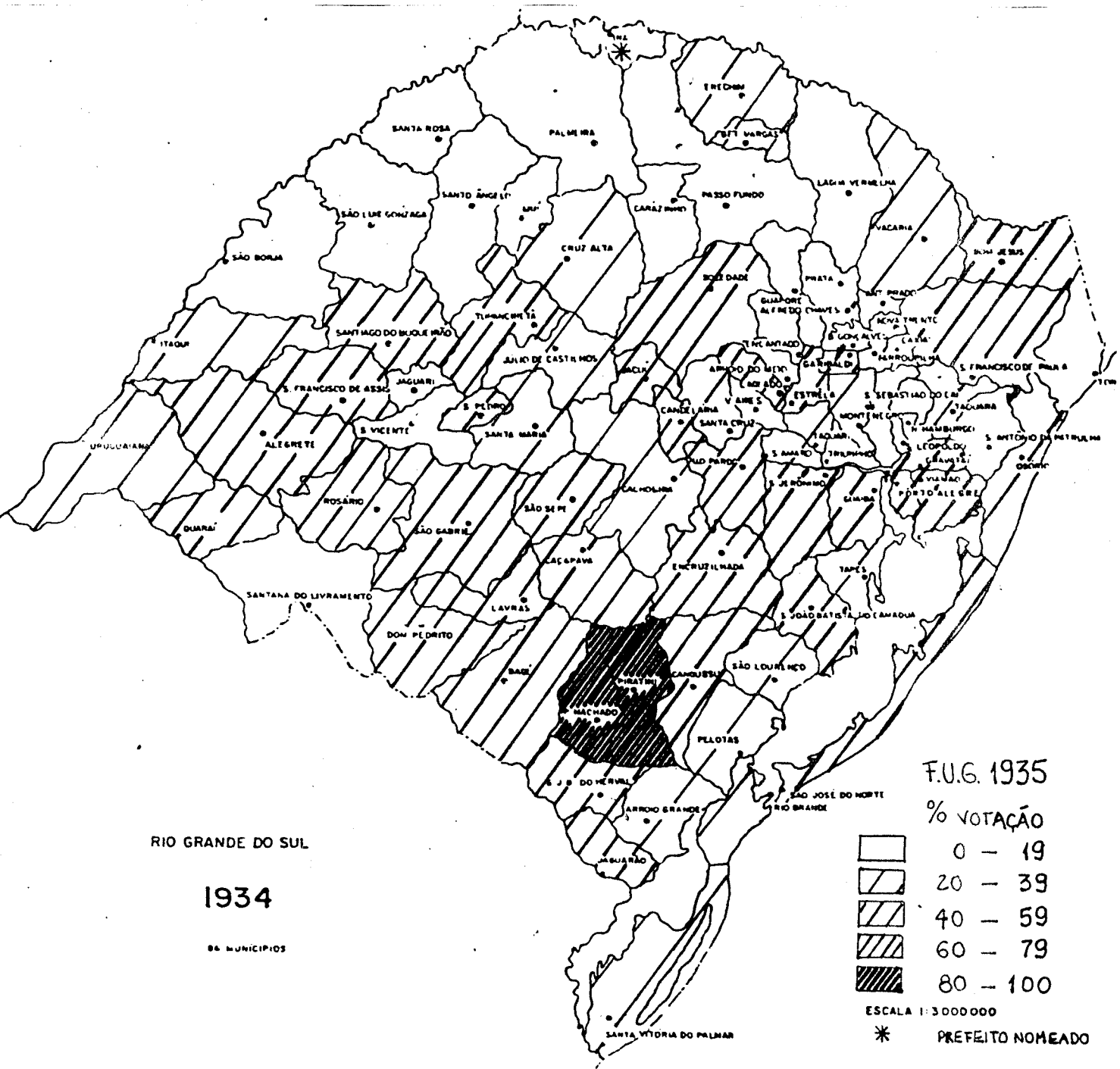
	0 - 19
	20 - 39
	40 - 59
	60 - 79
	80 - 100

ESCALA 1:3 000 000

* PREFEITO NOMEADO

A vitória da F.U.G., em 20 municípios indica relativa estabilidade, depois do crescimento da eleição anterior.

MAPA Nº 8



RIO GRANDE DO SUL

1934

86 MUNICÍPIOS

F.U.G. 1935

% VOTAÇÃO

- 0 - 19
- ▨ 20 - 39
- ▩ 40 - 59
- ▤ 60 - 79
- ▥ 80 - 100

ESCALA 1:3000000

* PREFEITO NOMEADO

SANTA VITÓRIA DO PALMAR

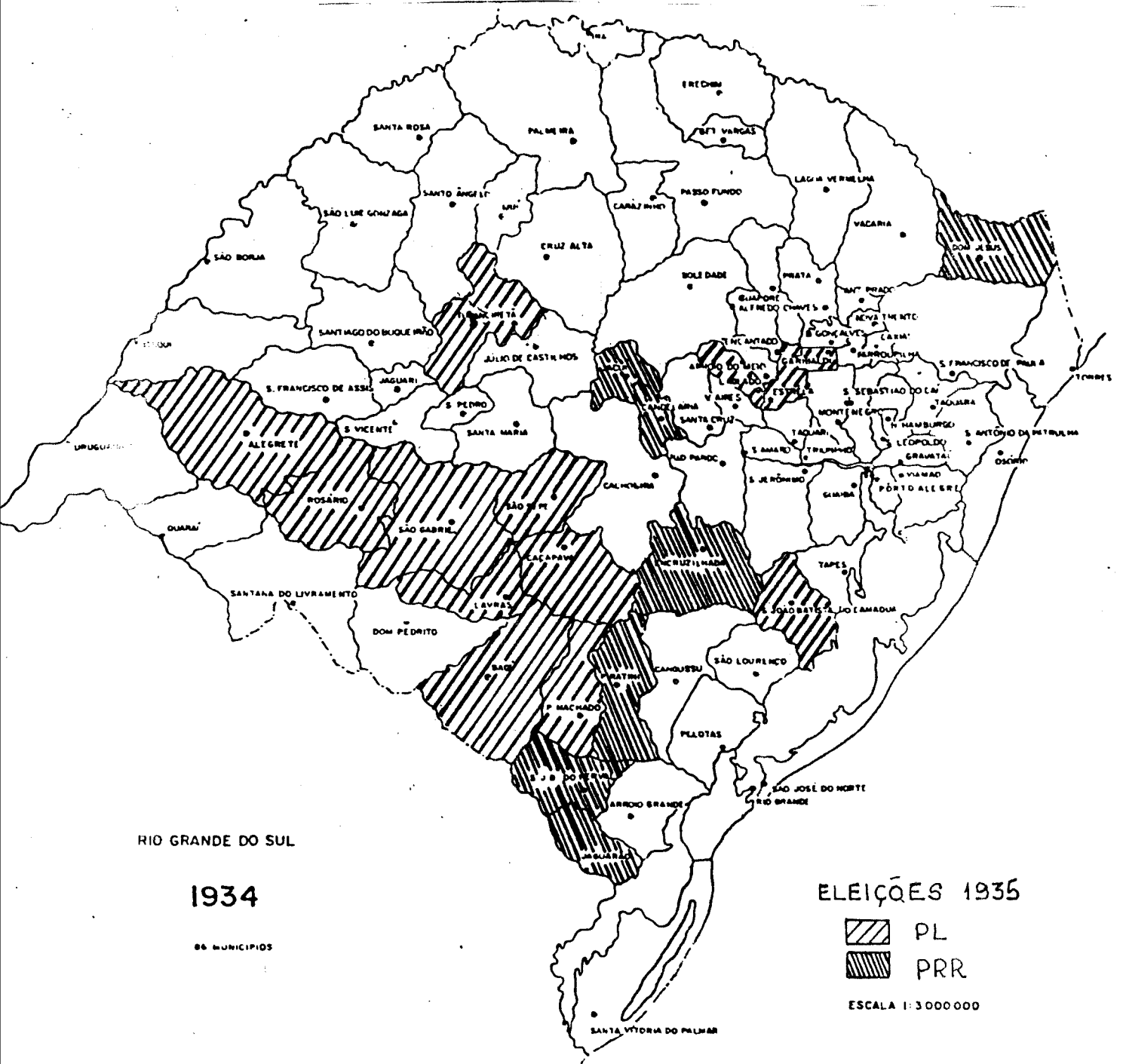
Desses 20 municípios onde a F.U.G. é vitoriosa, 13 são representantes do Partido Libertador, já que a indicação é feita separadamente. Como anteriormente, os totais por município eram computados em conjunto, quer dizer, o voto era para a FUG e não para um dos partidos específicos, não era possível medir a força em separado de cada partido.

Os resultados de 1935 podem sugerir que o Partido Libertador manteve-se mais intato que o Partido Republicano, obedecendo uma trajetória constante de votação, o que não teria acontecido com o PRR, mais atingido pela criação do PRL, que lhe provocou uma sangria, possivelmente, mortal (14).

Mapeando apenas os resultados das eleições em função de quem vence nas eleições locais, observa-se que a F.U.G. obteve suas vitórias predominantemente na zona de tradição libertadora - a Campanha.

(14) A validade dessa afirmação pode ser inferida, após 45, quando o PL mantém suas bases políticas tradicionais e as lideranças do PRL e PRR (Flores e Borges) transformam-se na pequena UDN.

MAPA Nº 9



RIO GRANDE DO SUL

1934

86 MUNICIPIOS

ELEIÇÕES 1935

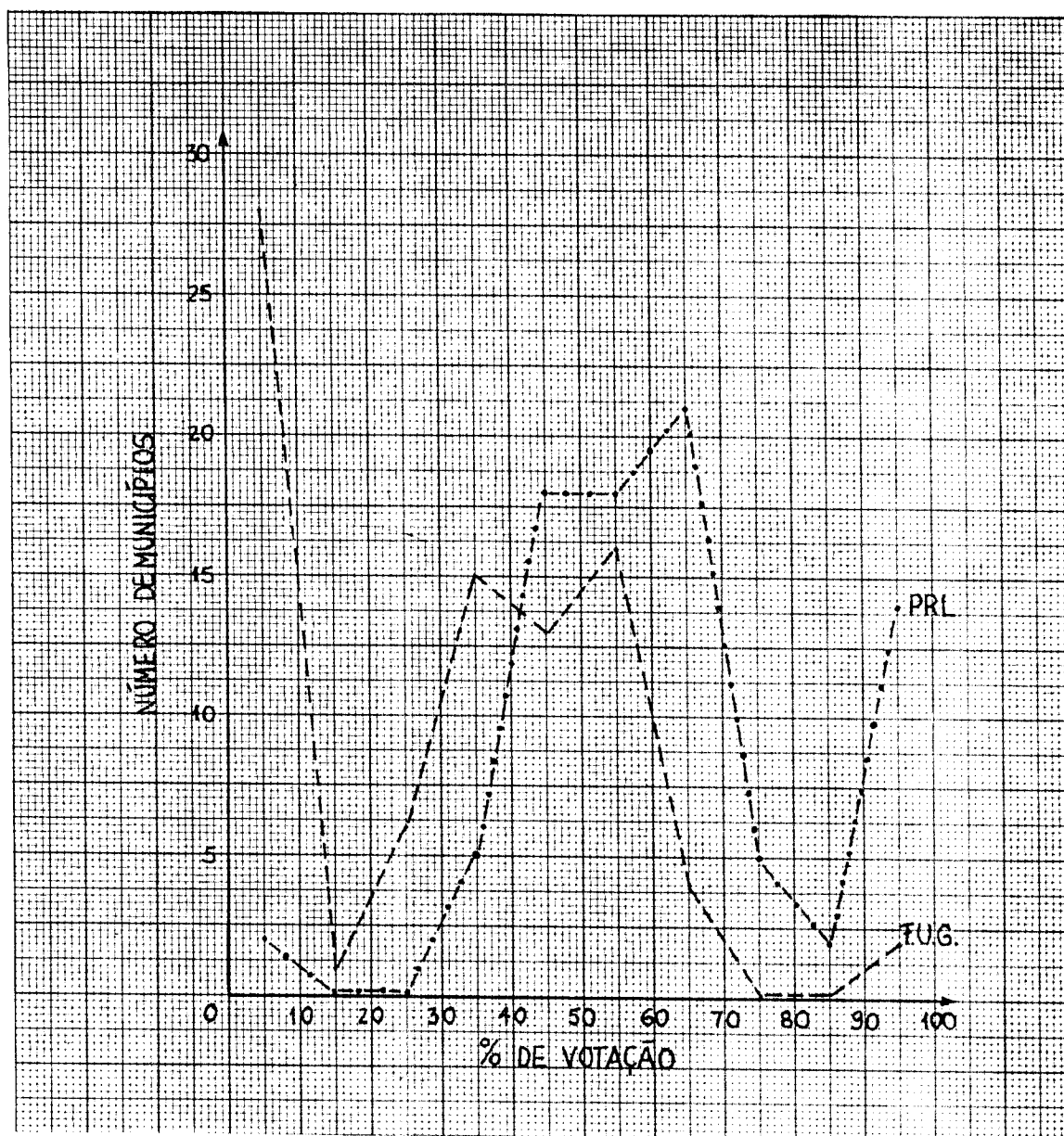
-  PL
-  PRR

ESCALA 1:3000000

A recuperação da capacidade eleitoral da FUG obedece o sentido sul-norte, com uma aproximação maior com o litoral do que com a zona dos Campos de Cima da Serra.

Com exceção dos casos extremados de ausência de candidatos da FUG ou outra corrente e conseqüente dominação do PRL, o perfil de desempenho obedecido pelos dois grupos mais importantes politicamente, tendeu a ser análogo, embora com vantagem para o PRL, como pode ser observado no gráfico abaixo.

GRÁFICO DA VOTAÇÃO DO PRL E DA FUG NAS ELEIÇÕES DE NOVEMBRO/35



(*) Total de Municípios: 86.

As disparidades mais violentas, como as ocorridas em 1933, cedem lugar a um enquadramento mais igualitário, equilibrado, com todas as limitações anteriormente já referidas. Reconstituindo-se, assim, por vias transversas, a polarização político-eleitoral típica do sistema partidário rio-grandense: a polarização tradicional que, até 1924, era Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) versus Partido Federalista (PF), a partir de 1928 dicotomiza-se em Prr e Partido Libertador (PL), para, após a fase da Frente Única que se esgota em 32, transformar-se, progressivamente, na confrontação polarizada entre PRL e F.U.G. (PRR + PL).

Um quadro comparativo da atuação dos dois grupos, ao longo das três eleições observadas no período, permite ressaltar que o sistema partidário gaúcho, pelo menos no que diz respeito às agremiações políticas tradicionais, caminhou no sentido de homogeneização das forças degladiantes. A F.U.G., de um lado, recuperando votos perdidos ao PRL, no início do processo e expandindo suas bases com a aquisição de novos eleitores. O PRL, pagando um tributo à sua vinculação com o poder (governo estadual, principalmente) via decrescer ou estabilizar suas hostes, na medida em que Flores da Cunha entrava em choque com o Governo Federal e com grupos regionais e não atraindo o novo eleitorado com propostas ideológicas mais definidas.

3 - O PAPEL DO PRL NA NOVA CONJUNTURA POLÍTICA

Fundado a 15 de novembro de 1932, em congresso convocado para a organização do partido, o Partido Republicano Liberal congregou, desde a sua reunião inicial, a classe política vinculada à administração estadual, realizando, neste sentido, de forma antecipatória, a estratégia que Vargas adotará em 1945, para criar o PSD. Sem preocupações ideológicas definidas, em função da polarização entre os conservadores-autoritários do PRR e os conservadores-liberais do PL, o PRL era, por natureza, um partido tipicamente situacionista, e, mais precisamente, governista, procurando capturar os segmentos moderados dos partidos tradicionais. Inclusive, na escolha do seu nome procurara transmitir (inspirando-se na denominação de outro partido rio-grandense fundado em 1896 por dissidentes republicanos do castilhismo) que era "republicano" e, ao mesmo tempo, "liberal" integrando as duas famílias ideológicas tradicionais: o republicanismo do PRR e o liberalismo do PL. Reunindo, basicamente, prefeitos, sub-prefeitos, militares da Brigada, políticos comprometidos com o situacionismo, que foram os convidados a participar do encontro: 42 militares (15%), 81 prefeitos (29%)⁽¹⁵⁾ e 158 líderes políticos

⁽¹⁵⁾ Cabe salientar que pelo menos em dez prefeituras do inte-

(56%), sendo que estes últimos procediam principalmente dos municípios mais populosos eleitoralmente: Pelotas, Santa Maria, Bagé, Caxias, São Leopoldo, Cachoeira, Taquara, Passo Fundo, Santo Antônio, entre outros, e, obviamente, Porto Alegre.

Tendo na presidência Osvaldo Aranha que dirigirá a discussão do programa partidário, a assembléia logo dará demonstrações claras sobre seus objetivos primaciais enviando a Vargas uma moção de solidariedade: "As Municipalidades do Rio Grande do Sul, as correntes políticas municipais e os comandantes de corpos da milícia cívica rio-grandense, por seus representantes reunidos em Congresso na Capital do Estado, reconhecendo os superiores objetivos e a ação patriótica do Governo Provisório da República, hipotecam-lhe integral solidariedade moral e material para preservar a ordem pública de qualquer perturbação e para encaminhar o país ao regime constitucional, por meio das eleições gerais em 3 de maio próximo vindouro". (16)

Esta solidariedade não é apenas à pessoa do chefe do Governo Provisório, mas do próprio governo, como é enfatizada através dos pronunciamentos de vários oradores, assim como sa

(continuação) rior a administração estava entregue a militares da Brigada, como era o caso de Bagé, reduto tradicional do federalismo.

(16) *O Partido Republicano Liberal e Seu Programa.* Op. cit. p. 33.

lientam a importância de Flores da Cunha na condução do processo político, na luta contra a anarquia pretendida pela Frente Única e pelos paulistas. A vinculação líder-partido é solidamente estabelecida por Aranha: "A minha vida tem um vaqueano: é o Rio Grande do Sul. E o Rio Grande, o verdadeiro, tem hoje, um chefe: é Flores da Cunha. Servir a um é servir a outro. É - atentai bem - muito mais: é salvar o Brasil." (17) Proclamado por um representante do poder central, isto tornava-se, nesta conjuntura, um atestado do reconhecimento da força da liderança florista. Refazia-se, assim, o elo da aliança Rio Grande - Vargas, rompido com a Frente Única após a revolução de 32. Flores demonstrara na eficiência e lealdade em julho de 32, e isto era reconhecido. Cabia-lhe, agora, o papel de articular o RS não em termos militares, para apoiar Vargas, mas em termos político-eleitorais. Era a passagem da função política do Interventor como delegado ou preposto do Governo Provisório para a de futuro governador, legitimado, politicamente, pelas urnas. A revolução buscava, mais uma vez no Rio Grande, na seiva da tradição partidária, um dos sustentáculos fundamentais de sua história política.

A opinião de Vargas vem registrada em mensagem a Aranha e visa fortalecer a imagem do líder e do partido coeso: "Só ontem, pela leitura que me proporcionaste do esboço formulado, conheci o programa do novo partido rio-grandense, que surge,

(17)

Ibidem p. 23.

como o fênix da lenda, das cinzas dos velhos partidos gaúchos, esgotados em sua finalidade, pelo abandono de seus princípios básicos. O predomínio de um personalismo irritante, agravado por pequeninas ambições e despeitos minúsculos, precipitou-lhes o aniquilamento, culminando os seus erros ao pretenderem lançar o Estado numa aventura para a qual não fora consultado. Salvou-o no momento mais perigoso da história política o braço vigoroso e a consciência patriótica de Flores da Cunha, mantendo íntegros os compromissos assumidos de assegurar a ordem, numa afirmativa que, conhecidos o seu caráter e lealdade, ninguém poderia por em dúvida. Julgo excelente o programa do novo partido, que satisfaz, com acerto, os objetivos do nosso quadro histórico. Surge em momento renovador e construtor e num instante dramático da vida brasileira, visando, precipuamente salvar as conquistas da revolução, cujos princípios consolida, continuando, na sua fase preparatória, a campanha da aliança liberal. Urgia concretizar em uma forte organização partidária o material admirável, que é a inteligência, a aptidão realizadora, a capacidade de dedicação e de sacrifício do povo riograndense. Uma vez que do Rio Grande parte o brado de alerta para o fiat renovador da reconstrução política do país, é natural que apareçam no programa partidário estabelecido, dadas as particularidades de sua situação geográfica e de seu destino histórico, em fórmulas precisas, os ideais coletivos"(18).

(18) Ibidem, pp. 47/48.

Portanto, o partido nascido com a perspectiva de ser o objeto realizador dos ideais aliancistas, e nesta medida en caminhava-se para ser o modelo a ser seguido pelas demais interventorias estaduais.

Apesar da constante afirmação da sua liderança partidária, Flores procura, retoricamente, dar ao fato da organização do partido um caráter mais idealista, de reunião de pensamentos homogêneos e apontando a possibilidade da entrega do poder para outro grupo, como transparece no seu discurso: "Se eu estiver ainda no governo, presidirei imparcialmente o comicio das urnas, será para mim uma questão de honra reconhecer os vencedores. Darei eleições livres e farei respeitar o resultado do sufrágio. Não desejo também entronizar-me na chefia de nenhuma corrente política. É preciso banir das agremiações político-partidárias a influência dos personalismos que se impõe discricionariamente"⁽¹⁹⁾.

Mas, apesar desta afirmação, a tendência foi de atribuir a chefia a Flores e esta transformar-se num sistema extremamente rígido, autoritário, com uma centralização das decisões personalistas em todos os níveis, durante os cinco anos de existência do partido e ao longo de três eleições.

Entretanto, beneficiando Flores internamente e o fortalecendo, o PRL tinha (e para isto o apoiavam Vargas e Aranha) uma finalidade menos declarada mas mais imediata que era

(19) Ibidem p. 41

o compromisso com o continuismo de Vargas no governo, após a constituinte. Havia a necessidade de garantir, através de uma bancada forte e numerosa, a defesa dos princípios revolucionários (do ponto de vista governamental) e a continuidade da obra varguista sob um regime democrático. Subjacente à idéia do partido regional parecia haver a idéia de um partido nacional ou um agregado de partidos regionais que defendessem os mesmos princípios, que será fundamental para enfrentar, como já foi visto, o desafio das novas organizações políticas nacionais: AIB e ANL. (20)

O PRL tem o seu desempenho mais positivo nas primeiras eleições a que se apresenta - 1933, para a Constituinte Federal. Cumpre assim seu papel de garantir um apoio sólido ao grupo governamental. Unindo três fatores fundamentais para seu êxito: o apoio dos rio-grandenses, em geral, ao governo Vargas; as lealdades administrativas e funcionais ao interventor; a desarticulação da FUG com o exílio dos líderes. O PRL, como foi analisado em capítulo anterior, vence com larga margem, mas carece de políticos tradicionais, com experiência parlamentar e plenamente convictos dos princípios que defen-

(20) Esta tentativa é levada a cabo por João Alberto em visita ao estado, em fevereiro de 1933, quando tenta harmonizar os conteúdos liberais com os tenentistas que pretende defender e cujas demarches conduzem à fundação da União Cívica Nacional (UCN). Apesar do PRL abrigar a grande maioria dos militares no RS, mesmo os vinculados ao tenentismo, a similaridade do seu programa com as propostas deste grupo prende-se mais a detalhes do que um corpo coerente de princípios. A vinculação dos militares com o partido se faz mais pela liderança de Flores do que pelo conteúdo programático.

dem, por isso, o êxito de sua bancada na Constituinte Federal será relativo.

A liderança da maioria gaúcha na Assembléia pertence a Augusto Simões Lopes, ex-prefeito de Pelotas e que se torna praticamente o porta-voz de Vargas dentro da Constituinte, com avanços e recuos que terminam por comprometer a atuação da bancada como um todo. Outro representante com modesta atuação é João Simplício, preso ainda a uma visão regionalista da política, ex-secretário de Estado e ex-deputado. Raul Bittencourt, Argemiro Dornelles (militar), Pedro Vergara (escritor, jornalista) e Vítor Russomano (jornalista) são políticos sem projeção no estado e que são levados a estes postos pela profunda crise que abalou o sistema partidário em 32.

O partido cumpre sua função, na Constituinte, garantindo, de um lado a continuidade de Getúlio (através da proposta de eleição indireta) e de outro projetando Flores nacionalmente como expressão política regional. Situado, entretanto, num contexto em que os mecanismos de centralização estavam sendo acionados pelo governo federal, o êxito partidário não era o aval necessário para o dimensionamento nacional de Flores. A atuação deste estava condicionada ao papel que Vargas lhe reservara dentro da arena política - como seu colaborador e delegado - não como agente autônomo de decisões⁽²¹⁾.

(21) A tentativa de Flores de interferir na política de outros Estados, como Minas, Estado do Rio, Santa Catarina, para exemplificar, leva Vargas a assumir uma política de distanciamento relativo, como já foi visto anteriormente.

Realizada a constitucionalização do país, o partido que atravessara com desempenho ótimo a primeira luta eleitoral, prepara-se para o segundo teste: eleições para deputação federal e para a Constituinte Estadual. Em 7 de setembro de 34 reunia-se o 2º Congresso do partido para indicar um candidato à presidência do Estado e eleger nova comissão central do partido. Nesta ocasião são discutidos também a participação da bancada na constituinte e a escolha dos candidatos à deputação federal e constituinte do Estado.

A representação dos municípios é praticamente total (de 83 municípios apenas 5 não enviam representação) mas há um decréscimo da presença militar dentro do partido. A preocupação central é demonstrar o sucesso da administração Flores da Cunha⁽²²⁾, como garantir para sua indicação ao governo do estado.

A base política mais sólida de Flores é o município. Deles recebe duas manifestações de apoio. A primeira é ainda uma moção, dentro do Congresso: "As comissões diretoras municipais do Partido Republicano Liberal, por seus legítimos representantes, reunidos neste Congresso, num preito de homena-

(22) Entre as obras realizadas por Flores contam-se: 26 grupos escolares, 250 aulas isoladas, nomeação de 966 professoras, construção de 6 edifícios escolares, 10 delegacias de saúde, implantação do Instituto de Previdência do Estado, construção de inúmeras estradas, prolongamento de vias férreas, doação de lotes coloniais, construção de 3 "Packing House", posto de Pelotas, Frigorífico de Porto Alegre, matadouro modelo, Entrepasto do leite, criação do Departamento Administrativo Municipal, redução de taxas e impostos.

gem em que se honram a si mesmas, traduzindo o seu alto apreço e inteiro acordo à direção política do seu coordenador e supremo orientador e testemunhando, ainda, seu aplauso e gratidão à grandiosa obra administrativa, clarividente, do governador do Rio Grande do Sul, hipotecam ao ínclito general José Antonio Flores da Cunha, irrestrita e indefectível solidariedade política e administrativa."⁽²³⁾ A segunda é uma homenagem prestada, após o encerramento do Congresso, com a inauguração de um retrato a óleo do general Flores da Cunha oferecido pelos prefeitos municipais e onde a tônica do discurso é um apelo à continuidade da obra administrativa sob um regime constitucional. O Interventor reafirma sua decisão de aceitar a indicação para o governo do estado e promete a reedição do êxito eleitoral de 33.

Se o elo com os poderes local e regional era fundamental para o funcionamento do partido, não ergue menos importantes, principalmente para a classe política que atuava em nível nacional, as ligações e o reconhecimento do governo Central. Tal preocupação fica bem explicitada na moção que é aprovada e enviada a Vargas: "O Partido Republicano Liberal, reunido em congresso, para tomar deliberações políticas e examinar através da palavra dos seus oradores a obra revolucionária do governo da República e do Estado, resolve emitir um voto de louvor, de reconhecimento e de solidariedade ao eminente dr. Getúlio Vargas pela benemerência sem par da sua ação

(23) *Partido Republicano Liberal*. 19 Congresso bi-enal, Op. cit. p. 173.

como chefe que foi do Governo Provisório, formulando o desejo melhor e mais alto para que possa s. excia. continuar essa obra de harmonia social, trabalho construtivo e defesa da Nação na suprema magistratura"(24).

Este era um indicador de que havia uma lealdade partidária ao governo central além da devotada ao poder regional.

Partido hegemônico em 33, com uma dominação conquistada dentro de um sistema partidário combalido pelas lutas internas e pela alta dose de recursos de poder que possuía enquanto "partido do governo", o PRL encontra em 34 um quadro mais dinâmico, mas também mais conflitivo que o anterior. Fruto das modificações de caráter sócio-econômico sofridas após 30 e que encontram viabilidade política com a abertura democrática, a conjuntura que envolve as eleições de outubro de 34 é suficientemente complexa para englobar tendências de direita, de centro e de esquerda. Participam do jogo eleitoral, no Rio Grande do Sul, a Ação Integralista Brasileira (AIB), a Liga Eleitoral Proletária (LEP), o Trabalhador Ocupa o teu posto, a Frente Única (PRR e PL) e o PRL. Não podemos esquecer, também, como força política atuante embora não constituída partidariamente com candidatos próprios, a Liga Eleitoral Católica que indicava os nomes que apoiava dentro dos partidos oficiais.

A diversificação do sistema partidário, aumentando a

(24) Ibidem, p. 165.

gama de opções ao eleitorado, de um lado, e a paulatina rearticulação da FUG com o retorno das lideranças exiladas, de outro, resultou numa redução da massa eleitoral do PRL. Os resultados obtidos, como foi analisado, são bem menos alentadores que os de 33. A presença do Integralismo na zona colonial (alemã e italiana) que era forte reduto do situacionismo governista e de votação expressiva da LEP em alguns municípios com contingentes trabalhadores mais significativos (Pelotas, Rio Grande, Santa Maria e mesmo Porto Alegre), explica em alguns casos a redução da votação do PRL. Em suma, apesar da competição básica ainda continuar sendo a travada entre o PRL e a FUG, a entrada de outros grupos políticos na arena, fez com que o partido tenha reduzida a sua capacidade agregatória e geradora de votos.

Não é demais lembrar, também, que, na medida em que o país se constitucionaliza e os apelos às garantias individuais e direitos humanos se tornam mais constantes e claros, o partido vai perdendo um de seus recursos de persuasão mais utilizados - a coerção. Nascido no âmago do governo ditatorial e com objetivos muito definidos, o partido dispunha, obviamente, dos recursos políticos vinculados ao Interventor. Seria desnecessário observar, também, que a utilização da força e da violência no processo eleitoral não decresceu significativamente com a constitucionalização, mas sua utilização tornou-se mais sensível pelo simples fato de que podia ser denunciada publicamente pela oposição.

Nestas circunstâncias de diminuição relativa do potencial eleitoral de seu partido e com uma oposição mais combativa, inclusive ao nível federal (vide atuação de Neves e Lusardo, na Câmara), Flores assume em abril de 35 o governo do Estado. Respalhado em seu partido, dele retira, como já vinha fazendo, seus auxiliares mais diretos. Tendo que enfrentar uma oposição regional, agora legitimada dentro da Assembléia Legislativa⁽²⁵⁾ (com a qual tem ao menos que dialogar), e não dispendo mais dos recursos que a Interventoria lhe garantia, e ainda atravessando uma fase crítica nas suas relações com o governo central, Flores se prepara para as eleições de novembro de 35 que se realizarão no seu reduto de poder - o município.

Disputada novamente com a LEP, os Integralistas e a Frente Única, as eleições de novembro atestam um desempenho menos favorável ainda ao PRL. Demonstrando um alto grau de violência local e reforçando os mecanismos utilizados pelo partido nas situações anteriores (uso da Brigada, da polícia, das administrações locais e da própria justiça) os resultados obtidos pelo PRL são sintomáticos de um decréscimo de poder e de legitimidade que Flores começa a sofrer. Cabe lembrar, também, que um dos vínculos de lealdade do partido é com o governo central e que há um crescente antagonismo entre Vargas e

(25) Diferentemente da Assembléia dos Representantes da Constituição castilhistas de 91, com funções meramente orçamentárias, a Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul recupera a função legislativa inerente aos parlamentos liberais.

Flores. Representativa de um período de emergência política das camadas médias e populares, principalmente urbanas, pois que em 1935 dá-se um sensível crescimento do integralismo e a concomitante mobilização realizada pela ANL, como já tivemos oportunidade de observar, as eleições municipais atestam uma variabilidade mais ampla nas opções eleitorais e portanto uma quebra na tradicional polarização partidária rio-grandense. Rompendo com o bi-partidarismo, porém, o PRL não foi capaz de absorver as camadas emergentes que passavam a pressionar no sentido de participação política. Em consequência, o PRL tornou-se um partido que não incorporava o apelo dos novos segmentos sociais emergentes. Com a retomada de alguns postos de comando pela F.U.G. e não incorporação dos novos contingentes eleitorais, a tendência do PRL era de paulatino enfraquecimento eleitoral.

É importante lembrar, também, que sendo um partido de base clientelística, ele tenderia a perder força na proporção direta da impossibilidade de conceder benefícios que o Governador dispunha. Sua capacidade distributiva se reduzia na medida em que ampliava e aprofundava suas frentes de conflito, tanto com o poder central, quanto com a oposição regional.

A liderança autoritária de Flores e sua reduzida preocupação com questões doutrinárias, ou seja, a implementação de políticos coerentes com os princípios partidários, leva-o a realizar uma administração com frequentes alterações nas diretrizes econômicas, sociais ou políticas. Mais preocupado

com as ameaças de um rompimento com o poder central, ele utiliza o organismo partidário para promover o "modus - vivendi". Evidentemente que isto implica em reformulações de princípios partidários e adaptações do próprio texto constitucional. Portanto, em consequência, pode-se afirmar que não há, nesta conjuntura, no Rio Grande do Sul, um governo partidário, porém um partido que se adapta às contingências do poder. Como foi aludido anteriormente, o acordo já trazia em si o germe de sua destruição. Esgotadas as tentativas de ambas as partes - cujo objetivo era se fortalecer internamente - a aliança eventual é rompida, mas deixa manifesta uma questão básica para o PRL desde a sua criação - as lealdades políticas. Aproximando-se o rompimento radical entre Flores e Vargas um setor da elite governante, cuja lealdade fundamental direcionava-se ao governo federal, provocará a cisão dentro do PRL ("Dissidência Liberal").

O PRL e seu líder máximo (Flores da Cunha) tornando-se minoria dentro da Assembléia, pressionados de forma crescente pelo Governo Central, seja através do executivo e do exército, seja pela ação de oposição legislativa se arregimentando, crescentemente, em torno de Vargas, passa a utilizar menos os mecanismos partidários e mais seus recursos de poder através da Brigada Militar, Batalhões Provisórios, Batalhões Rodoviários etc. Finalmente, a opção partidária que será feita no sentido de reforçar mais ainda o peso das decisões pessoais do chefe, em detrimento dos pressupostos doutrinários, é a adesão à candidatura de Armando de Salles Oliveira para a Presidência da República.

Fundado, portanto, para viabilizar a manutenção de Vargas e Flores da Cunha no poder, o PRL cumpriu, com larga margem, esta função, derivando também, como subproduto, uma prática partidária um pouco diversa da realizada, tradicionalmente, pelos partidos no Rio Grande do Sul. Baseado num padrão clientelístico, cooptativo, beneficiando-se, de um Estado em processo de expansão no pós-30, e visando preservar a máquina administrativa montada durante o período da Interventoria, o PRL parece ter sido um modelo intermediário - já que tinha limitações estaduais - para o que futuramente, pós-Estado Novo, seria o padrão típico de formação do Partido Social Democrático.

ANEXOS

1 - O PROGRAMA DO PARTIDO REPUBLICANO LIBERAL

PARTIDO REPUBLICANO LIBERAL

O Partido Republicano Liberal é um partido estadual de finalidades nacionais e propugnará por um regime livre e democrático, onde as mais amplas garantias de todos os direitos individuais coexistam e se harmonizem com a autoridade, a justiça e o bem comum. Colimando essencialmente a ordem moral e social, a estabilidade e segurança economicas, a sua atividade cívica visará a realização e defesa do seguinte programa:

I

Forma republicana federativa, sistema representativo, divisão, harmonia e interdependencia de poderes.

Representação proporcional ao eleitorado para cada Estado, na Camara dos Deputados. Poder executivo exercido pelo Presidente da Republica, com auxilio de Ministros, os quais deverão comparecer individualmente ás sessões do Congresso, para responder a interpelações sobre atos de sua gestão, nos casos previstos pela Constituição.

II

Sufragio universal, para ambos os sexos, secreto e pelo sistema proporcional, ou por outra modalidade, que assegure a verdade da eleição e a representação de todas as opiniões.

III

Autonomia dos Estados, que se regerão pelas constituições que adotarem, respeitadas os principios constitucionais da União, que devem ser expressamente declarados na Constituição Federal.

IV

Uniformidade dos princípios básicos do direito processual.

V

Autonomia dos municípios que se regerão por suas leis orgânicas, observados os princípios expressamente declarados nas Constituições da União e do Estado.

VI

Temporariedade dos mandatos eletivos.

VII

Fixação, em lei especial, da responsabilidade pessoal e funcional dos ministros e secretários de Estado;

Fixação do processo para admissão e dos direitos, deveres, responsabilidades e representação dos funcionários públicos.

VIII

Organização da Justiça estadual e federal, tendendo à gratuidade, sob a base de concurso, para a primeira investidura, acesso em parte por merecimento técnico-funcional, em parte por antiguidade, aquele e este apurados pelos Tribunais Superiores; vitaliciedade; inamovibilidade; irredutibilidade de vencimentos, renovação dos quadros por limitação de idade.

Substituição do Tribunal do Jury por tribunais de consciência, com caráter técnico judiciário.

IX

Organização de uma Justiça Eleitoral que assegure o perfeito funcionamento do regime representativo.

X

Adoção do plebiscito e do referendun, para questões de transcendente importância social e política, nos casos estabelecidos na Constituição.

XI

Regulamentação do exercício das profissões liberais.

XII

Propugnação por medidas tendentes a assegurar a defesa e a integridade nacionais, tais como: alheamento das classes armadas da política partidaria; recrutamento organizado de modo a dar uma feição verdadeiramente nacional ao Exército; exclusividade, para este, da organização de unidades de artilharia, engenharia, aviação e outras que possam empregar a guerra chimica. Reorganização da Marinha de Guerra dando-lhe a eficiência necessaria para cumprir sua alta finalidade.

Política económica e financeira

XIII

Exata discriminação de rendas e taxas e da competência fiscal da União, dos Estados e dos Municípios.

XIV

Articulação racional dos orçamentos, de modo a se contabilizarem em separado os impostos propriamente ditos e as taxas ou rendas de ordem industrial, assim de se verificar a todo tempo as respectivas applicações, hem como os equilíbrios orçamentarios, seus saldos ou deficits. Responsabilidade pessoal e funcional do ministro da Fazenda.

XV

Controle das dívidas externas da União, dos Estados e dos municípios e propugnação por medidas tendentes a estabilizar a moeda, realizando a circulação metálica.

XVI

Abolição do imposto de exportação e redução gradual do de transmissão de propriedade inter-vivos.

XVII

Protecção racional ás indústrias que no paiz encontrarem elementos e condições de viabilidade e resistência económica.

XVIII

Credito publico: Credito hipotecario, agrícola e pecuario; credito movel; credito industrial; credito em cooperação para a pequena lavoura e criação. Regulamentação do credito particular.

XIX

Socialização gradual de todos os serviços publicos ou de interesse coletivo que o comportem tecnica e economicamente, com exploração direta ou não.

XX

Regulamentação dos regimes de aproveitamento de energias hydraulicas de qualquer especie e reserva das minas de interesse economico ou militar para a propriedade do poder publico federal.

XXI

Redução gradual dos impostos sobre a produção agri-

cola, pecuária, mineira e maquinofatureira e sua substituição gradual e equitativa por impostos diretos e progressivos sobre a renda, heranças, legados, doação e terras praticamente desaproveitadas.

XXII

Criação de Conselhos Técnicos e Consultivos:

1) para fazer sugestões, estudar e informar sobre projetos oriundos das Câmaras, tendentes à racionalização da produção, consumo e circulação, bem como elaborá-los para submeter à apreciação dos poderes competentes;

2) para organização de planos articulados, tendo por fim a criação e fomento de todas as atividades que interessem ao bem estar social;

3) para o estudo das condições fiscaes e das de intercambio com outros Estados e com o estrangeiro;

4) para estímulo, seleção e nacionalização das correntes migratorias e exame do problema das populações flutuantes;

5) para a racionalização e desdobramento dos meios de transporte, tendo sobretudo em vista a natureza da produção das diferentes zonas e o barateamento continuado dos fretes.

Criação de Conselhos de Fazenda, com as atribuições marcadas em lei, especialmente para tomada de contas sobre empreendimentos internos e externos.

XXIII

Criação e fomento de entidades publicas autonomas para quaisquer fins de ordem economica, social, financeira ou profissional.

XXIV

Racionalização dos sistemas de colonização de modo a facilitar aos agricultores a obtenção de sementes adubos re-

produtores e tudo o mais que for de seu interesse, Exame particularizado de seus regimes de transporte e da defesa do solo contra os elementos de depreciação agrológica. Reforma dos sistemas de cultura nos matos e nos campos, Silvicultura.

XXV

Propugnar pela reorganização dos transportes internos por água, por terra, pelo ar, de maneira a canalizar nossa produção efetivamente para nossos portos, com degressão de preços.

XXVI

Propugnar:

- 1) pela criação e execução de trabalhos de saneamento padronizando-os da melhor maneira possível;
- 2) pela adoção de sistemas racionais de urbanismo já para corrigir o que neste sentido existe, já para adotá-los nos novos núcleos de população;
- 3) por um regime de cooperação entre a União, os Estados e os Municípios para esses dois fins.

Política social

XXVII

Equiparação dos jornaleiros e operários do Estado aos funcionários de quadro.

XXVIII

Organização e fomento do lar gratuito, na base da família monogâmica e indissolúvel, sobretudo para as classes menos favorecidas, proporcionando-lhes facilidades de obtenção.

XXIX

Pensões, aposentadorias, seguros e assistência médica aos funcionários públicos e suas famílias.

XXX

Seguros sociais contra a invalidez, acidentes no trabalho, molestias, velhice, desocupação ocasional e não procurada.

XXXI

Desenvolvimento da assistência social, notadamente a hospitalar e do amparo à infância, à maternidade e ao trabalho intelectual, com especial atenção às populações rurais.

XXXII

Regime de oito horas, para trabalho maquinofatureiro, comercial e mineiro, sua gradual redução à medida da eficiência maior dos processos de produção; salário mínimo, restrição dos trabalhos noturnos, limitação dos turnos para as mulheres grávidas e para as lactantes, com adoção obrigatória de medidas de proteção à sua saúde; interrupção dos turnos para menores entre 14 e 18 anos; proibição de trabalho maquinofatureiro e mineiro aos menores de 14 anos.

XXXIII

Fomento e reconhecimento de sindicatos, cooperativas de consumo e produção e das associações profissionais, regulares e estáveis, inclusive as de profissões liberais; criação de tribunais e assessorados para a solução de conflitos entre patrões e operários, clientes e profissionais.

XXXIV

Aplicação crescente das rendas públicas ao desenvolvimento do ensino em todos os seus graus. Cooperação orçamentária obrigatória da União no ensino primário. Uniformização da finalidade básica do ensino primário gratuito, leigo, vocacional e integral e obrigatório onde fôr possível. Organização e estímulo do ensino técnico-profissional.

Ensino secundario, intermedio e superior mantido pelo Estado e apenas sujeito a taxas modicas de assistencia social, de modo a ser acessivel a todos. Incremento do regime universitario.

XXXV

Ensino religioso facultativo nas escolas publicas; assistencia religiosa facultativa as classes armadas.

XXXVI

Uniformização do plano basico de defeza sanitaria individual e coletiva.

Politica externa

XXXVII

Manutenção da atitude tradicional do Brasil, pacifista e de cooperacao internacional, preferindo sempre, aos conflitos armados, as soluções de arbitragem e conciliação.

XXXVIII

Estreitar a aproximação das nações sul-americanas, favorecendo a acordos economicos, sociais e culturais.

(Sede -- Rua dos Andradas n. 959 -- 2º Andar)

Porto Alegre

2 - LEGISLAÇÃO ELEITORAL (*)

(*) In: COSTA, Edgard. A Legislação Eleitoral Brasileira. Brasília, Departamento de Imprensa Nacional, 1964.

* * *

I — INTRODUÇÃO — Inicialmente dispunha o Código que êle regularia em todo o país o alistamento eleitoral e as eleições federais, estaduais e municipais, ampliando, assim, a competência federal, — que era restrita pelo art. 34, n.º 21, da Constituição, — no sentido da unificação das normas reguladoras, em tôda a República, do alistamento e das eleições.

Dispunha, a seguir, que seria eleitor o cidadão maior de 21 anos, sem distinção de sexo, alistado na forma por êle determinada, extendendo, assim, o direito de voto às mulheres sem porém, tornar obrigatório o seu alistamento (art. 2.º e 120, letra b).

Não podiam alistar-se eleitores: a) os mendigos; b) os analfabetos; c) as praças de pret. excetuados os alunos das escolas militares de ensino superior, não compreendidos naquela expressão os aspirantes a oficial, os sub-oficiais, os guardas-civis e quaisquer funcionários da fiscalização administrativa, federal ou local.

II — JUSTIÇA ELEITORAL — Instituído a Justiça Eleitoral (art. 5.º), com funções contenciosas e administrativas, estabeleceu o Código, como órgãos da mesma: 1.º) um Tribunal Superior, na Capital da República; 2.º) um Tribunal Regional na Capital de cada Estado, no Distrito Federal e na sede do Governo do Território do Acre; 3.º) juizes eleitorais nas comarcas, distritos ou termos judiciários.

Aos magistrados eleitorais eram asseguradas as garantias da magistratura federal. A exoneração dos membros dos Tribunais somente poderia ser solicitada dois anos depois de efetivo exercício, salvo motivo justificado perante o Tribunal Superior, sendo lícito após aquêle periodo, recusar nova nomeação.

TRIBUNAL SUPERIOR — O Tribunal Superior cumpunha-se de cinco membros efetivos e oito substitutos, tendo como presidente o vice-presidente do Supremo Tribunal Federal, sendo os demais membros designados do seguinte modo: a) dois efetivos e dois substitutos, sorteados dentre os ministros do Supremo Tribunal; b) dois efetivos e dois substitutos, sorteados dentre os desembargadores da Corte de Apelação do Distrito Federal; c) três efetivos e quatro substitutos, escolhidos pelo Chefe do Governo Provisório dentre 15 cidadãos, propostos pelo Supremo Tribunal Federal, com os seguintes requisitos: 1) notável saber jurídico e idoneidade moral; 2) não ser funcionário demissível *ad nutum*; 3) não fazer parte da administração de sociedade

ou empresa que tivesse contrato com os poderes públicos, ou gozasse, mediante concessão, de isenções, favores ou privilégios; 4) ser domiciliado na sede do Tribunal. Por sessão a que comparecesse, seria abonado ao juiz o subsídio de 100\$, quando exercesse outra função pública remunerada, e 150\$, em caso contrário. Dentre seus membros, elegeria o Tribunal um vice-presidente, e um procurador para as funções do Ministério Público. (1)

Eram atribuições principais do Tribunal: fixar normas uniformes para a aplicação das leis e regulamentos eleitorais, expedindo instruções que entendesse necessárias; julgar, em última instância, ou recursos interpostos das decisões dos Tribunais Regionais; conceder *habeas-corpus*, sempre que procedesse de Tribunal a coação alegada; decidir conflitos de jurisdição entre Tribunais Regionais ou entre juizes eleitorais de regiões diferentes; propôr ao Chefe do Governo Provisório as providências necessárias para que as eleições se realizassem no tempo e forma determinados em lei. As suas decisões, nas matérias de sua competência, punham termo aos processos.

Os Tribunais Regionais compunham-se de seis membros efetivos e seis substitutos, tendo como presidente: 1) nos Estados o vice-presidente do Tribunal de Justiça; 2) no Distrito Federal o vice-presidente da Corte de Apelação (2); 3) no Território do Acre, o presidente do Tribunal de Apelação — Os demais membros seriam assim designados: I) quanto aos Estados: a) o juiz federal, servindo o da 2ª Vara, se houvesse mais de uma; b) dois efetivos e dois substitutos sorteados dentre os membros do Tribunal de Justiça local; c) dois efetivos e três substitutos escolhidos pelo Chefe do Governo Provisório, dentre 12 cidadãos propostos pelo Tribunal de Justiça local; II) quanto ao Distrito Federal: a) do juiz federal da 2ª Vara; b) dois efetivos e dois substitutos sorteados dentre os desembargadores da Corte de Apelação; c) dois efetivos e três substitutos, escolhidos pelo Chefe do Governo Provisório dentre 12 cidadãos

(1) O Tribunal Superior Eleitoral instalou-se em 20 de maio de 1932, assim constituído: *Presidente*, o Ministro Hermenegildo Rodrigues de Barros; *juizes efetivos*: ministros José Soriano de Souza Filho (vice-presidente), e João Martins de Carvalho Mourão; desembargadores José Linhares e Renato de Carvalho Tavares (como procurador geral); drs. Afonso Penna Júnior, Prudente de Moraes Filho e Alonso Celso. — *Juizes substitutos*: ministros Eduardo Espinola e Plínio Casado; desembargadores Leopoldo de Lima e Artur Colares Moreira; drs. José Miranda Valverde, Levi Fernandes Carneiro, Alceu de Amoroso Lima e Francisco Carneiro Monteiro de Sales.

(2) Pelo Decreto nº 21.207, de 28 de março, a presidência deveria caber ao desembargador mais antigo dos então, e três vice-presidentes do Tribunal.

propostos pela Corte de Apelação (3); III) quanto ao Território do Acre: a) do juiz federal; b) dos dois outros membros do Tribunal de Apelação; c) três substitutos nomeados pelo Chefe do Governo Provisório dentre seis cidadãos propostos pelo Tribunal de Apelação, sendo o juiz federal substituído em sua falta ou impedimento pelo juiz de direito da sede do Governo. (4)

— Por sessão a que comparecesse, era abonada ao Juiz do Tribunal a remuneração de 80\$, quando exercesse função pública, e 120\$ em caso contrário.

Como principais atribuições, competia aos Tribunais Regionais: 1) decidir, em primeira instância, os processos eleitorais; 2) processar e julgar os crimes eleitorais; 3) julgar, em segunda instância, os recursos interpostos das decisões dos juizes eleitorais; 4) conceder *habeas-corpus* em matéria eleitoral; 5) fazer publicar, diariamente, no jornal oficial, a lista dos inscritos na vespereira; 6) fazer a apuração dos sufrágios e proclamar os eleitos.

— *Juizes eleitorais.* — Cabiam aos juizes locais vitalícios, pertencentes à magistratura, as funções de juiz eleitoral. Onde houvesse mais de uma vara, competia ao Tribunal Regional designar aquela, ou aquelas, a que se atribuía a jurisdição eleitoral.

Competia aos juizes eleitorais: 1) preparar os processos eleitorais; 2) dirigir e fiscalizar os serviços de identificação nos cartórios eleitorais; 3) despachar, em primeira instância, os requerimentos de qualificação e as listas de cidadãos incontestavelmente alistáveis, enviadas pelas autoridades competentes. Era-lhes abonado o subsídio de 1:200\$ por ano, pago em quotas mensais. — Subordinado a cada juiz, funcionava um cartório, composto do respectivo escrivão e dois funcionários nomeados pelo Tribunal Regional, cartório que tinha a seu cargo as operações iniciais de inscrição.

III — DO ALISTAMENTO — A qualificação seria feita *ex-officio* ou por iniciativa do cidadão.

Eram qualificados *ex-officio*: a) os magistrados, os militares de terra e mar, os funcionários públicos civis; b) os professores

(3) Ficou assim constituído o primeiro Tribunal Regional do Distrito Federal: presidente, desembargador Ataulfo N. de Paiva; membros: doutor Octavio Kelly, juiz federal da 2ª Vara; desembargadores Moraes Sarmiento e Vicente Piragibe; drs. Edgard Costa (juiz de direito) e Antônio Fernandes Júnior, como procurador regional.

(4) Essa foi a constituição dada ao Tribunal do Acre pelo Decreto nº 21.321, de 28 de abril, alterando o disposto no art. 21, § 2º III, do Código Eleitoral.

de estabelecimentos de ensino oficiais ou fiscalizados pelo Govêrno; c) as pessoas que exercessem, com diploma científico, profissão liberal; d) os comerciantes e os sócios de firmas comerciais registradas; e) os reservistas de 1ª categoria do Exército e da Armada, licenciados nos anos anteriores. Competia aos chefes das repartições públicas, civis ou militares, aos diretores de escolas, aos presidentes das ordens de advogados, aos chefes das repartições onde se registrassem os diplomas e as firmas sociais, remeter, nos 15 dias imediatos à abertura do alistamento, ao juiz eleitoral sob cuja jurisdição estivessem, listas de todos os cidadãos qualificáveis *ex-officio*, contendo, em referência a cada cidadão, o nome e prenome, o cargo e profissão, e o que constasse quanto à nacionalidade, idade e residência. Recebidas as listas, declarava o juiz qualificados os que se encontrassem nas condições legais, dando conhecimento ao Tribunal Regional.

Qualificação requerida — O requerimento de qualificação devia ser escrito pelo peticionário, com letra e firma reconhecidas, declarando a idade, naturalidade, filiação, estado civil, profissão e residência do alistando, e contendo a afirmação de se achar o mesmo quite quanto ao serviço militar, ou de não estar obrigado a êste. Seria instruído com a prova de maioridade e da qualidade de nacional.

Inscrição. — Deferida a qualificação, o processo era entregue ao requerente, que deveria, para ser inscrito, comparecer à secretaria do Tribunal ou ao cartório eleitoral, onde seria identificado, se já não o tivesse sido. O pedido de inscrição seria acompanhado de três fotografias e da prova da qualificação, quando requerida; não sendo tomado em consideração, podia o alistando requerer sua inscrição ao presidente do Tribunal Regional ou ao juiz eleitoral.

Competia à secretaria do Tribunal ou ao cartório eleitoral organizar a ficha dactiloscópica do peticionário, em três vias, e preparar, em outras três vias, o título eleitoral, com a fotografia do alistando e sua impressão digital, cuja entrega, ao próprio eleitor ou quem apresentasse o recibo da entrega do pedido de inscrição, seria ordenada às respectivas, secretarias pelos Tribunais Regionais.

Domicílio eleitoral — Era permitido, para o exercício do voto, a escôlha de domicílio diferente do domicílio civil; domicílio eleitoral era o lugar onde o cidadão comparecia para inscrever-se. Não era permitida mudança de domicílio senão um ano, pelo menos, depois de inscrito o eleitor; o que o transferisse não poderia votar antes de decorridos três meses. Essas restrições não se applicavam aos funcionários públicos civis ou militares quando removidos.

Causas de cancelamento — Eram causas de cancelamento: a infração de qualquer dos requisitos do pedido de qualificação; a condenação à pena de prisão celular maior de seis anos, o que importava a suspensão dos direitos políticos (art. 55 do Código Penal); a suspensão ou perda desses direitos; pluralidade de inscrição; falecimento; e ausência declarada em juízo de acôrdo com o lei civil. A exclusão dos inscritos seria promovida *ex-officio* ou a requerimento de qualquer eleitor ou delegado de partido.

IV — DAS ELEIÇÕES — O sistema de eleição era o do sufrágio universal direto, voto secreto e representação proporcional.

Voto secreto — Resguardaria o sigilo do voto um dos seguintes processos: 1º — a) uso de sobrecartas oficiais, uniformes, opacas, numeradas de 1 a 9 em séries, pelo presidente, à medida que fôsem entregues ao eleitor; b) isolamento do eleitor em cabine indevassável para o só efeito de introduzir a cédula na sobrecarta e, em seguida, fechá-la; c) verificação da identidade da sobrecarta à vista do número e rubricas; d) emprego de urna suficientemente ampla, para que não se acumulassem as sobrecartas na ordem em que eram recebidas. 2º — registro obrigatório dos candidatos até 5 dias antes da eleição e uso das máquinas de votar.

Representação proporcional — Processar-se-ia a representação proporcional nos seguintes têrmos:

1) Seria permitido a qualquer partido, aliança de partidos ou grupo de cem eleitores, no mínimo, registrar, no Tribunal Regional, até 5 dias antes da eleição, a lista de seus candidatos, encimada por uma legenda. Considerava-se avulso o candidato que não constasse de lista registrada.

2) A votação seria feita em dois turnos simultâneos, em uma só cédula, encimada, ou não, de legenda. Nas cédulas estariam impressos ou dactilografados, um em cada linha, os nomes dos candidatos, em número que não excedesse ao dos elegendos mais um, reputando-se não escritos os excedentes, considerando-se votado em primeiro turno o primeiro nome de cada cédula, e, em segundo, os demais, salvo o disposto a seguir.

Estariam eleitos em primeiro turno: a) os candidatos que tivessem obtido o quociente eleitoral; b) na ordem da votação obtida, tantos candidatos registrados sob a mesma legenda quantos indicasse o quociente partidário. — Determinava-se: o quociente eleitoral, dividindo o número de eleitores que concorressem à eleição pelo número de lugares a preencher no círculo eleitoral, desprezada a fração; — o quociente partidário, dividindo pelo quociente eleitoral o número de votos emitidos em cédulas sob a

mesma legenda, despresada a fração. — Estariam eleitos em segundo turno, os outros candidatos mais votados, até serem preenchidos lugares que não o fôsem no primeiro turno. (3)

Se a cédula contivesse um só nome e legenda registrada, considerava-se esse nome votado em 1º turno, e, em 2º toda a lista registrada sob a referida legenda; se contivesse legenda registrada e nome estranho à respectiva lista, considerar-se-ia inexistente a legenda; se contivesse apenas legenda registrada, considerava-se voto para a respectiva lista em 2º turno e voto em branco no segundo. Podia-se repetir o primeiro nome da cédula, caso em que considerar-se-ia votado o candidato em primeiro e segundo turno, muito embora não se devesse reputar simultaneamente eleito nos dois turnos. Não seriam tomados votos do primeiro turno com os do segundo, nem se acumulavam votos em qualquer turno. Em caso de empate, estaria eleito o candidato mais idoso.

Estabelecia o Código, a seguir, as regras que se deveriam observar no uso da máquina de votar, — sistema que não foi usado.

Condições de elegibilidade — Eram condições de elegibilidade: 1) ser eleitor; 2) ter mais de quatro anos de cidadania. — Os casos de inelegibilidade seriam determinados em lei especial.

V — PROCESSO ELEITORAL — Cada município que não tivesse mais de 400 eleitores constituiria uma seção eleitoral; excedendo a esse número, o Tribunal Regional distribuiria em seções com esse máximo, atendendo aos meios de transporte e a comodidade dos eleitores.

A cada seção eleitoral corresponderia uma Mesa Receptora de votos formada de um presidente, um 1º e 2º suplentes nomeados pelo Tribunal Regional 60 dias antes da eleição, (4) e dois secretários. Eram condições para ser nomeado presidente ou suplente: a) ser eleitor; b) ser, de preferência, magistrado, membro do ministério público, professor, diplomado em profissão liberal, serventuário de justiça formado em direito, contribuinte de imposto direto; c) não ser funcionário demissível *ad-nutum*, nem pertencer à magistratura eleitoral. Os secretários seriam nomeados pelo presidente da Mesa 24 horas, pelo menos, antes da

(3) *Exemplos*: 1) Votantes, 48.000; lugares a preencher, 8; quociente eleitoral, 6.000. — 2) Partido A, 18.000 votos; Partido B, 13.000; candidato avulso, 7.000. — 3) Eleitos: Partido A, 3 representantes (6.000 x 3); Partido B, 2 (6.000 x 2), e candidato avulso. — Pelo 2º turno — 2 (os mais votados na apuração total).

(4) Ver Decreto nº 22.607, de 3 de abril de 1933.

eleição, devendo ser eleitores e, de preferência, serventuários de justiça.

Não se reunindo a Mesa, por falta ou impedimento do presidente e suplentes, assistia aos eleitores a faculdade de votar em outra que estivesse sob a jurisdição do mesmo juiz.

Os membros da Mesa, assim como os fiscais ou delegados de partidos e as autoridades, podiam votar perante as em que servissem, ainda que alistados em outra seção, anotando-se o fato na respectiva ata.

As Mesas Receptoras remetia o Tribunal Regional além da urna, sobrecartas de papel opaco, tendo impressos o escudo nacional e estas palavras: «*Firma do presidente... Firma do secretário... Municipio... Seção n° ... Secretário...*»; e cédulas de qualquer candidato, ou partido, que lhe tivessem sido enviadas para serem postas à disposição dos eleitores no gabinete indevassável. — As cédulas deviam ser de forma retangular, de côr branca, de dimensões tais que, dobradas ao meio, ou em quarto, coubessem nas sobrecartas oficiais, e impressas ou datilografadas, sem mais dizeres ou sinais que os nomes dos candidatos e uma legenda devidamente registrada.

As Mesas funcionariam em lugares designados pelo Tribunal sob proposta dos juizes eleitorais, de preferência em edificios públicos; não existindo estes em número e condições requeridas, recorrer-se-iam a edificios de propriedade particular, que obrigatória e gratuitamente seriam cedidos para esse fim. No recinto da Mesa, separado do público, somente teriam direito a permanecer os seus membros, os candidatos e seus fiscais, os delegados de partidos e o eleitor durante o tempo necessário à votação.

O recebimento dos votos começaria às 8 horas durando, seguidamente, até às 18 horas. Dispunha o Código com minúcias sobre o ato de votar. Apresentado o título, achando-se o mesmo em ordem e não contestada a identidade do seu portador, receberia o eleitor uma sobrecarta oficial, numerada, no ato, passando ao gabinete indevassável, onde colocaria na sobrecarta a cédula da sua escolha, colocando-a, ao sair do gabinete, na urna, depois de examinada, sem ser tocada, pelo presidente e fiscais, assinando, a seguir, a lista dos eleitores, em duplicata. Se a identidade do eleitor fôsse contestada, a sobrecarta contendo o seu voto seria colocada em sobrecarta maior, em que seria anotada a impugnação e o nome do impugnante, sendo tomada as impressões digitais e a assinatura do eleitor em fôlha apropriada, incluída também na sobrecarta maior. Da mesma forma proceder-se-ia se o nome do eleitor tivesse sido omitido ou figurasse erradamente na lista.

Terminada a votação, o presidente encerraria o ato eleitoral: selando a abertura da urna, com uma tira de papel forte, que

levaria a sua assinatura e as dos fiscais e delegados de partidos; assinaria a ata com os demais membros da Mesa, candidatos, seus fiscais ou delegados de partido que quisessem; entregaria à secretaria do Tribunal ou à agência do correio mais próxima, pessoal e imediatamente, a urna e dentro de sobrecarta, devidamente rubricada, todos os documentos do ato eleitoral. No Tribunal Regional ficariam as urnas à vista dos interessados de dia e de noite.

VI — DA APURAÇÃO — Competia aos Tribunais Regionais a apuração dos sufrágios e proclamação dos eleitos nas regiões eleitorais respectivas, apuração que começaria no dia seguinte ao das eleições devendo terminar, — salvo motivo justificado perante o Tribunal Superior, — dentro de 30 dias; podia ser feita simultaneamente em duas ou três turmas, cada uma com a presença mínima de dois membros do Tribunal.

Preliminarmente, devia o Tribunal verificar: 1) Se havia indícios de violação das urnas; 2) Se houvera entrega imediata da urna e demais documentos; 3) Se o número de sobrecartas correspondia ao dos votantes; 4) Se o número de urnas era igual ao de Mesas Receptoras. Se houvesse falta de uma ou mais urnas ou se não tivessem sido acompanhadas dos documentos legais, e se o número de sobrecartas autenticadas em cada urna, não correspondesse ao declarado na ata, o Tribunal deixaria de computar os votos da seção, ordenando o presidente que se realizasse, nela, nova eleição, sob a presidência do juiz eleitoral.

Na *contagem dos votos* observar-se-iam as seguintes regras: a) o presidente leria ou faria ler por outro membro do Tribunal em voz alta, as cédulas extraídas, uma a uma, das urnas; b) se houvesse, na mesma sobrecarta, mais de uma cédula, valeria uma delas, se fôsem iguais, e não valeria nenhuma, se fôsem diferentes; c) seria nula a cédula que não preenchesse os requisitos determinados; d) no caso de falta ortográfica, diferença leve de nomes ou prenomes, inversão ou supressão de algum destes, decidir-se-ia pela validade do voto em favor do candidato notório, desde que não fôsse possível confusão com outro candidato que figurasse na chapa; e) as impugnações de cédulas seriam resolvidas no início da apuração. — Seria declarado nulo o voto se as impressões digitais do eleitor impugnado não coincidissem com as existentes na folha pessoal de sua inscrição; se coincidissem, o voto prevaleceria, voltando a cédula à urna; num ou noutro caso providenciaria o Ministério Público quanto ao processo a instaurar-se contra o eleitor fraudulento ou contra o autor da falsa impugnação. — Não havendo, sobre qualquer fato da apuração, unanimidade de votos entre membros presentes do

Tribunal reservar-se-ia para o final dos trabalhos a discussão da dúvida, que então se resolveria por maioria de votos.

Da proclamação dos eleitos — Terminada a apuração, o presidente do Tribunal anunciaria em voz alta: 1) a soma total dos votos líquidos em toda a região; 2) o quociente eleitoral resultante, para o primeiro turno; 3) os nomes votados, na ordem decrescente dos votos recebidos; 4) os nomes dos eleitos no primeiro turno; 5) os nomes dos eleitos no segundo turno; 6) os nomes dos suplentes. — Da apuração seria lavrada ata geral, assinada pelo presidente, demais membros e secretário do Tribunal, ata que, acompanhada de todos os documentos enviados pelas Mesas Receptoras, seria remetida ao presidente do Tribunal Superior. — Qualquer candidato, fiscal de candidato ou delegado de partido podia recorrer das decisões tomadas durante a apuração.

Dos diplomas — O candidato eleito receberia, como diploma, um extrato da ata geral. Se contestado esse diploma, enquanto o Tribunal Superior não decidisse o recurso interposto, podia o diplomado tomar assento na assembléia, exercendo o mandato em toda a plenitude. — A nulidade de votos só importaria nulidade do diploma, quando deduzidos os votos nulos, ficasse o seu titular em inferioridade de votação em segundo turno, a outro da mesma chapa de partido, ou quando, sendo candidato não registrado, ficasse sua votação inferior ao quociente eleitoral. — As vagas que, por qualquer motivo, houvesse na representação de cada partido, aliança de partidos ou candidatos registrados, seriam preenchidas pelos suplentes respectivos, na ordem em que tivessem sido declarados eleitos. Se não houvessem suplentes, a vaga seria provida mediante eleição dentro de 30 dias.

VII — DAS NULIDADES — Seria nula a votação realizada perante Mesa constituída por modo diferente do preceituado no Código, e em dia, hora ou lugar diverso do legalmente designado; feita mediante listas de eleitores falsos ou fraudulentos; quando a urna não houvesse sido remetida em tempo, salvo motivo de força maior, ao Tribunal Regional, ou não tivesse sido acompanhada dos documentos do ato eleitoral, ou quando o número das sobrecartas autenticadas nela existentes fôsse superior ao número de votantes consignado na ata; quando se provasse ter sido recusada, sem fundamento legal, aos candidatos, aos seus fiscais ou a delegados de partidos, a assistência aos atos eleitorais e sua fiscalização; quando se provasse violação do sigilo absoluto do voto, e, finalmente, coação ou fraude, que alterasse o resultado final do pleito. Se a nulidade atingisse a mais de metade dos votos de uma região eleitoral, julgar-se-iam prejudicadas as demais votações e mandar-se-ia fazer nova eleição.

VIII — DISPOSIÇÕES COMUNS — Dispondo sobre as garantias eleitorais, assegurava-as o Código nos seguintes termos: 1) ninguém podia impedir ou embaraçar o exercício do sufrágio; desde cinco dias antes e até 24 horas depois do encerramento da eleição, nenhuma autoridade podia prender ou deter qualquer eleitor, salvo flagrante delito; comícios, manifestações ou reuniões públicas de caráter político, não seriam permitidas desde 24 horas antes até 24 horas depois da eleição; 2) nenhuma autoridade estranha à Mesa podia intervir, sob pretexto algum, em seu funcionamento; os membros da Mesa, os fiscais de candidatos e os delegados de partidos eram invioláveis durante o exercício das suas funções, não podendo ser presos ou detidos salvo em flagrante delito em crime inafiançável; 3) seria proibida, durante o ato eleitoral, a presença de força pública dentro do edifício em que funcionasse a Mesa Receptora ou nas suas imediações; 4) seria feriado nacional o dia da eleição; 5) o Tribunal Superior e os Tribunais Regionais dariam *habeas-corpus* para fazer cessar qualquer violência atual ou iminente, podendo ser requerido, em casos urgentes, ao juiz eleitoral, que o decidiria sem demora, com recurso necessário para o Tribunal Regional.

IX — DOS PARTIDOS POLÍTICOS — Eram considerados partidos políticos para os efeitos do Código: 1) os que adquirissem personalidade política, mediante inscrição, no registro a que se referia o art. 18 do Código Civil; 2) os que, não a tendo adquirido, se apresentassem para os mesmos fins, em caráter provisório, com um mínimo de 500 eleitores; 3) as associações de classe legitimamente constituídas. — Uns e outros deveriam comunicar por escrito ao Tribunal Superior e aos Tribunais Regionais das regiões em que atuassem, a sua constituição, denominação, orientação política, seus órgãos representativos, o endereço de sua sede principal, e o de um representante local pelo menos.

Para todos os atos referentes ao alistamento, era facultado aos partidos, por meio de delegados seus ou representantes, que nomeassem junto aos juizes ou Tribunais eleitorais: 1) examinar, no arquivo eleitoral, quaisquer autos ou documentos; 2) apresentar alegações e protestos, por escrito, produzir todo gênero de provas e denúncias perante a autoridade competente os funcionários eleitorais; 3) acompanhar o processo de qualificação e inscrição dos eleitores; 4) requerer que, com a sua assistência, se interrogasse, em forma sumária, o alistando quanto à identidade e se verificasse seu conhecimento de leitura e escrita.

X — DA FISCALIZAÇÃO — Quando registrados, podiam os candidatos individualmente ou em conjunto, e os partidos e alianças de partido, nomear fiscais para os atos referentes à votação e

apuração, e ter junto a cada Mesa Receptora um delegado, e, até três, junto ao Tribunal; o candidato avulso, não registrado, podia também fazer idêntica nomeação junto às Mesas Receptoras, mediante comunicação escrita, assinada pelo menos por 50 eleitores:

XI — DOS RECURSOS — Dos atos, resoluções ou despachos dos juizes eleitorais e do presidente do Tribunal Regional caberia recurso, dentro de cinco dias, para o mesmo Tribunal.

Dos atos, resoluções ou despachos dos Tribunais Regionais caberia recurso, dentro de dez dias, para o Tribunal Superior.

XII — DAS SANÇÕES PENAIS — No capítulo I do título III enumerava o Código, minuciosamente, os delitos eleitorais e as respectivas penas, e, dentre elles, os seguintes: 1) inscrever-se fraudulentamente mais de uma vez como eleitor: pena: 3 meses a 1 ano de prisão celular; 2) fazer falsa declaração para fins eleitorais, ou de que pudesse resultar qualificação *ex-officio*: pena — multa de 500\$ a 5:000\$ conversível em posição; 3) fornecer ou usar documentos falsos ou falsificados, para fins eleitorais: pena — 1 a 4 anos de prisão celular e perda do cargo público que exercesse; 4) reter titulos eleitoral contra a vontade do eleitor: pena — 1 a 4 anos de prisão celular e perda do cargo público que exercesse; 5) recusar ou renunciar, antes de dois anos de efetivo exercício, sem causa justificada e aceita pelo Tribunal competente, o cargo ou *munus* público de natureza eleitoral, para que tivesse sido nomeado ou sorteado, ou passar, nas mesmas condições, o seu exercício; pena — multa de 2:000\$ a 5:000\$, perda do cargo público que exercesse, além de inabilitação, por dois anos, para exercer qualquer outro; 6) deixar o juiz eleitoral, ou membro do Tribunal, com violação de dispositivo expresso de lei, de julgar qualificado ou de mandar inscrever, no registro eleitoral, cidadão que provasse evidentemente estar no caso de ser eleitor: pena — suspensão do cargo por seis meses a um ano; 7) embaraçar o juiz ou qualquer magistrado eleitoral, o reconhecimento de direitos individuais de natureza eleitoral: pena — 6 meses a 2 anos de prisão celular e, em caso de reincidência, perda do cargo; 8) com iguais penas o juiz eleitoral, ou qualquer magistrado ou autoridade eleitoral que deixasse de remeter aos representantes da justiça os papéis e documentos para que se iniciasse a ação penal por delitos eleitorais, cuja existência fôsse patente de documentos, papéis ou atos submetidos ao seu conhecimento; 9) votar ou tentar votar mais de uma vez, ou em lugar de outrem: pena — 6 meses de prisão celular, e perda do cargo público que exercesse; 10) oferecer ou entregar cédulas de sufrágio onde funcionasse a Mesa Receptora, ou em suas proximidades dentro de um raio de cem metros:

pena — 3 a 12 meses de prisão celular, e perda do cargo público que exercesse; 11) violar ou tentar violar o sigilo do voto: pena — 6 meses a 3 anos de prisão, e perda do cargo público que exercesse; 12) oferecer, prometer, solicitar, exigir ou receber dinheiro, dádiva ou qualquer vantagem, para obter ou dar voto, ou para conseguir abstenção, ou para abster-se de voto: pena — 6 meses a 2 anos de prisão celular; 13) falsificar ou substituir atas ou documentos eleitorais: pena — 2 a 8 anos de prisão celular, e perda do cargo público que exercesse; 14) praticar ou instigar desordens, tumultos ou agressões que prejudicassem o andamento regular dos atos eleitorais: pena — 1 a 4 anos de prisão celular, e perda do cargo público que exercesse, além das demais penas em que incorresse; 15) arrebatara, subtrair, destruir ou ocultar urna ou documentos eleitorais, violar os selos das urnas ou os invólucros de documentos: pena — 3 a 10 anos de prisão celular, e perda do cargo que exercesse; 16) recusar ou renunciar, sem causa justificada e aceita pelo Tribunal Regional, o cargo de membro de Mesa Receptora: pena — perda do cargo público que exercesse e multa de 1:000\$ a 2:000\$, conversível em prisão.

As infrações eleitorais definidas no Código eram crimes inafiançáveis e de ação pública, não se suspendendo a execução da pena. Em todos eles, a reincidência elevaria a pena ao máximo; haveria reincidência sempre que o criminoso, depois de condenado por sentença irrecorrível, cometesse crime eleitoral, embora não infringisse a mesma disposição de lei.

Da ação penal — A iniciativa da ação penal competia aos procuradores eleitorais, ou a qualquer eleitor. A denúncia seria oferecida ao presidente do Tribunal Regional, que, ouvindo o procurador, designaria, por distribuição, um de seus membros, para servir de juiz preparador.

O crime comum, ou de responsabilidade, conexo com crime eleitoral, seria processado e julgado pelas autoridades judiciárias competentes para o conhecimento deste.

A ação penal prescreveria em 10 anos.

3 - 0 "MODUS VIVENDI"

Os partidos riograndenses, pelos representantes dos seus órgãos directores abaixo firmados, com o intuito de promover a pacificação dos espiritos e o bem geral do Estado, ponderando a gravidade dos problemas politicos, economicos e administrativos da actualidade e entendendo proveitosa a collaboraçãõ no governo de todas as correntes ponderaveis de opiniãõ, decidiram, depois de auscultar o pensamento dos seus respectivos correligionarios, estabelecer as bases deste modus-vivendi que regulará, daqui para o futuro, as suas relações reciprocas:

1º) cada um dos partidos guardará completa autonomia e liberdade de acção politica em tudo que não contrarie o disposto neste documento;

2º) os mesmos partidos concordam com a aprovaçãõ do seguinte projecto de lei:

LEI Nº

DISPÕE SOBRE AS ATRIBUIÇÕES DOS SECRETARIOS DE ESTADO.

Artigo 1º - Os secretarios de Estado, nomeados e demittidos pelo Governador, são os seus auxiliares directos na administração dos negocios publicos.

Paragrafo 1º - As secretarias actualmente existentes continuam com as atribuições que lhes conferem as leis e regulamentos em vigor, salvo as modificações da presente lei.

Paragrafo 2º - Só o brasileiro nato, maior de 25 anos, alistado eleitor, poderá ser Secretario de Estado.

Artigo 2º - Para assegurar a uniformidade e a eficiencia da actividade administrativa das Secretarias e combinar medidas para a bõa gestãõ dos negocios publicos, os Secretarios de Estado deverão reunir-se em conselho, uma ou mais vezes por semana, lavrando-se uma ata das reuniões.

Artigo 3º - Antes de lavrar as nomeações dos demais Secretarios de Estado, escolherá o Governador o presidente do Secretariado, que o auxiliará na organização do mesmo.

Artigo 4º - Ao presidente do Secretariado incumbe coordenar a actividade administrativa das diversas Secretarias e fiscalizar a exe-

cução do orçamento, tomando para isso as medidas convenientes.

Artigo 5º -Os Secretarios de Estado são solidariamente responsaveis perante a Assembléa Legislativa, sem prejuizo da responsabilidade civil ou criminal prevista na Constituição.

Artigo 6º -Além das atribuições que lhes forem conferidas pelas leis e regulamentos, compete aos Secretarios de Estado:

- a) -subscrever os atos do Governador;
- b) -expedir instrucções para a bôa execução das leis e regulamentos;
- c) -apresentar ao Governador o relatório dos serviços de sua Secretaria, o qual será distribuido aos membros da Assembléa Legislativa, juntamente com a mensagem;
- d) -comparecer á Assembléa Legislativa a seu apazimento e nos casos e para os fins especificados na Constituição;
- e) -preparar as propostas de orçamento das respectivas Secretarias;
- f) -tomar parte nas deliberações do Secretariado.

Paragrafo unico -Ao Secretario da Fazenda compete ainda organizar a proposta de orçamento geral da receita e despesa, com os dados de que dispuzer e os fornecidos pelas outras Secretarias, e apresentar anualmente ao Governador, para ser enviado á Assembléa, o balanço definitivo da receita e despesa e do patrimonio no ultimo exercicio.

Artigo 7º - A Assembléa Legislativa poderá convocar qualquer Secretario de Estado, para prestar, perante ela, informações sobre questões prévia e expressamente determinadas. A falta de comparecimento do Secretario sem justificação, constituirá crime de responsabilidade.

Paragrafo 1º -Igual faculdade e nos mesmos termos cabe ás comissões da Assembléa.

Paragrafo 2º -A Assembléa e as comissões designarão dia e hora para ouvir os Secretarios de Estado que lhes queirã solicitar providencias legislativas ou prestar esclarecimentos.

Paragrafo 3º -A convocação e a solicitação de que trata este artigo, quando feitas em relação a qualquer projeto de lei, entender-se-ão validas e efetivas para toda a elaboração do mesmo projeto, não ficando, porém, o Secretario de Estado obrigado a comparecer diariamente ás sessões.

sões.

Paragrafo 4º -A convocação e a solicitação podem ser feitas verbalmente, para qualquer assunto que figure na ordem do dia, quando o Secretário de Estado estiver presente á sessão.

Artigo 8º -Depois de constituido, o Secretariado apresentará á Assembléa Legislativa o programa de governo.

Convem e consentem os mesmos partidos na adopção das medidas e clausulas consubstanciadas nos seguintes itens:

I

Concorrer com os seus esforços para a estabilidade das instituições democraticas, na fórma do que foi adoptado pela Assembléa Legislativa, em voto expresso por occasião do surto extremista no norte do paiz e na Capital da Republica.

II

Readmittir aos lugares que occupavam ou provel-os em outros equivalentes, contando-se-lhes para os effeitos da antiguidade o tempo em que tenham estado afastados das respectivas funções -os empregados publicos, civis e militares, demittidos, reformados, aposentados ou transferidos por motivos politicos, providenciando-se oportunamente para que sejam aos funcionarios asseguradas as vantagens correspondentes ao cargo.

Para estes effeitos, remodelar-se-á a comissão instituida de acôrdo com o artigo 14 da Constituição do Estado, integrando-a de dois representantes do Partido Liberal e dois da Frente Unica, sob a presidencia de um desempataador escolhido a aprazimento dos membros da referida comissão.

III

Nomear uma comissão de tres juristas de notoria competencia para elaborar um ante-projecto creando a policia de carreira, o qual deverá ser apresentado á deliberação da Assembléa na proxima sessão legislativa. Nesse projecto, se vedará por completo todo criterio politico partidario no provimento dos cargos.

Para nomeação do chefe de policia o Governador ouvirá sempre o

secretariado.

Emquanto isso não acontecer, serão tomadas as seguintes providências:

a) -as autoridades policiaes, nos municipios administrados pela Frente Unica, serão nomeadas por proposta dos prefeitos;

b) -deverão ser excluidos dos quadros policiaes todos os elementos inidoneos.

IV

Apurar as responsabilidades dos funcionarios que venham a valer-se dos cargos que ocupam para exercer pressão partidaria em favor de um partido sobre os seus subordinados ou quaesquer cidadãos.

Em cada caso que ocorrer, deverão instituir-se comissões de inquerito compostas de membros do Partido Liberal e Frente Unica, em numero igual e sob a presidencia de pessoa escolhida a aprazimento dos mesmos, comprometendo-se o Governo a agir de conformidade com as conclusões dos inqueritos e tomar as medidas que delle dependerem, inclusive o immediato afastamento dos responsaveis.

V

Instaurar ou renovar os inqueritos policiaes procedidos com referencia a factos criminosos de natureza politica cometidos por ocasião dos ultimos pleitos municipaes, designando-se para presidil-os autoridades policiaes de indiscutivel isenção de animo.

VI

Prover os cargos por concurso, na forma da Constituição, excluido o criterio partidario na promoção e accesso dos funcionarios, observada a rigorosa ordem de classificação para as respectivas nomeações.

VII

Effectivar rigorosamente o exercicio dos direitos de imprensa, de reunião, associação e propaganda, de accôrdo com a lei.

VIII

Supprimir todos os entraves fiscaes, directos ou indirectos, á circulação da riqueza e privilegios contrarios á livre concorrência, salvo

as disposições da legislação federal no referente á organização cooperativa e protecção da saúde publica.

IX

Desenvolver as vias de comunicação sobre a base da elaboração de um plano racional de transportes e comunicações.

X

Perseverar na adopção de medidas conducentes ao equilibrio orçamentario.

XI

Condicionar a realização de gastos extraordinarios ao seu character reproductivo, e a das operações de credito e empréstimos a que os serviços de juros e amortisações não venham a determinar desequilibrio orçamentario.

Fica estabelecido ainda que, approvada a lei que institue o Secretariado, a pessoa que houver sido designada pelo Governador para presidil-o por-se-á em contacto com as chefias da Frente Unica afim de combinar com ellas a escolha dos seus representantes que devam fazer parte do Governo.

Convenciona-se outrosim neste compromisso que, independente do que dispõe o projecto da lei que institue o Secretariado nos artigos referentes ás relações politicas dos Secretarios com a Assembléa Legislativa, os secretarios escolhidos de accôrdo com a Frente Unica só se manterão nos cargos enquanto merecerem a confiança dos respectivos partidos.

*O presente documento lido e
em suas vias, é a origem de
na Assembléa Legislativa a
17 de janeiro de 1936*

José Antonio Pizarro
A. A. Borge de Mello
Francisco

4 - CARTA AO COMITÊ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA
SOBRE O RIO GRANDE DO SUL^(*)

(*) Arquivo Flores da Cunha. UFRGS.

Informe de Velloso - do RIO GRANDE DO SULSituação econômica e política do Rio Grande do Sul

Em virtude de não possuir aqui dados estatísticos, não posso me aprofundar no estudo da situação econômica da região; entretanto, preliminarmente, posso adiantar que a economia do Rio Grande do Sul repousa essencialmente na agricultura. Apesar de dados estatísticos não representarem a realidade, podemos tomar como base as últimas publicações oficiais referentes ao movimento econômico de 1927, onde se destaca a produção total agrícola no valor de 1.075.555;360\$, a indústria pastoril no valor de 69.782.303,000. Em comparação com a produção industrial verifica-se que esta (refere-se á agricultura) representa 50% a mais, uma vez que a produção industrial é de 580.000.000\$. De sorte que se observa que a produção agrícola equivale a mais da metade da industrial e muito mais da pastoril, que em tudo isso representa já uma ínfima minoria. Disto deduz-se á pouca existência de um proletariado como tal.

Num estado de 2.900.000 habitantes os maiores focos proletários são: ferroviários com média de 12 mil operários e empregados em todo o Estado; metalúrgicos com uma média de 20 mil; frigoríficos com mais de 20 mil; mineiros unificados em um sindicato com uma média de 6 mil; textis com mais de 14 mil, enquanto as outras indústrias fundamentais como Light não chegam a representar 2 mil operários cada uma, com excepção da indústria vinícola. As cidades de maiores concentrações operárias são: Porto Alegre, Santa Maria, ponto de maior importância política, com uma concentração ferroviária com média de 3 mil; Pelotas e Rio Grande com muitas fábricas textis, frigoríficos com 5 mil operários e uma regular concentração ferroviária; Sant'Anna do Livramento com uma média de 3 mil operários dos frigoríficos. O problema mais completo do Rio Grande do Sul é a questão do campo; (ainda de acordo com os dados oficiais), verificamos que em 172 núcleos colonizados do Estado reside um terço da população, no total fr 950 mil habitantes, em sua maioria colonos estrangeiros; possui cada um desses colonos o seu pedaço de terra, comprado á prestações, onde vivem oprimidos pelos impostos, falta de transportes para a venda de seus modestos productos e submettidos sobretudo á vontade soberana dos preços que lhes queiram impor a Federação através dos sindicatos rurais. Os estancieiros de que se trata no Rio Grande do Sul em 90% são meios proprietários conhecidos no Norte como sítiantes. Assim é que vivem oprimidos pelos bancos, através dos empréstimos, ao mesmo tempo que são acossados pela Federação Rural possuem como empregados em média de 8 a 10 pessoas. As suas áreas de terra são consideradas de 10 á 16 hectares cada. Mesmo alguns indivíduos como Portinho, Menna Barreto e outros, que eram considerados latifundiários, com o augmento da crise, e oprimidos pelo banco, estão em situação econômica iguaes aos estancieiros de que já tratamos. Tanto uns como outros levando-se uma luta efectiva podem fazer causa commum com a imensa massa de colonos, ao mesmo tempo que em toda esta gente verifica-se praticamente um estado de revolta contra as autoridades collectorias e contra a prepotencia de Flores. É de notar-se também que todo esse pessoal affectado pela crise revela grande sympathia pelo movimento da ANL e por Prestes; não escondem por outro lado seus sentimentos pela defesa de suas propriedades e dizem que no Rio Grande do Sul não ha fundamentalmente uma questão do latifundio. Allegam ser muito restricto o numero de grandes latifundiários.

Em realidade, levando-se em consideração os dados estatísticos dos colonos, em algumas zonas taes como Zona da Serra e fronteiras principalmente onde pode-se destacar grandes latifundiários não esquecendo das zonas como T. Serrinha, onde ha um só individuo com 150 mil hectares de terra. Contra esses indivíduos e contra os bancos e as autoridades das collectorias e contra Flores não sómente é concentrado o odio de todos os colonos, estancieiros, posteiros e peões. Nos campos do Rio Grande do Sul, principalmente na Zona da Serra e no nordeste do estado, existem xarqueadas, as quizes de per si, representam o papel dos barões feudaes, com a sua policia, imposição de costumes; constituem-se iguaes ás pequenas villas com uma população que varia de 100 a 200 familias, onde todos

trabalham sômente na xarqueada, com ordenados mesquinhos, com excepção do pessoal da matança, os quaes são especializados, obtendo alguns mais de um conto de réis mensal; no restante salienta-se aque além do mesquinhoordenado, trabalham, no maximo 6 mezes no anno, o mesmo acontecendo ao pessoal das grandes (plantações de arroz), etc. onde podemos tirar como exemplo, a granja Carola (a maior granja do Rio Grande do Sul), com um total de mil peoes, os quaes ganham em media 60 milreiros mensaes, e temos de notar ahi que é um bom ordenado de peoes. Nessa granja trabalha-se em media 6 mezes no anno e no tempo da safra inclusive são prohibidos de realisarem festas. O regimen de uma granja compara-se com o de uma propriedade feudal.

Basta se notar o quadro estatistico da area colonizada representando em total de 964.104 hectares de terra, em comparação com a area de terra devoluta representando 1.600.300 hectares e ve-se que todas as colonias como já falamos anteriormente, que são propriedades pequenas de um individuo cada, onde trabalha com sua familia, levando-se em conta a pequena burguezia urbana, frente aos 2.900.000 habitantes do Estado, para comprehender-se que o numero de assalariados agricolas (peoes), vaqueiros, os quaes são pagam impostos e nem compram terra, são inferiores talvez a 50% do total da população, representando, portanto menos de 12 mil assalariados agricolas em todo o estado, segundo informações do companheiro secretario regional, que tem conhecimentos praticos da vida do interior do Estado.

Dahi conclue-se que toda a força numerica da população do campo reside nos colonos; como classe seria um crime esconder por mais restricto que fosse o numero de peoes. Por questao de conhecimentos praticos deixa de especificar em linhas geraes quaes os grandes proprietarios do campo.



Naturalmente as condições politicas - a heterogeneidade dos grupos feudaes e burgueses do Estado, neste momento não representam as mesmas condições de 8 dias atrás, porem existem no estado dois partidos burguezes; o Partido Republicano liberal e o Partido Libertador, sendo este ultimo considerado pelas suas tradições como partido de opposição. Com esforço tremendo de Flores da Cunha e Raul Pilla, 6 mezes atrás, pra unificar as forças reaccionarias contra o movimento revolucionario, foi realisada uma frente unica encabeçada por Pilla; ao mesmo tempo que os conchavos de Flores com Getulio rprovocaram forte descontentamento nas fileiras de ambos os partidos e dentro da propria frente unica, onde se verifica uma phantastica desagregação em todos os bandos inclusive dentro da propria direção da Frente Unica. A qual desagregação appareceu com mais clareza na campanha eleitoral, onde cada partido concorreu com sua propria legenda, lutando pela eleição de seus proprios candidatos, inclusive na capital. O unico municipio onde houve uma eleição a favor do candidato da Frente Unica, foi S. Gabriel. Em Sant'Anna do Livramento sômente com 6 dias de antecedencia foi conseguido pelos governistas a formação de uma chapa; como consequencia desta desagregação ahi podemos aproveitar nas eleições e apresentar uma legenda com os dissidentes. Ao mesmo tempo que na Capital como no interior são frequentes os casos de ligações nossas com individuos que são considerados os de maior confiança de Pilla e Flores. Para mais caracterisar o estado organico das forças da reacção, temos o exemplo da luta de Goes Monteiro atravez de Pargas Rodrigues, para a constituição do Circulo dos Militares, com o qual pretendiam elles unificar as forças militares go lado da reacção no Estado. Nesta luta foi conseguida a primeira reunião do Circulo; mesmo sob a presidencia de Pargas Rodrigues, verificou-se grande força de opposição mobilisada por officiaes pertencentes á ANL e ao comité militar, os quaes conseguindo a maioria na assemblea e collocando elementos da ANL em commissoes de formação de estatutos. Estes e outros factos contribuíram para o abandono systematico da constituição do Circulo por Pargas. Com a prepotencia imposta por Flores, os crimes de morte taes como de Mario Couto, Apparicio Cora de Almeida, a prisão de Dyonellio, o assassinato de Waldemar Ripoli, nas fronteiras, collocação de metralhadoras pesadas nas chacaras dos inimigos politicos,

prisões, deportações de militantes operários, cresce cada vez mais o ódio popular e a desagregação dos partidos Libertador e Republicano, ao mesmo tempo nos próprios caudilhos e nas camadas operárias que perdem diariamente as ilusões com os próprios partidos e aumenta o ódio contra as camarilhas dominantes.

Officiais do Exército como o commandante do RSM, convidados para o movimento da ANL, declara, que contra o governo de Flores lutarão ao lado de qualquer grupo sem querer saber se é ou não comunista. Faz-se aqui muito trabalho de massa. É necessario explicar que todos esse partidos, tanto o Republicano como o Libertador, apesar de suas direções serem de burguezes e pequeno-burguezes, alguns dos quaes declaradamente reaccionarios, tem base da massa, especialmente no campo. O Estado conta com 86 municipios; raro é o municipio onde nao haja uma sede com um directorio de um e outro partido, agrupando os caudilhos e pequeno-burguezes, rurais, mesmo sem darem reuniões regulares, porem quasi todo individuo ou muito raro e aquelle que nao pertence, arrastado pelos coronéis, caudilhos, adherem automaticamente, quer alistado ou nao ao partido. Nos municipios, onde temos trabalho é justamente onde elles tem menos base de massas, como tambem se processa a desagregação nos proprios municipios.

Razões da luta com Morena:

Baseou-se fundamentalmente (isto é por minha parte) sobre as tarefas do P na preparação de revolução, entre as quaes destaca-se principalmente as questões de brigadas, elevação do trabalho no campo, para levantamento de guerrilhas, a começar do trabalho das ligas camponesas, sobre o trabalho da luta pela unidade syndical nos ferroviarios e sobre ligações com a pequena burguezia, destacando-se tambem falta de capacidade como elemento proletario para ligar-se com pequeno-burguezes onde Morena apoiou uma proposição de Cicero, de que para ligar-se com pequeno-burguezes era preciso ter boas frases e uma conversa agradável para entusiasmar o pequeno-burguez. Como tambem o meu nivel ideológico sendo mais baixo que o de Lino, podia facilmente ser corrompido, dito isto por Morena.

Na questão das brigadas para a formação das guerrilhas, já tendo sido dadas as instruções ao delegado de Passo Fundo, sector onde temos uma regular ligação com os camponeses e sobretudo quando são os proprios companheiros desta zona que organizam grupos armados para depenhar bandeiras e pintar muros, Morena manifesta-se contra as instruções de crear depositos de armas, sob a allegação dos companheiros serem novos e transformarem a luta em "putch". Sobre a criação de ligas camponesas, tomando-se como base a composição social dos campos do Estado, verificamos que a forma mais justa de englobar a população pelos seus interesses immediatos, Morena tambem manifesta-se contra, sob pretexto de que ha uma resolução da ISV de que se deve crear primeiro o syndicato de assalariados agricolas, para depois organizar as ligas ou coisas semelhantes.

Sobre a questão dos ferroviarios, um mez antes do BP enviar uma carta propondo uma reunião de delegados para discutir-se como por em pratica as resoluções do Congresso de Victoria, foi por mim levantado uma conferencia dos ferroviarios (delegados) para discutir-se um programma de reivindicações e ao mesmo tempo a unificação dos ferroviarios, pois o syndicato está scindido, havendo uma parte sob a direcção da succursal de Santa Maria (cuja succursal está sob nossa influencia) e outra parte desligada de qualquer tendencia, Morena oppõe-se sob a allegação de que este nao é o problema, por já haver um dos directores do syndicato de Porto Alegre enviado um memorial a Flores e sendo pela unificação a principio sómente por intermedio de cartas, telegrammas e entendimentos dos directores syndicaes.

Ligações com a pequena-burguezia: Nesta questão em parte, como foi feita a minha ligação, eu estive e continuo estando de accordo com

elle. (Esta questão que se trata aqui é diferente do 1º ponto, que também se refere a ligação com a pequena burguezia). Como consequencia da pouca ou nenhuma ligação que o Partido tinha com o operariado na capital, e ao mesmo tempo que era necessario por motivo da realização das proprias tarefas do P. eu liguei-me a muito pequenos burguezes. Como consequencia destas muitas ligações descuidei-me de ligar-me directamente a um bom nucleo de operarios em lugar da pequena burguezia, decorrendo disto algumas vacillações. No entanto mesmo ligado a elementos pequeno-burguezes, por intermedio delles liguei-me a operarios mineiros. E essas ligações deram optimo resultado. Contribuiu para levantar-me um syndicaco que a reacção tinha dissolvido das minas de Butia. Ao mesmo tempo coordenar com as minas de S. Jeronymo, como também apanhei ligação com alguns ferroviarios cujo resultado será a unificação mais rapida dos ferroviarios. Outrascoisas menores não incluo aqui porque não interessam muito. Adeanto mais que inclusive houve tendencias falsas para evitarmos o direito a votação e a propostas, justamente em uma reunião do CR, quando se discutia a vinda dos 2, coisa que eu nunca podia estar de accordo, pois seria um atraso enorme para a região. Levantel inclusive a questo de vir po ultimo, porem como a questão era de grupo, ficou aprovada a vinda dos 2 como já expliquei em carta anterior.

2º) Na ultima reunião do CR, onde havíamos de discutir o schema do informe da Região, a ordem do dia, foi substituida pela discussão da proposta que já foi enviada por lá. Ao mesmo tempo que foi levantado por Morena para que eu assumisse o compromisso de sustentar a posição frente ao CC de que o CR está capaz de levar uma luta effectiva pela formação do P.

N o t a:

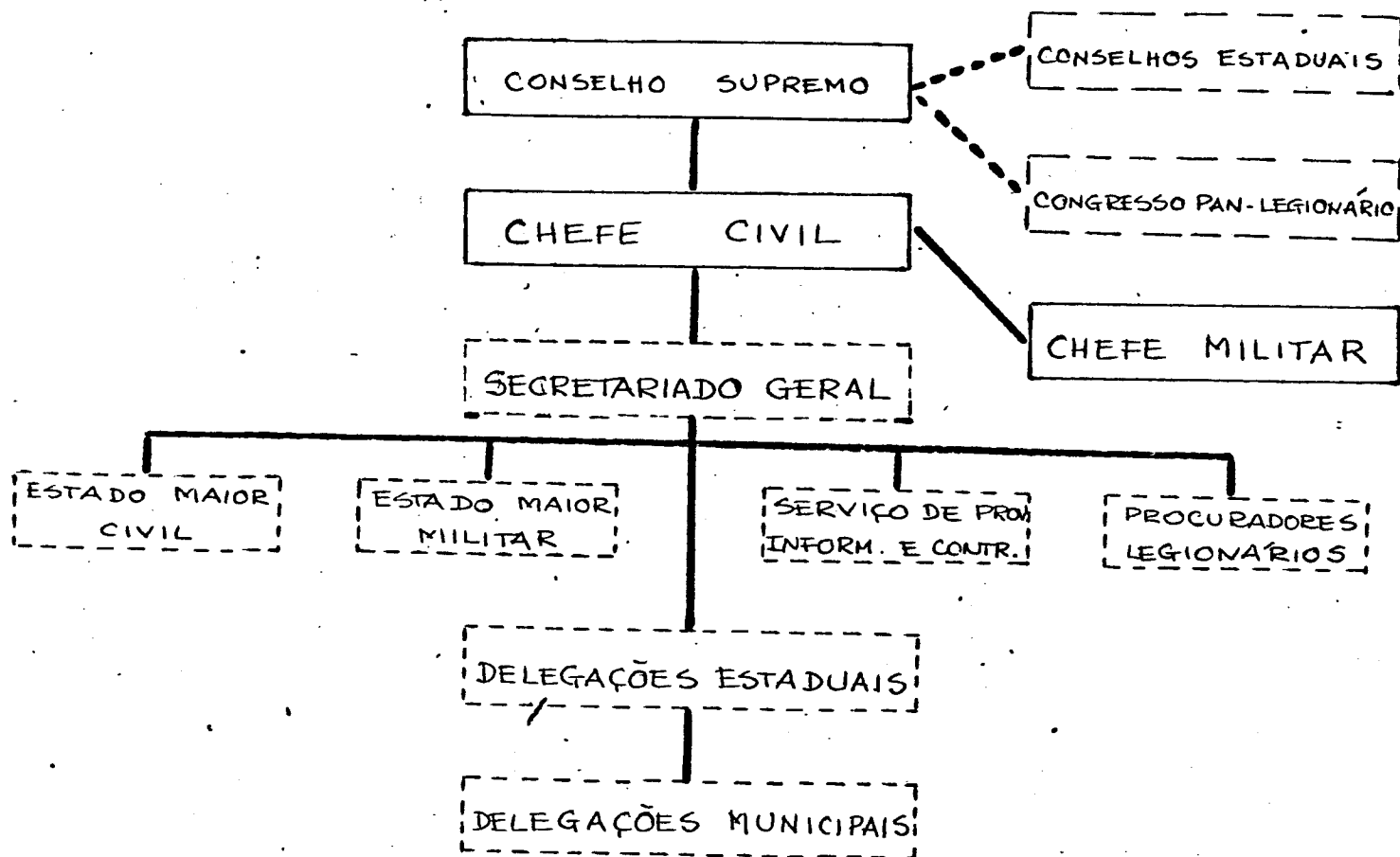
Toda a minha actuação, apesar de toda esta luta, realicei todos os esforços no sentido de não provocar descontentamento do CR contra CC e nem prejudicar o trabalho do Partido. Com a maior cordialidade sustentei que fazia referencias ao CC de que de facto o CR com o auxilio do CC nas condições em que está pode levantar a região. Mas aqui frente ao CC eu não sou louco para sustentar tal posição. Em reunião explicarei porque ou depois, se for necessario, mesmo por carta explicarei.

O grau de preparação de Região para a insurreição: O sector onde mais temos forças, de todos os sectores é o sector militar, tendo ligações com varios batalhões; temos ligações com ferroviarios, com mineiros e ligações com o campo. Estas ligações e mais outras, mesmo pelo informe organico que dei verifica-se que existe pouca preparação da Região para o combates revolucionarios pelo poder. Não quer dizer no entanto que, apesar desse pouco trabalho, as nossas forças não possam influir ali muito para a victoria do movimento em outros sectores do país. Ao mesmo tempo que não é conveniente dar informe baluarte, podemos nos basear em Santa Maria e Passo Fundi, auxiliado pelas forças de Livramento e S. Leopoldo e contribuir para o movimento no resto do país, abrindo luta immediatamente nestes sectores.

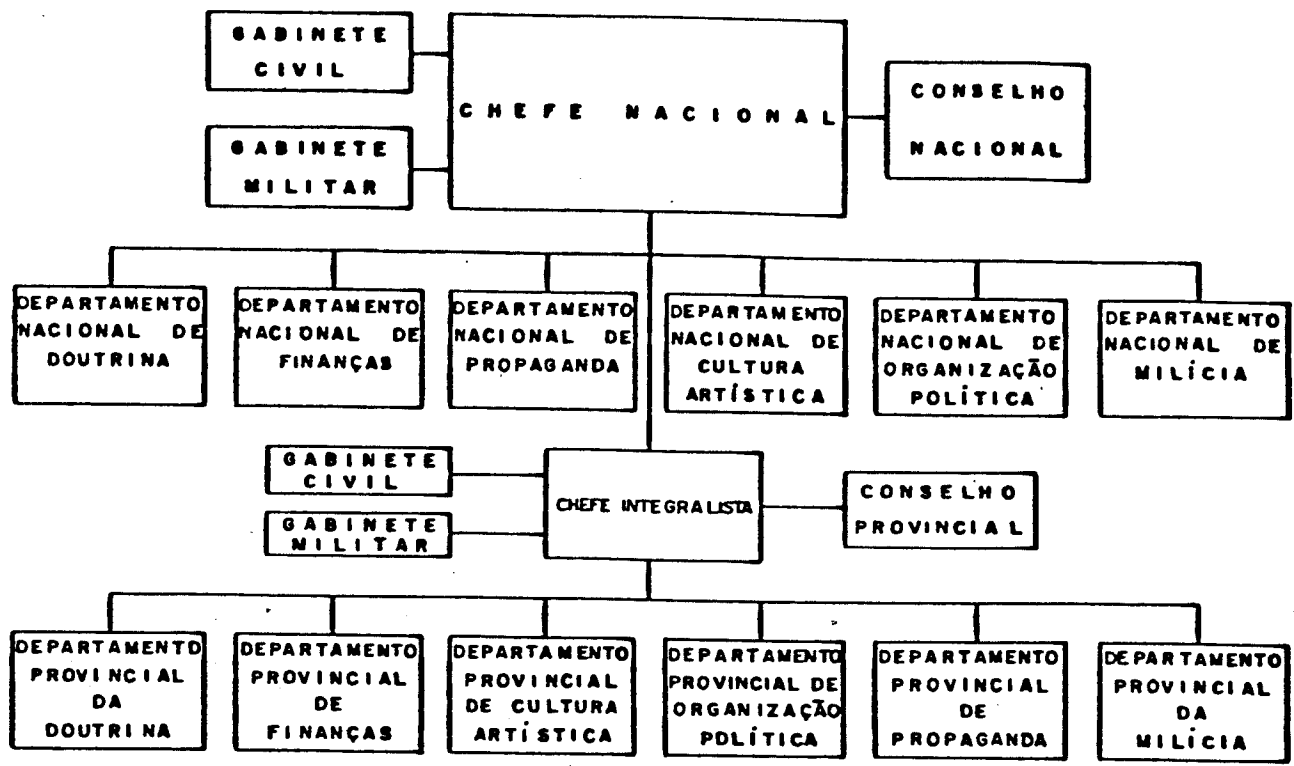
Rio, 2-12-35.

5 - A ESTRUTURA DA ORGANIZAÇÃO LEGIONÁRIA
E DA A.I.B.

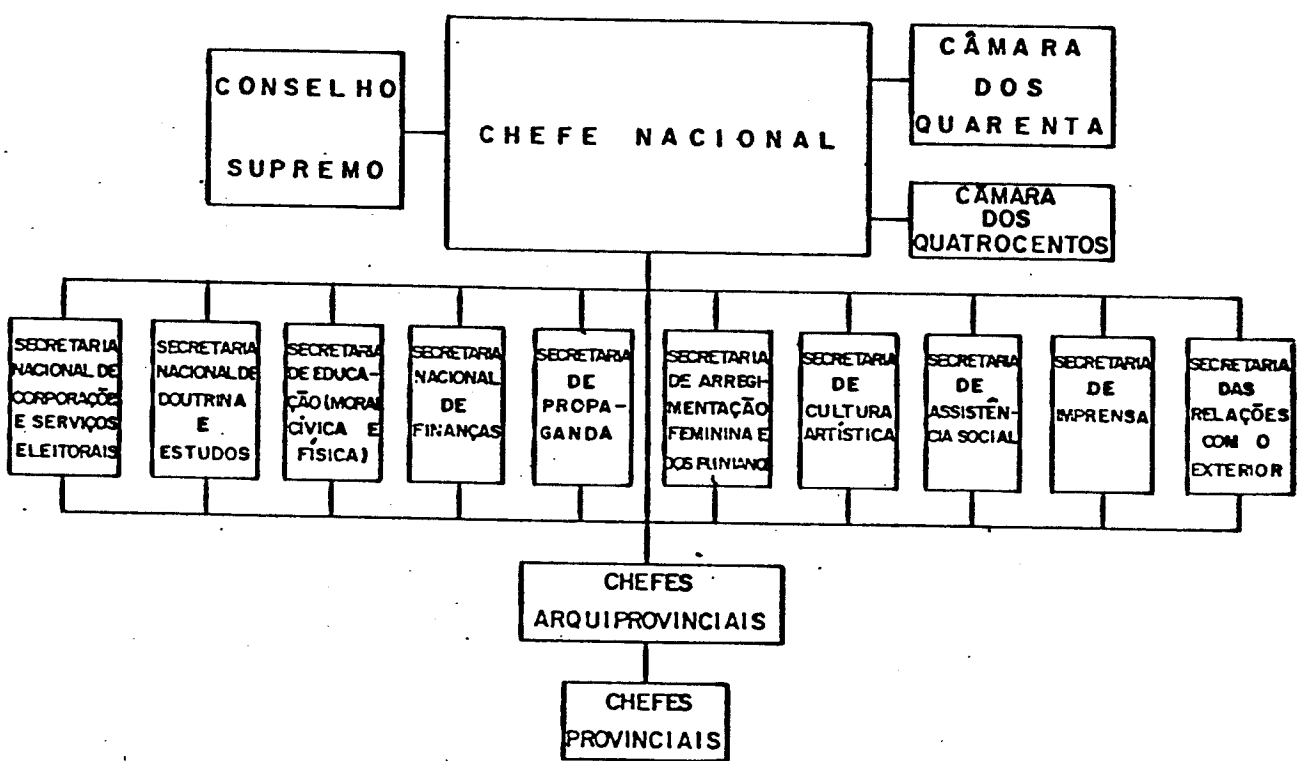
ESTRUTURA DA ORGANIZAÇÃO LEGIONÁRIA



ORGANIZAÇÃO DA A. I. B. (MARÇO - 1934)



ORGANIZAÇÃO DA A. I. B. (JUNHO - 1936)



BIBLIOGRAFIA

I - OBRAS CITADAS

- 1 - ALIANÇA LIBERAL. Documentos da Campanha Presidencial. Rio de Janeiro, Of. Graf. Alba, 1930.
- 2 - ANTONACCI, Maria Antonieta Martines. A luta oligárquica no Rio Grande do Sul na República Velha. São Paulo, FELCH da USP, 1978. (mimeo).
- 3 - ATHAYDE, Tristão de. Os católicos e a política. A Ordem, n. 55, set, 1934.
- 4 - BARATA, Agildo. Vida de um revolucionário: Memórias. Rio de Janeiro, Ed. Melso. s/d.
- 5 - BASBAUM, Leoncio. História sincera da República (1930 a 1960). São Paulo, Fulgor, 1968.
- 6 - BODEA, Miguel. A greve geral de 1917 e as origens do trabalho gaúcho. Porto Alegre, L&PM, s/d.
- 7 - BRASIL, Assis. A atitude do Partido Democrático Nacional na crise da renovação presidencial para 1930-34. Porto Alegre, Globo, 1929.
- 8 - BORGES, Vavy Pacheco. Getúlio Vargas e a Oligarquia Paulista. São Paulo, Brasiliense, 1979.
- 9 - CAMARGO, Aspásia. A questão agrária: crise de poder e reformas de base (1930-1964). Rio de Janeiro, INDIPO/FGV, 1979.
- 10 - CARONE, Edgard. A Segunda República (1930-1937). São Paulo, DIFEL, 1974.
- 11 - ———. Oligarquias e classes sociais na Segunda República (1930-1937). São Paulo, DIFEL, 1974.
- 12 - ———. O Tenentismo. São Paulo, DIFEL, 1975.
- 13 - ———. Revoluções do Brasil Contemporâneo. São Paulo, DIFEL, 1977.
- 14 - CARNEIRO, Glauco. Lusardo, o último caudilho. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1978.

- 15 - CASTRO, Maria Helena de Magalhães. O Rio Grande do Sul na Constitucionalização: de protagonista a coadjuvante. Rio de Janeiro, CPDOC/FGU, s/d.
- 16 - CHASIN, J. O Integralismo de Plínio Salgado. São Paulo, Liv. Ed. Ciências Humanas Ltda, 1978.
- 17 - CHAUI, Marilena. Apontamentos para uma crítica da Ação Integralista Brasileira. In: Ideologia e mobilização Popular. Rio de Janeiro, Paz e Terra/CEDEC, 1978.
- 18 - CINTRA, Antônio Octavio. A política tradicional brasileira: uma interpretação das relações entre o centro e a periferia. In: BALÂN, Jorge (org.) Centro e Periferia no desenvolvimento brasileiro. São Paulo, DIFEL, 1974.
- 19 - CORTÉS, Carlos. Gaúcho Politics in Brazil. Albuquerque, University of New Mexico Press, 1974.
- 20 - COUTINHO, Lourival. O General Góes depõe ... Rio de Janeiro, Liv. Ed. Coelho Branco, 1956.
- 21 - DIAS Everaldo, História das lutas sociais no Brasil. São Paulo, Alfa-Omega, 1977.
- 22 - DINIZ, Eli. Empresário, Estado e Capitalismo no Brasil: 1930/1945. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.
- 23 - DOCUMENTOS HISTÓRICOS. Revolução de Outubro. Rio de Janeiro, Ed. da Imprensa Nacional, 1932.
- 24 - DULLES, John W. F. Anarquistas e Comunistas no Brasil. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1977.
- 25 - ———. Getúlio Vargas. (Biografia política). Rio de Janeiro, Ed. Renes, 1967.
- 26 - ENCICLOPÉDIA RIO-GRANDENSE. Porto Alegre, Ed. Cosmos, 1957. vol 3.
- 27 - FAUSTO, Boris. A Revolução de 1930. Histografia e História. São Paulo, Brasiliense, 1972.
- 28 - ———. Pequenos ensaios de História da República. São Paulo, CEBRAP, Caderno 10, 1972.
- 29 - FERREIRA Filho, Arthur. História Geral do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Globo, 1958.
- 30 - FLYNN, Peter. A Legião Revolucionária e a Revolução de 30. In: FIGUEIREDO, Eurico de Lima (org.). Os militares e a Revolução de 30. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- 31 - FONTOURA, João Neves da. Memórias. 2º vol. Porto Alegre, Globo, 1963.

- 32 - ———. Por São Paulo e pelo Brasil. São Paulo, s/ed. 1933.
- 33 - ———. Perfis parlamentares. n. 8. (Introdução de Héli-
Trindade). Brasília, Câmara dos Deputados, 1978.
- 34 - FRANCO, Virgílio de Melo. Outubro, 1930. Rio de Janeiro,
Schmidt, 1931.
- 35 - GUILHERME, Wanderley. Introdução ao estudo das contradi-
ções sociais no Brasil. Rio de Janeiro, ISEB, 1963.
- 36 - KINZO, Maria D'Alva Gil. Representação política e siste-
ma eleitoral no Brasil. São Paulo, Símbolo, 1980.
- 37 - LIMA Sobrinho, A. J. Barbosa. A verdade sobre a Revolução
de Outubro. São Paulo, Unitas, 1933.
- 38 - LOVE, Joseph L. O regionalismo gaúcho e as origens da Re-
volução de 1930. São Paulo, Perspectiva, 1975.
- 39 - MONTEIRO, Góes. A Revolução de 30 e a finalidade política
do exército. Rio de Janeiro, Adersen, s/d.
- 40 - MULLER, Geraldo. Periferia e dependência nacional. (Estudo
do Capitalismo no Rio Grande do Sul). São Paulo, FELCH
da USP, 1972. (mimeo).
- 41 - NOGUEIRA Filho, Paulo. Ideais e lutas de um burguês pro-
gressista: o Partido Democrático e a Revolução de 1930.
Rio de Janeiro, José Olympio, 1965.
- 42 - ———. Ideais e lutas de um burguês progressista: a Guer-
ra cívica de 1932. Rio de Janeiro, José Olympio, 1967.
- 43 - O GENERAL FLORES DA CUNHA AO RIO GRANDE DO SUL. Rio de Ja-
neiro, Imprensa Nacional, 1932.
- 44 - O GENERAL FLORES DA CUNHA E A REVOLUÇÃO PAULISTA. (Decisão
do Tribunal de Honra e outros documentos). Of. Gráf. d'A
Federação, 1933.
- 45 - OLIVEIRA, Alcibíades. Um drama bancário. Porto Alegre, Glo-
bo, 1936.
- 46 - O PARTIDO REPUBLICANO LIBERAL. 1º Congresso Bi-Enal. Por-
to Alegre, Of. Graf. Liv. Selbach, 1934.
- 47 - O PARTIDO REPUBLICANO LIBERAL E O SEU PROGRAMA. Porto A-
legre, Of. Graf. Liv. Globo, 1933.
- 48 - OSÓRIO, Joaquim Luiz. Os partidos políticos no Rio Grande
do Sul. Pelotas, Globo, 1930.
- 49 - PAIM Filho, Firmino. Ao Rio Grande do Sul e a Nação. Bue-
nos Aires, La Mañana, 1930.

- 50 - PEREIRA, Astrogildo. Ensaios históricos e políticos. São Paulo, Alfa-Omega, 1979.
- 51 - PINHEIRO, Paulo Sérgio. Política e trabalho no Brasil. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- 52 - RAMOS, Guerreiro. A crise do poder no Brasil. Rio de Janeiro, Zahar, 1961.
- 53 - RAMOS, Plínio de Abreu. Os partidos paulistas e o Estado Novo. São Paulo, Vozes, 1980.
- 54 - REVOLUÇÃO DE OUTUBRO. (1º Aniversário). Discurso do Chefe do Governo provisório. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1931.
- 55 - RUSSOMANO, Victor. História Constitucional do Rio Grande do Sul. Pelotas, Globo, 1932.
- 56 - SÁ, Mem de. A politização do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Tabajara, 1973.
- 57 - SAMPAIO, Regina Maria Pereira. O Partido Social Progressista em São Paulo. São Paulo, FFCL da PUC/SP, 1979. (mimeo).
- 58 - SANTOS, Wanderley Guilherme dos. Cidadania e Justiça. Rio de Janeiro, Campus, 1979.
- 59 - SCHWARTZMANN, Simon. Representação e cooptação político no Brasil. Dados, n.7. Rio de Janeiro, IUPERJ, 1970.
- 60 - ———. São Paulo e o Estado Nacional. São Paulo, DIFEL, 1973.
- 61 - ———. As eleições e o problema institucional (1): Estado e sociedade no Brasil. Dados, n. 14, Rio de Janeiro, IUPERJ, 1977.
- 62 - SILVA, Hélio. 1930: A Revolução traída. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966.
- 63 - ———. 1931: Os Tenentes no poder. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966.
- 64 - ———. 1932: A guerra paulista. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967.
- 65 - ———. 1933: A crise do Tenentismo. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968.
- 66 - ———. 1937: Todos os golpes se parecem. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1970.
- 67 - SKIDMORE, Thomas. Brasil: de Getúlio a Castelo. Rio de Janeiro, Saga, 1969.

- 68 - SOARES, Gláucio Ary Dillon. Sociedade e política no Brasil. São Paulo, DIFEL, 1973.
- 69 - SOUZA, Maria do Carmo Campello de. O processo político-partidário na Primeira República. In: MOTA, Carlos G. (org.) Brasil em perspectiva. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1971.
- 70 - ———. Estado e partidos políticos no Brasil. (1930 a 1964) São Paulo, Alfa-Omega, 1976.
- 71 - STEPAN, Alfred. Brasil: los militares y la politica. Buenos Aires, Amorrortu, 1974.
- 72 - TÁVORA, Juarez. Uma vida e muitas lutas. Rio de Janeiro, José Olympio, 1974.
- 73 - TRINDADE, Hélió. Aspectos políticos do Sistema Partidário Republicano Rio-Grandense (1882-1937). In: RS: Economia e Política. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1979.
- 74 - ———. Integralismo. (O fascismo brasileiro na década de 30). São Paulo, DIFEL, 1979.
- 75 - VIANNA, Luiz Werneck. Liberalismo e sindicato no Brasil. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.
- 76 - WIRTH, John D. A política do desenvolvimeno na era de Vargas. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1973.

II - JORNAIS

- 1 - A FEDERAÇÃO. Porto Alegre, jan/31 a set/37.
- 2 - CORREIO DO POVO. Porto Alegre, out/30 a out/37.
- 3 - DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Porto Alegre, jan/31 a dez/34.
- 4 - DIÁRIO LIBERAL. Pelotas, dez/32 a out/37.
- 5 - O LIBERTADOR. Pelotas, jan/33 a dez/35.
- 6 - ESTADO DO RIO GRANDE. Porto Alegre, Jan/31 a dez/31.

III - ARQUIVOS

- 1 - ARQUIVO GETÚLIO VARGAS. Rio de Janeiro, CPDOC/FGV.
- 2 - ARQUIVO J. F. ASSIS BRASIL. Porto Alegre, Núcleo de Pesquisa e Documentação da Política Rio-Grandense, UFRGS.

- 3 - ARQUIVO OSVALDO ARANHA. Rio de Janeiro, CPDOC/FGV.
- 4 - ARQUIVO RAUL PILLA. Porto Alegre. Núcleo de Pesquisa e Documentação da Política Rio-Grandense, UFRGS.
- 5 - ARQUIVO J. A. FLORES DA CUNHA. Porto Alegre. Núcleo de Pesquisa e Documentação da Política Rio-Grandense, UFRGS.
- 6 - ARQUIVO F. ANTUNES MACIEL Jr. Rio de Janeiro, CPDOC/FGV.